

**Dinâmicas dos Europartidos e posições
relativas ao reforço da democracia europeia:
o caso dos Spitzenkandidaten e das Listas
Transnacionais**

Diogo Vieira Ferreira

Tese para obtenção do Grau de Doutor em
Ciência Política
(3º ciclo de estudos)

Orientador: Prof. Doutor Bruno Daniel Ferreira da Costa

Novembro de 2025

Júri:
Prof. Doutor José Maria da Silva Rosa
Prof. Doutor Bruno Daniel Ferreira da Costa
Prof. Doutor Marco Lisi
Prof.^a Doutora Paula Maria Ferreira do Espírito Santo
Prof. Doutor Varqá Carlos Jalali
Prof. Doutor José António de Passos Palmeira

Provas públicas realizadas a 6 de novembro de 2025

Declaração de Integridade

Eu, Diogo Vieira Ferreira, que abaixo assino, estudante com o número de inscrição D3444 do Programa Doutoral em Ciência Política da Faculdade de Artes e Letras, declaro ter desenvolvido o presente trabalho e elaborado o presente texto em total consonância com o **Código de Integridades da Universidade da Beira Interior**.

Mais concretamente afirmo não ter incorrido em qualquer das variedades de Fraude Académica, e que aqui declaro conhecer, que em particular atendi à exigida referenciação de frases, extratos, imagens e outras formas de trabalho intelectual, e assumindo assim na íntegra as responsabilidades da autoria.

Universidade da Beira Interior, Covilhã, 26 / 11 /2025

Dedicatória

Dedico este trabalho, de escala intensiva, a toda a minha família. Aos meus avós, por sempre me apoiarem em toda a fase de desenvolvimento da tese na nossa casa, nos bons e maus momentos que passei. À minha mãe, que, mesmo estando longe de mim, sempre me ergueu o espírito de trabalhador e apoiou-me em todos os momentos que precisei. Ao meu irmão, por partilhar o orgulho de ser estudante e irmão de uma pessoa incrível. E, por fim, às minhas tias por todas as oportunidades de poder participar e comentar a minha investigação em canais públicos e em momentos só com a família.

Agradecimentos

Agradeço ao meu orientador, Professor Bruno Ferreira Costa, por servir como meu guia, meu mentor, meu apoiante e meu amigo em trabalhar na investigação, pelos seus comentários e contribuições, e por me indicar todas as oportunidades académicas durante e pós-doutoramento. Quero expressar um agradecimento especial ao Instituto de Estudos Europeus da Universidade Autónoma de Barcelona e à Unidade de Estudos Europeus da Universidade de Liège, no âmbito do Programa de estágios Erasmus+ para doutorandos, por me guiarem numa fase crucial da investigação graças ao *feedback* dos meus mentores e de todos os membros que me apoiaram em ambos centros de investigação. Um agradecimento a todos os membros e moderadores de eventos que tive o enorme prazer em participar tanto como orador e *discussant*. Um agradecimento adicional por todo o *feedback* que recebi tanto de colegas de doutoramento como docentes vindos tanto de Portugal e fora do país.

Agradeço, também, ao *European Student Think Tank*, do qual fui Embaixador em Portugal, e a todos os meus colegas da organização por desenvolver a minha capacidade de organização de eventos e conferências com especialistas em tópicos da União Europeia. E, por fim, quero agradecer a todos os meus amigos e colegas que me deram um enorme apoio durante a presente investigação.

Resumo

Um dos elementos centrais do déficit democrático da União Europeia (UE) é a ausência de uma verdadeira concorrência política supranacional. Alguns processos tinham como objetivo atenuar estes efeitos, como a introdução dos *Spitzenkandidaten* (SK) e a possibilidade de criar Listas Transnacionais (LT) para as eleições para o Parlamento Europeu (PE). Estes processos seriam acompanhados por um reforço do papel dos partidos políticos europeus (doravante designados por "Europartidos") enquanto únicas federações partidárias transnacionais capazes de mobilizar os seus membros nacionais para as decisões fora do PE. Os Europartidos poderiam assim promover candidatos transnacionais às instituições europeias e tornar-se verdadeiros partidos políticos a nível da UE, em vez de um simples 'partido de partidos'.

No entanto, os Europartidos são organizações heterogéneas de partidos nacionais, onde a dinâmica ideológica destes partidos transnacionais pode estar sujeita a dissidências partidárias, com posições diferenciadas sobre a democracia europeia durante os processos eleitorais na UE. A introdução de processos destinados a lidar com o déficit democrático da UE exige um consenso entre as elites do espaço europeu, incluindo um consenso no seio das instituições políticas a nível da UE.

Adotando um modelo de organização partidária principal-agente, o objetivo desta investigação é analisar os efeitos que a dinâmica interna dos Europartidos teve na criação de uma posição comum sobre os SK e as LT. O foco nos Europartidos justifica-se por duas razões principais: facilitam a troca de informações dos partidos nacionais para o nível supranacional e tornaram-se cada vez mais importantes devido aos SK e às LT. Inicialmente, com base no conceito aplicado de Françoise Boucek (2009), esperava-se um certo nível de 'facciosismo competitivo' nos Europartidos, onde a dissidência interna se altera com base em estímulos institucionais. No entanto, os dados indicam que os níveis de dissidência nos Europartidos resultam em um facciosismo mais cooperativo do que competitivo, onde os membros internos, apesar das divergências político- ideológicas, se comprometem a uma posição comum acerca de questões ligadas à democracia europeia. Isto foi mais observado nos Europartidos mais pequenos – como o EDP, EFA e ID Party – do que nos maiores – como o EPP e o PES.

Palavras-chave

democracia europeia; dinâmicas intrapartidárias; eleições europeias; europartidos; posições partidárias; spitzenkandidaten.

Abstract

One of the core elements of the European Union's (EU) democratic deficit is the lack of genuine supranational political competition. Some processes were intended to mitigate these effects, such as the introduction of the *Spitzenkandidaten* (SK) and the possibility of creating Transnational Lists (TL) for European Parliament (EP) elections. These processes would be accompanied by a strengthening of the role of the European political parties (henceforth, Europarties) as the only transnational party federations capable of mobilising their national members in decisions beyond the EP. Europarties would thus be able to promote transnational candidates to the European institutions and become true political parties at the EU-level instead of trivial 'party of parties'.

However, Europarties are heterogeneous organisations of national parties, where ideological dynamics of these transnational parties can be subject to party dissidence, with differentiated positions on European democracy during EU elections. The introduction of processes designed to deal with the EU democratic deficit requires consensus among elites in the European space, including consensus inside the EU-level political institutions.

By adopting a principal-agent model of party organisation, the aim of this research is to analyse the effects that the internal dynamics of European parties have had on the creation of a common position on SK and TL. The focus on Europarties is justified for two main reasons: they facilitate the exchange of information from national parties to the supranational level and they have become increasingly important due to SK and TL. Initially, based on the applied concept of Françoise Boucek (2009), a certain level of 'competitive factionalism' was expected in Europarties, where internal dissent changes based on institutional incentives. However, the data indicates that the levels of dissent in Europarties result in a more co-operative than competitive factionalism, where internal members, despite political-ideological differences, commit to a common position on issues linked to European democracy. This was better observed in smaller Europarties – such as the EDP, EFA and ID Party – than in the larger ones – such as the EPP and ALDE.

Keywords

european democracy; european elections; intra-party dynamics; europarties; party positions; spitzenkandidaten.

Conteúdo

Introdução	1
Enquadramento Teórico-Conceptual: O processo de construção europeia	5
Capítulo 1 – Partidos políticos na União Europeia	15
1.1 A Europeização dos partidos políticos nacionais e a (falta de) competição partidária ao nível da UE	15
1.2 Os Europartidos: organização e estrutura interna.....	17
1.3 A formação dos partidos políticos a nível europeu	20
1.4 A institucionalização dos Europartidos	22
1.5 A participação dos Europartidos na política europeia	24
1.6 A implementação do regulamento europartidário de 2003 e o processo de alargamento de 2004 – o impacto nos Europartidos .	26
1.7 O desenvolvimento dos Europartidos sob a reforma do seu financiamento	28
1.8 Os limites e preocupações dirigidas à institucionalização dos Europartidos	29
Capítulo 2 – As reformas na democracia europeia: o caso dos Spitzenkandidaten e das Listas Transnacionais.....	33
2.1 A preocupação entre a legitimidade da arena institucional e eleitoral na União Europeia.....	33
2.2 Os <i>Spitzenkandidaten</i> : uma análise contextual	34
2.3 As Listas Transnacionais: uma possibilidade não alcançada....	38
2.4 A Conferência sobre o Futuro da Europa e a nova proposta de alteração eleitoral para os Europartidos	39
Capítulo 3 – As dinâmicas internas dos Europartidos: existência de facciosismo e as suas implicações	43
3.1 Fações intrapartidárias em torno de mecanismos de reforma do défice democrático: o caso do posicionamento dos Europartidos .	43
3.2 Problemática de investigação: as dinâmicas internas dos Europartidos e as suas posições em torno dos SK e das LT	46
Capítulo 4 – Hipóteses e objetivos	49
4.1 Hipóteses	49
4.2 Objetivos	55
Capítulo 5 – Desenho de investigação.....	57
5.1 Método e dados.....	57
5.2 Operacionalização	61
Capítulo 6 – Análise das dinâmicas dos Europartidos e a sua posição em torno dos Spitzenkandidaten e das Listas Transnacionais	67

6.1 Análise das posições dos Europartidos	67
6.2 Justificação das posições por cada Europartido	71
6.3 Análise de consenso e dissidência interna nos Europartidos em torno dos SK e das LT	77
6.3.1 Primeira dinâmica – Grau de autonomia do líder europartidário (H1)	77
6.3.2 Resultados – H1	79
6.3.3 Segunda dinâmica e resultados – Regulamentos internos (H2)	87
6.3.4 Terceira dinâmica – Contactos entre membros (H3A) e diferenciação de consenso (H3B)	92
6.3.5 Resultados – os diálogos (H3) permitem a dissidência intrapartidária?	117
6.3.6 Quarta dinâmica – Divergências em termos de ideologia e atitudes	120
6.3.7 Resultados: Ideologia (H4A) vs. Atitudes perante a UE (H4B).....	125
Conclusões	127
Bibliografia	131

Lista de Figuras

Figura 1 – Estrutura dos Europartidos e dos grupos políticos do Parlamento Europeu	19
Figura 2 – Eleição dos líderes dos partidos políticos	50
Figura 3 – Posição dos Europartidos mais dos grupos políticos em torno dos Spitzenkandidaten	69
Figura 4 – Posição dos Europartidos em torno das Listas Transnacionais	70
Figura 5 – Posição dos Europartidos em torno das reformas europartidárias	71

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Europartidos registados sob a Autoridade pelos Partidos Políticos Europeus e Fundações Políticas Europeias – 9 ^a legislatura parlamentar	22
Tabela 2 – Lista dos candidatos líder (Spitzenkandidaten) nomeados pelos Europartidos em 2014, 2019 e 2024	36
Tabela 3 – Resumo da abordagem teórica e metodológica	58
Tabela 4 – Síntese do método, tipo de dados e fonte de dados para análise	61
Tabela 5 – Europartidos em análise: a sua posição ideológica e as suas atitudes perante a União Europeia	63
Tabela 6 – Operacionalização das variáveis	65
Tabela 7 – Média de atitude dos Europartidos perante a União Europeia	68
Tabela 8 – Grau de autonomia dos líderes europartidários	86
Tabela 9 – Estatutos dos Europartidos e último ano da sua adoção / modificação	87
Tabela 10 – Grau de flexibilidade dos regulamentos internos dos Europartidos	88
Tabela 11 – Estatutos europartidários: critérios de suspensão / expulsão dos membros internos	91
Tabela 12 – Construção de consensos intrapartidários no seio dos Europartidos	118
Tabela 13 – Influência da ideologia esquerda-direita e atitudes perante a UE nos Europartidos	126

Lista de Siglas e Acrónimos

ALDE	Alliance of Liberals and Democrats for Europe / Aliança dos Liberais e Democratas pela Europa
APPF	Autoridade para os Partidos Políticos Europeus e Fundações Políticas Europeias
CE	Comissão Europeia
CoFoE	Conference on the Future of Europe / Conferência sobre o Futuro da Europa
ECPM	European Christian Political Movement / Movimento Cristão Político Europeu
ECR	European Conservatives and Reformists / Conservadores e Reformistas Europeu
EDP	European Democratic Party / Partido Democrático Europeu
EFA	European Free Alliance / Partido da Aliança Livre Europeia
EGP	European Green Party / Partido dos Verdes Europeu
EPP	European People's Party / Partido Popular Europeu
ID	Identity and Democracy / Identidade e Democracia
Greens-EFA	Group of Greens and European Free Alliance / Grupo dos Verdes e da Aliança Livre Europeia
GUE/NGL	The Left group in the European Parliament / Grupo da Esquerda no Parlamento Europeu
LT	Listas Transnacionais
PE	Parlamento Europeu
PEL	Party of the European Left / Partido da Esquerda Europeia
PES	Party of European Socialists / Partido dos Socialistas Europeu
RE	Renew Europe group / Grupo do Renovar a Europa
S&D	Progressive Alliance of Socialists and Democrats / Aliança Progressiva dos Socialistas e Democratas
SK	Spitzenkandidaten
UE	União Europeia

Introdução

Desde o início dos anos 1990, diversos estudos sobre a democracia europeia demonstram a sua preocupação face à menor participação de atores supranacionais nas tomadas de decisão da União Europeia, contribuindo para o designado ‘défice democrático’ (Follesdal & Hix, 2006; Hix et al., 2007; Williams, 1990). Em democracia representativa, o poder político é representado pelas ‘elites’ que são, no geral, representantes eleitos, altos funcionários do governo e chefes de partidos políticos (Körösényi, 2018). Neste sentido, as decisões tomadas no seio comunitário são ofuscadas pelo predomínio das elites nacionais sobre as elites europeias, limitando o campo de ação político que as instituições da União Europeia e os seus atores possam exercer na *policy-making* (Hix & Høyland, 2022). Consequentemente, atores e organizações transnacionais que visam quebrar a barreira do défice vêm-se na dificuldade de ultrapassar o domínio nacional (Hix, 2008), propondo questões sobre a própria legitimidade da democracia europeia e das suas instituições, nomeadamente do Parlamento Europeu (PE) (Beetz & Rossi, 2017; Haller, 2009).

Com a ratificação de novos tratados europeus, que garantiam maiores poderes de decisão ao PE, a literatura sobre a democracia europeia parecia ver uma espécie de luz no fundo do túnel quanto à possibilidade de maior aproximação dos atores supranacionais aos cidadãos europeus. Contudo, maiores responsabilidades do PE (e das demais instituições europeias) significariam maiores possibilidades para a resolução do défice, algo que, até hoje, continua por ser resolvido (de Prat, 2016; Fossum, 2016; Lord, 2017). Uma reforma na democracia europeia passaria por estabelecer uma democracia competitiva a nível supranacional, com eleições que competem para o poder de uma autoridade da UE (Hix & Høyland, 2022). Esta democracia competitiva requer atores políticos para a existência de tal competição política. De acordo com a literatura, a competição política a nível da UE é exercida por três atores: pelos grupos políticos no Parlamento Europeu, pelos partidos políticos europeus (daqui em diante designados como Europartidos), e pelos partidos políticos nacionais (van Hecke et al., 2018).

Esta tese terá o seu foco nos Europartidos como atores de competição política a nível transnacional. Os Europartidos são federações transnacionais compostas por partidos políticos nacionais dos Estados-membros com base numa ideologia política comum (ou próxima) e coordenam trocas de informação e diálogo entre elites políticas dos Estados-membros, compostos por membros nacionais, quer partidários quer individuais (Hix & Lord, 1997a; Johansson & Raunio, 2019; Lelieveldt & Princen, 2011). Perspetivas da teoria neofuncionalista¹ inserem os Europartidos como atores importantes no combate ao défice democrático, principalmente graças

¹ Neofuncionalismo é um conceito cunhado por Ernst B. Haas e uma das mais conhecidas teorias de integração europeia (juntamente com o Federalismo e Intergovernamentalismo). Esta teoria coloca grande ênfase no papel dos atores não estatais – especialmente o ‘secretariado’ da organização regional envolvida (UE) e as associações e movimentos sociais de interesse que se formam a nível da região – no fornecimento da dinâmica para uma maior integração.

à sua função de cooperação e comunicação entre partidos políticos nacionais no nível transnacional, sendo relevante para a concretização de acordos, e trocar ideias e soluções quando surgem problemas (Witkowska, 2013).

Estudos sobre os Europartidos, notavelmente sobre a sua influência e participação nos processos de tomada de decisão (Delwit et al., 2004; Hecke, 2010; J. Smith, 2014), na reforma dos tratados europeus (Johansson, 2016, 2017; Lightfoot, 2003), e nos mecanismos de reforma institucional da UE (Crego, 2021; van Hecke et al., 2018; Wolfs et al., 2021), têm vindo a aumentar significativamente nos últimos anos. No entanto, existe uma lacuna na investigação sobre os Europartidos no que diz respeito ao seu posicionamento em torno de processos institucionais e o que influencia estas posições. Os Europartidos são organizações heterogéneas de partidos nacionais, cujos membros e as suas posições individuais podem impactar a sua estrutura interna de organização e ideologia europartidária (Bardi & Calossi, 2009; Bressanelli, 2014, 2015), e, com efeito, pode influenciar a escolha de uma posição em comum (Klüver & Rodon, 2013; van Hecke et al., 2018). Assim, as dinâmicas internas de organização e ideologia destes partidos transnacionais estão sujeitas à criação de desacordos intrapartidários, dissidência, opinião partidária polarizada e centrífuga – também conhecido por ‘facciosismo competitivo’ (Boucek, 2009).

Estas fações intrapartidárias transformam-se com base em incentivos institucionais (Boucek, 2009). A nível europeu, dois mecanismos institucionais da UE visavam promover uma maior visibilidade dos Europartidos na arena eleitoral e legitimar a sua participação nos processos de tomada de decisão na arena legislativa (Lefkofridi & Katsanidou, 2018; van Hecke et al., 2018): o processo de eleição do presidente da Comissão Europeia através dos *Spitzenkandidaten* (SK) durante as eleições para o Parlamento Europeu (PE) de 2014 e 2019, e a possibilidade de introdução de Listas Transnacionais (LT) em 2018, ou seja, candidatos europeus para assentos no Parlamento Europeu. Apesar de serem mecanismos que previam combater os efeitos do défice democrático, estudos sugerem a existência de discrepâncias intrapartidárias dentro dos Europartidos na sua posição em torno dos SK e das LT. Isto foi verificado quando alguns membros dos Europartidos contestavam alguns dos mecanismos associados: a própria nomeação de *Spitzenkandidaten* foi marcada por diferenças ideológicas entre fações dentro dos Europartidos (Wolfs et al., 2021), e posições em torno das Listas Transnacionais foram marcadas pelo apoio de muitos representantes dos Estados-membros, mas não tanto pelos membros do Partido Popular Europeu (EPP), um partido pró-europeu mas cujos membros contra eram mais eurocéticos e nacionalistas (Charvát, 2019).

É fundamental perceber que a introdução de processos estimados para lidar com o défice democrático europeu requerem consenso entre as elites no espaço europeu. Para compreender plenamente como funciona uma competição partidária ao nível europeu, temos de compreender a formação de posições dentro dos Europartidos, pois a nível transnacional “os partidos nacionais não podem prosseguir os seus objectivos políticos individuais, mas devem chegar a uma posição

comum com os partidos nacionais de outros Estados-membros” (Klüver & Rodon, 2013, p. 649). Dessa forma, esta investigação visa examinar quais são as dinâmicas internas dos Europartidos e se essas resultaram em uma posição unificada em relação a processos institucionais da Europa – especificamente, em relação aos SK e às LT. As dinâmicas em análise centram-se em quatro dimensões/perspetivas: autonomia da liderança europartidária; regulamentos; contacto entre os membros e ideologia esquerda-direita / europeísta-eurocética. A avaliação dessas dinâmicas foca na posição dos Europartidos no cenário da implementação dos *Spitzenkandidaten* e na viabilidade de inserir Listas Transnacionais para as eleições para o Parlamento Europeu. Assim, o período em questão abrange a 9ª legislatura do PE (2019-2024), embora sejam apresentados resultados desde 2014, quando os SK foram utilizados pela primeira vez nas eleições para o PE.

É comum na Ciência Política, nomeadamente no estudo sobre política partidária, particularmente sobre democracia intrapartidária, a ênfase ser colocada nos partidos nacionais e nas suas dinâmicas no contexto da UE, mas as análises comparativas entre os Europartidos são limitadas. Ao combinar com a escassez de dados oficiais sobre estas estruturas transnacionais (por ex. nos websites dos Europartidos e artigos de jornal), a investigação defende maior profundidade do que amplitude na recolha e análise de dados, assegurando, deste modo, um contributo válido no quadro da literatura científica da presente temática. O método de investigação presente fundamenta-se na teoria do principal-agente, pois ajuda a compreender a complexidade dos membros europartidários, provenientes de culturas políticas diferente, clarificar o funcionamento de potenciais subgrupos (por ex., delegações nacionais) na sua estrutura e a sua competição por influência, e a forma como os líderes europartidários gerem as suas interações. Assim, a metodologia aplicada baseia-se no método qualitativo, com o recurso a entrevistas semiestruturadas, análise do conteúdo mediático e documental, e análise de discurso narrativo.

A estrutura da investigação está dividida em seis capítulos. Antes de iniciar os capítulos, a primeira parte desta investigação apresenta o enquadramento teórico-conceptual sobre o processo de integração europeia, passando pelos ideais de supranacionalismo e intergovernamentalismo, pela democracia europeia e o subsequente ‘défice democrático’ na UE e pela participação dos partidos políticos na política europeia. A seguir, entramos para os capítulos desta investigação. O capítulo 1 debruça-se sobre a política partidária ao nível da UE, clarificando o conceito de “Europartido”, a sua estrutura e a sua institucionalização ao longo das últimas duas décadas. De seguida, o capítulo 2, examina os processos de *Spitzenkandidaten* e das Listas Transnacionais na UE, como foram debatidas desde 2014, até à sua nova discussão na Conferência sobre o Futuro da Europa. O capítulo 3 oferece-nos uma perceção sobre a potencial existência de fações / subgrupos nos Europartidos que surgem devido a incentivos institucionais como os SK e as LT. Logo a seguir, os capítulos 4 e 5 apresentam as hipóteses, os objetivos principais da investigação, a operacionalização das variáveis, os dados recolhidos e a metodologia aplicada, respetivamente. Os resultados e a sua interpretação estão presentes no capítulo 6: começou-se por analisar as posições gerais dos Europartidos em torno dos SK e das LT ao efetuar uma análise de debates parlamentares no PE e de conteúdo mediático europeu; e de seguida encaminha-se

para análise dos resultados que asseguram a testagem das hipóteses. Por fim, a investigação termina a sua estrutura ao apresentar as conclusões e considerações finais, bem como as pistas de investigação futuras.

Enquadramento Teórico-Conceptual: O processo de construção europeia

“Não existe futuro para os povos da Europa a não ser na união.” – Jean Monnet²

O início do processo de construção e integração europeia surgiu imediatamente após a Segunda Guerra Mundial de 1939-45. As consequências devastadoras da guerra conduziram a graves problemas económicos e políticos por todo o continente europeu (Valério, 2010). Segundo Bruno Ferreira Costa (2019, p. 41), o processo de construção de uma Europa unida realizou-se por cinco razões: a necessidade de reconstrução económica após os danos causados pela guerra; o desejo de salvaguardar a paz ao resolver o conflito histórico entre a França e a Alemanha; o reconhecimento de que a integração da Alemanha poderia alcançar uma Europa alargada e pacificada; o desejo de promover uma Europa da ameaça comunista; e o desejo dos Estados Unidos da América de criarem uma Europa economicamente e politicamente estável como forma de interligar os dois continentes num acordo de parceria. Embora se registe este avanço considerável, importa notar que a visão de uma Europa unida é anterior, correspondendo ao sonho de diversos filósofos, políticos, pensadores europeus: a um continente marcado por guerras e lutas entre povos, deveria corresponder um continente marcado pela cooperação e progresso (Haas, 2004; Usherwood & Pinder, 2018).

A construção de uma Europa unida para solucionar os problemas derivados da guerra iniciou-se com o Tratado de Paris de 1951, que implementou uma união de livre comércio de carvão e aço, composto por seis membros fundadores – Alemanha, França, Holanda, Luxemburgo, Bélgica e Itália. Esta união ficou conhecida como a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA). Não só seria a primeira organização supranacional na Europa em que os Estados envolventes cediam parte da sua soberania à organização, como também teve o objetivo principal de pôr fim às hostilidades entre as potências envolvidas em guerras passadas, nomeadamente entre a França e a Alemanha (Valério, 2010, pp. 72–73). Este processo de uma união de países do continente europeu levou à consideração de que a UE foi pioneira de partilha de soberania num mundo político pós-moderno e pós-nacional (Pond, 2000).

Os tratados de Roma, assinados a 25 de março de 1957, instauraram a Comunidade Económica Europeia (CEE) e a Comunidade Europeia da Energia Atómica (CEEAA). A CEE visava criar um mercado comum global com os seis membros da CECA e, com o Ato Único Europeu de 1986 a reforçar os tratados de Roma, implementar uma união aduaneira, a livre circulação de bens, pessoas e capitais, e políticas económicas comuns em relação à agricultura, pescas e questões sociais (Valério, 2010). O tratado de Maastricht de 1993 instaurou a própria União Europeia nos moldes similares aos vividos atualmente, enquanto os sucessivos tratados de Amesterdão (1997), de Nice (2001) e de Lisboa (2007) contribuíram para reformar e reestruturar institucionalmente a

² Artigo da Jean Monnet Association. Fonte: <http://www.historiasiglo20.org/europe/monnet.htm#up>. Consultado a 21 de junho de 2023.

União (B. F. Costa, 2019; McCormick, 2011). Acompanhando as reformas institucionais, registou-se o alargamento a novos Estados-membros³ e o aumento dos poderes das instituições europeias, nomeadamente da Comissão Europeia, do Conselho da União Europeia e do Parlamento Europeu. Embora se reconheça a importância da história e da evolução institucional do projeto europeu, não cabe no presente trabalho um olhar mais detalhado sobre as múltiplas etapas e sobre os caminhos adotados para a construção e consolidação da União Europeia, sendo que este processo se encontra devidamente documentado na vasta literatura científica sobre a construção do projeto europeu (Segers & Van Hecke, 2023; Usherwood & Pinder, 2018; Valério, 2010).

1. Supranacionalismo Vs. Intergovernamentalismo

Desde a sua criação como uma união de livre comércio de carvão e aço em 1951, passando, ao longo das décadas, por estabelecer acordos económicos e de uma união económica e monetária, até às perspetivas de união política e democrática, a União Europeia (UE) possui mecanismos *sui generis* que efetivamente a classificam como, nas palavras de Jacques Delors, um “objeto político não identificado”⁴. Os desejos de uma Europa unida economicamente foram alcançados, apesar de constrangimentos, muito graças à implementação de uma União Económica e Monetária. No entanto, a união política europeia é um ideal em que cujos processos, segundo Nuno Valério (2010, p. 152), “estão longe de ser semelhantes aos realizados no caminho da união económica e monetária”. Esta união política, tendo por base a criação e a constatação de diversas funções das estruturas transnacionais a nível europeu, promove um debate sobre perspetivas apoiantes de supranacionalismo e de intergovernamentalismo.

Por um lado, a criação do Parlamento Europeu (anteriormente conhecido como a Assembleia Parlamentar Europeia), da Comissão Europeia e do Tribunal de Justiça da União Europeia foram formuladas com base em ideais mais supranacionais, ou seja, de uma aproximação a uma Europa mais unida, com a representação de todos os cidadãos europeus a nível transnacional, e a possibilidade dos Estados-membros possuírem poder de veto nas instituições europeias (Bale, 2013). Por outro lado, órgãos como o Conselho da UE e o Conselho Europeu são de carácter intergovernamental, em que os membros são os executivos de cada país a representar o seu Estado-membro e possuem poder de tomada de decisão no processo legislativo ordinário da UE como o poder de bloquear (ou mesmo ignorar) decisões que são contrárias aos interesses nacionais (Bale, 2013, p. 60).

Assim, a história da UE é uma história de tensão entre intergovernamentalismo e supranacionalismo. Os intergovernamentalistas suportam a ideia de que todas as decisões nas instituições europeias sejam tomadas por unanimidade, que as regras estabelecidas a nível europeu não se sobreponham ao direito nacional, e que os órgãos transnacionais europeus não

³ A União Europeia conta com 27 Estados-membros (data de publicação da investigação).

⁴ Discurso de Jacques Delors, Luxemburgo, 9 de setembro de 1985. Fonte: https://www.cvce.eu/obj/speech_by_jacques_delors_luxembourg_9_september_1985-en-423d6913-b4e2-4395-9157-fe70b3ca8521.html. Consultado a 30 de novembro de 2024.

possuem poderes próprios (Valério, 2010, p. 153). O supranacionalismo, por seu lado, sustenta que as instituições europeias necessitam de poderes próprios que não sejam limitados pelo direito nacional, ao mesmo tempo não pondo em causa a soberania nacional, num processo de difícil articulação, mas central para a eficiência do processo de decisão (Valério, 2010). A realidade europeia demonstra que a partilha de soberania ainda não está totalmente assimilada (aceite) pelos Estados-membros, sendo condicionadas pela existência da soberania nacional, mas, mesmo assim, os progressos institucionais europeus demonstram um encaminhamento para o supranacionalismo (B. F. Costa, 2019).

Apesar de tudo, apoiantes de um federalismo europeu consideram que o único encaminhamento para uma verdadeira união entre países europeus é um sentido único para a criação de uma espécie de “superestado” europeu (Bale, 2013). Aqui aplica-se o conceito fundamental de ‘soberania’, ou ‘Estado soberano’ pois o próprio conceito de soberania surge “intimamente ligado ao Estado”, não podendo os dois conceitos serem desassociados (B. F. Costa, 2019, p. 29). Os requerimentos para estabelecer qualquer Estado, independentemente de ser “super” ou “supra”, são um território delimitado, um povo definido, e um aparelho de poder capaz de impor as regras de conduta social e dotado de órgãos com autoridade política.

As comparações formadas por apoiantes federalistas, até mesmo supranacionalistas, entre Estados nacionais e a potencial existência de um Estado europeu são, de tal forma, irrefutáveis visto que a UE não possui um território definido, não existe um povo ou mesmo esfera pública europeia, e a organização política europeia é essencialmente levada a cabo pelos governos nacionais (de Prat, 2016). Este balanço negativo que assenta a UE numa organização mais intergovernamental do que supranacional enfraquece um conceito vital que, até ao quotidiano, segue muito debatido em investigação – a existência de uma democracia na União Europeia (de Prat, 2016; Scharpf, 1999; Schmidt, 2006).

2. Democracia na União Europeia: um debate interminável

É comum em Ciência Política debater sobre as inúmeras conceptualizações de ‘democracia’. O conceito aplicado por Abraham Lincoln de ser ‘o governo do povo, pelo povo, para o povo’⁵ é visto como um marco histórico no estudo da democracia e as suas conceptualizações diferentes. Esta definição enquadra-se no conceito de democracia direta e participativa no que consta à participação direta dos cidadãos no processo de tomada de decisão na *policy-making* (Epstein, 2011). Esta forma de democracia data desde a Antiga Grécia e as suas atividades na *pólis* grega (Scharpf, 2006), mesmo que se tenha presente que a democracia ateniense é muito específica,

⁵ Extrato do discurso mais famoso de Abraham Lincoln no *The Gettysburg Address*, 19 de novembro de 1863. Fonte: <https://www.abrahamlincolnonline.org/lincoln/speeches/gettysburg.htm>. Consultado a 20 de janeiro de 2024.

relativa ao contexto histórico e geográfico de Atenas (Ferreira, 1989), pelo que se compreende um conjunto de críticas e abordagens distintas face ao modelo da democracia ateniense.

Mais recentemente, estudos sobre a democracia moderna encaixam-se na definição de democracia representativa. O primeiro modelo de democracia representativa foi sugerido por James Madison no décimo papel dos *Federalist Papers*, em que sugere uma implementação de uma ‘democracia republicana’ que incorporava uma eleição de um pequeno número de cidadãos que administravam o governo e estes seriam eleitos pelo resto do povo (Encyclopedia Britannica, 2020). Democracia representativa é definida como a soberania do povo expressa na nomeação de representantes para um sistema político, e esta forma possui mecanismos eleitorais para assegurar um grau de responsabilidade e reatividade pelos representantes que atuam em nome dos cidadãos (Urbinati, 2011). Esta é a forma mais clássica de democracia em condições contemporâneas de grandes sistemas políticos (Bühlmann & Kriesi, 2013).

Referências como Joseph Schumpeter, Anthony Downs e Robert Dahl são exemplos de autores que mais contribuíram para a definição moderna de democracia com base no modelo representativo. Joseph Schumpeter (1942) classifica ‘democracia’ como um “método institucional para chegar a decisões políticas em que os indivíduos [elites] adquirem o poder de decidir por meio de uma luta competitiva pelo voto do povo”. Anthony Downs (1957) explica o conceito de ‘democracia’ como um sistema político composto por uma competição partidária cujos partidos visam maximizar o maior número de votos possível e obter cargos políticos, e que todos os cidadãos que sejam cumpridores da lei votam nesses partidos uma vez em cada eleição. Robert Dahl (1972) considera que ‘democracia’ inclui um conjunto de instituições e práticas, um corpo legislativo e um processo de tomada de decisões coletivas que requerem representantes (funcionários) que são eleitos através de eleições livres e justas por um sufrágio universal e inclusivo.

As definições de Schumpeter e de Downs demonstram o carácter competitivo da democracia, refletindo uma teoria mais económica do conceito. A essência do conceito, com base nos autores, insere-se na luta eleitoral por cargos políticos através do voto popular em indivíduos que competem pelo poder. A definição de Dahl vai além do aspeto competitivo de democracia e indica que a eleição dos indivíduos para os cargos políticos só pode ocorrer através de eleições livres e justas. Esta última definição corresponde melhor com o conceito moderno de democracia representativa, pois os indivíduos, como Dahl (1972) indica, são os representantes da vontade do povo. O debate é, naturalmente, alargado, sendo que numa perspetiva teórica, abandona-se progressivamente a visão ideal ou teórica, para perspetivas que balizam a democracia com base em elementos e indicadores mensuráveis e comparáveis.

É universalmente aceite que a democracia representativa é o modelo de democracia mais comum aplicado aos Estados-Nação (Bühlmann & Kriesi, 2013; Urbinati, 2011). O que se segue é a questão de aplicar este mesmo modelo numa organização internacional. Imediatamente, Dahl (1999)

sugere que não é possível estabelecer uma democracia a nível internacional por várias razões: organizações internacionais não possuem elementos de *accountability* e não estão sujeitos a controlo parlamentar, não tomam decisões vinculativas, não estabelecem executivos, e as decisões seriam não-democráticas devido à pluralidade de interesses e das pessoas envolvidas.

Estudos sobre a aplicação de um modelo democrático em organizações internacionais têm recebido o seu foco em investigação. No entanto, não tanto quanto os estudos que se debruçam sobre a democracia na União Europeia (UE). Considerado, nas palavras de Jacques Delors, como um ‘objeto político não identificado’, a UE possui um sistema político que é único por si (de Prat, 2016; Majone, 1998), com um misto de federalismo (por ex. a União Económica e Monetária) e intergovernamentalismo (por ex. decisões tomadas pelos Estados-membros). Devido à natureza *sui generis* do seu sistema político, a UE é alvo de comparação com outros sistemas democráticos com base na democracia representativa.

Um dos valores defendidos no Artigo 2 do Tratado da União Europeia é o respeito pela democracia. O artigo 10 do mesmo tratado considera que o sistema político da UE se assenta com base numa democracia representativa. Contudo, o sistema democrático que caracteriza a UE é inigualável. Ao longo das décadas, os tratados europeus⁶ reforçaram a implementação de democracia representativa ao nível europeu graças ao aumento dos poderes do Parlamento Europeu, sendo o único órgão supranacional de representação dos cidadãos dos Estados-membros, em virtude do processo de eleição dos eurodeputados pelos seus concidadãos (Bale, 2013; Hix et al., 2007; Lefkofridi & Katsanidou, 2014). A democracia representativa assumiu o estatuto de princípio constitucional na UE, o que desencadeou cada vez menos contestação entre os governos dos Estados-membros (Rittberger, 2012). Contudo, este sistema tanto é inigualável que leva a um conjunto de questões e debates constantes em investigação sobre a própria existência de uma democracia europeia. Inevitavelmente, a democracia europeia apresenta constrangimentos na sua função que derivam, em grande parte, dos elementos apresentados por Dahl (1999). Estes constrangimentos levaram ao aprofundamento do estudo do fenómeno que é classificado como o ‘défice democrático’ na União Europeia.

3. O problema do défice democrático na União Europeia

Antes de 1979, data das primeiras eleições diretas para o PE, verificava-se a eleição dos eurodeputados através dos parlamentos nacionais (eleição indireta), especialmente deputados pertencentes aos partidos incumbentes nos governos (Van der Brug & De Vreese, 2016, p. 4). As primeiras eleições diretas, ou seja, em que os cidadãos dos Estados-membros da UE tiveram o direito de ir às urnas votar/eleger o seu candidato, foi em 1979. No entanto, em 1979, o Parlamento Europeu (formalmente reconhecido como a Assembleia Parlamentar Europeia) carecia de poderes de tomada de decisão, o que levou a um ‘défice democrático’ na UE (Williams,

⁶ Estes foram: o Ato Único Europeu (1986), o Tratado de Maastricht (1992), o Tratado de Amesterdão (1997), o Tratado de Nice (2001), e mais recentemente o Tratado de Lisboa (2007).

1990), ou seja, os cidadãos votaram numa câmara de representação que não tinha poder de legislar e simplesmente funcionava como um órgão consultivo, não expressando com legitimidade os interesses e a representatividade dos cidadãos. Shirley Williams (1990, p. 162) define ‘défice democrático’⁷ como:

“[...] a lacuna entre os poderes transferidos para o nível comunitário e o controlo do Parlamento [europeu] eleito sobre eles, uma lacuna preenchida pelos funcionários públicos nacionais que atuam como especialistas europeus [...] e até certo ponto por lobbies organizados, representando principalmente negócios.”

Baseando nesta definição, a UE funciona como uma arena dominada por especialistas e lobbies (Greenwood, 2011), cujas críticas apontam para os interesses do eleitorado (com especial referência ao Parlamento Europeu) serem sobrepostos pelos interesses das elites (McCormick, 2014, p. 96). Organizar eleições diretas para o PE foi visto como uma solução, de cariz parcial, para o défice democrático (Hix et al., 2007). No entanto, a preocupação da falta de comunicação e *accountability* entre Parlamento e cidadãos resultava da falta de poderes de tomada de decisão do Parlamento Europeu (Van der Brug & De Vreese, 2016).

Ao longo dos anos, com a ratificação dos tratados europeus, até ao mais recente Tratado de Lisboa, o PE foi garantindo poderes formalizados, legitimados e institucionalizados, levando à designação de ‘parlamentarização da UE’ (Rittberger, 2012). Agora, não só possui poder legislativo (como vetar uma proposta da Comissão Europeia), como também poderes de tomada de decisão na definição do orçamento da UE.

Contudo, o problema do défice mantém-se, tendo em determinados aspetos se intensificado. Quanto mais poderes os órgãos europeus possuem, maior é a expectativa face ao sentido de responsabilidade e transparência perante os cidadãos, algo que, todavia, não segue resolvido (Hix et al., 2007). Apesar de o PE ser eleito diretamente pelos cidadãos da UE, as suas competências são restritas em relação às dos parlamentos nacionais (Jano, 2008). Os cidadãos podem sentir que os seus governos nacionais têm uma influência mais direta nas suas vidas do que as instituições da UE.

Adicionalmente, o défice democrático dentro da UE é provocado, em parte, pela ausência de mecanismos democráticos maioritários eficazes (Bellamy, 2006, 2010). Por um lado, os eleitorados e parlamentos nacionais, onde estes sistemas funcionam bem, deveriam ter uma voz mais decisiva na decisão do âmbito e extensão da UE e das esferas em que esta entra (Mair, 2007). Por outro lado, as tentativas de avançar para uma democracia na UE tornam-se ilegítimas, porque sugerem um papel inadequado para um ‘povo’ da UE no julgamento das suas próprias

⁷ Não existe uma definição única de “défice democrático”. Muitos investigadores classificam o défice democrático na União Europeia maioritariamente devido à falta de *accountability* das instituições europeias (especialmente o Parlamento) perante os cidadãos europeus e à complexidade e formulação de leis e políticas das mesmas instituições (ver Fossum, 2016; Moury, 2016).

competências e na procura de uma distribuição mais igualitária entre eles que transcenda as fronteiras nacionais (Bellamy, 2008).

Em relação a outras instituições europeias com poderes de tomada de decisão, a Comissão Europeia, que é o órgão de poder executivo da UE, não é eleita diretamente pelos cidadãos europeus, o que pode gerar um desvio entre a administração da UE e os eleitores (Vesnic-Alujevic & Nacarino, 2012). O Conselho da UE, que partilha o poder legislativo com o PE, funciona principalmente a nível intergovernamental, com os governos dos Estados-membros a darem a impressão de que a responsabilidade democrática está mais centrada nos governos nacionais do que na UE coletivamente, e os cidadãos podem sentir-se desligados das escolhas feitas em privado por representantes sem controlo público imediato (Kratochvíl & Sychra, 2019).

Na sua essência, a UE possui um sistema complexo de governação que inclui múltiplas instituições, e esta complexidade pode dificultar aos cidadãos a compreensão da forma como as decisões são tomadas e de quem é *accountable* a quem. Com efeito, certos estudos focados no tópico do défice democrático na UE apresentam como solução um modelo de democracia que transcenda as barreiras nacionais: a democracia transnacional.

4. Democracia transnacional e a sua aplicação na UE: observações empíricas

Os debates científicos e académicos que rondam a possível aplicação de um modelo democrático para a União Europeia enquadram-se num modelo de democracia transnacional. Este modelo tem em conta o sistema de governação multidimensional que a UE exerce na sua *policy-making* (Beetz & Rossi, 2017). Existe uma certa concordância na literatura de que a aplicação de um modelo democrático na UE deve ir além das características de democracia de um Estado-Nação, como uma democracia representativa pura, pois esta última não serve de solução para resolver o problema do défice (Bellamy, 2010; de Prat, 2016; Eriksen & Fossum, 2007; Erne, 2008; Habermas, 2015; Hurrelmann & Baglioni, 2019). A União Europeia não é um Estado soberano federal e possui um sistema político *sui generis*, portanto não é viável fazer qualquer comparação da UE com processos democráticos e federais dos Estados-Nação e, assim, é preciso abandonar a noção de uma democracia estatal aplicada ao contexto europeu (de Prat, 2016; Erne, 2008; Schmidt, 2004). Em termos concretos, perante uma organização única torna-se necessário encontrar soluções e modelos democráticos distintos.

À luz dos argumentos apresentados sobre um modelo democrático transnacional, Erik Eriksen e John Fossum (2007) propuseram três modelos opcionais de democracia para aplicar no contexto europeu: democracia delegada, democracia federal, e democracia cosmopolita. O primeiro, democracia delegada, refere a democracia como estando direta e exclusivamente ligada ao Estado-Nação, que o pressuposto é que, ao nível da UE, o Estado-membro delega competências para a União e pode cultivar a confiança e a solidariedade necessárias para manter uma sociedade

democrática. O segundo modelo, democracia federal, implica uma UE que está institucionalmente preparada para afirmar a sua legitimidade direta e que esta deve ser estabelecida de forma juridicamente vinculativa. Para aderir a este modelo e manter a autoridade e a legitimidade, a UE necessita de uma identidade europeia e ser capaz de manter a capacidade de tomar decisões coletivas a longo prazo.

Contudo, estes dois modelos de democracia transnacional, de acordo com os autores, não são satisfatórios. Por um lado, o sistema de democracia delegada sofreria de um desajustamento entre *inputs* e *outputs*, uma vez que os cidadãos não poderiam participar em todas as decisões que lhes dizem respeito, dado que o resultado da democracia nacional está fundamentalmente ligado ao progresso na UE através exclusivamente dos governos nacionais. Por outro lado, o modelo de Estado federal num Europa profundamente interligada, onde os Estados estão a tornar-se cada vez mais interdependentes, a “democracia num só país não é sustentável” (Eriksen & Fossum, 2007, p. 19). Com efeito, Eriksen e Fossum apresentam o terceiro modelo que, de acordo com os mesmos, assemelha-se melhor à conceção de democracia transnacional: um modelo de democracia cosmopolita alternativo e não-estatal. Neste modelo, a soberania política é multidimensional e partilhada entre níveis diferentes e engloba uma soberania decisiva para os cidadãos. Este modelo serviria para ajudar a adaptar a democracia às condições *sui generis* da UE, e este representa a tentativa de construir uma conceção viável de democracia para além do Estado-Nação.

Um outro modelo de democracia transnacional pode encontrar-se sob a forma de deliberação. Ideia apresentada por Jürgen Habermas (1996), um resultado produzido numa democracia num organismo internacional é legítimo na medida em que a sua produção implica uma deliberação autêntica por parte das pessoas a ela sujeitas. Para contrastar a ideia de democracia ser só definida por uma comunidade autónoma dentro de limites territoriais precisos, a deliberação apresenta um modelo democrático discursivo e/ou comunicativo que é particularmente propício à sociedade internacional porque, ao contrário dos modelos de democracia tradicionais, ‘pode minimizar o problema das fronteiras [territoriais]’ (Dryzek, 1999, p. 44). O princípio de deliberação numa democracia não reside nos procedimentos de voto e representação dos interesses do eleitorado, mas sim coloca a ênfase na obtenção de um sentido comum e de uma vontade comum, sendo ambas o produto de um processo comunicativo (Eriksen & Fossum, 2002). Num sistema político como o da UE, o estabelecimento de procedimentos de voto para agregação dos interesses dos cidadãos europeus nas suas instituições foi visto como uma melhoria na sua qualidade de democracia. Mas dada a presença de mais de 449 milhões de habitantes oriundos de vários Estados⁸, é difícil, pelo meio de voto, assegurar que os cidadãos não estejam sujeitos a leis que a eles mesmos não consentem (Eriksen & Fossum, 2002). Como explicam Erik Eriksen e John Fossum (2002), o próprio modelo *sui generis* da UE, como o fato de possuir uma estrutura aberta

⁸ Dados retirados do relatório anual “Demografia na Europa” do Eurostat (1 de janeiro de 2024).

a vários procedimentos de cooperação para soluções políticas, aponta para a direção deliberativa de democracia.

Um problema significativo em relação à aplicação da democracia transnacional – ou mesmo até do próprio conceito de democracia – no contexto da UE tem em conta a ausência de um *demos*⁹ e de uma esfera pública europeia (Moury, 2016). De acordo com Habermas (2015), para efetivamente democratizar e legitimar a UE, os mecanismos democráticos devem apostar num modelo deliberativo para a participação dos cidadãos no processo de integração como sujeitos iguais no duplo papel de futuros cidadãos da União e como atuais cidadãos nacionais. Por outras palavras, Habermas aposta numa democracia europeia que ultrapasse os limites impostos pela ausência de um *demos* europeu. Kalypso Nicolaïdis (2013) vai além desta hipótese e classifica a UE não como uma ‘democracia’, mas sim como uma ‘*demoicracia*’. Segundo a autora, a multiplicidade de cidadãos com diferentes nacionalidades na Europa requer um modelo de uma “União de povos que governam juntos, mas não como um só” (Nicolaïdis, 2013, p. 1). Este modelo de *demoicracia* surge em resposta às teorias intergovernamentais e federalistas que assumem qual a posição e o papel das elites e dos cidadãos na construção europeia. De acordo com a autora, *demoicracia*, na sua essência, reflete o seguinte:

‘Como uma *demoicracia*-em-processo de tomada de decisão, a UE não é nem uma União de Estados democráticos, como os “soberanistas” ou os “intergovernamentalistas” gostariam que fosse, nem uma União como um Estado democrático, como os “federalistas” gostariam que fosse. Uma União-come-*demoicracia* deve continuar a ser um processo aberto de transformação que procura acomodar as tensões inerentes à busca de uma abertura mútua radical entre povos separados.’ (Nicolaïdis, 2013, p. 3)

Na realidade, a fase inicial do ‘consenso permissivo’ em relação à UE não gerou questões ou dúvidas quanto à legitimidade da integração europeia. Só mesmo após os anos 1990, com a ratificação dos tratados que garantiam maiores poderes ao PE, esse ‘consenso permissivo’ gerou um ‘dissenso constrangido’ por parte dos cidadãos europeus (Hooghe & Marks, 2009). Isto quer dizer que a aceitação social da legitimidade democrática da UE e das suas elites chegou ao seu fim, desencadeando vários debates sobre o défice democrático europeu (de Prat, 2016). Apesar dos modelos democráticos transnacionais apresentados nesta seção poderem servir como potenciais soluções para democratizar a UE, existe, todavia, o problema da legitimidade política europeia em relação a um elemento crucial que pertence a uma democracia: a competição partidária.

5. Legitimidade através dos partidos políticos e de competição partidária

Uma democracia em funcionamento requer a existência de partidos políticos e de uma competição partidária (Downs, 1957; Sartori, 2005a). Apesar de não ser um requisito obrigatório

⁹ *Demos* significa a população que pertence a um terminado território com a sua própria identidade.

para o cumprimento de uma democracia num sistema político, fazer política num Estado-Nação moderno requer a existência de partidos políticos. Estes tomam conta da mobilização política e eleitoral do eleitorado; fornecem recrutamento político para o processo de nomeação de cargos; fornecem ideologias, programas e plataformas eleitorais; e atendem interesses conflituosos na sociedade ao promover compromissos e soluções (Pedersen, 1996). Os partidos são geralmente considerados fundamentais para estruturar o processo legislativo, assegurar a coesão do voto e distribuir posições no processo legislativo e no executivo (Strom, 1990, 2000). Assim, de certa forma, é expectável que os partidos fornecem os alicerces na construção de uma democracia (Lawson & Lanzaro, 2010).

Numa democracia ideal, em teoria, uma competição partidária e eleitoral é um requisito essencial. Segundo Gary Becker (1958), os partidos disputam cargos políticos ao apresentar plataformas ao eleitorado, visando primordialmente serem eleitos para esses cargos e conquistar poder político, ou seja, a habilidade de influenciar o comportamento de terceiros. Assim como os partidos desempenham um papel crucial na representação em uma democracia contemporânea (Katz, 2006), eles são as principais entidades que conectam os governos aos parlamentos e os parlamentos aos cidadãos, sendo designados por ‘cintos de transmissão’ (Lindberg et al., 2008).

Por outras palavras, seria impensável considerar a existência de uma democracia representativa sem a existência de partidos políticos, pese embora diversas tentativas de fomentar a participação de grupos de cidadãos eleitores em processos eleitorais (contextos de eleições locais e regionais). No entanto, numa democracia transnacional, a existência de partidos transnacionais que agregam interesses de um vasto conjunto de cidadãos de várias culturas diferentes segue em questão sobre a sua própria integridade e ação política. Isto ainda é mais visível quando nos debruçamos sobre o papel das estruturas partidárias transnacionais existentes na UE. Em vez de assumir que uma *demos* europeia é um pré-requisito para uma verdadeira democracia da UE, uma identidade democrática europeia pode muito bem formar-se através da prática da competição democrática e de cooperação institucionalizada (Follesdal & Hix, 2006).

Capítulo 1 – Partidos políticos na União Europeia

1.1 A Europeização dos partidos políticos nacionais e a (falta de) competição partidária ao nível da UE

“A democracia representativa moderna significa democracia partidária e quando os partidos políticos são criados em novas democracias e começam a interagir, criam sistemas partidários” (S. I. Lindberg, 2007, p. 215).

Antes de avançar para o estudo de partidos políticos na UE, é importante definir o conceito de ‘partido político’ e de ‘sistema partidário’. Para os efeitos desta investigação, empregou-se a definição cunhada por Alan Ware (1996): um partido político é uma instituição que (a) procura a sua influência num Estado, geralmente na tentativa de ocupar posições num governo; e (b) consiste em procurar agregar interesses de uma sociedade em vez de buscar um interesse em particular. A interação entre partidos num determinado Estado desenvolve um sistema partidário, este sistema sendo o resultado de padrões de cooperação e competição entre diferentes partidos numa democracia (Sartori, 2005a). Partidos políticos não são estruturas monolíticas, pois as suas interações interpartidárias e estruturas intrapartidárias são suscetíveis de mudança conforme os diversos fenómenos (por ex. políticos, económicos e sociais) em ação (Bardi & Mair, 2008; Lijphart, 1994).

O estudo de partidos políticos é essencial para compreender o funcionamento político e democrático da União Europeia. A UE é dirigida por políticos partidários, em que os três ramos da sua liderança política – a Comissão Europeia, o Conselho da UE (ou o Conselho de Ministros) e o Conselho Europeu – são predominantemente recrutados através de partidos políticos (Hix & Lord, 1997b). Mesmo os indivíduos com maior poder de decisão ou influência sobre o processo de tomada de decisões no seio da UE, como o chanceler alemão, o presidente francês, ou o presidente da Comissão, são políticos partidários (Johansson & Raunio, 2019). Pode-se dizer, efetivamente, que a democracia europeia é uma democracia partidária com forte cunho nacional, no sentido que os partidos nacionais são atores centrais nos processos democráticos da UE, especialmente no âmbito das eleições para o Parlamento Europeu (PE) quando selecionam as listas de candidatos e realizam as suas campanhas eleitorais para o PE (Hix & Høyland, 2022; Johansson & Raunio, 2019).

É importante destacar a contribuição empírica para a relação entre a esfera supranacional (UE) e o seu impacto nas dinâmicas partidárias nacionais. O processo de integração europeia e a sua influência nas transformações das políticas (*policies*) de cada Estado-membro coincidem com o conceito de Europeização. De forma sumariada, Europeização é entendida pelas transformações nos sistemas políticos nacionais que podem ser relacionadas ao avanço do processo de integração europeia (Graziando & Vink, 2006). A definição de Europeização não é unidirecional, pois pode variar consoante dois níveis: embora os Estados-Membros possam implementar as políticas e os regulamentos da UE na sua legislação nacional (*top-down*), estes também podem moldar a

evolução da UE quando os governos nacionais defendem alterações à legislação comunitária (*bottom-up*) (Börzel, 2002).

Aplicado ao contexto dos partidos políticos, estudos sugerem que, antes da crise da zona euro de 2009, o impacto de Europeização nos partidos nacionais era fraco tanto a nível da sua organização interna como no próprio sistema partidário de cada Estado-membro (Ladrech, 2002; Poguntke et al., 2007). Contudo, após a crise da zona euro, gerou-se um aumento da importância da política da UE nas agendas e campanhas partidárias, nomeadamente tópicos sobre a economia e a moeda; bem como um aumento da reação negativa contra a UE, o que levou ao aparecimento e reforço de partidos eurocéticos (Lisi, 2022).

Não obstante, a nível supranacional, os partidos políticos fornecem ligações vitais entre as arenas nacionais e da UE e entre as próprias instituições da UE (Hix & Høyland, 2022). Simon Hix (2008) e Simon Hix e Bjørn Høyland (2022) apresentam a ideia de que uma democracia competitiva (por ex., eleições que competem para o poder de uma autoridade da UE) através da presença de partidos políticos europeus garante que “as políticas e os funcionários eleitos respondam às preferências dos cidadãos”, pois promove disputas eleitorais “que fornecem incentivos para que as elites desenvolvam ideias políticas rivais e proponham candidatos rivais para cargos políticos” (Hix & Høyland, 2022, p. 136). A transformação da UE na sua evolução institucional foi acompanhada pelo estabelecimento de uma competição partidária a nível transnacional.

A atividade dos partidos políticos na União Europeia está representada em três dimensões interligadas (Ladrech, 2006): em primeiro lugar, os partidos nacionais que selecionam os candidatos a integrar as listas ao Parlamento Europeu; em segundo lugar, os grupos políticos no Parlamento Europeu que selecionam membros para os gabinetes tais como presidentes de comissões internas, relatores, e participam no processo legislativo nas votações em plenário do PE; e em terceiro lugar, pelos partidos políticos europeus – ou Europartidos – que organizam atividades extra-parlamentares como cimeiras de líderes partidários nacionais, que compõem estas organizações, ao nível transnacional. Na UE, a competição partidária, é exercida, em grande parte, pelo papel predominante dos partidos nacionais nas estruturas partidárias transnacionais (Bardi & Calossi, 2009). Em consequência, as estruturas transnacionais, como a dos Europartidos, não promovem uma democracia competitiva a nível europeu, o que vem intensificar os efeitos do défice democrático.

A falta desta democracia competitiva pode refletir-se numa fraca competição partidária a nível transnacional, e, com isto, gera fracos incentivos eleitorais para os cidadãos europeus participarem nas eleições europeias (Follesdal & Hix, 2006). Isto quer dizer que os partidos nacionais detêm o ‘monopólio’ da competição partidária europeia, sendo os atores que mais protagonizam as campanhas eleitorais, que nomeiam candidatos para o Parlamento Europeu, e que organizam os manifestos partidários dos Europartidos, levando à conclusão de que o sistema

partidário europeu seja de carácter predominantemente nacional do que transnacional (Bardi & Calossi, 2009; Lightfoot, 2006; Thorlakson, 2005). Ao mesmo tempo que os cidadãos não conseguem compreender o funcionamento da UE, devido à sua natureza complexa e tecnocrática (Hix & Høyland, 2022), os mesmos não conseguem visualizar e compreender o papel dos Europartidos na política europeia, o que mais acentua o défice democrático. Por outras palavras, as campanhas eleitorais para as eleições europeias tendem a ser nacionalizadas, numa replicação do debate das campanhas nacionais (eleições legislativas/parlamentares), sendo questões relacionadas com a ‘Europa’ preteridas por temas de carácter mais nacional/doméstico.

Para atenuar os efeitos do défice o caminho passará por garantir uma democracia competitiva a nível transnacional, ou seja, europeizar as eleições europeias (Crego 2021). Com isto, os partidos políticos europeus seriam os atores-chave na competição partidária europeia, e com as últimas discussões e debates de reforma do sistema político europeu nos últimos anos, estes Europartidos foram ganhando um maior protagonismo (apesar de limitado) e foram reestruturando-se internamente e demonstrando posições mais claras em torno de certos tópicos políticos e institucionais (Bressanelli, 2014, 2015; Klüver & Rodon, 2013). Analisar os efeitos do défice democrático e quais mecanismos seriam propostos para atenuar esses efeitos passará por estudar a institucionalização, o funcionamento e a participação política das estruturas partidárias transnacionais e o seu contributo para a competição a nível transnacional – nomeadamente com os mecanismos institucionais promovidos pela UE que, em princípio, visavam combater o défice. Para entender a política da UE, precisamos de compreender como os partidos competem e organizam-se na UE (Hix & Høyland, 2022).

A formação de partidos políticos no seio da União Europeia foi o resultado de uma evolução da representatividade dos interesses dos Estados-membros que ultrapassaria o modelo tipicamente tecnocrático da União ao estabelecer um modelo de democracia representativa (Hix & Lord, 1997b). Um pré-requisito para o desenvolvimento democrático e eleitoral da União passaria pela criação de partidos políticos de carácter transnacional (Bardi & Calossi, 2009). Durante os anos 1970 e 1980, os partidos nacionais eram representados no Parlamento Europeu através de federações partidárias transnacionais (Kosowska-Gąstoł, 2017). Com a entrada em vigor do Tratado de Maastricht de 1992 (em vigor desde 01 de novembro de 1993), estas federações transnacionais viriam a ser convertidas oficialmente em “partidos políticos ao nível Europeu” (Kosowska-Gąstoł, 2017, p. 12). Estes partidos políticos são designados como partidos políticos europeus, ou Europartidos.

1.2 Os Europartidos: organização e estrutura interna

Um partido político europeu, daqui em diante Europartido, é uma organização composta por partidos nacionais e/ou membros individuais representados em vários Estados-membros, cujos partidos afiliados são representados por ‘deputados ao Parlamento Europeu, ou por deputados

dos parlamentos nacionais, dos parlamentos regionais ou das assembleias regionais' (European Parliament, 2018). A sua base legal encontra-se no Artigo 10.4 do Tratado da União Europeia:

“Os partidos políticos ao nível europeu contribuem para a criação de uma consciência política europeia e para a expressão da vontade dos cidadãos da União.”

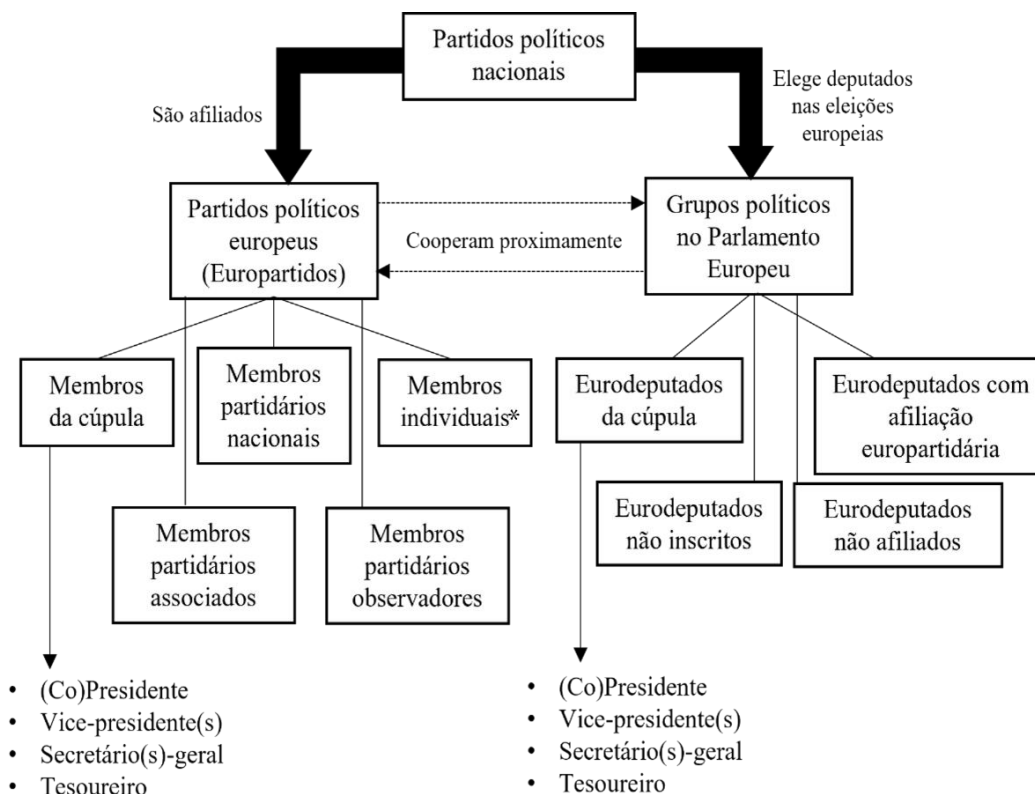
Os Europartidos podem ser vistos como organizações ‘de guarda-chuva’ entre partidos nacionais, pois juntam, coordenam e facilitam trocas de informação e diálogo entre elites políticas dos Estados-membros (Lelieveldt & Princen, 2011). Os Europartidos oficialmente registados estão sob a gestão e supervisão da designada Autoridade para os Partidos Políticos Europeus e as Fundações Políticas Europeias (APPF). A APPF é uma instituição da UE que supervisiona o funcionamento dos partidos políticos e das fundações políticas europeias, criada pelo Tratado de Lisboa, e tem por missão garantir o cumprimento das regras que regem o funcionamento e o financiamento destas entidades¹⁰.

Estes partidos, normalmente, pertencem a uma família partidária no Parlamento Europeu designado como grupo político. Um Europartido não é o mesmo que um grupo político no PE. O primeiro é uma organização pan-europeia que coordena políticas e estabelece redes de contacto entre os partidos nacionais de Estados-membros e possui a sua própria estrutura da cúpula; enquanto um grupo político é um grupo formado dentro do PE composto por eurodeputados com ideologias comuns e preferências políticas, e possui uma liderança e estrutura própria (McCormick, 2011, p. 259).

Por um lado, qualquer membro de um partido nacional que esteja afiliado a um Europartido é membro do Europartido e estes são considerados os membros com mais direitos de decisão na estrutura interna europartidária (van Hecke et al., 2018). Contudo, a maioria dos Europartidos não possui membros individuais considerados de ‘raiz’, com seja, afiliação exclusiva ao Europartido e sem afiliação partidária nacional, sendo as únicas exceções a Aliança dos Liberais de Democratas pela Europa (ALDE) e o Partido Democrático Europeu (EDP) (Hertner, 2019). Não obstante, os Europartidos possuem membros associados e observadores, que podem ser partidos de Estados fora da UE. Por outro lado, os membros dos grupos políticos do PE são nomeados pelos partidos nacionais através das eleições parlamentares europeias e estes membros podem ser membros dos Europartidos como também podem não possuir afiliação europartidária (não afiliados). Dentro do PE também existem membros não inscritos, tipicamente eurodeputados independentes que não estão associados a um grupo político. A Figura 1 sumariza a estrutura interna dos Europartidos e dos grupos políticos.

¹⁰ <https://www.appf.europa.eu/appf/en/home/legal-background>. Consultado a 12 de maio de 2024.

Figura 1 - Estrutura dos Europartidos e dos grupos políticos do Parlamento Europeu.



Fonte: Elaboração própria

*Exclusivamente aplicado ao Partido da Aliança dos Liberais pela Europa (ALDE) e ao Partido Democrático Europeu (EDP).

Desde a sua criação e evolução, os Europartidos desenvolveram-se para além de simples organizações de partidos nacionais para possuírem a sua própria estrutura transnacional, como forma de simular as estruturas partidárias nacionais (Hix, 1996). As componentes que compõem a cúpula dos Europartidos são: uma presidência, um estatuto, um programa comum, um secretariado, um órgão executivo, uma assembleia do partido, uma estrutura hierárquica de liderança (presidência, conselho e congresso), e a capacidade de tomar decisões vinculativas para os partidos membros (Bardi & Calossi, 2009; Bressanelli, 2014; Delwit et al., 2004; Hix, 1996). No entanto, nem todos os Europartidos possuem uma estrutura idêntica. Por exemplo, o Partido da Aliança dos Liberais e Democratas (ALDE) e o Partido dos Verdes Europeu (EGP) possuem dois presidentes (designados cada um como “co-presidente”), e o Partido da Esquerda Europeia (PEL) não possui um secretário-geral.

Os Europartidos estão associados e cooperam muito proximamente com os grupos políticos no PE (Bressanelli, 2014). Em termos de organização interna, a coesão dos membros dos grupos políticos do Parlamento Europeu (incluindo os Europartidos) é construída através de negociação e deliberação, em vez de ser produzida pelos instrumentos de sanção da liderança do partido (Bressanelli, 2014, pp. 163–164). Os grupos centralizaram os poderes de decisão e introduziram novos mecanismos de coordenação entre o comité e os níveis do plenário, algo verificado

principalmente no Partido Socialista Europeu (PES) e no Partido da Aliança dos Liberais e Democratas (ALDE). Em segundo lugar, a ideologia é a forma de capturar a essência do espaço ideológico da UE (Hix & Lord, 1997b; McElroy & Benoit, 2007). Uma vez que ideologia, no quadro de uma simplificação face ao posicionamento no binómio esquerda-direita, é o preditor mais importante de filiação de partidos nacionais em grupos políticos, os partidos membros dos grupos políticos partilham, em larga escala, valores e uma ideologia comum, e os partidos nacionais de maior dimensão tendem a juntar-se aos maiores grupos políticos para beneficiarem de recursos e influência adicionais. Segundo a literatura, o posicionamento face à integração (pro/anti-UE) não é considerado como fundamental na integração em um grupo político, pelo menos em comparação com a ideologia esquerda-direita (Bressanelli, 2014, 2015).

E em terceiro lugar, por um lado, alguns Europartidos como o Partido Popular Europeu (EPP) e o Partido Socialista Europeu tendem a votar de forma diferente quando as suas preferências ideológicas divergem (esquerda-direita), e, por outro lado, tendem a votar em conjunto quando as suas preferências convergem, como na integração da UE (pro/anti-UE) (Bressanelli, 2015). Neste caso, a competição interpartidária, principalmente entre os dois maiores Europartidos – o EPP e o PES – foi identificado pela importância de ideologia.

No entanto, ao contrário dos grupos políticos, a atividade política dos Europartidos não reside somente no PE. Também participam em outras instituições europeias através das Cimeiras Intergovernamentais promovidas pelo Conselho Europeu (Lightfoot, 2003; Tallberg & Johansson, 2008) e na coincidência das prioridades pré-legislativas da Comissão Europeia com as promessas eleitorais dos Europartidos (Kostadinova & Giurcanu, 2018, 2020). Daí são comumente designados como partidos (ou organizações) ‘extra-parlamentares’ (Bardi & Calossi, 2009; Hix & Lord, 1997a; Johansson & Raunio, 2019; Thorlakson, 2005).

Em termos de financiamento, desde 2004 que os Europartidos são financiados diretamente através do orçamento da União Europeia (Eur-Lex, 2017). As regras relativas ao estatuto e ao financiamento dos Europartidos estão previstas no Regulamento n.º 1141/2014, de 22 de outubro de 2014, pelo que revela que grande parte do orçamento da UE para os Europartidos provém de financiamento público e de subvenções estatais (Bardi & Calossi, 2009). Com a mais recente proposta iniciada em 2021, e aprovada em 2022, sobre a reestruturação do financiamento europartidário encontrada no Regulamento n.º 1141/2014 (Eur-Lex, 2014), o orçamento da União corresponde cerca de 90% do financiamento total dos Europartidos e 10% do orçamento europartidário é cofinanciado pelos seus próprios recursos como contribuições dos seus membros e doações de pessoas físicas ou jurídicas (European Parliament, 2022b).

1.3 A formação dos partidos políticos a nível europeu

A formação dos primeiros Europartidos data desde os anos 1970. A introdução das primeiras eleições diretas para o Parlamento Europeu em 1979 funcionou como o principal impulso à formação de organizações políticas de representação eleitoral a nível europeu (Johansson & Raunio, 2005). As primeiras federações partidárias transnacionais surgiram com a criação da Confederação dos Partidos Socialistas na Comunidade Europeia (CSPEC) em 1974, do Partido Popular Europeu (EPP) e do Partido Liberal-Democrata e Reformista Europeu (ELDR) em 1976. Dos três Europartidos, o CSPEC alterou o seu nome para o Partido Socialista Europeu (PES) em 1993 e o ELDR passou a designar-se por Aliança dos Democratas e Liberais Europeus (ALDE) em 2004. As criações de federações partidárias a nível europeu foram acompanhadas pela criação de grupos políticos no Parlamento Europeu (Johansson, 2009). Apesar de se relacionarem e cooperarem muito estritamente com os grupos políticos, estas federações possuíam um conjunto de regras legais e estatutos que regiam as suas próprias atividades (Hix & Lord, 1997b).

No entanto, desde a sua criação, o principal problema dos Europartidos tem em conta as suas estruturas relativamente frágeis de natureza confederal e as dificuldades na elaboração de uma plataforma eleitoral coerente para as eleições para o PE (CVCE, 2016). Foi a partir do tratado de Maastricht de 1992 que os Europartidos foram formalmente reconhecidos pela União Europeia com a entrada do artigo 138-A que refere a estas estruturas como ‘partidos políticos ao nível europeu’. Mais recentemente, a existência dos Europartidos está disposta no artigo 10.4 do Tratado da União Europeia (entrado em força sob o Tratado de Lisboa de 2007):

“Os partidos políticos ao nível europeu contribuem para a criação de uma consciência política europeia e para a expressão da vontade dos cidadãos da União.”¹¹

Durante a 9^a legislatura parlamentar (2019-2024), que será o foco contextual desta investigação, a UE consistia em 10 Europartidos (van Hecke et al., 2018). A Tabela 1 demonstra, a par do enquadramento ideológico esquerda-direita e atitudes perante a integração europeia, quais os Europartidos presentes na UE e a respetiva afiliação nos grupos políticos no PE.

¹¹ Artigo 10.4 do Tratado da União Europeia (versão consolidada 2016). Fonte: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:12016M010>. Consultado a 18 de outubro de 2024.

Tabela 1 – Europartidos registados sob a Autoridade pelos Partidos Políticos Europeus e Fundações Políticas Europeias – 9ª legislatura parlamentar

Europartidos	Grupo parlamentar na UE	Ideologia/Posição face à UE	Ano de fundação
Partido Popular Europeu (EPP)	Grupo do Partido Popular Europeu (GEPP)	Democracia cristã e conservadorismo liberal / Europeísta	1976
Partido Socialista Europeu (PES)	Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas (S&D)	Social-democracia / Europeísta	1973 (relançado em 1992)
Partido da Aliança dos Liberais e Democratas pela Europa (ALDE-P)	Renovar a Europa (RE)	Liberalismo / Europeísta	1976 (relançado em 1993)
Partido Democrático Europeu (EDP)			2004
Partido Verde Europeu (EGP)	Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia (Greens-EFA)	Ambientalista e centro-esquerda / Europeísta	1979 (relançado em 1993 e 2004)
Aliança Livre Europeia (EFA)			1981
Partido dos Conservadores e Reformistas Europeus (ECR-P)	Grupo dos Reformistas e Conservadores Europeus (ECR)	Conservadorismo / Eurocético	2009
Movimento Cristão e Político Europeu (ECPM)			2002
Partido da Esquerda Europeia (PEL)	Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde (GUE/NGL)	Socialismo democrático e comunismo / Eurocético	2004
Partido da Identidade e Democracia (ID-P)	Grupo da Identidade e Democracia (ID)	Conservadorismo e nacionalismo / Eurocético	2014

Fonte: Adaptado de Isabelle Hertner (2019) e dados do Parlamento Europeu (<https://www.europarl.europa.eu/about-parliament/pt/organisation-and-rules/organisation/political-groups>).

1.4 A institucionalização dos Europartidos

Existe um consenso de que a consolidação da democracia é amplamente condicionada pela institucionalização da competição eleitoral regular entre partidos, nomeadamente quando se pretende adaptar a novas regras constitucionais (B. C. Smith, 2013). Os vários rankings de medição da qualidade da democracia avaliam, precisamente, o funcionário do sistema partidário e a competição partidária existente (por ex. variáveis metodológicas dos dados da *Freedom*

*House*¹²). Autores como Scott Mainwaring e Timothy Scully (1995) e Giovanni Sartori (2005) reiteraram que para a existência de uma competição partidária é necessária a institucionalização de um sistema partidário. Existe institucionalização quando o sistema partidário, isto é, o número efetivo de partidos¹³ e a sua cooperação e competição, apresenta estabilidade, durabilidade e a capacidade de coordenar cidadãos e políticos de forma previsível (Mainwaring & Scully, 1995; Mair, 1997). Da mesma forma que a institucionalização dos sistemas partidários é importante para a democracia, a institucionalização do sistema partidário europeu é um elemento essencial para demonstrar a sua importância na democracia europeia quando estas estruturas partidárias transnacionais são cruciais para representar as diversas ideologias políticas dos Estados-membros (Hix & Høyland, 2022; van Hecke et al., 2018).

Contudo, é preciso ter em conta que um sistema partidário europeu não equivale a um sistema partidário nacional, embora a estrutura dos Europartidos se equipara aos seus homólogos nacionais (Lightfoot, 2006). Seria difícil aplicar conceitos de institucionalização de partidos nacionais ao contexto europeu devido à natureza diferente do sistema da UE (Bardi, 1996). Por exemplo, aplicar os conceitos de Mainwaring e Scully (1995) de estabilidade e volatilidade dos partidos seria irrelevante para explicar a institucionalização do sistema partidário europeu: volatilidade é uma medida sem sentido, dada a natureza de segunda-ordem das eleições para o Parlamento Europeu, ou seja, são eleições de menor importância, pois não existe formação de um governo europeu, bem como os candidatos são nomeados através de listas nacionais e o voto aplica-se aos partidos e / ou candidatos nacionais de cada Estado-membro (Marsh, 1998; Reif, 1984; Van der Eijk & Franklin, 2004); e estabilidade é conceptualizada em contextos nacionais como a influência do sistema partidário na estabilidade do executivo, o que é irrelevante na UE visto que os Europartidos não elegem nem influenciam a escolha de um candidato para o órgão executivo da UE – a Comissão (Bardi, 1996).

Assim, Edoardo Bressanelli (2014), adaptando elementos do estudo feito por Vicky Randall e Lars Svåsand (2002), sugeriu duas componentes que se aplicam para o estudo da institucionalização europartidária: uma componente estrutural baseada em ‘organização’ e ‘autonomia’, e outra componente mais atitudinal como ‘infusão de valores’ e ‘reificação’. Organização, como o nome implica, refere-se à interdependência entre as diferentes subunidades do partido e à sua coerência estrutural interna – conceito definido como ‘*systemness*’ usado por Angelo Penebianco (1988). Autonomia, definido por Samuel Huntington (1968), refere-se à capacidade de uma organização existir independentemente de outras, e, definido por Randall e Svåsand (2002), na liberdade de interferência externa na determinação das suas escolhas e estratégias. Infusão de valores diz respeito à medida em que os atores e apoiantes do partido ‘adquirem uma identificação e um compromisso com o partido que transcende os incentivos mais instrumentais ou de interesse

¹² Fonte: <https://freedomhouse.org/reports/freedom-world/freedom-world-research-methodology>. Consultado a 11 de dezembro de 2024.

¹³ Um conceito cunhado por Laakso e Taagepera (1979) que prevê um número ajustado de partidos políticos no sistema partidário de um país.

próprio' (Randall & Svåsand, 2002, p. 13). Por outras palavras, um partido deve ter uma identidade e cultura própria que é essencial para a sua coesão interna. E reificação descreve o reconhecimento da organização partidária na constituição de um sistema político, e a sua presença e comportamento são tidos em conta por outros atores e instituições.

Aplicado ao sistema partidário europeu, os elementos de institucionalização são destacados se os Europartidos cumprirem com a função de cada elemento. Em termos de organização, os Europartidos possuem uma organização estruturada de vários membros partidários (e não partidários) nacionais, mas a sua autonomia é condicionada pela liberdade dos partidos nacionais nas tomadas de decisão intrapartidárias (Sozzi, 2013). Por outras palavras, quanto mais os Europartidos cooperarem com os seus membros nacionais e são livres de tomarem as suas decisões, mais atingirão uma condição de *systemness* (ou coerência), e, como resultado, mais serão institucionalizados (Sozzi, 2013). Já em relação aos elementos atitudinais, Bressanelli (2014) altera o conceito de 'infusão de valores' para 'coesão ideológica' para melhor corresponder à conceptualização de institucionalização europartidária. Coesão ideológica indica até que ponto os membros de um Europartido possuem crenças, valores e inclinações políticas comparáveis, pelo que o desenvolvimento institucional europartidário é dependente da sua coesão interna entre os partidos nacionais com base em objetivos programáticos comuns (Bressanelli, 2014). Em termos da sua reificação, os Europartidos são reconhecidos pela União Europeia e pelas suas instituições graças à sua inclusão no Tratado de Maastricht através do artigo 138-A, às reformas dos tratados subsequentes que aprimoraram a existência destas federações, e à implementação de um regulamento europartidário em 2003 que permitiu uma maior legitimidade destas organizações na política europeia. Esta consideração de legitimidade dos Europartidos irá ser estudada na seção a seguir.

1.5 A participação dos Europartidos na política europeia

Com o aumento de estudos relacionados com o défice democrático na UE nos anos 1990, e sobre a democracia europeia no geral, notou-se um aumento considerável no foco de estudo sobre os atores que promulgavam e participavam na democracia europeia. Defensores da teoria neofuncionalista, que consideram que as interações transnacionais contribuem para o reforço do processo de integração europeia, inserem os Europartidos como uma das principais componentes de cooperação transnacional tendo em conta uma perspetiva mais *bottom-up* de interação entre cidadãos e as instituições europeias (Witkowska, 2013). Como os partidos políticos são 'o expoente direto da vontade das sociedades dos Estados-membros', os Europartidos representam os interesses dessas mesmas sociedades ao nível transnacional (Witkowska, 2013, p. 227).

Entre as duas organizações partidárias que participam na democracia competitiva na UE – grupos políticos e Europartidos –, investigação prévia sobre a competição política europeia era substancialmente focada no papel e na competição intra- e inter-partidária dos grupos políticos

do PE (Attiná, 1990; Bardi, 1996; Hix et al., 2005). Isto porque os grupos políticos têm poderes de legislação dentro do PE e os Europartidos dependem destes grupos (e dos partidos nacionais) em termos de financiamento e de autonomia política na *policy-making* europeia (Bardi & Calossi, 2009; Peshenkov & Zhukovskiy, 2016). Com efeito, estudos sobre os Europartidos nos anos 1990 até ao início dos anos 2000 eram escassos e sobrepostos por um maior interesse inserido nos grupos políticos e na sua influência e coesão intra- e inter-partidária sobre a legislação dentro do PE, que, por si, era (e continua a ser) o único órgão diretamente eleito pelos cidadãos europeus.

Simon Hix e Christopher Lord (1997a) destacam, no seu livro seminal sobre a relevância dos partidos políticos na União Europeia, um capítulo dedicado aos Europartidos – também designados como ‘partidos para além do Parlamento (Europeu)’. Os autores consideram que a criação de múltiplas arenas de atividade para estes Europartidos tiveram em conta a criação de um terceiro tipo de organização partidária europeia: um ‘partido europeu nascente’ (Hix & Lord, 1997a, p. 167).

A literatura destaca estas federações transnacionais como partidos ‘extra-parlamentares’ devido à sua atividade política para além do PE (Bardi & Calossi, 2009; Hix & Lord, 1997a; Johansson & Raunio, 2019; Thorlakson, 2005). Ao contrário dos seus parceiros no PE, a atividade política dos Europartidos acrescenta-se em outras instituições europeias como na Comissão e no Conselho, principalmente no último. Por um lado, os Europartidos têm um histórico de cooperação com o Conselho com o principal objetivo de alargar as atividades do partido à principal arena de *agenda-setting*¹⁴ da política comunitária (Hix & Lord, 1997a). Na discussão e participação na reforma dos tratados europeus, estudos sugerem que os Europartidos sejam mais importantes quando são capazes de mobilizar as suas redes de partidos e líderes políticos nacionais durante as cimeiras no Conselho Europeu (Johansson, 2016, 2017). Por exemplo, os Europartidos participavam nas Cimeiras Intergovernamentais (CIG) do Conselho Europeu durante a preparação para a implementação dos tratados de Maastricht (1992) e de Amesterdão (1997) como forma de influenciar os líderes políticos nacionais a adotarem posições congruentes com as dos Europartidos (Johansson, 2016; Lightfoot, 2003). Apesar do grau de influência variar, pois assuntos domésticos por vezes colidiam com ideais transnacionais, houve uma influência transnacional promovida pelos Europartidos durante a fase inicial dos tratados, particularmente a facilitação de relações pessoais, acordos coletivos, e o desenvolvimento de políticas comuns (Johansson, 2016).

Por outro lado, os Europartidos conseguem exercer alguma influência na política europeia através da criação de redes de contactos frequentes entre as atividades dos Europartidos, grupos políticos do PE e partidos nacionais (Ladrech, 1999). A construção de tais atividades partidárias levará os partidos nacionais a cooperar com atores europeus em questões que são importantes para cada

¹⁴ *Agenda-setting* (traduzido como definição de agenda) significa colocar uma lista de tópicos a serem debatidos numa reunião e/ou cimeira, e ao mesmo tempo significa influenciar ou determinar um programa de ação.

lado, e, como consequência, desenvolve a europeização dos partidos nacionais em novas perspectivas de cooperação transnacional (Ladrech, 2002).

De acordo com estudos anteriores, os tratados de Maastricht (1992), de Amesterdão (1997) e de Nice (2000) contribuíram para o fortalecimento da posição dos Europartidos na *policy-making* europeia (Delwit et al., 2004; Lightfoot, 2003; Thorlakson, 2005). Pascal Delwit et al. (2004) afirmam que os tratados ofereceram às federações partidárias europeias oportunidades de influenciar o processo de tomada de decisão europeu.

No entanto, os Europartidos enfrentavam dois problemas em relação ao seu potencial de influência na UE. Primeiro, na arena institucional, a falta de um mecanismo de financiamento próprio dos Europartidos causava, em grande medida, a falta de autonomia na sua organização intrapartidária e na sua ação política nos processos legislativos europeus, pelo que eram fortemente dependentes dos grupos políticos do PE para conseguirem alguma influência (Johansson & Raunio, 2005; Peshenkov & Zhukovskiy, 2016). Segundo, na arena eleitoral, havia a falta de mecanismos institucionais europeus que permitissem uma maior ligação entre os Europartidos e os interesses dos cidadãos dos Estados-membros, tais como a ausência de um procedimento eleitoral europeu uniforme, aos partidos nacionais controlarem as funções vitais da gestão das campanhas e da seleção dos candidatos, e, com efeito, os partidos nacionais seguiam como os atores mais importantes tanto nos Europartidos como nos grupos políticos do PE ao sustentarem a estrutura da sua competição partidária (Bardi & Calossi, 2009; Thorlakson, 2005). Assim, o potencial de influência europartidária era embrionária ou muito limitada. Contudo, os anos a seguir revelaram contextos institucionais que levaram à sua maior legitimidade como atores políticos transnacionais, acompanhado por um maior fluxo de estudos sobre a organização e influência político-partidária dos Europartidos.

1.6 A implementação do regulamento europartidário de 2003 e o processo de alargamento de 2004 – o impacto nos Europartidos

O ano de 2003 foi um período marcante para a consolidação da legitimidade dos Europartidos na política europeia. Um regulamento que disponha um mecanismo de financiamento dos Europartidos foi implementado, pela primeira vez, em 2003. A partir desse momento, os Europartidos passaram a receber financiamento do orçamento da União e o reforço do Parlamento Europeu (através do aumento dos seus poderes pelos tratados) oferecia-lhes mais oportunidades para influenciarem o processo político da UE (Johansson & Raunio, 2005; Lightfoot, 2006).

A ação coesa dentro dos Europartidos foi prejudicada devido ao apoio muito limitado que receberam dos membros nacionais do Conselho Europeu, mas foi graças à ação coesa dos membros internos dos Europartidos que foi alcançado um conjunto de compromissos para reorganizar as suas estruturas e autonomia enquanto se estabelecia uma fonte estável de financiamento do orçamento da União Europeia (Wolfs, 2022).

No período pós-regulamento de 2003, estudos consideraram o crescimento dos Europartidos sob diversas perspetivas. Em primeiro lugar, receberam o apoio de governos nacionais mais pró-integracionistas, como Luxemburgo e França, e da Comissão Europeia (Johansson & Raunio, 2005). Em segundo lugar, estimulou-se mais desenvolvimentos intrapartidários como novos estatutos, novos logotipos, novas instalações, e novo pessoal (Lightfoot, 2006). E em terceiro lugar, ao obter mais recursos e reconhecimento adicional, os Europartidos puderam afirmar a sua autoridade com mais vigor do que no passado – tanto como atores no sistema político da UE como em relação aos seus partidos membros (Johansson, 2009).

Através do regulamento europartidário, a UE também criou certas estruturas de oportunidade para as federações de partidos transnacionais através de ligações partidárias entre diferentes instituições da UE (Hecke, 2010). Tal como sugere Zoe Lefkofridi e Alexia Katsanidou (2014), uma vez que o canal de representação do PE funciona com partidos nacionais e Europartidos, a congruência entre os cidadãos da UE e os decisores políticos do PE depende da congruência, principalmente, entre os partidos nacionais e os Europartidos a que os decisores políticos nacionais aderem. Não só os Europartidos obtiveram o seu reconhecimento legal na *policy-making* europeia, como também o aumento do seu orçamento desencadeou uma profissionalização da estrutura, pessoal e comunicação dos Europartidos (Jansen & Van Hecke, 2011).

Um outro contexto que a literatura sugere que promoveu uma maior estruturação intrapartidária e influência dos Europartidos foi o processo de alargamento da União Europeia a novos Estados-membros em 2004. Estudos revelam que o período de alargamento de 2004 colocou um desafio à expansão estrutural e ideológica intrapartidária dos Europartidos com a integração de novos partidos da Europa Central e Oriental (Bressanelli, 2015; von dem Berge, 2017). Adicionalmente, o processo de alargamento também levou à criação de dois novos Europartidos – o Partido da Esquerda Europeia (PEL) e o Partido Democrata Europeu (EDP). Este desafio provou ser um sucesso: com a integração dos novos partidos membros nacionais, os Europartidos e os grupos políticos no PE centralizaram os poderes de tomada de decisão e introduziram novos mecanismos de coordenação entre os níveis do comité e do plenário, e, como resultado, os Europartidos possuíam organizações mais fortes no PE e foram formados por membros ideologicamente mais coesos (Bressanelli, 2014).

Um dos maiores sucessos dos Europartidos nos países da Europa Central e Oriental foi ajudar a profissionalizar os novos partidos integrantes e favorecer fortemente a adaptação das elites às

novas realidades da política democrática (Pridham, 2014). Estudos sugerem que os novos partidos membros se tornaram mais semelhantes aos partidos membros ocidentais mais institucionalizados, nomeadamente no que diz respeito ao comportamento intrapartidário (von dem Berge, 2017) e impediam coligações eleitorais entre os seus partidos membros e partidos radicais de esquerda e de direita (Ibenskas, 2020).

O regulamento europartidário de 2003 legitimou os Europartidos na arena europeia pela primeira vez desde a sua criação nos anos 1970, e o processo de alargamento contribuiu para uma expansão ideológica mais coesa dos Europartidos, apoiando a integração de novos partidos ao influenciar a estrutura intrapartidária dos novos membros à semelhança dos partidos da Europa Ocidental. Contudo, mesmo após estes dois contextos que promoviam a legitimidade dos Europartidos, subsistiam dúvidas sobre a sua capacidade e influência política na UE.

1.7 O desenvolvimento dos Europartidos sob a reforma do seu financiamento

A mais recente investigação conduzida por Wouter Wolfs (2022) permite-nos analisar as reformas no financiamento europartidário e as suas implicações para o desenvolvimento dos Europartidos. A primeira reforma ao mecanismo de financiamento dos Europartidos ocorreu em 2007, e esta proporcionou uma maior flexibilidade aos Europartidos na gestão dos seus fundos, permitindo-lhes, pela primeira vez, utilizar o orçamento da UE para fazer campanha transnacional para as eleições parlamentares europeias. A segunda reforma ocorreu em 2014 e viu a introdução de uma personalidade jurídica para todos os partidos políticos registados, um novo procedimento para obter acesso a subsídios europeus, a introdução de uma condição de elegibilidade para financiamento da UE em que um Europartido deve ter uma representação mínima no Parlamento Europeu de pelo menos um eurodeputado (Eur-Lex, 2014). Adicionalmente, deu-se a institucionalização da Autoridade dos Partidos Políticos Europeus e Fundações Políticas Europeias (APPF), mencionada anteriormente, com a função principal de registar, controlar e impor sanções aos Europartidos e às fundações (APPF, 2018).

A terceira reforma de 2018 declarou que um partido político europeu não podia mais contar com membros individuais do Parlamento, mas apenas com partidos membros para representação. No mesmo enquadramento, destacou-se que os partidos nacionais só poderiam ser filiados a um Europartido, o que evitaria casos de filiação irregular ao Europartido (Eur-Lex, 2018b). A revisão de 2019 ao financiamento europartidário decorreu por iniciativa da Comissão Europeia, sendo que a maior alteração foi permitir à APPF detetar, verificar e sancionar os Europartidos caso estes, deliberadamente, pretendem influenciar o resultado das eleições parlamentares europeias através da utilização indevida de dados pessoais (Eur-Lex, 2019). A última reforma ao financiamento europartidário foi implementada em 2021 e esta destaca o mais recente processo de

financiamento: 90% provém de subsídios estatais (financiamento público) e 10% de donativos e custos de afiliação (European Parliament, 2022b).

As reformas e revisões ao regulamento europartidário resultaram de uma combinação de esforços de trabalho dos membros internos dos Europartidos, dos deputados do Parlamento Europeu e até da Comissão Europeia (Wolfs, 2022). A concessão de subsídios aos Europartidos pode ser visualizada como um processo para a construção de uma democracia partidária a nível europeu que ajudasse a superar o défice democrático da UE (Wolfs, 2022.). No entanto, mesmo com as recentes reformas na sua institucionalização, quer de ação política quer do seu financiamento, os Europartidos, todavia, estão deparados com várias limitações ligadas ao seu papel no défice democrático.

1.8 Os limites e preocupações dirigidas à institucionalização dos Europartidos

Os Europartidos são apresentados, em teoria, como ‘cintos de transmissão’ entre as preferências dos cidadãos dos Estados-membros e os legisladores da UE (B. Lindberg et al., 2008). No entanto, Peter Mair e Jacques Thomassen (2010), apesar de confirmarem a existência de uma política partidária a nível europeu, consideram que esta política apresenta falhas no cumprimento dos objetivos dos partidos políticos – a ausência de um sistema de governo partidário a nível europeu, uma vez que os partidos nos grupos políticos do Parlamento Europeu não têm capacidade para controlar eficazmente os órgãos dirigentes da UE, e o registe de aparentes falhas na capacidade dos Europartidos para representar a vontade dos cidadãos da Europa.

Uma das principais preocupações na investigação sobre a persistência do défice democrático é a falta de ligação entre Europartidos e os interesses dos cidadãos europeus (Follesdal & Hix, 2006; B. Lindberg et al., 2008; Sozzi, 2013). Um dos argumentos apresentados tem em conta o próprio objetivo de criação dos Europartidos. De acordo com David Hanley (2008), os partidos nacionais decidiram criar as estruturas transnacionais não exatamente para controlarem o processo político da UE ou mesmo para instaurar uma arena eleitoral europeia. O objetivo foi de facilitar alguma partilha de informação e concertação estratégica a nível supranacional ao conceder autonomia limitada aos Europartidos. Para que esta organização se torne mais forte, então os seus membros nacionais teriam de confiar-lhe algumas funções adicionais (Hanley, 2008, p. 214).

Mesmo após a aprovação do regulamento europartidário, Luciano Bardi e Enrico Calossi (2009) afirmaram que os partidos nacionais preservaram o seu domínio, uma vez que algumas disposições do estatuto efetivamente conferem aos grupos políticos do PE o controlo sobre o financiamento dos Europartidos e, ainda mais importante, tornam os partidos nacionais indispensáveis devido ao seu papel no cofinanciamento. Os mesmos autores destacam as

características organizacionais dos Europartidos semelhantes às do partido cartel, isto é, a principal fonte de recursos dos Europartidos provém de subsídios estatais.

Além disso, a revisão de 2018 ao estatuto de financiamento europartidário de 2003 promoveu a criação de cláusulas de barreira (*thresholds*) para a integração a novos partidos membros: um Europartido deve ter, pelo menos, um eurodeputado no PE e o Europartido deve obter representação parlamentar dos seus membros num quarto dos Estados-membros (Eur-Lex, 2018a). Apesar da intenção principal ser de reduzir a integração de partidos mais radicais e populistas, estas limitações favorecem a integração de maiores partidos em detrimento de potenciais partidos mais pequenos e reduzem a possibilidade de criação de novos Europartidos (Wolfs, 2022). Adicionalmente, a mesma revisão revela que todos os anos é determinado um montante total para efeitos de financiamento dos Europartidos e que este montante total é distribuído entre os partidos elegíveis, sendo que apenas 10% do montante é atribuído em termos iguais e 90% proporcionalmente ao número de eurodeputados. Novamente, os partidos maiores saem mais favorecidos (Wolfs, 2022).

Em termos de cooperação entre os Europartidos e os seus partidos membros nacionais, certos Europartidos (especialmente o PES) defrontavam-se numa polarização de interesses socioeconómicos com os seus partidos nacionais. Desincentivos institucionais, ideológicos, eleitorais e económicos foram os fatores explicativos mais fortes para este tipo de problema de cooperação em questões socioeconómicas da UE (Külahci, 2010).

Fabio Sozzi (2013) sugeriu que uma forma para diminuir os efeitos do défice seria quando as duas estruturas partidárias a nível da UE – Europartidos e grupos políticos – fossem independentes dos partidos nacionais e ligadas entre si, ou seja, se estas organizações se tornarem realmente europeias e cooperarem estreitamente entre si, então os legisladores da UE seriam mais responsáveis perante os eleitores. No entanto, verifica-se que existem poucos (ou nenhuns) incentivos institucionais para, efetivamente, institucionalizar estes partidos transnacionais.

Ademais, para uma democracia, a existência de partidos institucionalizados e de sistemas partidários não é o suficiente. Uma característica central dos sistemas partidários democráticos é que eles devem implicar, pelo menos, um certo grau de competição entre os partidos (Bardi & Mair, 2008; Mainwaring & Scully, 1995; Strom, 1990). Para haver uma competição, os partidos devem possuir elementos destes três comportamentos: *vote-seeking*, *office-seeking*, e *policy-seeking*. Conceitos cunhados por Kaare Strom (1990), partidos *vote-seeking* procuram maximizar o seu apoio eleitoral, ou seja, maximizar o número de votos, com o objetivo de controlar o governo. Partidos *office-seeking*, procuram maximizar o seu controlo sobre cargos políticos e maximizar o seu controlo sobre cargos eleitos – como posições no executivo. E partidos *policy-seeking* pretendem gerar efeitos sobre as políticas públicas, e frequentemente formam coligações interpartidárias para alcançar esses objetivos. Aplicado ao contexto europeu, os Europartidos não competem entre si para estabelecer um executivo para uma autoridade europeia, nem tentam

procurar votos visto que não possuem qualquer influência ou visibilidade em eleições (quer europeias quer nacionais).

Estas razões exemplificam a falta de competição partidária a nível europeu e que, por consequência, intensifica os efeitos do défice democrático (Hix, 2008; Hix et al., 2003; Sozzi, 2013). Os Europartidos possuem, até um certo ponto, um comportamento mais *policy-seeking*, nomeadamente quando tentam cooperar e mobilizar os seus membros nacionais para influenciar processos institucionais e constitucionais como na reforma dos tratados (Johansson, 2016, 2017; Lightfoot, 2003). Mas apenas um comportamento *policy-seeking* não é o suficiente para gerar uma competição partidária (Strom, 1990).

Portanto, o campo de ação dos Europartidos é limitado pela sua institucionalização e pelo elevado valor que os seus membros nacionais possuem tanto na arena legislativa como institucional. Apesar dos avanços institucionais aplicados a estas estruturas transnacionais, estes avanços não coincidem paralelamente com formas de ligação direta com os cidadãos europeus (Day & Shaw, 2006). Para além disso, este tipo de organização partidária seria adequado para partidos que procuram algumas recompensas do sistema político europeu, tais como lugares no PE e no posto de presidente da Comissão (Hix & Lord, 1997b). Havia a necessidade de implementar mecanismos institucionais que dessem oportunidade aos Europartidos de demonstrar o seu papel político na UE como atores legítimos, de aumentar a sua visibilidade para os cidadãos europeus durante as eleições para o PE, e de redirecionar o seu carácter mais nacional para um carácter verdadeiramente transnacional.

Capítulo 2 – As reformas na democracia europeia: o caso dos Spitzenkandidaten e das Listas Transnacionais

2.1 A preocupação entre a legitimidade da arena institucional e eleitoral na União Europeia

Embora o papel dos membros dos Europartidos tenha permanecido reduzido numa primeira fase, parecia haver poucas dúvidas de que haveria pressão para alargar o seu âmbito de ação nos anos seguintes (Day, 2014). Todavia existia a falta de instrumentos institucionais de influência direta e a ausência de comunicação direta com os eleitores (Peshenkov & Zhukovskiy, 2016). O aumento dos poderes do Parlamento Europeu com a ratificação dos tratados europeus requeria um maior papel dado aos atores partidários a nível transnacional para participar no processo legislativo e nas tomadas de decisão europeias. Para este efeito, era necessário estabelecer mecanismos institucionais para elevar a participação dos Europartidos nos processos institucionais/constitucionais e a sua visibilidade a nível eleitoral, principalmente durante as eleições para o PE (van Hecke et al., 2018).

Frank Decker e Jared Sonnicksen (2011) sugeriram que as eleições para o PE criam janelas de oportunidade para parlamentarizar e / ou presidencializar as instituições europeias, nomeadamente as instituições da tríade europeia. De acordo com os autores, a oportunidade de democratização da UE ao eleger diretamente um presidente à Comissão Europeia não foi aproveitada no rescaldo das eleições para o PE de 2009, as primeiras eleições europeias após a assinatura do Tratado de Lisboa. Por norma, o(a) candidato(a) para a presidência da Comissão Europeia é selecionado(a) pelos membros do Conselho Europeu (que são compostos pelos chefes de executivo dos Estados-membros) e o Conselho o(a) propõe frente ao Parlamento Europeu para votação (European Parliament, 2019). Após receber maioria absoluta pelos eurodeputados, o(a) candidato(a) sobe para a presidência da Comissão. O debate sobre a possibilidade de eleição direta do presidente para a Comissão Europeia já foi considerado pela literatura anterior à realização das eleições europeias de 2014.

A arena eleitoral seguia uma preocupação na investigação sobre o estudo dos Europartidos. Estudos sobre o défice democrático que afeta a União Europeia incluem a falta de capacidade dos Europartidos para desempenharem a função representativa a nível europeu (Sozzi, 2013) com a falta de instrumentos institucionais de influência direta e a ausência de comunicação direta com os eleitores (Peshenkov & Zhukovskiy, 2016). As eleições para o PE não promoviam um

procedimento de campanha e de eleição de candidatos para o PE e para o executivo europeu. No entanto, as eleições para o PE de 2014 foram consideradas um marco na história destas federações transnacionais: a ratificação do Tratado de Lisboa de 2007 (entrada em vigor em 2009) promoveu a introdução de um mecanismo de eleição direta do presidente da Comissão por parte do Parlamento através dos *Spitzenkandidaten* (Hobolt, 2014). Este mecanismo aproximou o papel dos Europartidos aos seus homólogos nacionais ao possibilitar a nomeação de um candidato líder à presidência da Comissão, gerando-lhes um papel mais competitivo para eleição de um executivo europeu (Put et al., 2016).

Um outro mecanismo de reforma institucional da UE que poderia ajudar os Europartidos a estabelecer a sua autonomia e influência na arena eleitoral seria a introdução de Listas Transnacionais (Crego, 2021; van Hecke et al., 2018). Este método viria a substituir o método tradicional de voto em listas nacionais, dando uma oportunidade aos eleitores “de votar em candidatos europeus (e não apenas nacionais) num concurso verdadeiramente europeu” (Crego, 2021, p. 4).

2.2 Os *Spitzenkandidaten*: uma análise contextual

Tendo em conta potenciais soluções para aliviar os efeitos do défice democrático, Peter Mair e Jacques Thomassen (2010) sugeriam manter o governo europeu e o Parlamento separados através da introdução de um presidente da Comissão eleito diretamente. Segundo os autores, a eleição direta do presidente da Comissão Europeia pelas pessoas ‘aumentaria enormemente a legitimidade’ do Parlamento Europeu perante os cidadãos com base nos resultados das eleições para o PE (Thomassen, 2010, p. 32). Com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa em 2009, foi estabelecida uma nova cláusula que revela um novo procedimento de eleição do presidente da Comissão Europeia. O artigo 17.7 do Tratado da UE refere que:

“Tendo em conta as eleições para o Parlamento Europeu e depois de proceder às consultas adequadas, o Conselho Europeu, deliberando por maioria qualificada, propõe ao Parlamento Europeu um candidato ao cargo de Presidente da Comissão. O candidato é eleito pelo Parlamento Europeu por maioria dos membros que o compõem. Caso o candidato não obtenha a maioria dos votos, o Conselho Europeu, deliberando por maioria qualificada, proporá no prazo de um mês um novo candidato, que é eleito pelo Parlamento Europeu de acordo com o mesmo processo”¹⁵.

Na prática, o Conselho Europeu propõe um candidato à presidência da Comissão e este terá de ser aprovado por maioria qualificada no Parlamento. Este foi o procedimento de eleição do presidente da CE até 2014, mais precisamente até à data das eleições europeias de 2014. Anterior às eleições de 2014, as discussões e diálogos entre as instituições europeias e os seus membros sobre as provisões do Tratado de Lisboa na eleição do presidente da Comissão Europeia

¹⁵ Fonte: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:12016M017>. Consultado a 12 de maio de 2024.

começaram com o discurso sobre o Estado da União de Durão Barroso de 2012, nomeadamente para instituir um debate eleitoral pan-europeu para as eleições europeias de 2014 (Brok, 2014, p. 4):

"Um meio importante para aprofundar o debate político pan-europeu seria a apresentação pelos partidos políticos europeus do seu candidato ao cargo de Presidente da Comissão nas eleições para o Parlamento Europeu já em 2014 [...] Isto seria um passo decisivo para tornar ainda mais clara a possibilidade de uma escolha europeia oferecida por estas eleições."

O Parlamento Europeu adotou uma resolução em 2012 que instava os Europartidos a nomearem 'candidatos à Presidência da Comissão' na expectativa 'que esses candidatos desempenhem um papel proeminente na campanha eleitoral parlamentar', apresentando o seu programa eleitoral em todos os Estados-membros da União, salientando a importância de reforçar a legitimidade política do Parlamento e da Comissão, e associando 'de forma mais direta as respetivas eleições à escolha dos eleitores' (European Parliament, 2012). A Comissão Europeia, por si, lançou uma recomendação no dia 12 de março de 2013 a discutir "sobre o reforço da realização democrática e eficaz das eleições para o Parlamento Europeu" (Eur-Lex, 2013, p. 3):

"Os partidos políticos europeus e nacionais devem dar a conhecer, antes das eleições para o Parlamento Europeu, o candidato a Presidente da Comissão Europeia que apoiam e qual o programa do candidato. Os partidos políticos nacionais devem garantir que os seus tempos de antena para as eleições para o Parlamento Europeu são também utilizados para informar os cidadãos sobre que candidato a Presidente da Comissão Europeia apoiam e qual o programa do candidato."

Portanto, o que se sucedeu nas eleições para o PE de 2014 foi o que Brigid Laffan (2019) sugeriu como uma "inovação constitucional" da UE. Após os resultados das eleições de 2014, a eleição do presidente da Comissão Europeia (CE) foi realizada através do processo de eleição dos *Spitzenkandidaten*. Isto é, cinco dos sete Europartidos (partidos do Parlamento Europeu) que compõem os maiores grupos parlamentários nomearam um cabeça de lista para tomar posse à presidência da Comissão (Hobolt, 2014). O vencedor seria o membro do partido mais votado através dos resultados eleitorais das eleições europeias de 2014 – neste caso, o partido mais votado foi o EPP, sendo eleito o candidato proposto pelo partido, Jean-Claude Juncker. O processo viria ser adotado novamente nas eleições europeias de 2019, desta vez com a inclusão de um *spitzenkandidat* do grupo parlamentar da Europa dos Conservadores e Reformistas. Mais recentemente, em 2024, todos os Europartidos, com a exceção do ECR Party, ECPM e do ID Party, nomearam os seus candidatos líder para concorrer para a presidência da Comissão durante as eleições para o PE. A Tabela 2 (p. 34) sumariza os Europartidos que nomearam pelo menos um candidato líder em 2014, 2019 e 2024.

Tabela 2 - Lista dos candidatos líder (*Spitzenkandidaten*) nomeados pelos Europartidos em 2014, 2019 e 2024

Ano	<i>Spitzenkandidat(en)</i>	Partidos Políticos Europeus
2014	Jean-Claude Juncker	EPP
	Martin Schulz	PES
	Guy Verhofstadt	ALDE
	Aléxis Tsípras	PEL
	Ska Keller e José Bové	EGP
2019	Manfred Weber	EGP
	Frans Timmermans	PES
	Grupo de 7 candidatos*	ALDE e EDP
	Ska Keller e Bas Eickhout	EGP
	Jan Zahradil	ECR Party
	Violeta Tomić e Nico Cué	PEL
2024	Ursula von der Leyen	EPP
	Nicholas Schmidt	PES
	Marie-Agnes Strack-Zimmerman**	ALDE
	Sandro Gozi**	EDP
	Valérie Hayer**	Renaissance***
	Terry Reinke e Bas Eickout	EGP
	Maylis Rosberg	EFA
	Walter Beier	PEL

*O grupo político do ALDE decidiu apresentar uma lista de sete candidatos a lugares de topo na UE.
 **Candidatos eleitos pelos seus Europartidos, mas pertencem ao mesmo grupo político (Renew Europe).
 ***Renaissance não é um partido político europeu, mas um partido francês integra o grupo do Renew Europe com a sua própria afiliação partidária nacional.

Como afirmam Schmitt, Hobolt e Popa (2015, p. 363), “pela primeira vez na história das eleições diretas para o PE, os eleitores teriam uma escolha real que poderia ter consequências para a eleição do chefe do órgão executivo da UE”. Contudo, o processo foi contestado pelo Conselho Europeu, que era a instituição com o poder de nomear o candidato para a presidência da CE (Hobolt, 2014). Enquanto instituição que se encontrava no topo do processo de tomada de decisão da UE, e que até então era o fórum natural para a escolha do presidente da CE, perderia um poder significativo se o PE conseguisse extrair-lhe o controlo do processo (Christiansen, 2016).

Apesar da sua contestação inicial, o Conselho, eventualmente, decidiu entrar em acordo com o processo (Christiansen, 2016). Isto deve-se à institucionalização ter ocorrido no que Stefano Bartolini (2005, p. 28) considera uma institucionalização numa ‘arena política natural’: “numa arena política natural, o poder garantido atribuído a cada ator depende exclusivamente dos seus recursos (económicos, simbólicos, violentos) e da sua utilização estratégica através de um processo contínuo de conflito e negociação”.

O PE utilizou, estrategicamente, o momento e uma forte unidade intrainstitucional, à custa de reivindicações partidárias anteriores, ganhando influência perante o Conselho no processo interinstitucional ao argumentar que o candidato que ganhou a batalha partidária tinha de ser nomeado (Heidbreder & Schade, 2020). O Conselho viu-se a submeter com relutância às reivindicações normativas do PE, uma vez que este último tinha feito uso do recurso estratégico de *timing* ((Heidbreder & Schade, 2020).

Entrando para as eleições europeias de 2019, o processo de *Spitzenkandidaten* foi novamente adotado e, também, contestado pelo Conselho Europeu. Os resultados das eleições europeias de 2019 deram vitória ao EPP, pelo que o candidato Manfred Weber supostamente seria eleito presidente da CE. No entanto, o EPP não obteve maioria absoluta e o Conselho argumentou que o processo dos *Spitzenkandidaten* foi considerado como não-constitucional (não estava estipulado no Tratado de Lisboa), pelo que a institucionalização deste processo, que ocorreu em 2014, não foi formalizada (Heidbreder & Schade, 2020). Tal como Eva Heidbreder e Daniel Schade (2020., p. 3) sugerem, “embora o Conselho se tenha curvado à proposta do PE em 2014, não aceitou explicitamente a legitimidade do procedimento”. Assim, sem chegar a um acordo parlamentar, o Conselho impôs-se e os seus membros decidiram nomear a não-*Spitzenkandidat* Ursula von der Leyen para a presidência da CE. Ao ser aprovada por maioria qualificada no Parlamento, a candidata alemã foi eleita presidente da CE. Em suma, em 2019, o Conselho reafirmou o seu papel no quadro institucional e não estava disposto a entregar a vitória institucional ao PE, contrariamente ao que se passou em 2014 (Crum, 2023).

Estudos anteriores à introdução dos *Spitzenkandidaten* sugeriam que um processo de eleição do presidente da Comissão com base em candidatos apresentados pelos Europartidos concediam um papel mais *vote-seeking* (Hix & Lord, 1997a; Lightfoot, 2006) e até *office-seeking* (Lightfoot, 2003). Anteriormente, os Europartidos possuíam um carácter mais *policy-seeking*, ou seja, como não tinham a capacidade de eleger (ou mesmo influenciar) a escolha de um executivo europeu nem possuíam visibilidade durante as eleições para o PE (pois o voto é nos partidos nacionais), só tinham a possibilidade de serem atores capazes de influenciar a *policy-making* europeia (Lightfoot, 2003). Com o processo dos *Spitzenkandidaten*, o resultado das eleições para o PE influenciava diretamente a escolha de um executivo europeu, o que personalizava os Europartidos como partidos que procuravam votos (*vote-seeking*) para nomear o candidato à presidência da Comissão (*office-seeking*).

A introdução dos *Spitzenkandidaten* promovia o seu novo papel como organizações de campanha eleitoral e podia ajudar a tornar os Europartidos mais visíveis a nível nacional (Johansson & Raunio, 2019; van Hecke et al., 2018). No entanto, Thomas Christiansen (2016) indica que a introdução dos *Spitzenkandidaten* não promoveu uma esperada competição político-partidária ou uma escolha genuína entre programas políticos rivais, mas, por um lado positivo, houve um maior reforço da posição pró-integracionista dos Europartidos e dos grupos políticos face à

crescente oposição populista a uma maior integração que inclui, principalmente, vários partidos e movimentos políticos eurocéticos dos Estados-membros da UE¹⁶.

2.3 As Listas Transnacionais: uma possibilidade não alcançada

A outra reforma institucional que foi proposta em debate na UE foi a possibilidade de introduzir Listas Transnacionais (LT) para ocupar os lugares no Parlamento Europeu. Este método foi desenhado para substituir o método tradicional de voto em listas nacionais, dando uma oportunidade aos eleitores “de votar em candidatos europeus (e não apenas nacionais) num concurso verdadeiramente europeu” (Crego, 2021, p. 4).

O surgimento desta ideia data desde a década de 1990, nomeadamente com o relatório de Anastassopoulos de 1998 “sobre a elaboração de um projeto de processo eleitoral contendo princípios comuns para a eleição dos deputados ao Parlamento Europeu” (Parlamento Europeu, 1998), apoiado por federalistas, membros dos Europartidos dos Verdes e dos Liberais, e por alguns membros dos Socialistas e dos Democratas-Cristão (Crego, 2021). Anos mais tarde, o relatório de Duff em 2011, apresentado pelo eurodeputado do ALDE Andrew Duff, sugeriu a implementação de eleição de um terço dos assentos no PE por via de listas transnacionais, um número que poderia assegurar uma representação justa de género, como forma de cada eleitor ter ‘a possibilidade de dar um voto para a lista da UE, para além do seu voto para a lista nacional ou regional’ (Parlamento Europeu, 2011). Contudo, a distribuição exata entre candidatos residentes em diferentes Estados-membros e entre homens e mulheres não foi pormenorizada (Crego, 2021).

O debate sobre a proposta das listas transnacionais regressou na sequência do referendo britânico sobre a UE (*Brexit*) sobre o futuro dos 73 lugares vagos que seriam deixados pelos eurodeputados britânicos no Parlamento Europeu. Ao mesmo tempo, Emmanuel Macron, presidente da França, declarou que era a favor de tais listas para as próximas eleições europeias (Verger, 2018). Ao fazê-lo, argumentava que as listas eleitorais transnacionais ajudariam a ultrapassar o desencontro entre o papel institucional do Parlamento Europeu como instituição da UE que representa os cidadãos da UE e o facto de os cidadãos da UE serem chamados a votar em partidos e líderes nacionais que não têm um papel visível na política europeia¹⁷.

Este mecanismo promoveria uma espécie de terceira vaga da política de reforma eleitoral da UE destinada a introduzir um círculo eleitoral pan-europeu com carácter transnacional (Charvát,

¹⁶ Exemplos são a Frente Nacional de França, a Liga Norte (Itália), a Alternativa para a Alemanha, e o Partido da Liberdade da Áustria. Com a exceção da Alternativa para a Alemanha (devido à sua exclusão), todos estes partidos foram membros do Europartido e grupo político Identidade e Democracia (ID).

¹⁷ <https://www.politico.eu/article/emmanuel-macron-cross-border-eu-vote-plan-hits-speed-bump>. Consultado a 18 de novembro de 2024.

2019). De acordo com Christine Verger (2018), estas listas iriam ao encontro da vontade de dar à campanha eleitoral para as eleições para o PE um tom europeu mais forte, e de evitar, durante a legislatura, que os preconceitos nacionais invadissem uma abordagem firmemente europeia. A introdução de Listas Transnacionais aumentaria a relevância dos Europartidos nas eleições para o PE, o que poderia aumentar o interesse dos cidadãos e a sua perceção de que a sua voz conta na arena transnacional (van Hecke et al., 2018, p. 47).

Contudo, a apresentação das LT não foi aprovada pela maioria dos eurodeputados. No plenário do PE, os membros que votaram contra apresentaram argumentos que desfavoreciam a implementação deste método de reforma do ato eleitoral europeu citando preocupações sobre apresentar um modelo de eleição puramente federal num sistema político não federal como a UE. Por exemplo, o eurodeputado Paulo Rangel, do EPP, que votou contra as listas, expressou o seguinte: “Se não somos uma federação, porque precisaríamos de tais listas”¹⁸. A possibilidade de introduzir LT falhou e, ao contrário do modelo dos *Spitzenkandidaten*, este foi votado em plenário no PE e nunca foi, até hoje, utilizado.

2.4 A Conferência sobre o Futuro da Europa e a nova proposta de alteração eleitoral para os Europartidos

Em março de 2019, o presidente francês Emmanuel Macron apelou a todos os líderes da União Europeia para que se reunissem e decidissem as novas perspetivas e orientações para o futuro da União Europeia¹⁹. Esta nova reunião contaria com a participação dos cidadãos a nível europeu para debater, discutir e apresentar propostas para uma nova orientação do processo de integração europeia. Com o apoio da presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, a Comissão mais o Parlamento Europeu estabeleceram a Conferência para o Futuro da Europa (CoFoE) que realizar-se-ia no início de 2020 até 2022.

Com o apoio do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão Europeia, esta Conferência constituiu “uma ocasião única e oportuna para os cidadãos europeus debaterem os desafios e as prioridades da Europa” (CoFoE, 2021). De acordo com o site oficial da CoFoE, os membros que podiam participar na Conferência eram:

- Cidadãos europeus, oriundos de todos os quadrantes e dos quatro cantos da União, cabendo aos jovens um papel central na definição do futuro do projeto europeu.
- Autoridades europeias, nacionais, regionais e locais, bem como a sociedade civil e outras organizações que pretendam organizar eventos e contribuir com ideias

¹⁸ <https://www.euractiv.com/section/elections/news/ep-votes-against-transnational-lists>. Consultado a 19 de janeiro de 2024.

¹⁹ <https://www.politico.eu/article/emmanuel-macron-european-parliament-election-calls-for-big-eu-changes-in-european-renaissance>. Consultado a 19 de janeiro de 2024.

Esta Conferência constituía um ponto essencial para a participação dos Europartidos e dos grupos políticos através da sua influência de *agenda-setters* nas suas visões para o futuro da integração europeia. De acordo com Karl Johansson e Tapio Raunio (2022), a CoFoE servia como uma ‘janela política’ (*policy window*) para os Europartidos promoverem propostas de reformas ao sistema político europeu como forma de combater o défice democrático.

Com efeito, uma das propostas que teve sucesso, impulsionado pelo eurodeputado Domènec Ruiz Devesa do S&D (grupo parlamentar do PES), foi a introdução de um círculo eleitoral pan-europeu para a eleição de 28 eurodeputados através de um sufrágio universal direto composto por listas transnacionais e que cada cabeça-de-lista seria candidato à presidência da Comissão Europeia, semelhante aos *Spitzenkandidaten* (European Parliament, 2022b). A proposta seria acompanhada por novas reformas à lei eleitoral europeia, cujas novas provisões incluem (European Parliament, 2022a):

- transformar as eleições europeias numa circunscrição única à escala da União;
- aumentar a visibilidade dos Europartidos e dos seus candidatos através de campanhas nos meios de comunicação social, nos boletins de voto e em todo o material eleitoral;
- que o financiamento dos Europartidos, seja através do orçamento da UE ou de disposições nacionais, possa ser aplicado aos materiais de campanha;
- todos os eleitores europeus devem poder votar no seu candidato preferido para Presidente da Comissão e os candidatos principais devem poder candidatar-se em todos os Estados-membros em listas à escala da União, nomeados por um partido político europeu.

Ao contrário do que se passou em 2018, a proposta foi votada a favor em plenário do PE, tendo sido agora enviada ao Conselho da UE para ser aprovada por unanimidade. Pode-se considerar, por um lado, que esta nova proposta constitui um sucesso para a influência europartidária através da CoFoE, o que mais exacerba a importância dos Europartidos como atores de influência política a nível europeu.

No entanto, por outro lado, esta proposta foi contestada a nível dos Europartidos e membros partidários mais eurocéticos (Johansson & Raunio, 2022). Ademais, e este ponto é fulcral para a investigação, os Europartidos e os seus grupos políticos quase não tentaram chegar aos seus membros individuais para qualquer *input* sobre as posições na CoFoE e os partidos nacionais membros pareciam querer ignorar os projetos impulsionados na CoFoE (Johansson & Raunio, 2022) Isto, combinando com as conclusões apresentadas sobre o processo dos *Spitzenkandidaten* e votação nas listas transnacionais em 2018, revela a existência de dissidência interna nos

Europartidos que pode levar à criação e até desenvolvimento de fações internas com posições diferenciadas entre membros partidários nacionais com membros da cúpula e, até, com os membros individuais. O próximo capítulo permitirá uma análise conceptual sobre as dinâmicas intrapartidárias nos Europartidos, que nos irá conduzir para o objetivo principal de investigação.

Capítulo 3 – As dinâmicas internas dos Europartidos: existência de facciosismo e as suas implicações

3.1 Fações intrapartidárias em torno de mecanismos de reforma do défice democrático: o caso do posicionamento dos Europartidos

Os Europartidos têm vindo a registar uma progressiva legitimação da sua ação na política europeia ao longo dos anos. A introdução do regulamento europartidário implementado em 2003 (Johansson & Raunio, 2005) e o processo de alargamento de 2004, que ampliou os membros dentro dos Europartidos e (re)estruturou a sua organização e ideologia interna (Bressanelli, 2014, 2015), foram os primeiros passos para a legitimidade política destas federações partidárias transnacionais. Mais importante ainda, o processo dos *Spitzenkandidaten* e a possibilidade de introdução de Listas Transnacionais permitiriam uma maior visibilidade dos Europartidos na arena eleitoral (van Hecke et al., 2018) e gerariam uma maior competição partidária a nível europeu graças à inclusão de comportamentos *vote-seeking* e *office-seeking*. Com isto, tem vindo a aumentar o número de estudos sobre a influência e participação dos Europartidos na UE. Grande parte dos artigos analisados lançam uma luz positiva sobre a capacidade dos Europartidos em influenciar os processos de tomada de decisão, mas não tanto sobre a sua maior legitimidade com o processo dos *Spitzenkandidaten* e das Listas Transnacionais.

Os Europartidos conseguem influenciar os processos de tomada de decisão europeia e tornarem-se mais visíveis aos cidadãos através das reformas institucionais se conseguirem mobilizar os seus membros internos para a causa comum (Johansson, 2016; Johansson & Raunio, 2019) e se estiverem coesos organizacionalmente e ideologicamente nas suas estruturas internas (Bressanelli, 2014, 2015). Ambos os processos dos *Spitzenkandidaten* e das Listas Transnacionais partilham um elemento em comum: são tentativas de reformar o modelo democrático europeu e atenuar os efeitos do défice (O. Costa, 2016; Crego, 2021; Verger, 2018). No entanto, certos autores alertam para a sobrevalorização da sua capacidade política, aconselhando a não ignorar o papel dos membros partidários nacionais visto que continuam a ser os principais atores que influenciam as ações e posições dos Europartidos e não existe uma substituição dos partidos nacionais pelos Europartidos (por ex. Bardi & Calossi, 2009; Iancu, 2021; Peshenkov & Zhukovskiy, 2016; Sozzi, 2013). Aliás, qualquer procedimento que visa reformar os mecanismos institucionais e democráticos da UE requer uma cooperação e diálogo constante entre os Europartidos com os partidos e governos nacionais (Suárez, 2021).

Os Europartidos são compostos por membros de diversos partidos nacionais, e apesar de um dos principais requisitos de adesão ser a sua posição ideológica coincidir com a do Europartido, a multiplicidade de atores membros pode gerar risco de divergências internas (Bardi & Calossi, 2009; Delwit et al., 2004). Um caso em particular é o ALDE que é o partido mais fluído, errático e diverso, com um número considerável de partidos mais pequenos com diversas posições ideológicas (Bressanelli, 2014, p. 76). A sua complexidade de membros que ocupam diversos pontos ideológicos leva a uma dificuldade em atingir um consenso e a uma posição em comum, pelo menos comparado com o EPP e do PES que possuem um maior número de partidos membros grandes, estáveis e institucionalizados (Bressanelli, 2015; Klüver & Rodon, 2013)

Com isto, o contacto entre diversos membros dentro de um só partido pode não desenvolver, obrigatoriamente, posições consensuais. Certas dinâmicas internas dos partidos políticos são suscetíveis em criar fações com diversas posições dentro da mesma organização. Françoise Boucek (2009) considera que o facciosismo faz parte da vida política dos partidos políticos, pois certas pressões espoletam frequentemente a formação de fações que tornam a hipótese do partido ser um ator unitário altamente questionável. A autora argumenta:

“Os partidos políticos não são estruturas monolíticas, mas entidades coletivas em que a concorrência, as opiniões divididas e a dissidência criam pressões internas.” (Boucek, 2009, p. 455)

Facciosismo é descrito como um “processo de formação de grupos dentro de um grupo maior”, e no caso de partidos políticos, é a “concentração de um partido em unidades mais pequenas” (Boucek, 2003, p. 459). Dentro de um partido, certos pequenos grupos partilham um sentido de identidade e um objetivo comum, e estão organizados em blocos distintos do mesmo partido para agir coletivamente para alcançar os seus objetivos (Zariski, 1960). A criação de fações pode ser o resultado da representação de diferentes comunidades de interesse, clivagens distintas (políticas, socioeconómicas, étnicas ou geográficas), ou até ideologias distintas (Boucek, 2003). A organização de um partido em fações, em democracias desenvolvidas, pode ser o produto de acordos de fusão entre elites de partidos políticos distintos a fim de aumentar o seu poder coletivo (Boucek, 2003).

Em função da estrutura dos incentivos e da incidência de conflito interno, existem três tipos de facciosismo partidário (Boucek, 2009): facciosismo cooperativo, facciosismo competitivo, e facciosismo degenerativo. Existe facciosismo cooperativo quando existem incentivos centrípetos a fim de facilitar a cooperação intrapartidária. As fações articulam as opiniões e preferências políticas de grupos sociais separados e mobilizam membros e comunidades de interesses separadas dentro de uma única organização (Boucek, 2009, p. 469). Facciosismo competitivo ocorre quando existe uma competição centrífuga resultado de desacordos internos e/ou de efeitos dos incentivos institucionais. Esta competição provoca fragmentação e divisões internas com base na opinião polarizada do partido, o que criam pressões de divisão à medida que as fações se opõem entre si. Por fim, o facciosismo degenerativo possibilita a destruição do próprio partido se

incentivos perversos e má gestão levarem as fações de promulgar, de forma excessiva, os seus próprios interesses (ou também chamado como privatização de incentivos) em detrimento dos interesses comuns do partido em que fazem parte. Por outras palavras, uma fragmentação excessiva põe em causa a existência do partido político.

Tal como a existência de fações faz parte da vida política dos partidos políticos, os Europartidos não são exceção. A sua estrutura interna é alvo para a criação de fações, ainda para mais com a integração de membros de diversos partidos por toda a Europa. Stephen Day (2005) considera que as dinâmicas intrapartidárias dos Europartidos criam fações (ou como o autor designa por ‘*streams*’) que surgem devido à interdependência entre os membros da cúpula e os líderes dos partidos nacionais, bem como na assistência dos grupos políticos do PE. Estas fações, resultantes do envolvimento de membros diferentes, pretendem cumprir objetivos que correspondem na direção que o seu Europartido deveria alcançar, por ex. se a organização do Europartido deveria adotar uma estrutura mais supranacional, intergovernamental, ou ambos (Day, 2005).

Com base na análise de Boucek (2009), a criação de fações intrapartidárias resulta, em grande parte, dos incentivos institucionais gerados pelo sistema político. Recentemente, os processos dos *Spitzenkandidaten* e das Listas Transnacionais servem como incentivos institucionais que possibilitam a análise das dinâmicas intrapartidárias, como a sua organização e ideologia, na existência de fações. Estudos sobre decisões intrapartidárias, como no processo de nomeação dos *Spitzenkandidaten* e no voto em plenário do PE das Listas Transnacionais, mostram um vislumbre de como a própria estrutura do Europartido e a sua posição ideológica pode ser contestado pelos seus membros. No processo dos SK, certos líderes partidários nacionais que pertenciam aos Europartidos, como a chanceler alemã Angela Merkel do EPP e o ex-primeiro-ministro do Reino Unido David Cameron do ECR *Party*, viam-se relutantes em adotar este processo em 2014 (Christiansen, 2016; Hobolt, 2014). No seguimento para as eleições para o PE de 2019, novamente alguns líderes partidários – nomeadamente o presidente francês Emmanuel Macron – deram voz crítica e discordância sobre a adoção do processo dos *Spitzenkandidaten*, muito devido ao ceticismo direcionado ao candidato Manfred Weber do EPP (de Wilde, 2020; Heidbreder & Schade, 2020). Na nomeação dos candidatos, Wouter Wolfs et al. (2021) sugere que esta foi marcada pela divergência de posições entre as fações dentro dos Europartidos com base em três razões: no próprio processo dos SK e na sua fraca institucionalização, na participação dos cidadãos no próprio procedimento de seleção (como foi o caso do PES), e em diferenças ideológicas.

Posições em torno das Listas Transnacionais foram marcadas pelo apoio de muitos representantes dos Estados-membros, mas não tanto pelos membros do EPP, um partido pró-europeu, mas cujos membros contra eram mais eurocéticos e nacionalistas (Charvát, 2019). Ideologicamente, só poucos Europartidos foram influenciados na sua posição em torno das LT, com a exceção de partidos membros da Polónia e Hungria (Verger, 2018). A introdução de Listas Transnacionais em 2018 foi vetada e, até hoje, nunca implementada (Crego, 2021), o que abre

espaço sobre o estudo do insucesso associado a este caminho, bem como das alternativas existentes para a aplicabilidade futura deste modelo de composição das listas dos candidatos ao Parlamento Europeu.

3.2 Problemática de investigação: as dinâmicas internas dos Europartidos e as suas posições em torno dos SK e das LT

As divergências entre as posições dos membros internos, nomeadamente dos membros partidários nacionais, são exemplificadas pelas dinâmicas internas em torno dos processos dos *Spitzenkandidaten* e das Listas Transnacionais. No entanto, tal como Boucek (2009) refere, um facciosismo competitivo pode ser benéfico para uma cooperação intrapartidária. De acordo com o autor, ao articular diferentes posições políticas, as facções podem indicar aos líderes partidários quais são as políticas aceitáveis ou não, e, com efeito, pode melhorar o desempenho dos partidos, a elaboração de políticas e a democracia intrapartidária (Boucek, 2009, p. 476). Para manter as pressões internas sob controlo, os líderes dos Europartidos precisam de estar atentos a este risco e de ouvir as preocupações dos grupos faccionais, sob o risco de uma rutura na integridade partidária. Principalmente aplicado ao processo dos SK, os Europartidos evitavam um procedimento mais aberto de nomeação de candidatos para limitar o risco de uma disputa interna feroz que poderia pôr em risco a unidade partidária (Wolfs et al., 2021, p. 15).

Os Europartidos têm vindo a evoluir a sua legitimidade na política europeia ao longo dos anos muito graças ao regulamento europartidário implementado em 2003 (Johansson & Raunio, 2005), ao processo de alargamento de 2004 que ampliou os membros dentro dos Europartidos e (re)estruturou a sua organização e ideologia interna (Bressanelli, 2014, 2015), e ao processo dos *Spitzenkandidaten* e possibilidade de introdução de Listas Transnacionais que permitiria uma maior visibilidade dos Europartidos na arena eleitoral (van Hecke et al., 2018). No entanto, a análise permitiu descobrir uma lacuna na investigação sobre os Europartidos em geral: o seu posicionamento em torno de processos institucionais e o que influencia estas posições.

Embora exista uma ideia sobre a posição dos Europartidos e dos seus membros em torno dos processos dos *Spitzenkandidaten* e das Listas Transnacionais (Crego, 2021; de Wilde, 2020; Iancu, 2021), não é claro quais as dinâmicas que forjam estas posições. Somente o estudo realizado por Klüver e Rodon (2013) demonstra o que pode influenciar a escolha de posições europartidárias em torno de uma política (*policy*), em que os autores concluem que quanto mais assentos os Europartidos possuem no Parlamento Europeu, maior será a congruência de posições comuns dentro das federações partidárias.

A investigação sobre o défice democrático da UE destaca os Europartidos como um dos principais atores na solução do défice na promoção de uma maior aproximação dos interesses dos cidadãos

a nível transnacional através de uma competição política transnacional (Hix, 2008; Hix & Høyland, 2022; Witkowska, 2013). No entanto, mesmo os pró-europeus podem contestar os mecanismos que visam atenuar os efeitos do défice. Isto foi visível quando aplicado à própria nomeação dos SK (Wolfs et al., 2021) e na discussão de introdução das LT (Crego, 2021). Embora ambos processos visassem atenuar os efeitos do défice, as elites europeias pareciam pouco preocupadas em estabelecer reformas que desafiam o modelo predominantemente intergovernamental da UE (Bartl, 2020; Johansson, 2016).

No rumo às eleições para o PE de 2024, o PE aprovou a introdução de Listas Transnacionais para 28 eurodeputados (European Parliament, 2022b), porém, ao passar para o Conselho para ser aprovado por unanimidade, a instituição não votou na proposta, levando à não execução das LT. Ademais, enquanto houver dissidência interna nos Europartidos, ou seja, falta de unidade, coesão e consenso entre a cúpula e os membros dos partidos nacionais, será difícil tomar posições e não haverá uma plataforma clara para o eleitorado escolher. Uma baixa dissidência fortalece a capacidade dos partidos para fornecer informações sobre a UE aos seus apoiantes (Steenbergen et al., 2007) e os cidadãos podem apoiar os Europartidos se estes partidos oferecerem posições claras sobre a UE que sejam próximas das dos próprios cidadãos (Lefkofridi & Katsanidou, 2014).

O estudo de Klüver e Rodon (2013) é um ponto de partida para uma análise mais profunda das dinâmicas internas dos Europartidos que leva a criar posições sobre um processo institucional. De acordo com os autores, para compreender plenamente como funciona uma competição partidária ao nível europeu, temos de compreender a formação de posições dentro dos Europartidos, pois a nível transnacional ‘os partidos nacionais não podem prosseguir os seus objectivos políticos individuais, mas devem chegar a uma posição comum com os partidos nacionais de outros Estados-membros’ (Klüver & Rodon, 2013, p. 649). Uma análise das dinâmicas internas dos Europartidos deve ter em conta a influência da sua organização e ideologia, já que são dinâmicas que podem afetar um posicionamento comum se, por exemplo, existe uma mobilização dos seus membros nacionais como chefes de estado para a causa comum (Johansson, 2016; Johansson & Raunio, 2019) e se estiverem ideologicamente coesos – principalmente de esquerda-direita (Bressanelli, 2015) – para evitar uma discrepância de posições internas (Wolfs et al., 2021). Assim, é fundamental perceber que a introdução de processos estimados para lidar com o défice democrático europeu requerem consenso entre as elites no espaço europeu. Em vez de estudar sobre como os Europartidos influenciam os processos de tomada de decisão e/ou processos de reforma institucionais, esta investigação visa analisar sobre como as dinâmicas internas dos Europartidos podem influenciar as suas posições sobre processos institucionais de reforma da democracia europeia.

Capítulo 4 – Hipóteses e objetivos

4.1 Hipóteses

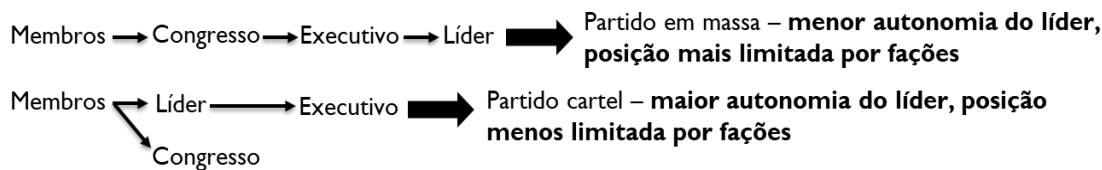
Posições formadas com base na autonomia da liderança do Europartido

O grau de institucionalização da autonomia na liderança partidária é fundamental para a forma como os partidos se organizam internamente (Mair, 1997; Ware, 1996). A seleção/nomeação de um líder partidário pode servir para compreender o quão poderosas podem ser as fações individuais dentro de um partido político, e a própria existência de fações intrapartidárias e as suas características – cooperativa ou competitiva – depende da eficiência do líder partidário (Boucek, 2012).

Para começar, a nomeação de um líder partidário pode ser efetuada através de duas formas (Ceron, 2019): indiretamente ou diretamente. De forma indireta, os membros criam um congresso ou um comité restritivo e, através do congresso, nomeiam um executivo, tendo este a responsabilidade de selecionar o líder para o partido. Esta forma indireta de nomeação do líder partidário é característica típica dos partidos de massa (*mass party*), e o campo de ação do líder é limitado pelo conjunto de fações/sub-grupos que compõem o congresso e o executivo (Ceron, 2019, p. 12) A eleição indireta do líder é constituída pelo domínio das fações e da limitação da autonomia dos líderes, estes que apresentam uma maior responsabilidade perante a (pequena) comitiva partidária que os nomearam e o aumento do receio perante o poder de veto das fações (Ceron, 2019).

A nomeação direta do líder apresenta uma alternativa à limitação da autonomia na liderança. Com esta forma, o líder é diretamente apontado por um amplo leque de membros partidários e este, por si, seleciona os membros para o seu executivo para auxiliar o seu trabalho (Ceron, 2019). O líder partidário é diretamente responsável perante os membros partidários, mas o executivo, ao contrário da nomeação indireta do líder, torna-se no agente e o líder o principal que acompanha o desempenho dos seus representantes e avalia as suas ações em função dos objetivos e preferências do partido. Assim, o líder ganha maior autonomia e maior controlo sobre ativistas partidários e sobre uma possível dissidência interna. Esta característica é mais apontada para os partidos cartel (*cartel party*), em que o foco é na primazia do líder sobre os membros internos (Ceron, 2019, p. 13). A Figura 2 demonstra um sumário das características da nomeação indireta e direta do líder partidário.

Figura 2 - Eleição dos líderes dos partidos políticos (adaptado de Ceron, 2019)



Aplicado ao contexto dos *Spitzenkandidaten* e das Listas Transnacionais, a possibilidade de existência de cooperação e/ou competição entre fações com posições diferentes dentro dos Europartidos pode depender do grau de autonomia do líder com base na sua nomeação e na sua capacidade de gerir as divergências posicionais dos membros internos. Luciano Bardi e Enrico Calossi (2009) sugerem que a organização e atividade dos Europartidos assemelha-se ao modelo do partido cartel, apesar das diferenças de regulamentos internos em cada Europartido. Caso o modelo cartel de nomeação direta exista dentro de um Europartido, então existe a possibilidade de uma maior autonomia do seu líder e um maior controlo sobre potenciais dissidentes. Com isto, espera-se que não houve uma elevada contestação em torno dos processos dos SK e das LT em Europartidos cujos líderes possuíam um maior grau de autonomia interna:

H₁ – A posição interna dos Europartidos é alcançada com menos contestação entre subgrupos quando os seus líderes têm mais autonomia na tomada de decisões partidárias.

Posições formadas com base no regulamento interno europartidário

Quando se discute democracia intrapartidária, apresenta-se dois conceitos fundamentais: inclusividade e descentralização (Von Dem Berge et al., 2013). O primeiro conceito corresponde ao círculo de decisores do partido e à medida em que os membros individuais do partido têm a possibilidade de exprimir a sua opinião ou de participar na tomada de decisões intrapartidárias; o segundo sugere que o processo de tomada de decisões seja descentralizado de um órgão ao mais alto nível nacional para que unidades partidárias de outros níveis (e.g. subnacionais) gozem de um certo nível de autonomia (Von Dem Berge et al., 2013.). Ambos conceitos são aplicados através de um regulamento partidário, como um estatuto, onde estão dispostas todas as regras da estrutura hierárquica, organizacional, e de órgãos de tomadas de decisão. Através do seu regulamento, um partido decide normalmente os critérios de adesão e se limita aos membros o direito de voto intrapartidário em determinadas áreas de tomada de decisão ou se, em alternativa, permite a participação de um leque mais vasto de apoiantes com posições distintas (Cross & Katz, 2013).

Com destaque ao primeiro conceito de democracia intrapartidária, inclusividade promulga o direito de participar na tomada de decisões no interior do partido, bem como o direito de formar fações que apoiem posições diferentes no seio do partido (Von Dem Berge et al., 2013). Um facciosismo institucionalizado pode mudar com o tempo em resposta a alterações constitucionais, nomeadamente a novas regras partidárias que constam no seu regulamento interno. Isto produz novos padrões de comportamento intrapartidário e muda a direção da competição intrapartidária

de centrífuga para centrípeta e vice-versa (Boucek, 2012). A própria existência de fações é posta em causa caso as regras intrapartidárias limitem ou até proibam a criação de subgrupos. Um regulamento intrapartidário (como um estatuto) dispõe regras formais, e também informais, para a organização do partido que possa limitar ou expandir a existência de fações internas (Ceron, 2019, p. 66) A institucionalização do regulamento partidário determina o grau em que, por exemplo, um congresso partidário seja contestado por fações pois estas não arriscam as sanções impostas caso pretendem criar fricção no partido (Ceron, 2019).

No entanto, é preciso ter em conta que cada partido político faz escolhas relativamente à forma como se organiza, refletindo a sua visão das práticas democráticas internas adequadas, influenciada sem dúvida “pelo seu interesse próprio e pela sua conceção do próprio partido político” (Cross & Katz, 2013, p. 4). Neste caso, os Europartidos possuem regulamentos distintos aos seus homólogos nacionais. Por um lado, ao contrário dos partidos nacionais, os Europartidos carecem de membros de ‘raíz’ (*grassroots*), no sentido em que não existe membros individuais nas estruturas, somente membros partidários nacionais²⁰, com poucos incentivos para desenvolver filiação individual (Hertner, 2019). Por outro lado, os Europartidos são compostos por diversas delegações nacionais provenientes de diversos partidos nacionais que, apesar de ideologicamente coesos, possuem certas divergências ideológicas com base na sua experiência mais nacional do que europeia (Johansson & Raunio, 2019).

Assim, os regulamentos europartidários apresentam características únicas. Ceron (2019) considera que regulamentos mais restritivos permite um comportamento mais cooperativo por parte dos membros internos e diminui consideravelmente a existência de potenciais subgrupos. No entanto, aplicado aos Europartidos, nomeadamente em posições sobre os processos dos SK e das LT, visto que a existência de fações com diferentes posições em torno de processos de reforma institucionais também é visível (Boucek, 2009), espera-se que os Europartidos instigam o desenvolvimento de regulamentos mais flexíveis ou, aplicando o conceito de Vom Dem Berge et. al (2013), mais inclusivos, que permitem um campo de posicionamento político alargado devido à filiação de vários membros partidários oriundos de cada estado-membro da UE:

H₂ – Europartidos criam regulamentos / estatutos mais flexíveis que levam a um comportamento mais cooperativo na tomada de um posicionamento comum sobre os SK e as LT.

Posições formadas com base no contacto com membros na sua organização interna – dirigentes do Europartidos, membros dos partidos nacionais e eurodeputados

²⁰ Como foi referido no capítulo 2.2, as únicas exceções são a Aliança dos Liberais e Democratas para a Europa (ALDE) e o Partido Democrático Europeu (EDP), que aceitam membros individuais.

A atividade dos partidos membros nacionais pode ser tanto um bem para o fortalecimento da congruência intrapartidária como também pode constituir um obstáculo para uma verdadeira transnacionalização dos Europartidos caso os membros nacionais recusam expandir o potencial de ação eleitoral e político das federações transnacionais (Bardi, 1994). Os Europartidos cooperam, em grande parte, com os seus grupos parceiros no PE principalmente sobre questões legislativas e constitucionais (Bressanelli, 2014; Lefkofridi & Katsanidou, 2018). Visto que os grupos políticos são os atores partidários que podem influenciar o processo legislativo no Parlamento, os Europartidos pretendem alcançar a sua participação nos processos legislativos através dos grupos políticos (Bardi & Calossi, 2009; Bressanelli, 2014).

Inicialmente, os Europartidos foram criados como “filhos dos grupos no Parlamento Europeu” e que “esta paternidade garantiu desde o início uma forte influência dos grupos na vida partidária” (Jansen, 2001, p. 25). Porém, é crucial reconhecer que os Europartidos procuram, desde o início da sua institucionalização, criar um caminho distinto que lhes permitisse desenvolver uma presença organizacional e uma identidade coletiva separada dos seus homólogos no PE (Day, 2005). Isto pode implicar consequências negativas caso os Europartidos pretendam desviar os seus interesses dos interesses do próprio grupo político. Nas palavras de Stephen Day (2005, p. 68), um Europartido ao obter financiamento e recursos próprios pode gerar uma preocupação em “quebrar o [seu] vínculo umbilical com o grupo parlamentar europeu”.

Com base na integração de dois tipos de membros nos Europartidos mencionados anteriormente – partidos nacionais e grupos políticos –, os argumentos apontam para a possibilidade de existência de subgrupos entre os dois níveis. A principal justificação para a sua existência aplica-se aos dois tipos de membros: divergência de posições em relação aos seus objetivos. As fações multipartidárias podem ser concebidas como uma forma supranacional de facciosismo cooperativo em que os eurodeputados pertencentes a muitos partidos nacionais diferentes, mas ideologicamente ligados, concordam em cooperar na política legislativa da UE (Boucek, 2009).

No entanto, o processo dos *Spitzenkandidaten* revelou uma imagem diferente. Quanto à própria nomeação do candidato líder para as eleições para o PE, Wouter Wolfs et al. (2021), confirmou-se a existência de fações dentro dos Europartidos que dificultou uma reforma no processo de seleção do candidato. Em alguns partidos, estas fações estavam divididas quanto ao princípio do sistema *Spitzenkandidaten* (como no caso do EPP, do ALDE e do PEL) ou quanto ao envolvimento dos cidadãos no processo de seleção (como no caso do PEL) e não foi possível chegar a um consenso sobre um procedimento mais inclusivo. Discussões sobre a introdução de Listas Transnacionais também provocaram divisões mesmo em Europartidos mais pró-europeus como o EPP, cujos membros contra eram mais eurocéticos e nacionalistas (Charvát, 2019).

Se a existência de fações dentro dos partidos é originária das dinâmicas internas intrapartidárias e é impulsionada pela existência de incentivos institucionais (Boucek, 2003, 2009), então o contacto entre os diversos membros internos é fundamental para atingir um consenso interno.

Com efeito, se a própria estrutura organizacional interna dos Europartidos e a apresentação de incentivos institucionais na política europeia como os SK e as LT levam à criação de subgrupos, então é importante analisar a forma como estas facções interagem entre si e se esta interação influenciou o posicionamento dos Europartidos em torno dos dois processos:

H_{3A} – Quanto maior o contacto entre os Europartidos e os partidos (membros) nacionais os eurodeputados nos grupos políticos no PE, mais facilmente se alcança uma posição comum em torno dos SK e das LT.

H_{3B} – Subgrupos dentro de Europartidos mais estavelmente organizados como o EPP e o PES demonstravam uma maior cooperação em atingir uma posição comum face aos SK e às LT do que os restantes Europartidos.

Posições formadas com base na ideologia/posição ideológica dos membros internos – esquerda/direita e pró/anti-europeu

As ideologias partidárias coerentes, fiáveis e distintivas são parte integrante dos sistemas partidários numa democracia representativa (Bardi & Mair, 2008). Existe uma preponderância de tomada de posições partidárias através da ideologia tradicional esquerda-direita, representadas pela clivagem socioeconómica apresentada por Seymour Lipset e Stein Rokkan (1967).

No entanto, estudos sobre a formação de posições em torno do projeto europeu adicionam a esta clivagem posições em relação a integração-demarcação da UE, ou seja, de europeísmo ou euroceticismo (Adam et al., 2009; Kriesi et al., 2006). Por exemplo, partidos de esquerda moderada tendem a preocupar-se com o desafio da liberalização do mercado comum, enquanto os de extrema-esquerda mobilizam-se contra o mercado comum europeu; a direita moderada insere-se perante o desafio de uma Europa mais multicultural, enquanto a extrema-direita tende a rejeitar a noção de uma Europa mais integrada culturalmente (Dolezal & Hellström, 2016; Kriesi et al., 2006). Assim, partidos no eixo mais moderado da esquerda-direita tendem a ser pró-europeus e os partidos nos extremos do eixo são mais eurocéticos (Adam et al., 2013; Hutter & Kriesi, 2019; Kriesi et al., 2006).

A tendência de apoio ou contestação a uma determinada política europeia a nível transnacional insere-se predominantemente numa clivagem de integração-demarcação, sobrepondo-se às posições formadas em torno da ideologia de esquerda-direita, que, por si, facilita a formação de uma grande coligação como a do EPP-PES (Hix et al., 2005; Hix & Noury, 2009; Kreppel, 2018). Contudo, aplicado ao contexto dos Europartidos, Edoardo Bressanelli (2015) sugere que existe uma menor heterogeneidade de posições ideológicas dos Europartidos atualmente do que, por exemplo, durante os anos 1980. Isto pode dever-se ao facto de a ideologia esquerda-direita continuar a ser importante em termos de competição interpartidária, e a separação ideológica

entre Europartidos de esquerda/centro-esquerda e de direita/centro-direita (por ex. o PES e o EPP) representar esse caminho.

Com isto, o autor finaliza, com base na sua análise dos manifestos partidários europeus, que existe uma maior coerência intrapartidária e competição interpartidária em termos de ideologia nos últimos anos do que há décadas (Bressanelli, 2015, p. 174). Apesar da literatura sugerir que a posição ideológica de esquerda-direita tem contribuído para a congruência / divergência de posições em torno de processos e políticas europeias (Bressanelli, 2014, 2015; Johansson, 2016; Klüver & Rodon, 2013), atitudes pró- e anti-UE perante o projeto de integração europeia seguem uma característica importante no posicionamento partidário europeu (Hix & Lord, 1997b). Europartidos localizados mais no centro da clivagem de Lipset e Rokkan, como o Partido Democrático Europeu (EDP), tendem a contestar a dicotomia esquerda-direita e pretendem ir “para além das divisões tradicionais”²¹. Além disso, os partidos nacionais, que compõem os Europartidos, formam posições em torno de políticas europeias que correspondem a atitudes pró/anti-UE (Adam & Maier, 2011; Brack & Costa, 2018).

Em termos de ideologia e posições ideológicas, volta-se ao argumento da existência de fações intrapartidárias e como estas podem afetar um posicionamento comum europartidário ao remeter, novamente, para o artigo de Wouter Wolfs et al. (2021): a própria nomeação dos *Spitzenkandidaten* também foi marcada por diferenças ideológicas entre fações. Sobre as Listas Transnacionais, Christine Verger (2018) sugere que só poucos Europartidos foram influenciados na sua posição em torno das LT, com a exceção de partidos membros da Polónia e Hungria. Aqui, podemos inserir o conceito de fações de princípio, onde subgrupos baseiam a sua ação em posições ideológicas na procura de verdadeiros bens coletivos sob a forma de políticas ou programas ideológicos aceitáveis para os seus membros (Bettcher, 2005; Sartori, 2005b). Assim, pretende-se analisar se possíveis dissidências dentro dos Europartidos ocorreram com maior frequência devido a diferenças ideológicas de esquerda-direita ou devido a atitudes internas relacionadas mais europeístas ou eurocéticas:

H_{4A} – A existência de dissidência dentro dos Europartidos em torno dos SK e das LT surgiu a partir de uma divisão entre esquerda e direita, em vez de questões relacionadas com o processo de integração europeia (europeísmo / euroceticismo).

H_{4B} – A existência de dissidência dentro dos Europartidos em torno dos SK e das LT surgiu com base em atitudes perante o processo de integração europeia (europeísmo / euroceticismo) do que por uma divisão entre questões de esquerda / direita.

²¹ <https://www.politico.eu/sponsored-content/democrats-for-europe-a-new-momentum/>. Consultado a 12 de novembro de 2024.

4.2 Objetivos

Este estudo pretende analisar os efeitos das dinâmicas intrapartidárias dos Europartidos – organização e ideologia – no posicionamento comum sobre os processos dos *Spitzenkandidaten* e de introdução de Listas Transnacionais. Os elementos metodológicos, presentes na descrição detalhada, visam responder à seguinte questão: "Qual o efeito das dinâmicas internas dos Europartidos sobre o seu posicionamento face aos *Spitzenkandidaten* e à introdução de Listas Transnacionais?".

Estudos sobre os Europartidos têm crescido nos últimos anos devido à sua influência, participação e posição em torno das tomadas de decisão da UE, destacando a sua importância para o processo de integração europeia (Gagatek & Van Hecke, 2011; Johansson, 2016; van Hecke et al., 2018) e redução do défice democrático (Hix, 2008; B. Lindberg et al., 2008). Contudo, a investigação existente tem sido escassa a demonstrar o efeito destas duas variáveis (organização intrapartidária e ideologia) nos processos de votação e posicionamento sobre estes processos da UE. Para o devido efeito, o objetivo principal procura analisar as dinâmicas dos Europartidos e como estas levaram à posição destas federações partidárias transnacionais face a certos pontos fulcrais que podem alterar e/ou evoluir a estrutura política europeia. Esta questão de investigação implica, assim, os seguintes objetivos operacionais:

- O1. Identificar e compreender as posições adotadas pelos Europartidos nos processos *Spitzenkandidaten* e Listas Transnacionais;
- O2. Identificar a existência de subgrupos na estrutura interna dos Europartidos: uma estrutura hierárquica de liderança (por exemplo, presidência, conselho e congresso) e regulamentos do Europartido, tais como os procedimentos de votação na tomada de decisões internas durante os congressos e o contacto entre os membros dos partidos nacionais e os deputados do PE;
- O3. Analisar a coesão ideológica esquerda-direita dos membros do Europartido e dos seus grupos políticos no PE;
- O4. Identificar os efeitos da liderança, dos regulamentos, dos contactos e da ideologia intrapartidária na tomada de posições internas em torno da democracia da UE

Capítulo 5 – Desenho de investigação

5.1 Método e dados

A análise de partidos políticos na temática da integração europeia localiza-se numa abordagem de nível macro, ou seja, numa análise sistémica da UE como um sistema político dentro de um contexto transnacional (Lynggaard et al., 2015). Ao analisar partidos políticos na UE, Magnus Blomgren (2015) sugere uma divisão em três possíveis arenas de atividade política dos partidos a nível europeu para efeitos de escolha de *research design*/metodologia: partidos como organizações, partidos na arena eleitoral e partidos na arena legislativa. Segundo a temática e foco, esta investigação enquadra-se na primeira e terceira dimensão. Por outras palavras, esta área de investigação está centrada nos partidos políticos e no sistema partidário europeu *per se*, como o funcionamento das suas dinâmicas internas e não na UE no geral; e, também, estratégias para compreender como funcionam os partidos e os grupos e os seus membros em torno de um processo legislativo (Blomgren, 2015, pp. 269–272), em que o caso em investigação insere-se no processo dos *Spitzenkandidaten* e no debate de introdução de Listas Transnacionais pós-*Brexit*. Um sumário da dinâmica da problemática, questão de investigação, *research design* e metodologia encontra-se enquadrado na Tabela 3 (p. 54).

Para estudar as dinâmicas intrapartidárias na UE, a base metodológica desta investigação enquadra-se no modelo principal-agente da política partidária. O modelo principal-agente afirma que o ‘principal’ é o ator que dispõe de vários recursos e delega esses recursos ao ‘agente’, que aceita esses recursos apropriados para promover voluntariamente os interesses do principal (Braun & Guston, 2003). Sugerido por Tom Delreux e Johan Adriaensen (2019), a natureza multinível da União Europeia faz da delegação uma característica organizacional central do sistema político da UE, o que proporciona um terreno fértil para a análise de principal-agente. Dentro do modelo de principal-agente, os Europartidos atuam como coligações transnacionais de defesa de interesses – *transnational advocacy coalitions* –, ou seja, grupos de atores com ideias semelhantes, representando várias organizações, que partilham crenças e se envolvem em atividades coordenadas e tentam influenciar as políticas (Raunio & Johansson, 2024). Neste sentido, os Europartidos atuam como agentes dos seus partidos políticos nacionais, que atuam como mandantes que delegam os seus recursos a estas estruturas transnacionais (principalmente membros e decisões políticas).

Tabela 3 - Resumo da abordagem teórica e metodológica.

Questão de investigação	Enquadramento teórico	Seleção de casos	de Research design	Implicações	Expetativas
Quais os efeitos dos <i>Spitzenkandidaten</i> e das Listas Transnacionais nas posições internas dos Europartidos?	Democracia intrapartidária Facciosismo partidário Teoria do principal-agente	9 Europartidos registados sobre a APPF	Análise documental Entrevistas semiestruturadas	Os processos dos SK e das LT: Conduzem a uma maior coordenação entre os partidos membros, reduzindo o conflito interno. ou Aumentam a concorrência intrapartidária, conduzindo a posições partidárias mais polarizadas.	Facciosismo cooperativo ou Facciosismo competitivo

Este estudo analisa nove Europartidos institucionalizados na Autoridade para os Partidos Políticos Europeus e as Fundações Políticas Europeias (APPF): o Partido Popular Europeu (EPP), o Partido Socialista Europeu (PES), a Aliança dos Democratas e Liberais Europeus (ALDE), o Partido Democrático Europeu (EDP), o Partido Verde Europeu (EGP), a Aliança Livre Europeia (EFA), o Partido da Esquerda Europeia (PEL), o Partido Europeu dos Reformistas e Conservadores (*ECR Party*), e o Partido da Identidade e Democracia Europeia (*ID Party*). A análise de dados neste estudo concentra-se na 9^a legislatura do Parlamento Europeu (2019-2024), excluindo assim quaisquer novas alianças políticas estabelecidas no PE após 2024.

Esta investigação, os seus objetivos operacionais e as suas hipóteses implicam a mobilização de diferentes abordagens metodológicas. O primeiro Objetivo Operacional (O1) visa identificar as posições dos partidos nos debates sobre os processos institucionais da UE, nomeadamente dos SK e das LT. Serão utilizados dados dos programas eleitorais dos Europartidos bem como dados de debates parlamentares no PE, de notícias através das plataformas europeias de meios de comunicação, e de comunicados de imprensa dos Europartidos incidentes nos tópicos dos *Spitzenkandidaten* e das Listas Transnacionais. O espaço temporal da pesquisa de dados vai de 2014 (ano que primeiro se implementou o processo dos SK) a 2024 (ano em que decorreu as últimas eleições para o PE). A análise de dados com base nos representantes nos debates parlamentares oferece argumentos em apoio das posições que adotam e enquadram esses argumentos a questões de certas formas (Bara et al., 2007); e os comunicados de imprensa permitem analisar a perspetiva dos Europartidos através de uma fonte não mediada de comunicação direta entre os partidos e os cidadãos (Bevern, 2015).

De seguida, a investigação requer mapear a existência de estruturas organizacionais e ideológica diferentes, considerando os Europartidos (Objetivo operacional 2 e Objetivo operacional 3). Para a análise das dinâmicas internas dos Europartidos, este estudo baseia-se numa análise de investigação qualitativa e os dados em análise foram recolhidos entre 2023 e as duas últimas semanas antes das eleições para o PE de 2024. Para avaliar os impactos intrapartidários na tomada de posição interna sobre uma determinada questão, é necessário o contacto direto com os seus membros internos através de entrevistas semiestruturadas. Este método permite-nos, através destes atores políticos, acesso a fontes privilegiadas, o que nos pode ajudar a ter acesso a uma visão especial sobre os processos causais da política, e entrevistá-los “permite uma exploração aprofundada de políticas e questões políticas específicas” (Beamer, 2002, p. 87).

Os membros selecionados para as entrevistas foram os membros da estrutura do Europartido (por exemplo, presidentes, secretários-gerais, vice-presidentes e membros dos comités políticos), os eurodeputados do PE com uma pasta para os Assuntos Constitucionais (AFCO), bem como os assistentes desses deputados, caso os eurodeputados não estivessem disponíveis. Foram realizadas doze entrevistas de todos os Europartidos, com exceção do ECR Party. Devido à falta de disponibilidade dos seus membros, os dados sobre o ECR Party foram obtidos a partir de entrevistas já existentes com membros da direção e eurodeputados, cujos dados estão presentes tanto na literatura como nos conteúdos mediáticos europeus.

Talvez o maior constrangimento em torno da análise das entrevistas seja o número geralmente reduzido de entrevistas efetuadas. No entanto, esta investigação privilegia a profundidade em detrimento da amplitude, uma vez que, ao concentrar num número mais reduzido de participantes, conseguiu-se realizar entrevistas aprofundadas que exploram as complexidades das dinâmicas intrapartidárias com maior pormenor. Embora seja verdade que uma amostra de um ou dois membros de cada partido europeu possa não ser representativa de toda a estrutura, também é importante considerar a profundidade da perceção que se pode obter através de entrevistas semiestruturadas aprofundadas. A informação recolhida forneceu informações ricas e matizadas, e gera um menor risco de enviesamento do que interpretar posições partidárias por outros meios como a análise de posições partidárias através de dados de *expert* ou *voter surveys* (Power & Rucco Jr, 2009).

Para efeitos de triangulação dos dados, foram recolhidos dados adicionais de fontes de conteúdos mediático europeu. Notícias abrangem as fontes mais importantes de informação política que inclui jornais de grande tiragem e tabloides (de Vreese & Boomgaarden, 2006). Neste caso, as informações das plataformas mediáticas sobre questões políticas a nível europeu foram retiradas de Politico.eu, EURACTIV.eu, EUObserver.com, TheParliamentMagazine.eu e Euronews.com. Estes canais de comunicação social são a fonte de notícias mais próximas ao desenvolvimento de questões políticas a nível europeu, pelo que existe uma forte ligação entre o processo político europeu e a sua cobertura e relevância através dos meios de comunicação social (Georgescu et al.,

2017). Estas fornecem informações vitais para a análise das posições internas dos partidos, nomeadamente relatórios de membros do Europartido sobre os resultados das votações de um congresso que não estão disponíveis na página Web do Europartido nem do grupo político. Este método também é importante no caso de ocorrer um dos seguintes imprevistos durante a fase de interpretação dos dados: se os entrevistados não fornecerem as respostas necessárias / falta de clareza nas suas respostas às perguntas; indisponibilidade de potenciais membros para entrevistar antes e depois das eleições de 2024 para o PE; e percentagens de votação e/ou apoio aos processos SK e LT que os entrevistados não conheçam.

Adicionalmente, foram também recolhidos dados dos estatutos dos Europartidos para testar principalmente a hipótese dos regulamentos internos (H2). Para a mesma hipótese, combinou-se dados dos estatutos dos Europartidos com informações de entrevistas e/ou dos meios de comunicação social, uma vez que alguns aspetos da suspensão ou, pior ainda, da expulsão de membros dos Europartidos podem não estar totalmente presentes nos estatutos, ou são deixados no contexto da formulação de um modo ambíguo. Pretende-se encontrar informação mediática e dos debates dos Europartidos em relação aos dois processos institucionais, nomeadamente discursos e ideias apresentadas pelos seus membros e se estas vão em congruência com as suas posições em torno dos processos.

Contudo, a análise de manifestos europartidários possui duas limitações: em primeiro lugar, devido às divergências dos membros partidários e dos seus contextos institucionais, a possibilidade de resultar num desenho bastante solto e pouco atrativo, ou por outras palavras, ‘num denominador-comum mais baixo’ (Jadot & Kelbel, 2017; Johansson, 2009, p. 157); e em segundo lugar, as posições políticas europeias são principalmente expressas e transmitidas como parte de programas dos partidos nacionais, não europeus (Jadot & Kelbel, 2017). Apesar destes constrangimentos, a análise dos euromanifestos conta com duas vantagens: os manifestos têm em conta a natureza relativa das suas posições políticas, bem como de questões dominantes da política europeia em geral (Jadot & Kelbel, 2017, p. 66); e dados dos euromanifestos fornecem estimativas simultâneas de posições políticas para todos os Europartidos e todos os seus partidos nacionais membros para todas as eleições para o PE, ao contrário dos *expert surveys* que só estão disponíveis por um número limitado de pontos de tempo, e não estão disponíveis simultaneamente para os Europartidos e os seus membros nacionais (Klüver & Rodon, 2013, p. 639).

Por fim, o quarto Objetivo Operacional (O4) provém dos resultados atingidos nos Objetivos Operacionais anteriores para identificar os efeitos das dinâmicas interpartidárias nas tomadas de posição dos Europartidos em torno dos dois processos institucionais. Por outras palavras, o O4 serve como o objetivo final da nossa questão de investigação: analisar como o impacto da estruturação organizacional e ideológica dos Europartidos afetou as escolhas posicionais em torno dos SK e das LT.

Tabela 4 – Síntese do método, tipo de dados e fonte de dados para análise.

Método	Dados	Fonte	N
Análise documental	Conteúdo mediático europeu	Político; Euronews; EUObserver; EURACTIV; The Parliament	111
	Comunicados de imprensa	Websites dos Europartidos e dos grupos políticos	56
	Programas eleitorais	Manifestos partidários dos Europartidos / Declarações	24
	Estatutos partidários	Estatutos dos Europartidos	9
	Debates Parlamentares	Debates entre os grupos políticos no Parlamento Europeu	274*
Entrevistas	Semiestruturadas	Estrutura dos Europartidos: liderança (presidente, vice-presidente(s), secretário-geral) Estrutura dos Europartidos: comité/unidade política Eurodeputados dos grupos políticos no Parlamento Europeu: pasta em Assuntos Constitucionais Assistentes aos eurodeputados	12

Fonte: Elaboração do autor

*N com base em discursos por eurodeputado.

5.2 Operacionalização

Primeiramente, antes de testar as hipóteses nomeadamente divulgadas, apresentar-se-ão os dados dos Europartidos em torno do processo dos *Spitzenkandidaten* e das Listas Transnacionais para analisar o posicionamento geral de cada Europartido em relação a cada processo. Para o devido efeito, o método reside-se numa análise documental de todos os documentos apresentados na Tabela 3, nomeadamente o conteúdo mediático europeu, os debates em plenário do PE, os comunicados de imprensa dos Europartidos e dos seus respetivos grupos políticos, e os manifestos partidários.

Para a primeira variável independente, o grau de liderança do Europartido (H1), são necessários dados provenientes de três fontes: Congressos e/ou estatutos dos Europartidos, conteúdos dos meios de comunicação social europeus e entrevistas semiestruturadas. Os congressos e estatutos dos partidos políticos são uma fonte viável para analisar o grau de congruência de voto (a favor, contra ou abstenção) sobre os processos internos dos partidos e as reações aos processos

políticos, legislativos e eleitorais que afetam o sistema político (Ceron, 2019). O conteúdo mediático europeu fornece informações sobre o estado da liderança de um Europartido, bem como uma fonte para os resultados do congresso do Europartido que não estão disponíveis no sítio Web oficial de um Europartido. Por fim, as entrevistas fornecem dados que não se encontram nos documentos, obtendo uma perspetiva mais aprofundada de cada líder do Europartido em torno do seu campo de ação no partido político. A variável da hipótese H₂ (regulamento interno) requer a mesma base de dados.

A variável das hipóteses H_{3A} e H_{3B} (contacto entre os membros internos) requer uma análise de diálogos internos em torno de posições políticas (*policies*), principalmente políticas de reforma democrática da UE como os SK e as LT. O consenso intrapartidário tem como base três lógicas: pouco consenso, consenso por maioria, e consenso por unanimidade. Aplicado às últimas duas lógicas, apesar de, como se verificou nos resultados da H₂, a palavra-chave das relações intrapartidárias é ‘consenso’, logra-se a possível existência de Europartidos que preferem atingir um consenso de decisões internas por maioria, visto que pode ser difícil atingir um posicionamento comum ou uma votação numa política por unanimidade tendo em conta a sensibilidade do tópico em questão. Portanto, emprega-se uma análise por cada Europartido o resultado das suas interações entre membros, e se existiu um diálogo constante para atingir um posicionamento comum em torno dos SK e das LT. Aqui se requer dados de todas as fontes mencionadas, principalmente de entrevistas e do conteúdo mediático europeu. Para analisar com melhor detalhe o diálogo interno nos Europartidos, os dados mais fiáveis serão fornecidos pelos membros que testemunham as relações e contactos internos no seio do seu Europartido como também ao nível do grupo político no PE. Nomeadamente aplicado ao processo dos SK, certas entrevistas foram realizadas antes da nomeação de um candidato líder para as eleições europeias de 2024. Assim, emprega-se, novamente, uma análise de conteúdo noticiário sobre as mais recentes notícias da nomeação dos SK por cada Europartido e, se disponível, verificar o nível de apoio intrapartidário ao candidato em questão.

A variável das hipóteses H_{4A} e H_{4B} (ideologia esquerda-direita e pró-anti UE) conta com dados localizados principalmente em discursos e documentos partidários, adicionando a opção de entrevistas, porque a posição ideológica dos Europartidos é refletida na complexidade de posições dos partidos membros nacionais. No entanto, entende-se que classificar um Europartido como “esquerda-direita” e “pró-europeu/europeísta” e/ou “anti-europeu/eurocético” seja mais difícil do que parece. Apesar da posição esquerda-direita estar mais definida no carácter dos Europartidos, as suas atitudes europeístas ou eurocéticas irão depender muito das atitudes dos partidos membros nacionais. Aplicando a terminologia de Paul Taggart e Aleks Szczerbiak (2004), um Europartido eurocético como o ECR *Party* dispõe partidos que, geralmente, possuem uma visão negativa da UE, mas os seus membros variam de uma atitude mais “*soft*” de euroceticismo (por ex. reforma total das instituições europeias) a uma visão mais “*hard*” (por ex. acabar com o projeto de integração europeia). Contudo, para evitar idiosincrasias na classificação de um Europartido como eurocético ‘*soft*’ ou ‘*hard*’, a variável permanece dicotómica

em relação às atitudes face à UE: pró-UE e anti-UE. A classificação da ideologia dos Europartidos tem em conta os dados dos manifestos dos Europartidos e os dados do projeto "*Parties and Elections in Europe*", coordenado pelo Dr. Wolfram Nordsieck, que fornece uma extensa base de dados sobre as orientações políticas dos partidos em toda a Europa, bem como dados básicos sobre esses partidos, os seus anos de fundação, orientações políticas, filiação em Europartidos e grupos do Parlamento Europeu (Nordsieck, 2023). A Tabela 5 mostra quais os Europartidos analisados para a investigação, a sua família partidária e as suas atitudes em relação à União Europeia.

Tabela 5 – Europartidos em análise: a sua posição ideológica e as suas atitudes perante a União Europeia.

Partidos	Família ideológica	Atitude perante a UE
Partido Popular Europeu (EPP)	Centro-direita / direita	Europeísta
Partido Socialista Europeu (PES)	Centro-esquerda / Esquerda	Europeísta
Partido da Aliança dos Liberais e Democratas pela Europa (ALDE)	Liberal / centro	Europeísta
Partido Democrático Europeu (EDP)	Centro	Europeísta
Partido Verde Europeu (EGP)	Ecologista / esquerda	Europeísta
Aliança Livre Europeia (EFA)	Regionalista / esquerda	Europeísta
Partido da Esquerda Europeia (PEL)	Esquerda / esquerda radical	Eurocético
Partido dos Conservadores e Reformistas Europeus (ECR Party)	Direita / direita radical	Eurocético
Partido da Identidade e Democracia (ID Party)	Direita / direita radical	Eurocético

Fonte: Elaboração do autor.

A análise das posições dos Europartidos em torno dos SK e das LT serão comunicados por percentagens, sob a variável tricotómica de ‘positivo’, ‘negativo’ ou ‘ambivalente’” Incluiu-se uma variável complementar de análise da posição europartidária: posição sobre a ‘reforma dos Europartidos’. Esta pode ajudar a fortalecer os dados ao verificar se os Europartidos e os seus membros estariam dispostos a desenvolver estas organizações para além dos SK e das LT (por ex. em relação ao seu financiamento).

Depois de examinar a posição geral dos Europartidos, começa-se a testar as hipóteses. Primeiramente, os dados dos congressos europeus são examinados para determinar se os resultados das votações e das nomeações dos candidatos internos são congruentes. Segundo, a análise dos dados das entrevistas é de natureza qualitativa. Utiliza-se uma análise de discurso

narrativo das respostas das entrevistas, interpretando as respostas dos entrevistados com tabelas para comparação. Uma variável com um grau próximo de 'baixo' indica uma opinião mais negativa sobre o impacto das dinâmicas intrapartidárias na posição sobre os SK e as LT, ou seja, que essas dinâmicas não afetaram a posição europartidária de forma alguma. Por outro lado, um nível elevado como 'alto', 'flexível' e 'consenso por unanimidade', pode indicar que as dinâmicas internas influenciaram significativamente a decisão de adotar uma posição comum no Europartido.

Adicionalmente, o método de entrevistas será complementado, para efeitos de triangulação dos dados, e quando aplicável, por dados retirados de fontes de conteúdo mediático europeu. Certos canais de conteúdo mediático que fornecem notícias sobre os Europartidos e os grupos políticos no PE, como o Euractiv e o Politico Europe, providenciam informação vital para testagem das hipóteses. Este método também é importante no caso de acontecer um dos seguintes imprevistos na fase de interpretação dos dados: caso o membro entrevistado não forneceu as respostas necessárias / falta de clareza nas respostas perante as questões; a indisponibilidade dos potenciais membros para a entrevista pré e pós-eleições europeias de 2024; e percentagens de voto e / ou apoio sobre os processos de SK e LT que os membros entrevistados não estão a par. O processo de operacionalização encontra-se sumariado na Tabela 6.

Tabela 6 - Operacionalização das variáveis

Hipóteses	Variável dependente	Grau	Base de dados
H1 – liderança (euro)partidária		<p>Baixo – O líder europartidário não é autónomo, não possui qualquer influência no posicionamento comum intrapartidário</p> <p>Médio – O líder europartidário tem boa autonomia nas tomadas de decisão, mas continua a ser influenciado pelo posicionamento dos membros internos</p> <p>Alto – O líder europartidário é muito autónomo, compromete-se com as posições dos membros, mas possui muito espaço de manobra</p>	Entrevistas Estatutos
H2 – Regulamento interno	Posição face aos Spitzenkandidaten e às Listas Transnacionais	<p>Restrito – Europartido possui um regulamento que proíbe a criação de posições distintas – nenhum espaço para dissidência</p> <p>Tolerante – Europartido possui um regulamento que limita a criação de posições distintas – maior incentivo para posições centrípetas</p> <p>Flexível – Europartido possui um regulamento muito flexível para a criação de posições distintas – maior incentivo para posições centrífugas</p>	Entrevistas Estatutos
H3 – contacto entre os membros internos		<p>Pouco consenso – Contacto pouco frequente entre os membros da cúpula e os eurodeputados – pouco incentivo para consenso</p> <p>Consenso por maioria – Contacto entre os membros com o objetivo de formação de uma maioria do que unanimidade.</p> <p>Consenso por unanimidade – Contacto entre os membros com o objetivo de formação de unanimidade do que maioria.</p>	Programas eleitorais Conteúdo mediático europeu Debates no Parlamento Europeu Entrevistas
H4 - Ideologia		<p>Nenhum – A ideologia esquerda-direita e europeísta-eurocética não teve influência na posição face aos SK e nas LT</p> <p>Atitude > Ideologia – A ideologia esquerda-direita não teve influência na posição face aos SK e às LT, mas sim a sua atitude europeísta-eurocética</p> <p>Ideologia > Atitude – A ideologia esquerda-direita teve influência na posição face aos SK e às LT, e não a sua atitude europeísta-eurocética</p> <p>Ambos – A ideologia esquerda-direita e a sua atitude europeísta-eurocética tiveram influência na posição face aos SK e às LT</p>	Programas eleitorais Debates no Parlamento Europeu Entrevistas

Capítulo 6 – Análise das dinâmicas dos Europartidos e a sua posição em torno dos Spitzenkandidaten e das Listas Transnacionais

6.1 Análise das posições dos Europartidos

Começamos por analisar qual o posicionamento dos Europartidos e dos seus grupos políticos em torno dos processos dos *Spitzenkandidaten* e das Listas Transnacionais, bem como a posição dos Europartidos em desenvolver as próprias estruturas internas em termos eleitorais e de financiamento. Com isto, realizou-se uma seleção de dados que contêm referências aos SK, às LT, e a qualquer processo de reforma dos Europartidos²². Esta secção conta com dados do conteúdo mediático europeu, de discursos e debates em plenário no Parlamento Europeu e de comunicados de imprensa dos Europartidos. A Tabela 7 (p. 66) revela o número (N) de dados analisados em cada fonte.

De seguida, para conhecer, efetivamente, quais as atitudes dos Europartidos perante a União Europeia – pró-europeu (europeísta) ou anti-europeu (eurocético) – desenvolveu-se uma média de atitudes dos Europartidos em relação à UE através da posição dos seus membros em torno dos SK, LT e reforma europartidária. O valor 1 aproxima-se de uma posição mais europeísta e 2 mais eurocética, enquanto o valor 3 demonstra uma posição mais ambivalente, ou seja, não se regista, de forma evidente, um posicionamento favorável ou desfavorável face ao projeto europeu. A Tabela 7 revela que os partidos com maior representação no PE – EPP, PES, ALDE, e EGP – são europeístas. Os dados apresentados sobre as posições dos Europartidos agregam desde 2011 até 2024. O EPP apresenta uma média ligeiramente mais distante do valor total de 1, o que pode confirmar a existência de membros mais eurocéticos no Europartido (Verger, 2018) do que os restantes pró-europeus. Dos partidos mais eurocéticos, o PEL distancia-se do valor puro de euroceticismo. O ECR Party também não encaixa no valor de puro euroceticismo em torno dos processos institucionais, mas, de acordo com os dados em análise, este Europartido estava mais a favor da reforma do financiamento europartidário e contra o processo dos SK e das LT (este resultado será confirmado a seguir). Somente o ID apresenta um valor de puro euroceticismo em torno dos processos. Os não-inscritos, ou seja, deputados independentes, apresentam uma média de posições mais eurocéticas, apesar de se aproximarem de uma atitude mais ambivalente.

²² Palavras-chave: partidos políticos europeus; financiamento dos partidos políticos europeus; reforma dos partidos políticos europeus; *spitzenkandidaten*; listas transnacionais; listas pan-europeias; eleição direta do presidente da Comissão.

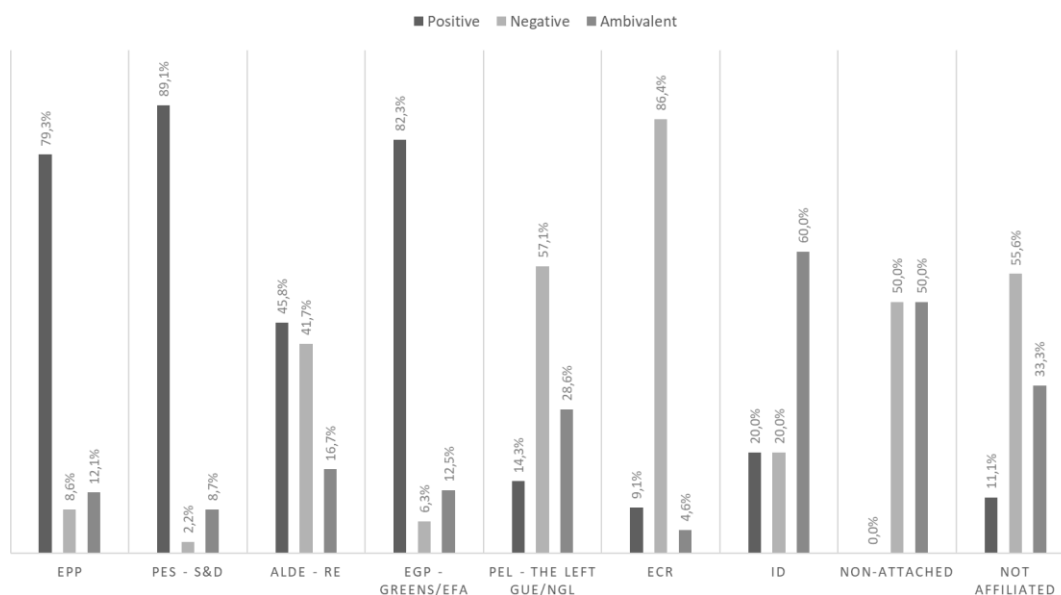
Tabela 7 - Média de atitude dos Europartidos perante a União Europeia

Europartido – Grupo Político	N (dados em análise por Europartido)	Média (1 – Europeísta; 2 – Eurocético; 3 – Ambivalente)	Erro Desvio
EPP	153	1,10	,432
PES – S&D	111	1,00	,000
ALDE e EDP – RE	60	1,03	,258
EGP e EFA – Greens-EFA	45	1,00	,000
PEL – The Left GUE/NGL	26	2,27	,452
ECR Party e ECPM – ECR	52	2,16	,367
ID Party - ID	12	2,00	,000
Não inscritos	14	2,21	,699

Encaminhamos para a análise da posição dos Europartidos em torno dos *Spitzenkandidaten*. De acordo com a Figura 3, o EPP, PES e EGP foram a favor do processo dos SK, enquanto o ALDE-P, apesar de uma percentagem mais positiva, demonstrou uma mistura de posições negativas e ambivalentes. Certos argumentos, como as dos eurodeputados e membros do ALDE Guy Verhofstadt e Margrethe Vestager, contestaram o sistema dos SK em si por ‘favorecer os maiores partidos’, mas estariam a favor do processo caso estivesse incorporado em Listas Transnacionais²³. Como esperado, partidos eurocéticos como o ECR Party e o PEL foram contra a introdução dos SK, no entanto o ID (mais os não inscritos) revelou uma posição mais ambivalente.

²³ <https://www.politico.eu/article/guy-verhofstadt-macron-will-join-a-pan-european-liberal-movement/> e <https://www.politico.eu/article/margrethe-vestager-faces-backlash-for-criticizing-lead-candidate-system-spitzenkandidat-commission-president>. Consultado a 20 de fevereiro de 2024.

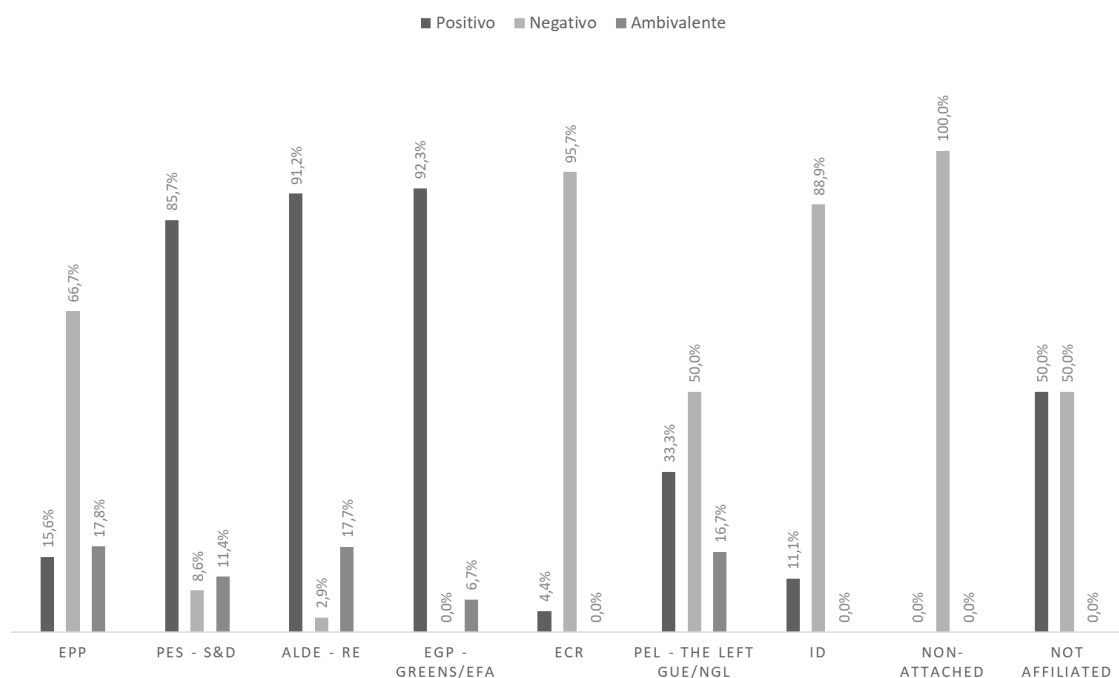
Figura 3 - Posição dos Europartidos mais dos grupos políticos em torno dos *Spitzenkandidaten*



Fonte: Conteúdo noticiário europeu, Debates no Parlamento Europeu, Comunicados de imprensa dos Europartidos e grupos políticos do PE (2011 – 2024). N = 193.

Ao analisar a posição em torno da possibilidade de introduzir Listas Transnacionais para as eleições europeias, a Figura 4 demonstra o apoio do PES, ALDE e EGP para a introdução das listas, mas o maior partido pró-europeu, o EPP, opôs-se. Adicionalmente, os maiores opositores à introdução das LT foram os eurocéticos ECR e ID, juntamente com o grupo de deputados não inscritos. O PEL, por seu lado, dispõe de uma percentagem mais baixa de oposição às LT, sugerindo que alguns dos seus membros ou estavam de acordo com a introdução de tais listas ou então não se posicionaram nem a favor nem contra.

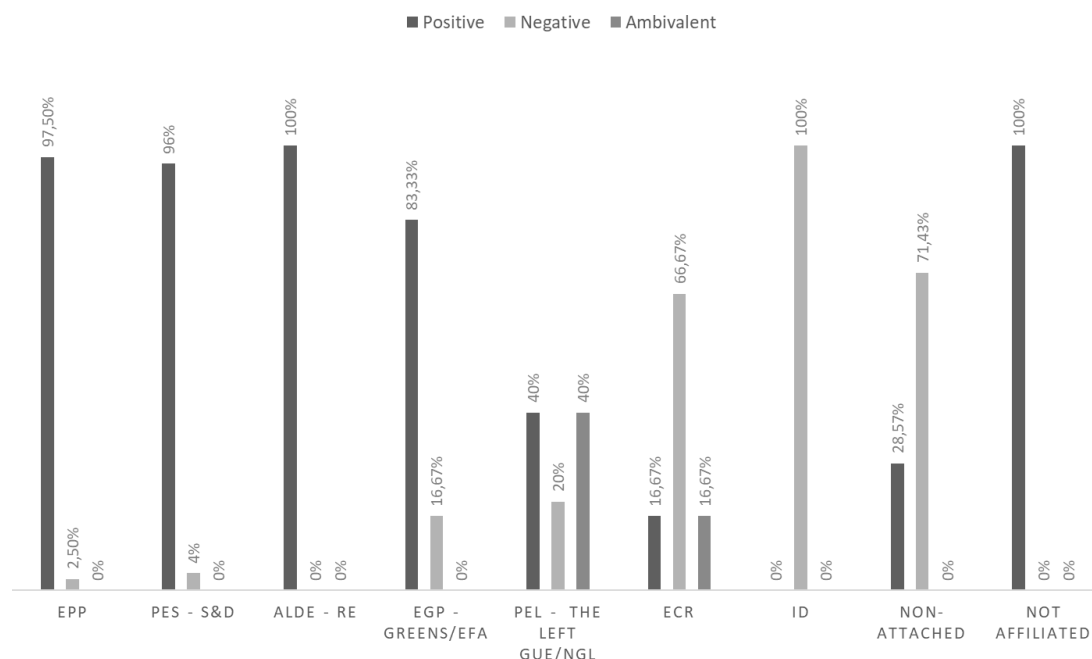
Figura 4 - Posição dos Europartidos em torno das Listas Transnacionais



Fonte: Conteúdo noticiário europeu, Debates no Parlamento Europeu, Comunicados de imprensa dos Europartidos e grupos políticos do PE (2011 – 2024). N = 173.

O debate sobre os dois processos institucionais também fazia referências ao desenvolvimento dos Europartidos quer em termos eleitorais (por ex. fazer campanhas para as eleições europeias) quer em termos do seu financiamento. Assim, ao observar a Figura 5, referências ao desenvolvimento dos Europartidos foram largamente positivas nos Europartidos europeístas, e negativas nos partidos eurocéticos ECR e ID. O PEL foi o único Europartido eurocético que favoreceu um desenvolvimento dos Europartidos, nomeadamente aplicado ao seu financiamento. Isto pode estar de acordo com os resultados apresentados por Wolfs (2022) em que alguns partidos de esquerda radical têm, por exemplo, apoiado continuamente o regime de financiamento europartidário.

Figura 5 - Posição dos Europartidos em torno das reformas europartidárias



Fonte: Conteúdo noticiário europeu, Debates no Parlamento Europeu, Comunicados de imprensa dos Europartidos e grupos políticos do PE (2011 – 2024). N = 117

6.2 Justificação das posições por cada Europartido

Agora iremos analisar as principais justificações sobre as quais assentaram as posições dos membros europartidários. Esta secção apresenta quais os argumentos usados pelos membros dos Europartidos no que diz respeito à defesa, contestação e ambivalência em torno da implementação dos SK e das LT.

Partido Popular Europeu (EPP)

O Partido Popular Europeu (EPP) defende a “vontade comum de criar uma União Europeia federal como uma União de povos livres e de cidadãos conscientes das suas próprias responsabilidades” com base na visão cristã do homem e na “conceção democrata-cristã da sociedade”²⁴. Atualmente é o Europartido que possui o maior número de eurodeputados no seu grupo do PE, com 187 lugares²⁵. Sobre a posição do EPP, certos membros do EPP, como os eurodeputados Paulo Rangel e Franck Proust, revelaram, através dos seus discursos, o seu desagrado em torno da criação de Listas Transnacionais por serem “uma utopia” e não muito apelativo para os possíveis eleitores²⁶. No entanto, os dados revelam um pleno apoio ao sistema

²⁴ EPP Statutes & Internal Regulations, approved by the EPP Congress on 21 October 2015 in Madrid (Spain), and by the EPP Political Assembly on 2 June 2015 in Oslo (Norway)

²⁵ Dados referentes à 9ª legislatura parlamentar (2019-2024). É de salientar que o grupo do EPP obteve mais cinco lugares após a saída do Reino Unido da UE (Brexit).

²⁶ <https://www.euractiv.com/section/elections/news/ep-votes-against-transnational-lists/>;

dos *Spitzenkandidaten* nos discursos desde a sua primeira introdução nas eleições europeias de 2014²⁷ e na (suposta) nova implementação em 2019²⁸. Mesmo assim, inicialmente, houve alguma contestação pelos líderes dos Estados-membros em relação à eleição direta do presidente da Comissão. Um caso em particular foi a ex-chanceler alemã Angela Merkel não se pronunciar sobre o seu apoio no candidato vencedor de 2014 do seu Europartido, Jean-Claude Juncker, e considerar que uma “automatização” dos SK nas próximas eleições europeias poderia significar “uma violação do Tratado da UE”²⁹.

O EPP posiciona-se favoravelmente em torno do desenvolvimento dos Europartidos quanto ao seu financiamento, o que permitiria um desenvolvimento da sua estrutura para levar à criação de uma esfera pública europeia. Um argumento de um membro do EPP que apoia esta afirmação em plenário do PE sugere que o desenvolvimento do financiamento europartidário ao estabelecer as suas condições de financiamento e transparência é essencial “se quisermos reforçar o espaço público europeu que estamos a tentar criar”³⁰.

Partido dos Socialistas Europeu (PES)

De acordo com o seu estatuto, um dos objetivos do Partido dos Socialistas Europeu (PES) visa “reforçar o movimento socialista, social-democrata, operário e democrático progressista e os seus valores na União e em toda a Europa”³¹. No geral, sendo um dos Europartidos mais europeístas ao nível da UE, os membros do PES favoreciam a introdução dos *Spitzenkandidaten* tanto para as eleições europeias de 2014³² como para as de 2019³³ com o principal objetivo de reformar a democracia europeia e aproximar os eleitores europeus à UE. De acordo com os dados recolhidos, membros do PES são amplamente a favor das duas reformas e também favorecem o desenvolvimento interno dos Europartidos através do seu financiamento para alcançar uma “convergência organizativa dos partidos políticos europeus”³⁴.

Partido da Aliança dos Liberais e Democratas na Europa (ALDE)

O partido dos Liberais e Democratas (ALDE) referenciam a introdução de Listas Transnacionais como ponto fulcral para o desenvolvimento da democracia europeia. No entanto, o Europartido demonstrou uma vocação menos positiva em relação aos SK, considerando que este processo

<https://www.euractiv.com/section/elections/news/macrons-party-sticks-to-transnational-list-proposal>.

Consultados a 20 de fevereiro de 2024.

²⁷ Thursday, 22 November 2012 – Strasbourg, Explanations of vote: Motion for a resolution: B7-0520/2012

²⁸ EPP Manifesto 2019: “Let’s open the next chapter for Europe together!”

²⁹ <https://euobserver.com/eu-political/124401>. Consultado a 22 de fevereiro de 2024.

³⁰ Speech by MEP Mariya Nedelcheva, Tuesday, 5 April 2011 – Strasbourg, Political parties at European level and rules regarding their funding (debate).

³¹ PES Statutes adopted by the 11th PES Congress on 7th December 2018.

³² PES Manifesto “Towards a new Europe”, adopted by the PES Election Congress on 1 March 2014.

³³ Tuesday, 6 February 2018 – Strasbourg, Debate with the Prime Minister of Croatia, Andrej Plenković, on the Future of Europe (debate).

³⁴ Speech by MEP Luís Paulo Alves (S&D), Wednesday, 16 April 2014 – Strasbourg, Statute and funding of European political parties and European political foundations (A7-0140/2013 - Marietta Giannakou).

favorecia os maiores partidos como o EPP em detrimento dos partidos com menos representação no PE. Guy Verhofstadt, líder do grupo *Renew Europe* (RE) até 2019, confirmou esta posição³⁵:

“Éramos muito favoráveis e depois tornámo-nos muito críticos em relação a isso [*Spitzenkandidaten*]. Gostamos dos *Spitzenkandidaten* em que as pessoas podem votar, mas as listas transnacionais teriam sido a [melhor] justificação democrática.”

Contudo, o ALDE favorece o processo dos SK desde que esteja integrado em Listas Transnacionais³⁶. Com efeito, a nova proposta de eleição de 28 eurodeputados através de Listas Transnacionais, cuja cabeça-de-lista será o candidato líder para a presidência da Comissão, foi votada a favor pelos membros do ALDE no grupo do RE³⁷.

O Partido Democrático Europeu (EDP)

O EDP é um Europartido pró-europeu que foi fundado como reação à crescente influência dos partidos eurocéticos nas instituições europeias e que é ideologicamente centrista e federalista³⁸. Em relação ao estatuto dos Europartidos, o EDP favorece o desenvolvimento do financiamento dos Europartidos, e até apoia a participação dos mesmos em campanhas para referendos europeus³⁹.

Segundo as suas posições, o EDP apoiava a nomeação do presidente da Comissão por sufrágio universal direto. Isto seria visto, aos olhos do Europartido, como um “verdadeiro passo em frente para a União, que ganhará legitimidade perante os povos europeus”⁴⁰. Em relação às LT, o Europartido revelou o seu apoio à sua introdução tanto em 2018 como em 2022. Segundo um debate parlamentar para a introdução das LT em 2018, António Marinho e Pinto, membro do EDP e eurodeputado do grupo RE, demonstrou o seu descontentamento quando o processo de introdução foi votado contra em plenário⁴¹:

“Ao recusar a possibilidade de um círculo eleitoral europeu, este Parlamento adiou, sabe-se lá por quanto tempo, uma reforma que traria sangue novo a esta instituição parlamentar e lhe daria uma legitimidade reforçada.”

³⁵ <https://www.theparliamentmagazine.eu/news/article/verhofstadt-denies-flipflopping-over-spitzenkandidaten>. Consultado a 22 de fevereiro de 2024.

³⁶ <https://www.politico.eu/article/guy-verhofstadt-macron-will-join-a-pan-european-liberal-movement>. Consultado a 22 de fevereiro de 2024.

³⁷ Monday, 2 May 2022 – Strasbourg, Election of the Members of the European Parliament by direct universal suffrage (debate).

³⁸ <https://democrats.eu/en/the-european-democratic-party/#party>. Consultado a 22 de fevereiro de 2024.

³⁹ Speech by MEP Robert Rochefort, Wednesday, 6 April 2011 – Strasbourg, Explanations of vote: Report by Marietta Giannakou (A7-0062/2011).

⁴⁰ Speech by MEP Marielle de Sarnez, Thursday, 13 March 2014 – Strasbourg, Implementation of the Treaty of Lisbon with respect to the European Parliament (A7-0120/2014 - Paulo Rangel).

⁴¹ Speech by MEP António Marinho e Pinto, Wednesday, 7 February 2018 – Strasbourg, Reform of the electoral law of the European Union (debate).

Nas eleições europeias de 2019, o EDP não faz referência ao processo dos SK, mas menciona o seu apoio à introdução das LT, justificando que os eleitores poderiam escolher entre listas que defendem programas para toda a Europa⁴².

Partido dos Verdes Europeu (EGP) e a Aliança Livre Europeia (EFA)

O principal objetivo dos Verdes é a defesa de uma Europa mais verde, com especial foco às alterações climáticas, ao uso de energias sustentáveis, e a redução das emissões de CO₂ e de energia nuclear. Em relação aos processos de reforma democrática, juntamente com o PES, o EGP apoiou a introdução do processo dos *Spitzenkandidaten* em 2014 e 2019 e das Listas Transnacionais em 2018 e 2022. De facto, o EGP foi o único Europartido a fazer referência e prestar apoio à introdução das LT desde o seu manifesto partidário para as eleições europeias de 2009⁴³. Adicionalmente, o EGP também suporta a afirmação de que o processo dos *Spitzenkandidaten* podia ser mais bem desenvolvido ao ser combinado com as Listas Transnacionais⁴⁴.

No caso da Aliança Livre Europeia (EFA), sendo um partido de cariz regionalista, o principal objetivo é a defesa e representação dos povos das regiões, localidades e de ‘nações sem Estado’ dos países europeus⁴⁵. Ao contrário do EGP, pouco se revelou sobre a sua posição em torno das LT. No entanto, os dados revelam que, apesar da ausência do conceito ‘*Spitzenkandidaten*’, a EFA apoiou a introdução de um mecanismo de eleição direta do presidente da Comissão nos seus manifestos partidários para as eleições europeias de 2009, 2014 e 2019⁴⁶.

Partido da Esquerda Europeia (PEL)

O PEL revelou uma combinação de posições mistas em torno dos SK. Por um lado, o Europartido sugeriu que o processo em si foi ‘morto’ pela chanceler alemã Angela Merkel ao demonstrar apoio pela nomeação da não-*spitzkandidat* Ursula von der Leyen para presidente da Comissão Europeia, e que, com efeito, acabou por desvendar cada vez mais o défice democrático na UE⁴⁷. Por outro lado, membros do PEL contestaram o processo dos SK devido à fraca influência política da Comissão, considerada como ‘um órgão desprovido de qualquer legitimidade democrática’, e acentuaria o ‘fosso’ entre a União Europeia e a soberania dos povos⁴⁸.

⁴² “Europe Stand Up!”, EDP Election manifesto 2019.

⁴³ “A Green New Deal for Europe”, Manifesto for the European election campaign 2009.

⁴⁴ <https://www.politico.eu/article/margrethe-vestager-faces-bBaixoback-for-criticizing-lead-candidate-system-spitzenkandidat-commission-president/>. Consultado a 22 de fevereiro de 2024.

⁴⁵ <https://e-f-a.org/who-we-are>. Consultado a 22 de fevereiro de 2024.

⁴⁶ “Vision for a People's Europe”, European Free Alliance (EFA) Manifesto for the June 2009 European elections; 2014 EFA Manifesto, European parliament elections; “Building a Europe of all Peoples”, 2019 Manifesto European Elections.

⁴⁷ <https://left.eu/backroom-deal-disgrace-deepens-eu-democratic-deficit>. Consultado a 22 de fevereiro de 2024.

⁴⁸ Speech by MEP Jean-Luc Mélenchon, Thursday, 13 March 2014 – Strasbourg, Implementation of the Treaty of Lisbon with respect to the European Parliament (A7-0120/2014 - Paulo Rangel).

Em relação às LT, alguns membros do PEL apoiavam a introdução destas listas com o processo de nomeação direta do presidente da Comissão para que ‘os cidadãos tenham uma palavra a dizer diretamente na eleição do Presidente da Comissão da UE’⁴⁹. Contudo, outros membros sugeriram que a verdadeira natureza do défice democrático na UE encontra-se na falta de iniciativa legislativa do Parlamento Europeu, e debates inseridos tanto o processo dos SK como das LT eram somente ‘distrações’ causadas pelos líderes da França e Alemanha⁵⁰. No geral, as posições do PEL inserem-se no receio do surgimento de um presidencialismo a nível da UE, com o aumento do personalismo dos candidatos transnacionais em detrimento de soluções e políticas⁵¹.

Não obstante, o PEL apoiava a reforma de financiamento dos Europartidos. Segundo Paul Murphy, membro do PEL e eurodeputado do GUE/NGL, ele acredita que os partidos políticos, incluindo os Europartidos, devem ser financiados principalmente ‘de baixo para cima’ através de contribuições dos seus membros e apoiava um corte no seu financiamento público⁵².

Partido dos Conservadores e Reformistas Europeu (ECR Party)

O Partido dos Conservadores e Reformistas Europeu (ECR Party) e o seu grupo no PE categorizam os seus membros como “Eurorealistas” em vez de “Eurocríticos”⁵³. O ECR Party foi substancialmente contra o processo dos *Spitzenkandidaten* e das Listas Transnacionais, considerando a legitimidade dos parlamentos nacionais como superior ao Parlamento Europeu e a qualquer reforma democrática do sistema da UE, principalmente os SK e as LT⁵⁴. Em relação aos SK, o Europartido caracteriza o próprio mecanismo como disfuncional e os seus candidatos invisíveis ao olho dos eleitores por não aparecerem nos boletins de voto, o que causa um enfraquecimento de ‘toda a UE’ e ‘afasta-a ainda mais dos eleitores’⁵⁵. O eurodeputado Martin Callanan prestou o seu desagrado aos SK ao declarar que os candidatos à presidência da Comissão não ofereciam alternativas distintivas na reforma da UE⁵⁶:

“Representam interesses instalados. Os cidadãos do Distrito Europeu em Bruxelas, não os cidadãos da Europa. No próximo mês de maio, a escolha não será sobre candidatos anónimos. Será sobre se queremos apenas baralhar o baralho de cartas, ou deitar fora o baralho antigo e começar de novo”.

⁴⁹ Speech by MEP Helmut Scholz, Tuesday, 24 November 2020 – Brussels, Stocktaking of European elections (continuation of debate).

⁵⁰ <https://left.eu/social-eu-budget-a-must-in-todays-council-informal-summit-2>. Consultado a 22 de fevereiro de 2024.

⁵¹ Speech by MEP Marie-Christine Vergiat, Thursday, 22 November 2012 – Strasbourg, Motion for a resolution: B7-0520/2012.

⁵² Speech by MEP Paul Murphy, Thursday, 16 February 2012 – Strasbourg, Explanations of vote: Report by Derek Vaughan (A7-0030/2012).

⁵³ <https://ecrgroup.eu/ecr>. Consultado a 22 de fevereiro de 2024.

⁵⁴

https://ecrgroup.eu/article/conference_on_the_future_of_the_eu_pre_determined_outcome_to_justify_ever_c. Consultado a 22 de fevereiro de 2024.

⁵⁵ https://ecrgroup.eu/article/eu_at_a_critical_cross_roads_warn_ecr_meps. Consultado a 22 de fevereiro de 2024.

⁵⁶ https://ecrgroup.eu/article/dont_just_change_europes_leaders_change_its_whole_direction

No que toca à introdução de Listas Transnacionais, retoma-se o principal argumento de ser um mecanismo que não resolve o desequilíbrio entre a representação dos cidadãos com o PE. O eurodeputado Michiel Hoogeveen considera estas listas como uma “ação política euro-nacionalista” e que a sua introdução não revelará grande entusiasmo por parte dos cidadãos dos Estados-membros em relação às eleições europeias⁵⁷. Quanto à reforma dos Europartidos, existe argumentos que, em princípio, contestam o próprio financiamento dos mesmos, mas podem apoiar reformas que evitará qualquer acumulação de dotações nos orçamentos dos partidos e das fundações políticas europeias, e, assim, efetivamente representar “uma melhor gestão financeira”⁵⁸. Contudo, o Europartido opõe-se a qualquer participação e desenvolvimento eleitoral dos Europartidos pois “ninguém no mundo real [tem] ouvido falar neles”⁵⁹.

Partido da Identidade e Democracia (ID Party)

Considerado como o Europartido mais recentemente fundado da lista em análise, o Partido da Identidade e Democracia (*ID Party*) foi fundado em 2014, em conjunto com o seu grupo político no PE Identidade e Democracia (ID), como sucessor do Movimento para uma Europa de Nações e Liberdade (MENF). A sua ideologia é de cariz eurocética e nacionalista, com o objetivo de apoiar a soberania dos Estados e dos povos através da cooperação entre as nações e na rejeição de um modelo ‘supra-estatal’ ou ‘supra-nacional’ da União Europeia⁶⁰.

Em semelhança ao *ECR Party*, os membros do *ID Party* rejeitam propostas que possam desenvolver o poder das instituições europeias, argumentando que a UE é ‘uma associação voluntária de Estados soberanos’, e contestam quaisquer reformas que possam conduzir para o designado ‘Estados Unidos da Europa’⁶¹. Aplicado aos SK, o Europartido foi contra a sua introdução no passado e continua a sua posição negativa para uma possível implementação do processo no futuro. De acordo com o eurodeputado Gilles Lebreton, o ID rejeita o aumento do papel da Comissão Europeia através da nomeação direta do seu presidente, pois o eurodeputado defende que a função da Comissão deveria resumir-se a um ‘mero secretariado técnico permanente’⁶². Por outro lado, o Europartido defende o aumento dos poderes do Conselho da UE como a capacidade de possuir iniciativa legislativa⁶³.

No contexto das LT, e até mesmo da reforma da Lei Eleitoral Europeia, o líder do ID Party, Gerolf Annemans, classificou esta nova proposta como um “extremismo” da União Europeia na defesa

⁵⁷ Speech by MEP Michiel Hoogeveen, Monday, 2 May 2022 – Strasbourg, Election of the Members of the European Parliament by direct universal suffrage (debate).

⁵⁸ Speech by MEP Kay Swinburne, Wednesday, 16 April 2014 – Strasbourg, Financing of European political parties (A7-0200/2013 - Ingeborg Gräßle).

⁵⁹ Speech by MEP Martin Callanan, Wednesday, 11 September 2013 – Strasbourg, State of the Union (debate)

⁶⁰ <https://www.id-party.eu>. Consultado a 22 de fevereiro de 2024.

⁶¹ Speech by MEP Jaak Madison, Wednesday, 27 November 2019 – Strasbourg, Presentation by the Commission President-elect of the College of Commissioners and their programme (debate).

⁶² Speech by MEP Gilles Lebreton, Tuesday, 24 November 2020 – Brussels, Stocktaking of European elections (continuation of debate).

⁶³ *Ibid.*

de reformar as eleições europeias. Os argumentos do líder europartidário revelam a posição do Europartido em torno das consequências aplicadas à introdução das LT: o receio da possibilidade de o papel do Conselho da UE ser reduzido a uma câmara consultiva em detrimento do aumento dos poderes do Parlamento Europeu, e os partidos nacionais serem sobrepostos pelos Europartidos na criação de um programa eleitoral em comum pró-europeu sem ter em conta as visões dos partidos membros nacionais⁶⁴. Adicionalmente, a introdução de quotas de género para as próximas eleições europeias de 2024 através das LT é considerado como ‘absolutamente antidemocrático’ por parte do Europartido⁶⁵.

6.3 Análise de consenso e dissidência interna nos Europartidos em torno dos SK e das LT

Após estabelecer as posições gerais dos Europartidos em torno dos processos dos SK e das LT, a presente investigação visa testar as hipóteses em questão. As hipóteses apresentam as dinâmicas internas dos Europartidos, portanto os resultados em análise servirão para compreender se existe dissidência partidária interna quando os Europartidos discutem no seio da organização as suas posições em torno dos SK e das LT.

Dissidência europartidária pode ser analisada com base na existência de potenciais subgrupos com visões políticas distintas dos objetivos políticos do Europartido. Com base em investigação conduzida por Françoise Boucek (2009), pretende-se analisar se, de facto, incentivos institucionais como os SK e as LT levou a dissidência interna com base em “facciosismo competitivo”, na qual subgrupos competem entre si para pôr na agenda do Europartido as suas visões políticas. No entanto, devido à estrutura *sui generis* dos Europartidos, não podemos classificar os dissidentes como “fações”, mas sim fazer referência a “delegações nacionais” (Entrevista #2) devido às suas estruturas serem compostas, na sua maioria, por partidos políticos nacionais.

6.3.1 Primeira dinâmica – Grau de autonomia do líder europartidário (H1)

Em primeiro lugar, começa-se por analisar o grau de autonomia do líder partidário. Um líder partidário com um elevado grau de autonomia no processo de tomadas de decisão intrapartidárias não está sujeito, na sua totalidade, em satisfazer os objetivos políticos de qualquer subgrupo

⁶⁴ Speech by MEP Gerolf Annemans, Tuesday, 24 November 2020 – Brussels, Stocktaking of European elections (continuation of debate).

⁶⁵ Speech by MEP Roman Haider, Monday, 2 May 2022 – Strasbourg, Election of the Members of the European Parliament by direct universal suffrage (debate).

partidário. Assim, um líder do Europartido, como o presidente ou copresidentes, pode manter a integridade e consenso interno da estrutura interna em torno de posições políticas.

No geral, a nomeação e eleição de novos líderes europartidários decorrem nos congressos de cada Europartido, semelhante à eleição de líderes dos partidos políticos nacionais. Os congressos europartidários são compostos por representantes dos partidos membros de pleno direito, bem como membros individuais (sem afiliação partidária nacional) e membros observadores, conforme o estatuto de cada Europartido.

No entanto, com base no estatuto de cada Europartido, pode-se encontrar algumas diferenças no processo de nomeação. Focando nos partidos mais pró-europeus, no EPP o Congresso elege o presidente e este, de seguida, propõe ao Congresso a eleição de um secretário-geral para votação⁶⁶. No PES, ALDE, e EDP o Congresso tem o poder de nomeação bem como de demissão e exoneração dos membros da cúpula, incluindo o(s) presidente(s), vice-presidente(s), secretário-geral, e tesoureiros, conforme proposto pelos partidos membros^{67 68}. O EGP possui um Conselho (*Council*) que serve como o “órgão de decisão supremo do Partido dos Verdes Europeus”, e este nomeia os membros do comité do Europartido incluindo o(s) presidente(s) que é responsável pela execução das decisões do Conselho⁶⁹. No EFA, o Congresso serve apenas para estabelecer o manifesto eleitoral do Europartido, pelo que os membros da cúpula têm o poder de eleger um presidente e depois a sua nomeação é realizada na Assembleia Geral (*General Assembly*) do Europartido⁷⁰.

No lado dos Europartidos mais eurocéticos, o PEL possui um Congresso e uma Assembleia Geral, mas, em contraste com o EFA, a nomeação do presidente é estabelecida no Congresso⁷¹. É de salientar que o PEL possui um órgão distinto dos restantes Europartidos designado por “Conselho dos Presidentes” (*Council of Chairpersons*), um órgão composto pelo presidente do PEL e pelos líderes de todos os partidos membros nacionais com o poder de propor o(s) candidato(s) para a liderança do PEL⁷². Em relação ao ECR Party, o presidente não é nomeado pelo Congresso, mas sim é nomeado pelo Conselho do Europartido (*Party Council*) e, de seguida, é eleito e aprovado pelo Conselho de Administração (*Board of Directors*), que é considerado como o órgão administrativo do Europartido⁷³. Por fim, no ID Party, o líder é nomeado pelo Conselho de

⁶⁶ EPP *Statutes & Internal Regulations*. Aprovado pelo Congresso do EPP em 21 de outubro de 2015, em Madrid (Espanha), e pela Assembleia Política do PPE em 2 de junho de 2015, em Oslo (Noruega).

⁶⁷ Estatutos do PES adotados pelo 11º Congresso do PES em 7 de dezembro de 2018.

⁶⁸ Artigos de Associação da Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa adotados pelo Congresso do ALDE em Estocolmo, Suécia, em 28 de maio de 2023.

⁶⁹ Artigos 6.3 e 6.5 dos Estatutos do European Green Party, adotado no Conselho EGP, 12.11.2011, Paris, e alterado no Conselho do EGP, 26 de novembro de 2017, Karlstad.

⁷⁰ Artigos 26, 30, e 39 dos Estatutos da Aliança Livre Europeia, adotados pela Assembleia Geral da Aliança Livre Europeia em 01.06.2004 em Bruxelas/Bélgica, alterados pela Assembleia Geral periodicamente e, mais recentemente, em 12.05.2022 em Las Palmas da Gran Canaria/Espanha.

⁷¹ Artigo 14 do 7º Congresso do Partido da Esquerda Europeia, Viena, 9-11 de dezembro de 2022.

⁷² *Ibid.*, Artigo 18.

⁷³ Artigos 15, 16, e 19 do Estatuto do ECR Party, adotado em Bruxelas em 2022.

Administração⁷⁴ e, apesar de não ser explícito no estatuto, este é votado a favor ou contra na Assembleia Geral (Entrevista #3).

No geral, os líderes europartidários são nomeados por membros da cúpula e são propostos no Congresso (ou Assembleia Geral) para votação pelos membros que compõem. Como foi exemplificado na H1, os membros europartidários, nomeadamente os membros da cúpula, criam um Congresso para eleger o novo líder, uma forma indireta de nomeação da liderança partidária que é característica comum encontrada nos partidos em massa (Ceron, 2019). Uma diferença notável é a nomeação do líder do EPP, em que o líder é o membro que nomeia o seu secretário-geral e não o Congresso. Uma outra diferença distinguível insere-se no líder do ECR Party ser nomeado pelo Conselho (que atua como um Congresso), mas a sua aprovação é feita pelo Conselho de Administração, composto por membros da cúpula, e não o contrário. Assim, de acordo como a H1, espera-se que a liderança do EPP possua um grau de autonomia maior do que os restantes líderes europartidários, porque o líder age como o principal e os membros da cúpula, sendo nomeados por ele, os seus agentes. Nos restantes Europartidos, espera-se que o líder desempenhe um papel de agente dos principais que são os membros partidários da cúpula, que nomearam o mesmo.

Ademais, é preciso ter em atenção mais dois aspetos. Primeiro, se os líderes são, também, eurodeputados no PE; e segundo, se são líderes dos seus partidos nacionais, ou até mesmo chefes de governo. Uma liderança europartidária composta por eurodeputados pode levar a maiores contactos entre a estrutura do Europartido com o seu grupo político no PE, sendo que os eurodeputados estão em constante diálogo entre si nas preparações para os plenários no PE, e, com efeito, pode levar a maiores níveis de influência do Europartido tanto na sua estrutura como na estrutura do grupo. Por outro lado, um líder europartidário que é líder do seu partido nacional, que é membro do Europartido, pode gerar maior impacto das suas decisões ao nível transnacional em relação às restantes delegações nacionais que não possuem líderes partidários nacionais na sua estrutura.

6.3.2 Resultados – H1

De acordo com os resultados, existe uma concordância geral de que o líder do Europartido possui um papel fundamental de estratega: ele(a) organiza os eventos do Europartido, como o Congresso, e serve de guia de assimilação das posições políticas dos membros partidários nacionais para estabelecer um consenso interno (Entrevistas #1 a #12). Encaminhamos para os resultados de cada Europartido.

EPP

⁷⁴ Artigos 11 e 12 do Estatuto do ID Party.

No caso do EPP, o seu líder, Manfred Weber, também é líder do grupo político do EPP, daí existir muitos contactos entre a liderança europartidária com o grupo no PE. No entanto, existe um certo cinismo quanto à influência do seu líder europartidário, nomeadamente à carência de poder político em detrimento do poder político dos líderes partidários nacionais. De acordo com um membro do EPP, ultimamente os principais líderes do EPP são os líderes dos partidos membros nacionais, notavelmente partidos com ampla influência dentro do EPP como o CDU da Alemanha e o *Forza Italia* da Itália (Entrevista #4). O membro exemplifica a limitação do poder dos Europartidos com base na percepção dos seus líderes:

“Por exemplo, se me perguntassem quem é o presidente do PES, dos Verdes ou do ALDE, eu não saberia dizer-vos. E penso que a maioria dos meus colegas também não saberia. Penso que isso é um pouco representativo do poder político que estes cargos exercem, pois são bastante limitados.” (Entrevista #4).

PES

No caso do PES, o seu líder, Stefan Löfven, não necessita, por exemplo, de contactar com todos os eurodeputados do seu grupo no PE para atingir uma política comum, pois os eurodeputados “são apenas um segmento de todo o PES” (Entrevista #2). No entanto, o líder tem de consultar com todos os diferentes partidos políticos nacionais, os líderes dos partidos políticos nacionais bem como os conselheiros partidários (Entrevista #2), o que pode limitar o campo de autonomia do líder europartidário. Existe a responsabilidade do líder na construção de posições que tem em conta as diferentes sensibilidades nacionais para construir soluções quer consensuais quer por maioria (Entrevista #7). Assim, o líder do PES tem de gerir a panóplia de mecanismos de decisão em função das situações concretas, mas “nunca foi impedido de exercer uma liderança digna desse nome” (Entrevista #7). Ademais, o PES também é composto por partidos com chefes de executivo do seu estado-membro como Olaf Scholz da Alemanha, Pedro Sánchez de Espanha, e Mette Frederiksen da Dinamarca⁷⁵, membros estes que exercem um grande nível de influência nas posições do PES.

ALDE

Em relação ao ALDE, a sua liderança é partilhada por dois co-líderes – Timmy Dooley e Ilhan Kyuchyuk –, o último sendo eurodeputado no grupo *Renew Europe*. Os seus líderes tomam uma decisão com base no diálogo com todos os membros do Europartido, principalmente na elaboração do manifesto eleitoral na qual “ninguém é excluído e todos os membros dispostos a contribuir [...] são bem-vindos” (Entrevista #1). Um membro do ALDE considera que a liderança do ALDE é importante, não só dentro do Europartido, como também no seu grupo político, o *Renew Europe*, onde, dado o ALDE ser o partido mais importante, “não se pode ignorar a existência da componente ALDE do grupo *Renew Europe* por parte das outras componentes mais pequenas deste grupo político” (Entrevista #1). Um outro membro considera que existem diferentes mecanismos de responsabilização que dentro do ALDE. Dentro destes mecanismos, a

⁷⁵ <https://pes.eu/about-us/leadership/#headsstategovernment>. Consultado a 30 de março de 2024.

liderança possui autonomia para tomar uma decisão em nome do Europartido quando se trata de fazer declarações sobre questões específicas (Entrevista #11).

Ademais, para questões urgentes, como declarações em que são necessárias uma reação imediata, basta os membros da cúpula tomarem uma decisão sem necessariamente consultar com os partidos membros (Entrevista #11). Contudo, em resoluções normais, a liderança contacta sempre com os partidos membros. Recentemente, o ALDE pretende desafiar a liderança do grupo do *Renew Europe* após a perda de assentos dos eurodeputados do *Renaissance*, um partido nacional francês que é membro do grupo político e cujas delegações dominavam e influenciavam as posições do grupo⁷⁶. Assim, a liderança do ALDE é importante até nas tomadas de decisão internas do grupo político no PE e isto pode vir a ser reforçado caso o Europartido elege um membro para a presidência do *Renew Europe*.

EDP

A presidência do EDP é liderada por François Bayrou, membro e presidente do partido membro francês Movimento Democrático (MoDem). A liderança do EDP é um caso excepcional em termos de longevidade, pois Bayrou é presidente do Europartido desde 2004, data da sua fundação⁷⁷. O líder do EDP não é eurodeputado e não possui qualquer cargo na direção do grupo do *Renew Europe* no PE. No entanto, um membro da cúpula considera que o líder do EDP, desde a sua tomada de posse, continua a exercer uma grande influência nas decisões internas do partido e até dos seus eurodeputados presentes no grupo político do *Renew Europe* (Entrevista #6). Um outro membro admite que a liderança do EDP possui bastante autonomia nas tomadas de decisão, talvez até mais do se esperava (Entrevista #12). Adicionalmente, o MoDem é o partido membro do EDP que mais possui eurodeputados no PE, 6 de 10 eurodeputados que o Europartido dispõe⁷⁸, o que leva o presidente do EDP a possuir um grande nível de influência e responsabilidade na liderança do EDP. Isto está de acordo com o testemunho de um membro:

“No nosso caso, o presidente, que é o membro fundador, continua a exercer uma influência muito grande nas decisões do partido. Para além disso, confere um elevado grau de autonomia aos deputados europeus que pertencem ao EDP” (Entrevista #6)

EGP

No caso dos Verdes (EGP), em primeiro lugar, e tal como no ALDE, o Europartido possui dois líderes. Um dos líderes é eurodeputado. No estatuto do EGP, 50% das nomeações para a liderança europartidária tem de ser de sexo distinto⁷⁹. Com isto em consideração, quando se trata de tomar decisões para toda a família partidária, é o Congresso que as toma (Entrevista #8). A liderança pode influenciar os seus membros, pois é uma estrutura de coordenação dos partidos membros e das

⁷⁶ <https://www.euractiv.com/section/eu-institutions/news/resurgent-alde-moves-to-retake-liberal-lead-from-defeated-french>. Consultado a 30 de março de 2024.

⁷⁷ <https://democrats.eu/en/francois-bayrou>. Consultado a 30 de março de 2024.

⁷⁸ Dados anteriores às Eleições para o Parlamento Europeu de 2024.

⁷⁹ Estatutos do European Green Party, adotado no Conselho EGP, 12.11.2011, Paris, e alterado no Conselho do EGP, 26 de novembro de 2017, Karlstad.

sedes nacionais dos partidos, alinhando-os por um objetivo comum (Entrevista #9). É equivalente a um “exercício diplomático” através da criação de entendimentos mútuos e também criação de sinergias com os diversos partidos membros (Entrevista #9).

Adicionalmente, os líderes do EGP não contactam com todos os membros, porque as decisões políticas são tomadas em Congresso, e no Congresso os partidos membros nacionais nomeiam delegados para um Congresso da EGP e esses delegados votam em determinadas posições (Entrevista #8). Assim, a função do líder do EGP é coordenar todas as decisões tomadas no Congresso, mas, no fim, são os partidos membros e os seus delegados no Congresso que tomam e votam nas decisões finais.

EFA

Relativamente ao parceiro dos Verdes no grupo do PE, a Aliança Livre Europeia (EFA) está a trabalhar arduamente para eleger o executivo do Europartido de uma forma mais transparente, pois ainda não tem bem definido a eleição do executivo (Entrevista #10). Mesmo assim, a presidente da EFA possui a principal função de coordenadora e intermediária da posição geral do Europartido, no sentido em que, no caso de divergências intrapartidárias, esta comunica primeiro às pessoas que poderão ter mais dificuldade em aceitar algo e chega a acordo com elas sobre um meio-termo (Entrevista #10).

A estrutura possui um membro designado por “*Member Key*” que comunica com todos os partidos membros, sob guia da líder, e envia todas as comunicações a todos os partidos quando se trata de questões importantes. Um membro opina que para ter sucesso como presidente da EFA, ou de qualquer Europartido, esta pessoa deveria ser unicamente presidente da estrutura, pois ser eurodeputado ou ser executivo de um partido nacional pode tornar-se mais difícil fazer campanha para o Europartido e focar-se nos trabalhos da estrutura transnacional (Entrevista #10). A atual presidente da EFA desempenha 80% das suas funções como executiva do Europartido, e desde 2019, sob a sua liderança, o Europartido viu as suas maiores reformas internas (Entrevista #10). No final, a liderança da EFA se reforçou desde 2019 com a sua nova líder, muito devido ao maior foco e *input* da líder no estabelecimento de consensos entre os vários partidos membros.

PEL

Em relação ao PEL, Walter Baier, o líder do Europartido, possui o papel principal de coordenar e desenvolver propostas para a estratégia do partido e, nesta direção, ele tem um papel e uma responsabilidade importantes em englobar um vasto leque de posições de partidos da esquerda na Europa (Entrevista #5). É de salientar que Baier, nas semanas anteriores às eleições para o PE de 2024, desempenhou um papel importante em manter as forças de esquerda unidas no PEL

devido ao risco de fragmentação entre partidos membros, com vista em criar um “espaço seguro” para que as forças nacionais, dentro e fora do partido, dialoguem e cooperem⁸⁰.

No entanto, o líder não é classificado como “autónomo” pois tem de “incluir ideias e propostas dos diferentes partidos membros e das suas estruturas” (Entrevista #5). Não obstante, a existência do “Conselho de Presidentes”, uma estrutura única do PEL, permite um entendimento sobre os poderes de tomada de decisão entre o líder do Europartido e os membros da cúpula com os líderes dos partidos membros nacionais quando existe uma posição difícil ou uma estrutura difícil de consenso (Entrevista #5).

ECR Party

A liderança do ECR Party é protagonizada pela primeira-ministra italiana Giorgia Meloni. Meloni possui uma liderança a três velocidades: do governo italiano, do seu partido nacional *Fratelli d'Italia* (FDI), e do ECR Party. À semelhança do EDP, a líder do ECR Party também é líder do seu partido nacional, cujo partido membro também pertence ao governo. A grande diferença é Meloni ser a chefe de governo do seu país e ser a líder do Europartido, enquanto Bayrou, do EDP, não é líder do executivo francês. É de salientar que após a saída do Reino Unido da UE, a Itália registou-se como um dos estados-membros que obteve ganhos mais significativos em termos de poder de voto no Conselho da UE (Gábor, 2020).

Assim, a influência da líder do ECR Party nas tomadas de decisão interna, muito graças ao seu papel como chefe de executivo italiano e líder do seu partido que é membro do ECR, é exercida com um elevado grau de autonomia. Isto é verificado quando Meloni pretende alcançar alianças entre o ECR com outros políticos e grupos políticos de elevado carácter na política europeia, nomeadamente com Ursula von der Leyen, atual presidente da Comissão e figura central do EPP, com Viktor Órban, primeiro-ministro da Hungria e líder do partido Fidesz, e com Marine Le Pen, líder parlamentar da Frente Nacional (RN) e membro do bureau do ID Party⁸¹. Adicionalmente, Meloni poderá exercer a sua nova influência na cena europeia e mundial após as eleições europeias caso consiga formar estas novas alianças⁸².

ID Party

No caso do ID Party, um membro da cúpula classifica que o poder do seu líder europartidário é sinónimo de “liderança política”, portanto este não exclui a sua influência intrapartidária (Entrevista #3). Todos os que assumem a responsabilidade de trabalhar diariamente para garantir o funcionamento de um partido político “precisam de ter peso suficiente para convencer

⁸⁰ <https://www.euractiv.com/section/elections/news/eu-left-boss-slams-leftist-civil-wars-greens-elitism>. Consultado a 30 de março de 2024.

⁸¹ <https://www.euractiv.com/section/politics/news/all-eyes-on-meloni-as-she-vies-to-be-the-rights-kingmaker>. Consultado a 30 de março de 2024.

⁸² <https://www.politico.eu/article/giorgia-meloni-europe-donald-trump-ursula-von-der-leyen>. Consultado a 30 de março de 2024.

rapidamente os membros e os outros do que tem de ser feito” (Entrevista #3). Contudo, os presidentes dos partidos membros nacionais possuem o maior peso político dentro do ID. De acordo com um membro, quanto mais formal for o partido nacional membro do ID Party, mais não se precisa das assinaturas dos deputados (ou delegações) de cada partido, mas sim são necessárias as assinaturas do presidente de cada partido membro (Entrevista #3).

Teoricamente, todo o partido nacional está vinculado à assinatura de um homem ou de uma mulher que assina em nome de todos os outros. Ademais, figuras nacionais como Marine Le Pen da Frente Nacional (RN), Matteo Salvini da Liga (LSP) e Geert Wilders do Partido da Liberdade (PVV) são figuras centrais do ID, e, geralmente, são estes quem organizam e protagonizam eventos entre membros partidários do ID, quer de forma secreta⁸³ quer em forma de conferencia de líderes da direita radical em torno das eleições para o PE⁸⁴. Estas figuras centrais são os principais locutores dentro de reuniões do ID Party no que diz respeito a reformas e reestruturações organizacionais do Europartido e do grupo político, como foi com a recente expulsão do partido alemão Alternativa para a Alemanha (AfD) da estrutura do ID⁸⁵. Assim, apesar do líder do ID Party possuir um bom grau de autonomia de decisões internas no seio do Europartido, ultimamente são os líderes dos partidos membros do ID, nomeadamente os acima mencionados, quem possuem maior papel na organização estrutural e de tomada de decisão do Europartido⁸⁶.

Pode-se sugerir, com base nos resultados apresentados na Tabela 8 (p. 84), de que os Europartidos com líderes mais autónomos pertencem ao *ECR Party*, EDP e ao EFA, pois estes possuem uma elevada influência na gestão interna do Europartido bem como nos eurodeputados do PE. No *ECR Party*, a sua líder é chefe de governo italiano e líder do seu partido nacional membro do ECR, o que eleva o papel da sua imagem na liderança do Europartido. No EDP, o líder é membro fundador do Europartido, continua no seu cargo de presidente, é uma figura (senão, a figura) principal do EDP, e continua a exercer uma elevada autonomia de tomada de decisão interna. A liderança da EFA também possui um grau elevado de autonomia, pois o seu poder de coordenação veio a ser reforçado ao longo dos últimos cinco anos com as reformas da sua estrutura em 2019. Ademais, partidos membros com maior peso político, ou seja, maior número de membros de uma delegação e no PE conseguem frequentemente moldar as políticas e posições

⁸³ <https://www.politico.eu/newsletter/brussels-playbook/inside-marine-le-pens-secret-brussels-meeting>. Consultado a 30 de março de 2024.

⁸⁴ <https://www.euronews.com/2023/12/03/europes-far-right-leaders-gather-in-italy-to-prepare-for-eu-elections>. Consultado a 30 de março de 2024.

⁸⁵ <https://www.euractiv.com/section/politics/news/le-pen-id-close-door-on-germanys-afd-again>. Consultado a 13 de dezembro de 2024.

⁸⁶ Confere mencionar que, na atual 10ª legislatura do Parlamento Europeu, o ID Party, assim como seu grupo político no PE, passou por uma nova reestruturação e recebeu uma nova designação. O grupo passou a ser conhecido como *Patriots for Europe*, enquanto o Europartido afiliado é denominado *Patriots.eu*. O ex-líder europartidário, Gerolf Annemans, que também liderou o ID Party, foi sucedido por Santiago Abascal, que também exerce a função de presidente do partido espanhol *Vox*. Este câmbio de liderança ocorreu na última Assembleia Geral do *Patriots.eu*, em novembro de 2024. Fonte: <https://patriots.eu/f/press-release---patriots-general-assembly---paris-16-november>. Consultado a 13 de dezembro de 2024.

dos Europartidos e dos seus eurodeputados (Hix, 2002). Com a exceção da EFA, estabelece-se uma correlação nos casos do EDP e o ECR Party entre ser-se líder partidário nacional e líder da estrutura europartidária: em ambos os casos, os partidos correspondentes (MoDem de Bayou e FDL da Meloni) são os que possuem o maior número de eurodeputados nos seus grupos políticos. Isto, por si, gera um impacto substancial do tanto do partido nacional como do seu líder na estrutura organizacional e de tomada de decisão no Europartido.

A liderança do PES e do ALDE possui um grau de autonomia médio, visto que têm de ter em consideração todas as posições dos membros partidários nacionais, mas a figura do líder segue importante para as decisões intrapartidárias para gerar um consenso interno. A liderança do PEL é um caso peculiar devido à existência do Conselho de Presidentes, que, por um lado, pode ajudar a reforçar o poder do líder quanto existe falta de consenso interno; e por outro lado, pode sugerir que o líder terá de acompanhar constantemente as decisões dos líderes partidários nacionais quer no Conselho de Presidentes quer na vida política quotidiana do Europartido. Assim, a autonomia da liderança do PEL reside no grau médio. Quanto ao EPP, EGP, e ID Party, o grau de autonomia na liderança é mais baixa. No caso do EPP, em razão da forte influência dos líderes dos partidos nacionais que integram sua estrutura, o nível de autonomia é reduzido. No EGP, o poder dos líderes é consideravelmente mais residual em comparação com os delegados dos partidos membros nomeadamente nas tomadas de decisão dentro do Congresso. E no ID Party, tal como no EPP, o líder possui o poder de coordenar as decisões dos líderes dos maiores partidos dentro da estrutura, reduzindo significativamente o seu poder de autonomia em detrimento dos líderes partidários nacionais. Apesar dos três Europartidos possuírem líderes com posição no PE, sendo um deles presidente do Europartido e do grupo (EPP), efetivamente a sua liderança possui baixa influência e estão inteiramente subjugados às decisões das suas delegações nacionais e do papel mais preponderante dos líderes partidários destas mesmas delegações. Assim, não podemos estabelecer uma correlação entre ser eurodeputado e se isto, de alguma forma, impacta a autonomia do líder do Europartido.

Ao analisar os resultados na Tabela 8 (p. 81), sugere-se, então, que a H1 não se confirmou. Por exemplo, embora o presidente do EPP possa nomear o seu secretário-geral, algo que nenhum outro dirigente de um partido europeu tem a possibilidade de fazer, é ultrapassado pelos seus pares a nível nacional, especialmente pelos dirigentes dos partidos que estão no governo. Mesmo os maiores Europartidos, como o EPP e o PES, têm líderes que precisam de se comprometer com as posições de todos os partidos nacionais. Além disso, não há provas de qualquer conflito intrapartidário resultante da falta de autonomia dos líderes dos Europartidos. De facto, os líderes dos Europartidos em análise parecem ser capazes de coordenar e até facilitar uma grande troca de pontos de vista e de posições políticas dentro da estrutura interna.

Tabela 8 – Grau de autonomia dos líderes europartidários

Europartido	Nomeação do líder	Contacta com todos os membros do Europartido	Nomeia o seu gabinete	o Eurodeputado	Líder partidário nacional	Quem toma a decisão final	Grau de autonomia do líder
EPP	Congresso	Sim	Sim*	Sim	Não	Líderes partidários nacionais	Baixo
PES	Congresso	Sim	Não	Não	Não**	Delegações nacionais + líder europartidário	Médio
ALDE	Congresso	Sim	Não	Sim***	Não	Delegações nacionais + líder europartidário	Médio
EDP	Congresso	Sim	Não	Não	Sim*	Delegações nacionais + líder europartidário	Alto
EGP	Conselho	Não	Não	Sim***	Não	Delegações nacionais	Baixo
EFA	Assembleia Geral	Sim	Não	Não	Não	Delegações nacionais + líder europartidário	Alto
PEL	Congresso	Sim	Não	Não	Não	Delegações nacionais + líder europartidário	Médio
ECR Party	Conselho	-	Não	Não	Sim	Delegações nacionais + líder europartidário	Alto
ID Party	Assembleia Geral	Sim	Não	Sim	Não****	Líderes partidários nacionais	Baixo

*O líder do EPP, após ser nomeado, elege o seu secretário-geral. **O atual líder do PES, Stefan Löfven, foi primeiro-ministro da Suécia antes de se tornar presidente do PES.

O Europartido tem dois co-presidentes. Um é deputado europeu e o outro não. *Dados analisados antes da última Assembleia Geral do Europartido sucessor do ID Party, o *Patriots.eu*. O novo líder, Santiago Abascal, é também líder partidário nacional.

6.3.3 Segunda dinâmica e resultados – Regulamentos internos (H2)

Para testar a existência de consenso / dissidência interna nos Europartidos, esta seção será dedicada à análise dos regulamentos internos europartidários e de as suas ‘linhas vermelhas’. Os estatutos em análise encontram-se na Tabela 9. O objetivo é verificar se os regulamentos permitem a flexibilidade de diferentes posições dentro dos Europartidos e se a liberdade de posições divergentes pode pôr em causa a unidade intrapartidária (H2). Com isto, as entrevistas servirão como componente vital para testar se os regulamentos internos funcionam (ou não) no dia-a-dia do Europartido em termos de permissão ou limitação de potenciais subgrupos bem como a própria análise dos regulamentos e das suas ‘linhas vermelhas’.

Tabela 9 - Estatutos dos Europartidos e último ano da sua adoção / modificação

Europartido	Estatuto – Título oficial	Último ano de adoção / modificação
EPP	Statutes & Internal Regulations: EPP – International Non-Profit Association	2015
PES	PES Statutes – adopted by the 11 th PES Congress	2018
ALDE	Articles of Association of the Alliance of Liberals and Democrats for Europe Party – adopted by the ALDE Party Congress in Stockholm	2023
EDP	Parti Démocrate Européen : Adaptation des statuts de l’association aux dispositions du Code des sociétés et des associations. Adoption de nouveaux statuts.	2021
EGP	Statutes of the European Green Party, European political party (PPEU)	2017
EFA	Statutes of the European Free Alliance, adopted by the General Assembly of the European Free Alliance on 01.06.2004, modified by the General Assembly from time to time and most recently on 12.05.2022	2022
PEL	Statutes of the Party of the European Left	2023
ECR Party	ECR Statutes	2022
ID Party	Statuts – Identity et Democratie parti	2019

Fonte: Autoridade para os Partidos Políticos Europeus e Fundações Políticas Europeias (APPF)

Regulamentos Europartidários – grau de flexibilidade

Como podemos ver na Tabela 10 (p. 86), de uma forma geral, existe um amplo consenso de que os regulamentos internos de cada Europartido permitem a flexibilidade de opiniões e posições diferentes, mas que essas posições não põem propriamente em causa a integridade do Europartido. A palavra-chave dos Europartidos em análise é “consenso”, particularmente aplicado num espaço com múltiplos atores nacionais (todas as entrevistas). Os Europartidos permitem posições dinâmicas e flexíveis no seio das suas estruturas. No que respeita ao funcionamento interno do seu Europartido, os membros consideram que os regulamentos partidários não limitam as posições intrapartidárias relativamente a muitas políticas da UE (Entrevistas #2, #5, #8, #9). Ademais, um testemunho considera que as estruturas dos Europartidos mais pequenos, como o EDP, não têm o poder de impedir os membros de adotar as posições que pretendem, pois os Europartidos mais pequenos estão tão dependentes de poucos membros que não compensa controlar os mesmos (Entrevista #12).

Não obstante, os membros, quer sejam da cúpula do Europartido, dos partidos nacionais ou dos eurodeputados de várias delegações, são livres de discutir e dialogar entre si sobre as suas posições políticas, e a principal tendência é para a criação de consensos e não para a geração de posições centrípetas (todas as entrevistas). Como tal, os membros aplicam o termo “pluralismo” ou “partido pluralista” para descrever a sua organização interna (Entrevistas #4, #5, #6).

Tabela 10 - Grau de flexibilidade dos regulamentos internos dos Europartidos

Europartido	Regulamento interpartidário	Fonte
EPP	Flexível	Entrevistas; Estatutos
PES	Flexível	Entrevistas; Estatutos
ALDE	Flexível	Entrevistas
EDP	Flexível	Entrevistas
EGP	Flexível	Entrevistas
EFA	Flexível	Entrevistas
ECR Party	Flexível	Literatura; Estatutos
PEL	Flexível	Entrevistas
ID Party	Flexível	Entrevistas

N (entrevistas) = 12

Regulamentos Europartidários – linhas vermelhas

No que diz respeito às regras aplicadas aos Europartidos, os seus estatutos são os documentos mais importantes que estabelecem a posição ideológica dos partidos, os critérios de filiação, as estruturas partidárias formais e informais (por exemplo, congresso, assembleia, conselho, reuniões de comissões, etc.), os procedimentos de votação das mesas e delegações intrapartidárias e a expulsão de membros. Todos os Europartidos apresentam regulamentos flexíveis que permitem diferentes posições, sublinhando o carácter pluralista destas estruturas. No entanto, analisarei se os critérios de suspensão e expulsão estão presentes nos estatutos de cada

Europartido, uma vez que podem constituir um obstáculo a uma democracia intrapartidária efetiva a nível da UE. Como sugeriram Von Dem Berge et al. (2013, p. 2), os estatutos de um partido podem fornecer informações contraditórias se disserem que “cada membro tem o direito de expressar livremente a sua opinião” e, em seguida, que “os membros que se afastarem da linha do partido serão expulsos”. Por outras palavras, pode haver flexibilidade, mas há certas ‘linhas vermelhas’ que não devem ser ultrapassadas para manter a unidade do partido.

Para o efeito, analisou-se cuidadosamente os critérios de suspensão e expulsão de membros de cada estatuto do Europartido⁸⁷. Esta medida rigorosa ocorre quando um membro (ou partido membro) comete atos ilícitos que vão contra as regras do Europartido presentes nos seus estatutos e declarações. Estabeleci quatro critérios que eram predominantemente mencionados na (maioria dos) estatutos do Europartido: (des)respeito pelos princípios e valores dos estatutos/carta; incumprimento das obrigações financeiras; não ser uma força política viável (por exemplo, não estar representado num parlamento durante dois mandatos consecutivos); e não cumprir as diretivas do partido/desobedecer à liderança do partido. Acrescentou-se mais um critério: a formação de coligações eleitorais com partidos nacionais que vão para além da posição ideológica do Europartido. Este aspeto não está claramente especificado nos estatutos do Europartido, mas, de acordo com os dados das entrevistas, trata-se de uma linha vermelha comum que os membros tendem a concordar que não deve ser ultrapassada.

Como se pode ver na Tabela 11 (p. 89), em todos os estatutos do Europartido, o respeito pelos princípios e valores do Europartido é o aspeto mais importante para evitar conflitos intrapartidários. No entanto, embora a prática destes valores esteja presente tanto no EPP como no ID Party, não é mencionado nos seus estatutos se o desrespeito por estes valores pode levar à suspensão/expulsão do estatuto de membro. Por exemplo, no EPP, o respeito pelo Estado de direito, pela democracia cristã e pelo europeísmo é muito importante, e o desalinhamento com estes valores pode levar à “instabilidade interna” (Entrevista #4). Foi o que aconteceu em 2021, quando o partido Fidesz, liderado pelo Primeiro-Ministro húngaro Viktor Órban, foi excluído da estrutura do EPP por violar o Estado de direito húngaro e as leis pró-integracionistas do Europartido⁸⁸. Um caso ainda mais recente aconteceu na ID, em que, em maio de 2024, o partido Alternativa para a Alemanha (AfD) foi expulso da estrutura da ID devido a escândalos internos que envolviam espionagem para a Rússia e a China, o que não estava de acordo com os valores do Europartido e do grupo⁸⁹.

⁸⁷ A suspensão da filiação refere-se à suspensão dos direitos (como o direito de voto) de um membro ou de um partido membro, mas, eventualmente, após muitos procedimentos formais e diálogo, esse membro pode recuperar os seus direitos dentro da estrutura do partido. A expulsão refere-se a um membro ou partido membro que foi expulso da estrutura do partido e que não pode voltar a aderir ao abrigo de leis de penalização rigorosas previstas no regulamento do partido.

⁸⁸ <https://www.euractiv.com/section/future-eu/news/orban-fidesz-leaves-epp-group-before-being-kicked-out>. Consultado a 20 de dezembro de 2024.

⁸⁹ <https://www.politico.eu/article/far-right-identity-and-democracy-group-expels-alternative-for-germany>. Consultado a 20 de dezembro de 2024.

Um aspeto importante da unidade intrapartidária é o cumprimento das suas obrigações financeiras dentro do partido político. No caso dos Europartidos, a fonte dominante de receitas privadas tem sido as contribuições dos partidos membros, como as quotizações, que constituem pelo menos dois terços dos recursos totais dos Europartidos (Wolfs, 2022). Os regulamentos do EPP, do PES, do ALDE, do EGP e do ECR Party esclarecem que o não cumprimento destas quotizações pode levar à suspensão da adesão. No entanto, os estatutos dos partidos EDP, EFA, PEL e ID não fazem qualquer referência a esta possível suspensão.

Embora não esteja presente na maioria dos Europartidos, talvez o critério mais peculiar encontrado nos estatutos de alguns Europartidos seja a suspensão e a expulsão de um partido membro que seja uma força política nacional sem brilho, no sentido em que não esteve representado num parlamento durante duas legislaturas consecutivas⁹⁰. É o caso dos partidos EPP e ECR, onde este critério está presente como causa de exclusão de membros. Os artigos 9 e 10 dos estatutos do EPP e do ECR, respetivamente, consideram que um membro que não tenha estado representado numa câmara legislativa durante duas legislaturas consecutivas pode levar a direção a recomendar a suspensão ou exclusão do membro.

⁹⁰ Podem ser parlamentos nacionais, subnacionais e o Parlamento Europeu.

Tabela 11 – Estatutos europartidários: critérios de suspensão / expulsão dos membros internos.

	Critério de suspensão / expulsão: Um membro europartidário é suspenso / expulso se...					
	Não respeitar os valores e princípios dos estatutos	Falha ao cumprir as suas obrigações financeiras	Não representa uma força política viável (i.e., não está representado num Parlamento por dois anos consecutivos)	Não cumpre com as diretivas partidárias e desobedece a estrutura de liderança	Forma coligações / alianças com membros com partidos fora do alinhamento partidário	
EPP	Sim – não mencionado	Sim	Sim	Não	Não	
PES	Sim	Sim	Não	Não	Sim – não mencionado	
ALDE	Sim	Sim	Não	Sim	Não	
EDP	Sim	Não	Não	Sim	Não	
EGP*	Sim	Sim	Não	Não	Não	
EFA	Sim	Não	Não	Sim	Não	
PEL	Sim	Não	Não	Não	Não	
ECR Party	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim – não mencionado	
ID Party	Sim – não mencionado	Sim	Não	Não	Não	

Nota: ‘Sim – não mencionado’ refere-se a uma suspensão/expulsão de um partido membro com base em critérios que não são mencionados nos estatutos. *O estatuto do EGP prevê critérios de retirada e suspensão, mas não menciona “expulsão”.

Quanto aos dois critérios seguintes, em primeiro lugar, a desobediência à liderança do partido e às diretivas do partido pode levar a punições. Estes critérios estão explícitos nos regulamentos dos partidos ALDE, EDP, EFA e ECR. Em todos os outros casos, este critério não é mencionado nos seus estatutos. E, em segundo lugar, a formação de alianças (por exemplo, coligações eleitorais nacionais) entre partidos membros com partidos fora do espectro ideológico não está presente nos estatutos dos Europartidos, embora dois exemplos notáveis sejam o PES e o ECR Party, onde esta prática conduz a conflitos internos. No PES, em outubro de 2023, dois partidos membros eslovacos, os partidos Direção (SMER) e Voz (HLAS), foram suspensos do Europartido e do grupo político por terem formado uma coligação governamental com um partido nacionalista e de direita radical, o Partido Nacional Eslovaco (SNS)⁹¹. Quanto ao Partido ECR, houve tensões no seio do Europartido e do grupo quando Viktor Órban e o seu partido Fidesz manifestaram vontade de aderir ao ECR após as eleições europeias de 2024⁹², embora o Partido Democrático Cívico (ODS) na República Checa e os Democratas Suecos (SD) tenham ameaçado abandonar o ECR se o Fidesz aderisse devido à sua posição pró-russa⁹³.

Em última análise, a hipótese H2 está confirmada, uma vez que todas as regras europartidárias permitem a flexibilidade no interior da sua estrutura. Não existe qualquer correlação entre os níveis de flexibilidade e os níveis de dissidência intrapartidária. De facto, todos os Europartidos têm de respeitar as regras da UE para receberem financiamento, mas não há qualquer restrição às diferentes posições tomadas a nível intrapartidário, seja nos procedimentos de votação num congresso ou durante os diálogos quotidianos. Além disso, os estatutos e regulamentos dos Europartidos não limitam a flexibilidade intrapartidária, embora as linhas vermelhas mais importantes a não ultrapassar, presentes na maioria dos estatutos, sejam o respeito pelos valores ideológicos e políticos dos Europartidos, o cumprimento das obrigações financeiras dos seus membros e a não coerção em relação às diretivas e à liderança do partido.

6.3.4 Terceira dinâmica – Contactos entre membros (H3A) e diferenciação de consenso (H3B)

Avançando para a terceira dinâmica, o diálogo interno entre os membros de um partido político é importante para a congruência partidária porque permite aos membros discutir e debater diferentes ideias e perspetivas no seio do partido. Permite, igualmente, a identificação e a resolução de conflitos internos, reforçando a coesão e a eficácia do partido (Ware, 1996). No caso

⁹¹ <https://www.politico.eu/article/european-socialists-suspent-robert-fico-smer-hlas-party>. Consultado a 20 de dezembro de 2024.

⁹² <https://www.euractiv.com/section/elections/news/internal-cracks-loom-as-ecr-makes-new-friends>. Consultado a 20 de dezembro de 2024.

⁹³ <https://www.euractiv.com/section/elections/news/le-pen-meloni-must-shepherd-eus-far-right-out-of-divisions-aur-says>. Consultado a 20 de dezembro de 2024.

dos Europartidos, estes, cooperam, em grande parte, com os seus grupos parceiros no PE principalmente sobre questões legislativas e constitucionais (Bressanelli, 2014; Lefkofridi & Katsanidou, 2018) pois os grupos políticos são os atores partidários que podem influenciar o processo legislativo no Parlamento (Bardi & Calossi, 2009). No entanto, os membros mais importantes e que geram maior influência nas tomadas de decisão dos Europartidos são os partidos membros que os compõem. Assim, um diálogo constante entre os membros da cúpula com os partidos nacionais e com os seus eurodeputados no PE é vital para analisar uma lógica de consenso interno.

Nesta secção, a análise de dados debruça-se nos diálogos internos entre os membros do Europartido (H2A), ou seja, entre os membros da cúpula, os seus eurodeputados e os membros dos partidos nacionais, pois estes são importantes para a congruência interna no seio dos Europartidos. Adicionalmente, pretende-se testar se essa estabilidade da congruência é diferente em cada Europartido (H2B). Cada hipótese terá foco nos diálogos em torno dos SK e das LT.

EPP

No EPP, existe uma tolerância considerável em relação ao pluralismo e às opiniões pluralistas no seio do Europartido (Entrevista #4). O maior risco de instabilidade interna dentro do EPP insere-se no desrespeito pelos valores da União Europeia e pelo Estado de direito, bem como no desalinhamento pró-europeu e pró-integração. Um membro afirma que os procedimentos internos são considerados “democráticos pela legislação europeia”, pois o regulamento dos partidos políticos europeus obriga as suas estruturas de governação interna de serem democráticas para poderem beneficiar de financiamento europeu (Entrevista #4). O membro justifica o carácter democrático no regulamento interno do EPP:

“É democrático no sentido em que os partidos nacionais membros, de acordo com a sua dimensão partidária e a sua percentagem de votos nas eleições europeias, creio eu, estão representados com delegados no congresso do partido EPP que se reúne regularmente, normalmente uma vez por ano, ou por vezes duas vezes por ano, e que elege os cargos de liderança do partido EPP, nomeia o candidato principal para as eleições europeias, redige manifestos e estabelece moções políticas e resoluções que são adotadas.” (Entrevista #4)

Existe contacto entre os eurodeputados do EPP diariamente (Entrevista #4). Mesmo eurodeputados do grupo político do EPP que não fazem parte do partido do EPP dialogam numa base diária. A forma como o PE funciona é através de muitas negociações, em que certos membros são nomeados relatores (*rapporteurs*) e/ou relatores-sombra (*shadow rapporteurs*) para um determinado dossier e depois negociam em nome do próprio grupo político com os relatores e relatores-sombra de outros grupos políticos (Entrevista #4). Contactos entre os membros da cúpula do Europartido que não são eurodeputados são mais raros. Um membro sugere, por exemplo, que a coordenação entre o grupo político do EPP e o partido do EPP no domínio dos Assuntos Constitucionais é bastante limitada (Entrevista #4). No entanto, mesmo com essa falta de contacto, não parece que existem muitas divergências políticas entre o partido do EPP e o

grupo do EPP. Um membro testemunha que não tem conhecimento de uma única questão, não só limitada aos Assuntos Constitucionais, que tenha havido dissidência interna, pois a política partidária tende a alinhar-se com a posição do grupo (Entrevista #4). Experiências no Congresso do EPP apontam que votações são efetuadas por maiorias substanciais, pelo que não se trata de decisões muito controversas. Além disso, seria pouco provável que essas decisões fossem polémicas, porque, de acordo com um membro, o poder do EPP é bastante limitado:

“Penso que se eles se posicionassem de forma muito distinta numa questão política controversa, seria fácil para o lado perdedor simplesmente descartar os seus votos, algo que não é muito significativo, uma vez que se trata de um órgão que não tem um mecanismo de reforço. [...] Os pormenores mais técnicos são algo que se faria mais nos parlamentos nacionais e no Parlamento Europeu.” (Entrevista #4)

Em termos de democracia intrapartidária, o nível de fricção no EPP não aumentou substancialmente nos últimos cinco anos, apesar de em certos tópicos, como fiscalidade e energia nuclear, existir uma visão plural entre certas delegações (Entrevista #4). O EPP permite uma pluralidade de posições internas, pois a atual estrutura de governação tem em conta o facto de não ser apenas uma união de partidos, como também “uma união de Estados”. Assim, ouve uma facilidade de atingir uma posição comum em torno dos SK onde, na generalidade, os membros do EPP são “favoráveis ao sistema e votaremos a favor de uma resolução a seguir” (Entrevista #4). Existe um consenso no apoio do EPP a este processo, porque os membros acreditam que um dos principais défices democráticos da atual forma de funcionamento da UE é o facto de “não existir uma ligação visível e clara para os eleitores sobre a forma como podem influenciar a política da UE” (Entrevista #4).

No entanto, confirma-se que nem sempre os membros do EPP estão em concordância em torno dos SK. Mencionou-se na seção de análise de justificação das posições dos Europartidos quanto aos SK (capítulo 6.2) de que a antiga chanceler alemã, Angela Merkel, que era um dos membros mais influentes do EPP, não se pronunciou sobre o seu apoio ao candidato vencedor de 2014, Jean-Claude Juncker, que pertencia ao mesmo Europartido. Um outro exemplo em concreto foi o facto de o Congresso do EPP de 2018 ser um dos congressos mais polarizados do Europartido: esteve em causa a escolha de um candidato líder e a eleição não foi unânime entre Manfred Weber e Alexander Stubb, o último sendo o antigo Ministro dos Negócios Estrangeiros finlandês, em que Weber ganhou com uma maioria de 80% (Entrevista #4). Portanto, houve uma competição democrática no seio do partido na escolha de *Spitzenkandidaten* para as eleições de 2019. Mais recentemente, a nomeação da atual presidente da Comissão, Ursula von der Leyen, para candidato líder do EPP para as eleições europeias de 2024 foi, de igual forma, divisiva: 89 dos 489 votos válidos expressos no escrutínio rejeitaram a sua candidatura, dando a von der Leyen uma taxa de apoio de 82%, uma contestação oriunda principalmente dos membros franceses e eslovenos do EPP⁹⁴.

⁹⁴ <https://www.euronews.com/my-europe/2024/03/07/europes-centre-right-party-clears-path-for-von-der-leyens-re-election-despite-some-objecti>. Consultado a 20 de dezembro de 2024.

Ademais, um membro do EPP sugere que o problema estrutural dos SK é o facto de se utilizar sempre o termo alemão '*Spitzenkandidaten*'. Trata-se de algo que é estranho à cultura política de muitos Estados-membros pois são culturas nacionais diferentes (Entrevista #4). De acordo com o seu testemunho, o primeiro desafio dos SK é explicar o que se pretende com este processo e se esta é benéfica para a democracia europeia. Este é um desafio que não tem de ser enfrentado apenas uma vez, mas sim de cinco em cinco anos, porque há uma rotação substancial de eurodeputados e de governos nacionais, pelo que é necessário explicar mais do que uma vez através de diálogos contantes com os eurodeputados e com os partidos nacionais (Entrevista #4).

Em relação às LT, a situação foi mais complicada. Um membro confirma que em 2018 o projeto das LT foi aprovado, mas as LT foram retiradas do processo de votação sob o próprio apoio do EPP. Com a última proposta em 2022, uma parte do grupo liderou a tentativa de conseguir a adesão do maior número possível de membros do EPP, mas, ultimamente, o grupo continuou dividido (Entrevista #4). Tal como as posições tomadas em torno dos SK, as posições em torno das LT têm em conta as diferentes culturas políticas nacionais. Muitos Estados-membros não estão habituados a ter dois votos num boletim de voto e isto é algo completamente estranho à sua cultura política nacional (Entrevista #4). Em outros países, como na Alemanha, este sistema misto de listas partidárias e com candidatos é algo perfeitamente normal (Entrevista #4). Portanto, não é surpreendente que houve um apoio substancial, por exemplo, da delegação alemã face às LT que permitiram a sua aprovação no PE, mas outras delegações, como a portuguesa, foram contra a sua introdução. Assim, quando se debate sobre as LT no domínio dos Assuntos Constitucionais e de democracia na UE, existem várias divergências políticas com outras delegações nacionais dentro do EPP (Entrevista #4).

PES

O PES possui uma estrutura, de um modo geral, “bastante democrática” em que existe discussões (Entrevista #2) e as deliberações são tomadas democraticamente por órgãos legitimados a partir da base (Entrevista #7). De acordo com um membro do PES, existe bastante flexibilidade dentro do Europartido, com o limite dos princípios fundamentais que definem a família política (Entrevista #7). Contudo, o mesmo não esconde a existência de entendimentos diferentes sobre determinadas áreas mais sensíveis como regras de governação económica, uma determinada medida de política da agricultura, e até sobre as listas transnacionais (Entrevista #7). Um outro membro do PES apresenta o mesmo argumento, no sentido em que existe algumas divergências entre os membros do Europartido e do grupo do S&D devido à sensibilidade dos ficheiros que são discutidos (Entrevista #2).

Não obstante, confirma-se que as divergências internas não põem em causa a integridade partidária. O Europartido possui bastante flexibilidade de posições internas, tanto que um membro sugeriu que existe “muita liberdade, talvez demasiada liberdade”, dando como exemplo a questão do aborto em que, embora este tema seja um ponto fundamental para o S&D, os

membros da sua delegação votaram contra e estes podem fazê-lo tanto que um deles é vice-presidente do S&D e está autorizado a votar fora da linha do grupo (Entrevista #2). Um outro membro refere que, quanto à existência dessa flexibilidade, “nem mesmo a diversidade de sensibilidades nacionais permitiria uma outra coisa” (Entrevista #7).

A única grande restrição dentro do Europartido, que pode levar até à expulsão de um partido membro, é o respeito pelos princípios fundamentais da família socialista e social-democrata (Entrevista #7). Relações de cooperação e coligação entre partidos membros do PES com partidos, por exemplo, conservadores e de direita radical / extrema-direita vão contra os ideais do estatuto do PES⁹⁵. Um caso concreto de divergência intrapartidária no PES que se sucedeu em outubro de 2023 resultou na expulsão de dois partidos membros da Eslováquia, a Direção (SMER) e a Voz (HLAS), devido aos dois partidos nacionais formarem governo em coligação com um partido de direita radical e nacionalista, o Partido Nacional Eslovaco (SNS)⁹⁶. Assim, o regulamento do PES restringe, de modo significativo, laços de cooperação entre partidos membros nacionais com partidos em completa oposição às suas políticas.

Em termos de contactos entre os seus membros, contactos entre eurodeputados do PES no grupo do S&D são muito frequentes, todos os dias até mais do que uma vez por dia (Entrevista #2). A organização no PE estrutura-se em torno do S&D onde há uma “concertação permanente a nível do grupo para definir as orientações políticas” (Entrevista #7). O grupo político reúne-se todas as semanas, por vezes mais do que uma vez por semana, e a estrutura da cúpula do grupo do S&D reúne-se uma vez por semana (Entrevista #7). Mesmo com membros do S&D que não pertencem ao PES, ou que estão em fase de transição para o PES, os eurodeputados convivem e partilham a construção de soluções políticas com todos (Entrevista #7). No entanto, contactos entre eurodeputados do S&D e membros da cúpula do PES que não são eurodeputados são pouco frequentes. Reúnem-se uma vez de dois em dois ou de três em três meses, consoante a ordem de trabalhos (Entrevista #2).

Quanto aos resultados das suas interações, tende-se a formação de concordância interna. Com grandes temas, como o Estado da União, que são muito fortes para o Europartido e para o grupo, os membros chegam facilmente a acordo sobre a maioria dos tópicos em questão (Entrevista #2). Dentro do S&D, há uma tendência para acordos no seio do grupo e, apesar de algumas diferenças nacionais, em princípio as decisões são muito coesas (Entrevista #2). Quanto à relação entre o PES e o grupo do S&D, o PES tem a sua estrutura que conduz as suas decisões políticas, e existe uma articulação entre o PES e o S&D em que os eurodeputados têm reuniões com a direção do PES:

⁹⁵ Estatutos do PES adotados pelo 11º Congresso do PES em 7 de dezembro de 2018.

⁹⁶ <https://www.politico.eu/article/european-socialists-suspent-robert-fico-smer-hlas-party>. Consultado a 10 de janeiro de 2025.

“Nós os deputados do Parlamento Europeu, com a direção do PES, em particular quando se trata de definições estratégicas mais importantes de preparação da estratégia eleitoral, do manifesto eleitoral, temos reuniões longas de discussão.” (Entrevista #7)

Contudo, e como se referiu anteriormente, existem decisões que se tomam em que o consenso é mais simples numas do que noutras. Em situações mais divididas, as decisões são tomadas por maioria democrática (Entrevista #7). Um membro até sugere que entre membros da cúpula com os eurodeputados no grupo “consenso talvez seja uma palavra demasiado grande”, embora não existem posições diferentes entre membros da cúpula (quer do Europartido quer do grupo) e os restantes membros (Entrevista #2). Sendo assim, muitas vezes consensos tem de ser construídos e há situações em que podem existir divergências, pois as sensibilidades nacionais e as problemáticas nacionais geram um grande impacto na posição de cada um dos partidos membros (Entrevista #7). Em temas sensíveis, como por exemplo, a imigração ou questões da agricultura, “é natural que algumas sensibilidades nacionais interfiram aí” (Entrevista #7). Não obstante, um membro sugere que “a homogeneidade política e ideológica no PES e no S&D é maior do que noutras forças políticas”, sem causar prejuízo a algumas divergências pontuais (Entrevista #7).

Quanto ao posicionamento em torno dos SK e das LT, um membro defendia a implementação de ambos processos e confirma que uma das ideias centrais do Europartido e do grupo político é de que o presidente da Comissão deve ser escolhido através do processo *Spitzenkandidaten* (Entrevista #2). Um outro membro confirma a sua posição favorável em torno dos SK, argumentando que é importante do ponto de vista da transparência democrática e é importante também para organizar o debate a nível europeu e “sistematizar um debate a nível europeu que seja mais do que um confronto entre partidos nacionais, que por si mesmo é importante” (Entrevista #7). Assim, os membros do PES e do grupo S&D são favoráveis ao uso deste sistema. O mesmo membro afirma que as posições tanto do PES como do S&D “são bastante iguais”, mas que os eurodeputados são mais fortes nessa matéria (Entrevista #2). A nomeação do candidato líder do PES para as próximas eleições europeias de 2024, Nicholas Schmidt, foi unânime e não recebeu qualquer contestação:

“Não houve uma competição interna e desde cedo que o Nicolas Schmidt apareceu como uma solução adequada nas atuais circunstâncias. Ele, aliás, representa particularmente bem a identidade da família do seu Instituto Social Democrata, porque ele era o Comissário dos Assuntos Sociais e, portanto, todo o tema do Pilar Europeu dos Direitos Sociais foi muito desenvolvido por ele com iniciativas políticas muito importantes enquanto Comissário. Portanto, foi uma solução bastante consensual.” (Entrevista #7)

Contudo, a posição em torno dos LT exigiu maior discussão interna. Por um lado, a maioria dos membros tanto do PES como do S&D viam-se favoráveis para a introdução das LT – tanto que a proposta de 2022 foi encabeçada pelo eurodeputado Domenèc Ruiz Devesa do S&D –, e foram poucos os que se opuseram (Entrevista #2). Por outro lado, um membro sugere que existem delegações nacionais do PES e S&D que estão contra, onde numerosos países e governos, que representam as suas próprias forças políticas, opõem-se à introdução destas listas (Entrevista #7).

O mesmo membro sugere que os que mais manifestam a introdução das LT no seio do partido são membros oriundos de delegações de países médios e pequenos, porque “a tendência lógica e política natural é que coloque nos primeiros lugares das listas candidatos que são conhecidos nos países que têm mais votos” (Entrevista #7). Assim certas delegações, como a portuguesa, ficaram divididas em torno do processo (Entrevista #2). Um outro membro do PES não apoiava a implementação das LT ao considerar que o próprio conceito das LT é um “artificialismo”, pois requer pedir aos cidadãos para votar e avaliar candidatos que não conhecem nem podem conhecer, bem como as LT poderiam favorecer os países grandes em detrimento dos países médios:

“Evidentemente que o PES teria tendência para colocar um candidato de um país que, sendo popular na Itália, ou popular num país de maior dimensão, pode logo aí obter muito mais votos do que alguma vez seria possível num país mais pequeno, como Portugal. Neste [...] aspeto, acho que as listas transnacionais têm esta dificuldade de favorecer os países grandes em detrimento dos países médios.” (Entrevista #7)

ALDE

A ALDE permite um misto de posições internas desde a fase inicial de qualquer decisão ou processo interno a ser tomado (Entrevista #1). De acordo com um membro da ALDE, a estrutura interna é “muito, muito democrática quando se trata, por exemplo, de definir as contribuições que foram feitas pelos Estados-membros”, e que o mais importante é obter o consenso interno e obter uma margem de compromisso “desde que os princípios básicos [do partido] não sejam ameaçados” (Entrevista #1). Mais recentemente, o Europartido modificou os seus estatutos nomeadamente para dar maior voz aos partidos membros fora da UE, que gradualmente perderam a sua voz devido a maior interferência da APPF sobre os regulamentos e financiamento dos Europartidos (Entrevista #11).

A ALDE possui duas estruturas próprias: a governação (composta pelos presidentes, vice-presidentes, secretário-geral e tesoureiro) e o secretariado (composto pelos consultores políticos, unidade operacional, e responsáveis pelas comunicações e eventos)⁹⁷. Reuniões entre os membros da cúpula ocorrem, pelo menos, quatro vezes por ano (Entrevista #11). Contactos entre as duas estruturas com os copresidentes ocorrem pelo menos uma vez por semana (Entrevista #11). Por exemplo, os eurodeputados do grupo político *Renew Europe* e membros da ALDE encontram-se com um dos copresidentes do Europartido todos os dias, uma vez que ele é igualmente um eurodeputado (Entrevista #1). Um membro explica a frequência deste contacto:

“(…) parte do nosso trabalho enquanto unidade política, consiste em garantir que a cúpula receba, por exemplo, a informação de que necessita para tomar decisões informadas. Se algo se passa num determinado país, eles precisam de saber, por isso temos de os informar para que possam emitir uma declaração ou uma reação nas redes sociais ou o que quer que seja.” (Entrevista #11)

⁹⁷ https://www.aldeparty.eu/about_alde. Consultado a 10 de janeiro de 2025.

No entanto, quanto ao resto da estrutura, contactos variam entre membros, porque “alguns são mais ativos do que outros” (Entrevista #11). Não obstante, o Europartido possui a vantagem de quase metade dos membros da cúpula ser atualmente composta por deputados do Parlamento Europeu, pelo que existe “uma grande proximidade com eles (eurodeputados)” e trabalham muito próximo com os mesmos (Entrevista #11).

Outros membros, como o Secretário-Geral da ALDE, participam em várias reuniões, mas não em todas as reuniões do grupo no PE, embora haja diversas ocasiões para diálogo (Entrevista #1). Membros da ALDE estão unidos por uma carta comum, por princípios comuns e por objetivos políticos que definem em comum (Entrevista #1). Ademais, contactos com eurodeputados do EDP, que igualmente fazem parte do *Renew Europe*, são constantes. Ambos partilham os mesmos pontos de vista no que diz respeito ao futuro institucional da UE e não parece haver grandes divergências no que respeita aos aspetos institucionais do processo de integração europeia (Entrevista #1). Normalmente, eurodeputados da ALDE estão em contacto com eurodeputados de outros Europartidos no *Renew Europe* sobretudo para eventos, no caso requisição de informações, e para redigir um documento político para passar para os membros responsáveis por este ficheiro ou pasta (Entrevista #11).

No geral, principalmente numa fase inicial de uma votação ou posição, obter o consenso é a chave na ALDE. Caso não seja possível, a decisão é efetuada por maioria (Entrevista #1). De acordo com um membro da ALDE, a procura de consenso é a “palavra de ordem”, e esse consenso pode ser encontrado quando se trata de decisões pessoais ou de decisões relativas a posições pessoais dentro do partido, onde tem-se de decidir por votação (Entrevista #1). Geralmente, o Europartido trabalha com votação por maioria. Por vezes há unanimidade, como foi o caso no último Conselho da ALDE em que houve três resoluções de urgência que foram votadas unanimemente a favor (Entrevista #11). Não obstante, um membro estabelece que a “metodologia” do Europartido, no seu regulamento interno, o processo de votação é por maioria (Entrevista #11).

Contudo, mesmo que o Europartido esteja coeso em relação às reformas institucionais, ainda há diversos integrantes que demonstram resistência, sendo estes tanto da ALDE quanto de outros partidos que fazem parte do grupo no PE (Entrevista #1). Um membro exemplifica o resultado da votação relativa à proposta de alteração do Tratado de Lisboa, como a introdução de um sistema bicameral europeu e aumentar o voto no Conselho por maioria qualificada, onde os seus colegas escandinavos abstiveram-se ou votaram contra (Entrevista #1). Sugere-se um ramo da ALDE mais orientado para o federalismo, e outro mais relutante a este respeito. O mesmo membro lamenta esta situação e espera que tanto o Europartido como o grupo no PE possuam uma posição “mais consistente, mais unida, mais coesa e coerente” no futuro quanto a tópicos de reforma dos tratados europeus (Entrevista #1). Ademais, quando se trata de se envolver de forma mais prática nas eleições a nível nacional, o Europartido não está autorizado a obter fundos do nível europeu para apresentar as suas ideias, e, de acordo com a sua posição, “isto leva a um anacronismo” (Entrevista #1). Mais recentemente, temas sobre a defesa e energia nuclear têm sido muito

debatidos dentro da estrutura, principalmente sobre a energia nuclear em que antes muitos partidos membros eram contra e agora existe uma maioria a favor da sua introdução (Entrevista #11).

O Europartido nem sempre apresenta uma visão conciliada quando se trata de tópicos, por exemplo, sobre a adesão e participação de certos partidos na ALDE. Um membro da ALDE dá o seu testemunho de dissidência interna entre partidos mais liberais e de partidos mais conservadores que compõem a ALDE, este último grupo oriundo principalmente da Escandinávia. Existe um debate interno de que a carta dos princípios fundamentais do Europartido deveria expulsar partidos que se alinham a governos nacionais conservadores e de extrema-direita (Entrevista #1). Não obstante, em junho de 2024, no rescaldo das eleições para o PE, o partido membro da Chéquia Aliança dos Cidadãos Descontentes (ANO) pediu a sua saída da ALDE devido ao seu desvio ideológico para um campo mais conservador e populista⁹⁸, o que ultrapassou a linha liberal do Europartido. Esta saída foi confirmada pela estrutura da ALDE⁹⁹. Um outro exemplo de divisão interna foi o resultado da Lei da Restauração da Natureza¹⁰⁰, em que este dossier não teria sido aprovado no Parlamento Europeu sem o contributo do *Renew Europe*, embora o Europartido e o grupo político estivessem divididos entre os prós e os contras da sua implementação (Entrevista #1). Não obstante, o ALDE, na sua íntegra, procura estabelecer um consenso através da organização de um entendimento comum e de uma estratégia atual (Entrevista #1). No final de contas, ALDE é uma família política ideologicamente mais diversa entre os Europartidos, e a procura de consenso é fundamental para atingir posições em comum:

“Penso que as nossas famílias são conhecidas por serem das mais diversificadas em termos de pensamento e de posições, etc. É sempre possível constatar que há divergências, obviamente, em diferentes aspetos, quer se trate de uma diferença entre o Norte e o Sul, quer se trate de posições mais progressistas versus posições mais conservadoras ou liberais clássicas. Mas penso que, de certa forma, essa é a beleza da coisa. Porque acho que uma coisa em que concordamos é que sempre dizemos que há algo em que concordamos que é o objetivo, a forma de o alcançar é a diferença. No final, tentamos sempre atingir o mesmo objetivo e é isso que importa. É visível especificamente em certos dossiers ou em certos tópicos.” (Entrevista #11)

Quanto à posição interna do ALDE em relação aos SK, existiu uma certa divisão entre apoio e contestação. Por um lado, membros que apoiam os SK consideram que esse sistema é uma forma de atuar com democracia a nível da UE (Entrevista #1). Por outro lado, outros defendem alternativas a este sistema no caso de, por exemplo, um partido de extrema-direita ficar em primeiro lugar no resultado das eleições (Entrevista #1). Um membro da ALDE argumenta que,

⁹⁸ <https://www.euractiv.com/section/politics/news/babiss-ano-quits-alde-and-renew-leaves-behind-ames/>. Consultado a 20 de dezembro de 2024.

⁹⁹ https://www.aldeparty.eu/statement_on_the_decision_of_ano_to_leave_the_alde_party. Consultado a 20 de dezembro de 2024.

¹⁰⁰ A Lei da Restauração da Natureza (*Nature Restoration Law*) da União Europeia é uma legislação cujo objetivo é devolver a natureza e os ecossistemas a boas condições de conservação em todos os estados-membros. Esta lei estabelece o objetivo de a UE restaurar pelo menos 20% das suas zonas terrestres e marítimas até 2030, com o compromisso de restaurar todos os ecossistemas necessários até 2050.

no final do dia, “é a maioria dos membros do Parlamento Europeu que decide quem será o líder do poder executivo europeu” (Entrevista #1). Notavelmente, o ato eleitoral de 2019 foi uma situação muito especial porque um dos “componentes” do grupo *Renew Europeu* não aceitou que o vencedor Manfred Weber, do EPP, desempenhasse um papel importante e “foi por isso que a lógica do *Spitzenkandidaten* não pôde funcionar nessa altura” (Entrevista #1) e que o processo dos SK perdeu a sua força quando Weber não foi nomeado presidente da Comissão (Entrevista #11). Foi o Presidente francês, Emmanuel Macron, que mostrou um caminho a seguir neste domínio, pois tanto o presidente francês como o seu partido nacional, *Renaissance*, são membros influentes do *Renew Europe*. Em última instância, os membros da ALDE e do grupo no PE, através de diálogos constantes, chegaram a acordo (Entrevista #1).

Mais recentemente, todavia existiu uma divisão no grupo do PE quanto à nomeação de um candidato líder para as eleições europeias de 2024. Stéphane Séjourné, eurodeputado do *Renew Europe* e líder da delegação francesa do partido nacional *Renaissance* no grupo, veio contestar a nomeação de um candidato líder e propôs, no seu lugar, uma lista de candidatos para os *top jobs* na UE¹⁰¹. No entanto, a componente da ALDE no grupo político uniu-se para salvaguardar o sistema dos SK ao propor a eleição de um candidato líder¹⁰². Isto é uma forte indicação de competição interna dentro do grupo *Renew Europe* em torno dos SK do que dentro da ALDE.

Quanto às LT, os membros da ALDE revelaram-se mais a favor da introdução deste mecanismo e houve pouco ou quase nenhum desentendimento quanto à introdução de um círculo eleitoral pan-europeu através destas listas (Entrevista #1). No geral, a maioria dos membros da ALDE apoiam ambos os processos, porque acreditam que é uma forma de tornar a UE mais democrática, de a tornar mais visível “para que as pessoas possam votar em quem quer que seja” e também permitiria fazer mais campanhas a nível europeu do que a nível nacional (Entrevista #11).

EDP

Contactos entre membros do EDP no grupo político do *Renew Europe* são muito frequentes, todas as semanas, se não todos os dias (Entrevista #6). Entre colegas do EDP da cúpula, a cada dois ou três meses. Existe variação, onde, por exemplo, contactos entre o secretário-geral do EDP com o tesoureiro é mais constante, mas menos entre membros da cúpula com os membros dos partidos nacionais (Entrevista #6); e entre o vice-presidente com o líder cerca de uma vez por mês (Entrevista #12). Não obstante, a tendência é para acordos com um “grau de coesão satisfatório” (Entrevista #6). A coesão do mesmo modo depende de questões fundamentais, onde o papel importante dos membros da cúpula do EDP é o de chegar a acordo sobre questões fundamentais fortes, estando ao mesmo tempo atentos, abertos e flexíveis às necessidades de cada um dos partidos ou de cada um dos deputados, de acordo com o seu círculo eleitoral. Assim, o Europartido

¹⁰¹ <https://www.politico.eu/article/spitzenkandidat-liberals-divided-2024-european-parliament-election-campaign-strategy-renew-alde-stephane-sejourne/>. Consultado a 12 de janeiro de 2024.

¹⁰² Resolução “*One Spitzenkandidat for a strong European democracy*”, adotado no Congresso do ALDE em Estocolmo, dia 23 de maio de 2023.

procura encontrar um equilíbrio e concentrar no essencial, o que “permite ter um grau de coesão bastante satisfatório, bastante consensual” (Entrevista #6). Um dirigente do EDP sugere que o regulamento interno é considerado como democrático, e tendo em conta que o EDP, e os Europartidos no geral, são uma confederação de partidos políticos, estes atores políticos são democráticos de uma forma delegada, porque a estrutura interna trata-se de uma “democracia delegativa” (Entrevista #6). De acordo com o membro, esta forma de democracia intrapartidária é algo que se joga entre a delegação dos partidos nacionais e os membros da estrutura europeia, e, embora o Europartido tente aproximar decisões internas por consenso, o foco principal é atingir decisões por maioria (Entrevista #6).

Em teoria, é possível haver debates sobre todos os temas dentro do Europartido, mas, mesmo não tendo a garantia de que qualquer decisão obtenha uma maioria em geral, existe uma forte tendência para o consenso em torno das propostas dos dirigentes do EDP (Entrevista #6). Contudo, por vezes, existem questões políticas em que se exige um trabalho especial de diálogo interno, como no caso da reforma da lei eleitoral europeia (Entrevista #6). Um membro do EDP sugere uma distinção clara entre os membros do EDP e os membros do ALDE no grupo político, especialmente no que respeita às políticas sociais, às políticas institucionais e às políticas de investimento (Entrevista #6). Dentro do grupo no PE, existem diferenças entre as diferentes delegações nacionais que surgem “com muita frequência, até com demasiada frequência” (Entrevista #6). Esta situação aumenta a dificuldade de definir posições políticas significativas para o grupo, mas não tanto dentro do EDP que aparenta ser mais unido. Um membro do EDP considera que, por vezes, as preocupações nacionais desempenham um papel demasiado importante na discussão dentro do *Renew Europe* (Entrevista #6). Dois exemplos são os debates sobre a migração e sobre o Pacto Ecológico Europeu, na qual existem poucos membros que desviam a sua posição da maioria do EDP (Entrevista #12). Em última instância, a existência de divisão intrapartidária depende do membro do grupo: entre os membros do EDP e não afiliados, existe um elevado grau de convergência; entre os membros que pertencem ao ALDE, depende do país de onde provêm (Entrevista #6).

Quanto ao processo dos SK, os membros do EDP foram mais favoráveis à sua introdução no passado, mas agora são mais críticos (Entrevista #6). Atingiu-se um consenso interno de o EDP não se comprometer com um processo automático dos SK, porque o processo não se encontra em disposição para a introdução das LT (Entrevista #6). De acordo com um membro do EDP, só com a introdução das LT é que os membros apoiam plenamente os SK (Entrevista #6). Na perspetiva do EDP, sem as listas, não houve um interesse particular no processo dos SK para as eleições para o PE de 2024 (Entrevista #6). Ademais, dentro grupo do *Renew Europe*, o EDP nomeou Sandro Gozi, secretário-geral do Europartido, para candidato líder a concorrer para posto de presidente da Comissão juntamente com os candidatos líder da ALDE e do *Renaissance* dentro do mesmo grupo no PE¹⁰³. De acordo com o secretário-geral do EDP, a decisão de nomear uma equipa de

¹⁰³ <https://www.euronews.com/my-europe/2024/03/11/german-mp-strack-zimmermann-set-to-lead-liberals-in-eu-elections>. Consultado a 12 de janeiro de 2025.

três candidatos em vez de um está em concordância com a posição geral do EDP e do grupo sobre a inexistência das LT para as eleições europeias de 2024, pois somente o sistema de SK sem as listas “não tem a legitimidade necessária”¹⁰⁴. Para definir em concreto a posição geral do EDP, um membro defende o seguinte argumento:

“No início, os *Spitzenkandidaten* foram uma forma de abrir caminho a um modelo mais democrático de seleção do presidente da Comissão, mas deviam ter sido seguidos pela introdução de listas transnacionais. [...] Pensamos que não devemos estar totalmente empenhados no processo dos *Spitzenkandidaten* porque achamos que é uma ficção, não há consciência da opinião pública, a opinião pública não está informada, não sabe quem são os *Spitzenkandidaten*. Saberiam se tivéssemos listas transnacionais, em que todos os eleitores recebessem as listas, vissem, independentemente do partido, que alguém é o candidato número um, e toda a gente na Europa saberia o nome dessa pessoa.” (Entrevista #6)

Ademais, o dirigente sugere que há um maior interesse dos SK nos membros do ALDE do grupo político, porque estes, por estatuto, têm de indicar os seus candidatos ao cargo de Presidente da Comissão, tal como os outros Europartidos (Entrevista #6). Quanto ao posicionamento interno em torno das LT, houve menos discordância quanto à criação destas listas comparativamente aos SK. Um membro confirma que houve somente um partido membro que esteve preocupado, não com o conceito das LT *per se*, mas com a cláusula de barreira de 3,5% que a nova lei eleitoral europeia previa para a introdução das LT em grandes círculos eleitorais (Entrevista #6). O EDP comprometeu-se a apoiar a modificação desta parte da proposta na discussão do Conselho (Entrevista #6). Um outro membro considera que um dirigente do EDP esteve contra a criação das LT pois o mesmo acredita que estar perto do seu eleitorado como eurodeputado é algo muito importante e que as LT viriam afastar ainda mais a política europeia dos cidadãos (Entrevista #12). Mesmo assim, o EDP posiciona-se mais favoravelmente à introdução das LT e que estas sirvam como requerimento base para a introdução dos SK, pois sem as listas [transnacionais], não houve um interesse particular no processo *Spitzenkandidaten* para 2024” (Entrevista #6).

EGP

Vertendo a atenção para a família dos Verdes, a direção do EGP reúne-se de seis em seis semanas (Entrevistas #8 e #9). No último semestre antes das eleições europeias de 2024, reuniões entre os membros da cúpula foram mais frequentes e com chamadas regulares, porque “existiu muitas coisas para decidir” (Entrevista #9). Para além das reuniões da cúpula do Europartido, os afiliados provenientes dos partidos membros mantêm um contacto muito regular ao nível do Europartido, pois as atividades e contactos dos partidos políticos europeus baseiam-se na sua filiação (“*membership-based*”) (Entrevista #8). Em relação aos contactos entre membros do EGP com os eurodeputados do grupo dos Verdes – Greens-EFA –, estes são convidados frequentemente para eventos organizados pelo EGP que são públicos ou que podem ser interessantes para os eurodeputados (Entrevista #9). Existe, também, um trabalho mais contínuo ao nível das relações

¹⁰⁴ <https://democrats.eu/en/renew-europe-now-priorities-and-candidates-interview-to-sandro-gozi>. Consultado a 15 de fevereiro de 2025.

com os eurodeputados em workshops organizados pelo EGP. No fim, os contactos entre o EGP com os eurodeputados no seu grupo político são regulares, incluindo eurodeputados sem filiação ao EGP:

“Diria que temos contacto com todos os que têm assento no Grupo dos Verdes no Parlamento Europeu, o que inclui a EFA, os Piratas e o Volt, que não são membros do EGP. E também há, naturalmente, deputados independentes que optam por aderir ao Grupo dos Verdes no Parlamento Europeu e que podem aderir diretamente ao Partido Verde Europeu. Esta é a única exceção que o regulamento prevê para a adesão direta: os membros eleitos do Parlamento Europeu. Temos um contacto muito frequente com eles.” (Entrevista #8)

Com base em testemunhos, de um modo geral, existe um grande consenso a nível do EGP (Entrevistas #8 e #9). Em muitos domínios políticos, a família dos Verdes é bastante coerente nas suas posições (Entrevista #8), estão muito alinhados nos objetivos, e possuem uma divisão de tarefas muito clara (Entrevista #9). Isto também se alinha aos trabalhos entre os partidos membros do EGP com os eurodeputados do grupo Greens-EFA. Em termos estatutários, “é evidente que o partido só pode fazer isto e o grupo só pode fazer aquilo”, mas ambos os trabalhos e posições são compatíveis e complementares, sem haver grandes divergências políticas (Entrevista #9).

O EGP possui uma estrutura de deliberação e negociação muito aberta e transparente, nomeadamente durante os congressos partidários (Entrevista #8). De acordo com um membro do EGP, quando um ou mais partidos membros escrevem uma resolução, cabe a todos os partidos membros negociá-la, pelo que não é um procedimento de cariz *top-down*, mas sim mais horizontal discutido entre os partidos membros (Entrevista #9). Um outro membro considera que a forma como as decisões são tomadas enquanto família política dos Verdes é de cariz democrático, e estas decisões são todas votadas no Congresso partidário (Entrevista #8). Existem diferenças dentro dos partidos políticos nacionais, pois essa “é a natureza de ser uma organização pan-europeia” (Entrevista #8). Adicionalmente, ao nível do partido, o EGP possui um consenso interno de que os Europartidos deveriam ser reforçados a nível eleitoral (Entrevistas 8 e #9). Mas as restrições dos tratados e da legislação europeia não permitem aos Europartidos de maior poder dentro das instituições europeias (Entrevista #9). Um membro sugere que a posição do EGP não se trata de querer ser mais influente nas instituições da UE, mas sim defender a europeização do discurso político para que os partidos políticos europeus desempenhem um papel muito mais importante nas eleições europeias (Entrevista #8).

A designada ‘Carta dos Verdes Europeu’ é o principal documento onde estão definidas as posições fundamentais do EGP¹⁰⁵. Existe flexibilidade para todos os membros sugerirem qualquer ideia e cabe aos partidos membros decidir de que modo as mesmas são analisadas (Entrevista #9). A

¹⁰⁵ <https://europeangreens.eu/charter-of-the-european-greens>. Consultado a 14 de fevereiro de 2025.

regra principal é que os tópicos devem ser apresentados num carácter mais transnacional do que nacional, isto é, que afete mais do que um partido membro dentro do EGP:

“É necessário que seja um tema transnacional de relevância europeia, ou seja, se existir um problema local como a poluição de um lago, por exemplo, apenas na Alemanha, diríamos: ‘na verdade, isto não está a cumprir com os nossos critérios, porque tem de ser interessante para os outros Estados-Membros’. Mas, por exemplo, dizer ‘a Áustria introduziu o bilhete climático, vamos todos lutar pelo bilhete climático europeu’, seria uma forma de o tornar transnacional e europeu.” (Entrevista #9)

Um membro sugere que sempre que houver um membro cuja posição não esteja abrangida pela Carta, isso pode ser motivo para rever a sua filiação ao EGP (Entrevista #8). Com isto, existem, por vezes, ocasiões dentro da estrutura do Europartido em que se vive um “*agree to disagree*” sobre alguns tópicos em discussão (Entrevista #9). Membros que fazem parte da cúpula do EGP precisam de ser apoiados pela posição do seu partido nacional, tanto que, de acordo com um membro, “não exprimiria uma opinião que não se enquadra na posição do Partido dos Verdes Europeu” (Entrevista #8). Nas votações em plenário do Congresso do EGP, como também é comum no grupo do PE, exige-se muito trabalho para chegar a um compromisso e a um consenso no final (Entrevista #9). Votações consensuais em políticas parecem estáveis e sem maior discrepância agora do que, por exemplo, há cinco anos (Entrevista #8). Um membro sugere que podem existir votações conflituosas, porque “por vezes há posições diferentes e depois temos uma votação e decidimos” (Entrevista #9). Nos congressos do EGP, vota-se em alterações específicas e, no final, vota-se o texto global. Um membro testemunha que, relativamente a alterações específicas, pode existir uma divisão mais clara das diferentes posições dentro do partido, mas quando se alcança o texto global, este é várias vezes votado por uma ampla maioria, pois “já reflete um longo processo de negociação em que todos tentaram chegar a um compromisso entre si” (Entrevista #8). De acordo com um membro do partido, as últimas votações têm sido caracterizadas por grandes maiorias, não obstante uma delegação, ou pessoas, que se abstêm (Entrevista #9).

Desacordos podem acontecer porque, de acordo com o membro, em certos contextos, “algumas frases podem ser mal interpretadas” (Entrevista #9). Contudo, no final, normalmente atinge-se um compromisso alargado dentro do EGP. Geralmente como acontece a nível europeu, o compromisso significa que as delegações nacionais não conseguem atingir a sua posição na totalidade, mas é um compromisso que funciona para todos (Entrevista #8). Semelhante aos exemplos de Europartidos anteriores, a existência de possíveis desacordos tem origem no contexto nacional de cada partido membro (Entrevista #8). Um membro exemplifica que os eurodeputados espanhóis e os partidos membros de Espanha têm uma opinião diferente sobre questões relacionadas com a austeridade do que os eurodeputados finlandeses e os finlandeses na cúpula do EGP (Entrevista #8). Outro membro considera que, por vezes, observa-se na imprensa que os Verdes finlandeses são mais pró-nucleares do que os outros membros da família europartidária, apesar de “nem sequer ser 100% verdade, mas é o que se pode ler por vezes” (Entrevista #9).

Contudo, talvez o tópico em que existe maior discussão interna incide sobre conflitos internacionais, como o caso da Guerra Russo-Ucraniana e o Conflito Israel-Palestina. De acordo com um membro, a questão da Ucrânia não foi polarizadora para o EGP, mas que, ao longo do decorrer do conflito, nomeadamente em relação ao fornecimento e financiamento de armas à Ucrânia, a família dos Verdes tinha uma posição global anteriormente muito diferente da atual (Entrevista #8). No contexto do Conflito Israel-Palestina, um membro afirma que os Verdes apoiam a solução de dois Estados e o cessar-fogo, mas, apesar de todos concordarem com esta posição, o que difere são as medidas imediatas que devem ser tomadas (Entrevista #9). No geral, o mundo exterior influencia a necessidade de adaptar as posições do Europartido em relação a determinados tópicos (Entrevista #8).

No tópico de desenvolvimento eleitoral da UE, os membros do EGP estão “convencidos” do processo *Spitzenkandidaten* (Entrevista #8) e foram sempre a favor da sua introdução (Entrevista #9). De acordo com um membro, o EGP foi dos primeiros Europartidos a defender o princípio dos SK e o primeiro a eleger os candidatos líder (Entrevista #8). O apoio aos SK também se adequa às LT, pelo que o EGP também favorece a sua introdução, defendendo a maior relevância atribuída ao EGP como estrutura de partido político, e que traria maior significado aos SK a nível eleitoral (Entrevista #9). De acordo com um membro, a institucionalização de ambos os processos não é só importante para fazer campanha e ter uma campanha personalizada, como também é importante como ferramenta de mobilização para as eleições europeias, que é também um objetivo de criar mais democracia europeia (Entrevista #9).

Em termos de possíveis discrepâncias sobre os dois processos dentro do Europartido, não aparenta haver fricção dentro do EGP. Somente existiu em uma ocasião, em 2014, quando se debateu e implementou pela primeira vez, em que os partidos membros não estavam convencidos sobre adotar o sistema de SK (Entrevista #8). No entanto, após imensa discussão, a posição de apoio aos SK foi adotada por todos os partidos membros e não houve nenhum partido membro que discordasse da sua implementação (Entrevista #8). A eleição dos candidatos líder do EGP, Bas Eickout e Terry Reintke, para as eleições europeias de 2024 foi aprovada com 57% e 55% votos a favor respetivamente¹⁰⁶. A eleição dos candidatos foi vista como uma votação “segura”, pois os restantes candidatos propostos eram, em grande parte, desconhecidos pelas delegações nacionais e possuíam pouco peso político a nível nacional¹⁰⁷. Dado que os votos são atribuídos às delegações nacionais com base no peso político do seu país, as delegações do Leste e do Sul da Europa tiveram poucas hipóteses de reunir votos suficientes para a sua escolha de *Spitzenkandidaten* preferida.

Em relação ao tópico de LT, de acordo com os membros entrevistados do EGP, o Europartido aprovou uma resolução em que defende o retorno dos *Spitzenkandidaten* para as eleições

¹⁰⁶ <https://www.euractiv.com/section/elections/news/greens-play-it-safe-with-lead-candidate-picks-amid-gloomy-polls>. Consultado a 15 de fevereiro de 2025.

¹⁰⁷ Ibid.

européias de 2024, bem como o apoio à introdução de Listas Transnacionais (Entrevistas #8 e #9). Um membro afirmou que foi “triste” a não adoção das LT, mas que vão continuamente trabalhar no sentido de criar estas listas (Entrevista #9). No final, existem posições diferentes no seio dos partidos membros, mas quanto ao princípio dos SK e das LT, há um acordo total (Entrevista #8), todos os membros concordam, e os partidos membros nem põem em causa ambos os processos (Entrevista #9).

EFA

O executivo da EFA, designada como o *bureau*, reúne-se, pelo menos, quatro vezes por ano, mas normalmente reuniões ocorrem 8 ou 9 vezes por ano, pelo menos de dois em dois meses (Entrevista #10). Atualmente, existem 15 partidos políticos no executivo. Antes, os membros do *bureau* eram pessoas singulares, mas com a reforma intrapartidária de 2019, alterou-se a designação de ‘pessoas singulares’ para ‘partidos políticos’ porque “cabe ao partido político decidir que pessoa o representa e isso evita conflitos de interesse com certas pessoas que usam o cargo para seu próprio benefício” (Entrevista #10). O secretariado, onde vigora uma forma muito horizontal de trabalho, possui agora seis pessoas recrutadas por áreas e a presidência reúne-se semanalmente com, pelo menos, uma delas, com a que atua como porta-voz, porque o secretariado não possui um diretor (Entrevista #10).

Para ser-se membro da EFA, e na sequência de uma alteração dos estatutos na Assembleia Geral de 2019, um partido necessita de apresentar uma série de documentos, que, posteriormente, serão analisados pelo *bureau*, e depois o *bureau* faz uma proposta de aprovação ou rejeição ao Congresso, e o Congresso decide soberanamente se aceita ou rejeita os membros que depois passam a ser membros de pleno direito (Entrevista #10). Há questões que são decididas pelos próprios partidos políticos, desde que estejam dentro do quadro geral do Europartido, e dentro dessas decisões tomadas por esses partidos existem partidos que as partilharão e outros que não as partilharão, mas são decisões que dizem respeito aos seus territórios, não à parte comum europeia (Entrevista #10). É preciso salientar que a EFA possui 10 eurodeputados no PE, mas nem todos pertencem ao mesmo grupo político¹⁰⁸, porque a escolha do grupo político é exclusiva do partido pelo qual o deputado é eleito. Contudo, o grupo a qual a EFA estabelece relações de maior cooperação e onde estão inseridos o maior número de eurodeputados é o Grupo do Greens-EFA. O Greens-EFA é um grupo que tem um hífen no seu nome, porque tanto a EFA como o EGP, o outro partido do grupo, possui um estatuto específico, com um secretário-geral que é vice-presidente do PE (no lado do EGP), com o próprio pessoal e capacidade de decisão independente (Entrevista #10).

Sendo assim, a EFA mantém relações com os eurodeputados do grupo dos Verdes, onde os seis eurodeputados da EFA no grupo têm relações regulares. A EFA, como partido político europeu,

¹⁰⁸ O partido em questão é a Nova Aliança Flamenga (NV-A), que é membro da EFA, mas assenta no PE pelo grupo dos Conservadores e Reformistas Europeu (ECR).

também tem relações regulares com eles, em que decorre reuniões de coordenação cerca de 15 em 15 dias (Entrevista #10).

Todos os partidos membros dentro da estrutura partilham 100% da posição europeia, e se em algumas regiões, em alguns locais, quiserem aplicar uma questão diferente, têm a capacidade de o fazer na sua região (Entrevista #10). A linha vermelha, encontrada na Carta e no Estatuto do Europartido, é que o partido membro (ou que pretenda ser membro) não pode ser anti-europeu, não pode ser excludente e não pode ser de extrema-direita (Entrevista #10). Sendo um Europartido que apela aos partidos de cariz mais regional (regionalistas), um membro afirma que a estrutura apela a subsidiariedade a nível da UE, o que significa que as decisões sobre a adequação de determinadas questões devem ser tomadas de forma mais independente a nível local, e que na EFA estão a seguir a mesma linha de tomadas de decisão *bottom-up*, ou seja, do local para o nacional e supranacional (Entrevista #10). Democraticamente, a EFA desenvolveu os procedimentos internos de voto ao melhorar a tomada de decisões nomeadamente no Congresso para aprovar o programa eleitoral. O que até então era feito apenas num pequeno grupo, agora o Europartido está aberto a alterações e contributos de todos os partidos membros, e a aprovação do programa eleitoral foi um processo transparente (Entrevista #10). Adicionalmente, a estrutura enfatiza cada vez mais o papel da mulher na vida política do Europartido após as últimas reformas internas (Entrevista #10).

O resultado das interações entre todos os membros leva a decisões tomadas por consenso (Entrevista #10). De acordo com um membro, sempre houve tolerância para quem estava um pouco mais à direita ou um pouco mais à esquerda da esquerda ou do centro-esquerda, mas, ao fim ao cabo, as relações são boas (Entrevista #10). Adicionalmente, pela primeira vez, em 2021 durante a pandemia, o *bureau* da EFA alterou os estatutos para criar a figura do Congresso para substituir as Assembleias Gerais. O Congresso da EFA reúne-se um ano antes das eleições europeias e, de acordo com um membro, a EFA foi o primeiro partido político europeu que reuniu o seu Congresso em outubro de 2023 para votar e aprovar duas coisas: o programa eleitoral para as eleições europeias e a nomeação de candidatos para *Spitzenkandidaten* (Entrevista #10). De acordo com um membro, não há pontos de discórdia dentro da EFA porque “nós respeitamos as suas opções políticas e eles respeitam as nossas” (Entrevista #10). A principal linha vermelha a não ultrapassar correlaciona-se com posições de extrema-direita. Não seria a primeira vez que isto teria de ser aplicado na EFA, como aconteceu com o Partido Sardo de Ação, que era um partido fundador, mas quando assinou um acordo de governo com a extrema-direita de Salvini na Itália, foi primeiro suspenso e depois expulso do partido (Entrevista #10).

O Congresso de 2023 marcou a primeira vez que se votou em linhas ideológicas importantes e foi a primeira vez que se aplicou a lei das maiorias (Entrevista #10). Um membro sugere que votações por unanimidade não são democráticas, e que se tudo fosse um só seria “a búlgara” (Entrevista #10), ou seja, decisões com as quais ninguém discorda, mais por medo ou disciplina do que por convicção. Assim, na EFA procura-se sempre o consenso, que é o mínimo denominador comum

(Entrevista #10). No Congresso, foi a primeira vez que se registaram maiorias claras em questões consideradas mais polémicas e que houve algumas divergências, como foi a questão da energia nuclear, em que as posições contra o uso de energia nuclear ganharam por pouco (Entrevista #10). Apesar de, por exemplo, se verificar a existência de alguns partidos membros, como o partido flamengo NV-A, que possuem visões muito diferentes da EFA, no geral chegam a um entendimento e a acordos de consenso (Entrevista #10).

Apesar das linhas gerais da EFA serem atingidas por grandes maiorias, a posição geral em torno dos SK e das LT foi unânime. De acordo com um membro, houve unanimidade na utilização da figura dos SK para dar visibilidade ao partido e unanimidade na escolha do seu candidato líder (Entrevista #10). Tal como o EGP, a EFA decidiu eleger duas pessoas e não uma, porque, em primeiro lugar, se defende a questão de igualdade de género e, em segundo lugar, para que houvesse uma diversidade entre o norte, o sul, o leste e o oeste, para que houvesse uma pessoa jovem e uma pessoa menos jovem (Entrevista #10). A EFA elegeu Mailis Rosberg, da minoria dinamarquesa do norte da Alemanha, e um catalão, preso durante quatro anos pela sua participação na organização de um referendo consultivo em Barcelona, na Catalunha a propor a independência da região (Entrevista #10). No final de contas, um membro lamenta que dentro do sistema político da UE, e democracia europeia no geral, não seja possível que não existam LT, que os Europartidos não possam concorrer diretamente às eleições (Entrevista #10). A EFA promete agir na 10ª legislatura do PE (2024-2029) para conseguir como que as próximas eleições europeias decidam também como eleger a Presidência da Comissão Europeia através dos SK, mas que a eleição da Presidência da Comissão seria mais democrática através do PE, mas um PE com iniciativa legislativa, o que não possui (Entrevista #10). É de salientar que a EFA apoia a eleição direta da Presidência da Comissão desde 2009¹⁰⁹, e continuamente apoia o uso dos SK e a implementação das LT.

PEL

Dentro da família da Esquerda Europeia, os eurodeputados do PEL no grupo do GUE/NGL contactam de forma permanente, onde nas reuniões de grupo os membros estão constantemente e frequentemente a discutir certas questões e a trabalhar em conjunto (Entrevista #5). Entre os membros da cúpula do PEL com os eurodeputados só ocasionalmente, possivelmente uma vez por mês (Entrevista #5). Geralmente, os eurodeputados não estão dependentes do Europartido no âmbito de programação e das estratégias conjuntas. No entanto, um membro do PEL sugere que é preciso ter em consideração o que é discutido e espera que o que se está a fazer no PE seja visto pelo PEL, nomeadamente pelos membros da cúpula, mas mais importante ainda pelos partidos membros e os seus militantes (Entrevista #5).

¹⁰⁹ Manifesto da Aliança Livre Europeia para as eleições europeias de junho de 2009: “Visão para uma Europa dos Cidadãos”.

Internamente, existe boa cooperação dentro do PEL para influenciar a forma como se deve atuar na elaboração de estratégias e políticas do Europartido. Seguindo a lógica do pluralismo intrapartidário presente nos Europartidos, o PEL é considerado como um “partido pluralista” (Entrevista #5). De acordo com um membro do PEL, o Europartido não dispõe um “centralismo democrático como organização de princípio, como alguns partidos comunistas na Europa” (Entrevista #5). Desta forma, a posição interna é conquistada através do consenso comprometido daqueles que são responsáveis pela formulação da posição do PEL. O grupo político do *The Left* no Parlamento Europeu (GUE/NGL), no qual se incluem os membros do PEL, possui um fórum europeu que funciona como uma conferência mais alargada, com diferentes pontos de vista, que convida estruturas de esquerda, como os socialistas e os partidos verdes, para que os eurodeputados possam abordar um problema do seu ponto de vista com base na sua experiência (Entrevista #5). A própria estrutura interna, de acordo com o membro, não gera tantas fações, porque estas estão mais ligadas a diferentes partidos nacionais de diferentes países. Isto reflete a vasta gama de interpretações do que é a esquerda e de quem pertence à esquerda, e os partidos de esquerda têm sempre, desde o início, um entendimento seguro de serem inclusivos (Entrevista #5).

No entanto, o mesmo sugere que o partido “deveria ser mais aberto e inovador no futuro” quando for necessário acrescentar, repensar, reestruturar aspetos de um determinado problema (Entrevista #5). Posições distintas dentro do PEL não são frequentes, e durante o trabalho sobre o programa eleitoral em algumas declarações relativas aos domínios políticos em que o Europartido pretende atuar, cada membro tenta contribuir com os seus conhecimentos para as discussões do partido (Entrevista #5). No Europartido, a programação é um processo alargado de envolvimento de militantes e responsáveis de diferentes estruturas institucionais dos partidos, desde as bases até ao topo, a nível nacional e a nível da UE. Ao comparar os trabalhos efetuados pelos membros no seio do PEL com os eurodeputados no GUE/NGL, existem certas diferenças na forma como o PEL encara uma tarefa política do que no grupo no PE:

“[No Parlamento] estamos a fazer trabalho parlamentar. Temos de tratar de dossiers urgentes, cartas legislativas ou iniciativas que queremos que a UE leve a cabo. O partido [PEL] tem uma perspetiva diferente, em que tem de desenvolver estratégias de esquerda para resolver alguns problemas de uma forma mais complexa, pelo que não é tão específico e preciso como nós estamos a fazer aqui.” (Entrevista #5)

O GUE/NGL possui uma estrutura da cúpula na qual estão envolvidos todos os chefes das delegações dos partidos nacionais onde discutem livremente sobre a forma como o grupo tem de lidar com uma ou outra tarefa ou desafio, tendo também em consideração a posição dos partidos nacionais (Entrevista #5). No entanto, membros de uma posição da esquerda alemã consideram que seria mais sensato que o grupo obtivesse mais poder de decisão do que a cúpula, posição esta que é diferente, por exemplo, da posição da esquerda portuguesa que tem um entendimento distinto (Entrevista #5).

Em relação ao PEL, o principal tema de discussão é a estrutura institucional da UE, até que ponto se quer estabelecer relações entre os Estados-Membros e as instituições da UE e, por conseguinte, até que ponto o processo de integração deve avançar (Entrevista #5). De acordo com um membro, nota-se “muitas diferenças entre os partidos membros e mesmo entre os deputados do nosso grupo no PE” em relação ao tópico em questão (Entrevista #5). Esta direção de pontos de vista diferentes gera uma divergência em saber até que ponto os membros preferem ser uma estrutura própria e como querem ter o seu próprio líder para manter a serenidade de cada partido membro como condição prévia para a cooperação (Entrevista #5). O mesmo membro aborda que a principal questão que se coloca é se não se deve avançar mais na forma como os membros estão a apresentar soluções que estão a funcionar não só para países de onde provêm os partidos membros, mas também para gerar “um entendimento solidário mais unificado sobre o que é bom para uma Europa social” (Entrevista #5).

Sobre o tópico dos SK, e num pequeno contraste com o que se abordou no capítulo 6.2 com a maioria do PEL ser, geralmente, contra este processo, certos membros do Europartido apoiam a introdução dos SK. Um membro considera os SK como um instrumento apelativo para permitir aos cidadãos de perceberem “quem vem da esquerda, quem vem dos democratas-cristãos, quem vem dos sociais-democratas e dos verdes”, e saberem quem são os candidatos a um cargo de topo na UE como na Comissão ou como presidente do Parlamento (Entrevista #5). Membros que apoiam a introdução dos SK defendiam a sua implementação nas eleições europeias de 2024, com vista a tornar o sistema mais transparente e fiável para a elaboração e tomada de decisões sobre os cargos de topo. O problema, de acordo com um membro, são que os partidos, juntamente com os Estados-Membros, deveriam levar as eleições europeias mais a sério e serem mais cuidadosos na forma como cuidam de certas candidaturas a comissário e a presidente da Comissão (Entrevista #5). Dentro do PEL, o mais importante para definir um posicionamento comum em torno dos SK reside em quem pode persuadir candidatos que podem obter muitos votos possíveis, e até que ponto este é conhecido nos partidos e na vida pública como uma pessoa de esquerda que luta por certos valores (Entrevista #5).

Efetivamente, existe uma certa fricção dentro do PEL sobre os SK e mesmo na definição do programa eleitoral para as eleições europeias. Por um lado, recentemente, na última Assembleia Geral, o PEL nomeou Walter Baier para ser o candidato líder do Europartido para as eleições europeias de 2024¹¹⁰, embora o seu próprio partido nacional, o Partido Comunista Austríaco, não esteve disposto a depositar no candidato a mesma confiança, pois ele não será o candidato principal do seu partido a nível nacional às eleições europeias¹¹¹. Por outro lado, o GUE/NGL no PE competiu nas eleições europeias com dois programas eleitorais distintos, um do PEL e outro do mais recentemente fundado movimento político “Agora o Povo!”, este último que inclui

¹¹⁰ <https://www.euractiv.com/section/elections/news/european-left-elects-walter-baier-as-lead-candidate-wants-working-class-to-drive-green-fight>. Consultado a 15 de fevereiro de 2025.

¹¹¹ <https://www.euractiv.com/section/elections/news/european-left-to-pick-no-name-lead-candidate-amidst-lack-of-appetite-for-role>. Consultado a 15 de fevereiro de 2025.

partidos membros que também pertencem ao PEL¹¹². Assim, pode-se verificar uma certa rutura na família da Esquerda Europeia, pelo que o PEL não foi capaz de reunir todas as forças de esquerda da UE.

Quanto à questão das LT, o PEL vê-se mais favorável à sua introdução pois existe uma maior compreensão transnacional de ter candidatos num círculo eleitoral europeu, enquanto os eurodeputados no grupo GUE/NGL seguiram divididos em torno do tópico (Entrevista #5). De acordo com um membro, o grupo do GUE/NGL esteve dividido sobre o tópico, pelo que houve cerca de 50/50 de quem esteve a favor e contra (Entrevista #5). No PEL, o mesmo membro sugere que talvez houve mais membros do Europartido a favor do que os eurodeputados no seu grupo, uma compreensão mais transnacional de ter candidatos num círculo eleitoral europeu, apesar de, até à data, o assunto ainda ser profundamente debatido no partido (Entrevista #5). Eurodeputados do grupo que contestavam as LT no passado receavam o aumento do personalismo de candidatos transnacionais em detrimento de soluções e políticas na UE¹¹³. Mais recentemente, um dos membros considera que a existência de listas transnacionais reforçaria automaticamente “a consciencialização sobre a situação dos candidatos a cargos de topo na Europa”, no qual cada Europartido deveria concorrer com os outros num círculo eleitoral transnacional em vez de se limitarem a uma lista (Entrevista #5).

ECR Party

Os princípios e objetivos defendidos pelo eurocético ECR Party estão dispostos na Declaração de Reiquejavique¹¹⁴. O Europartido defende um retorno à ‘Europa das Nações’, reconhece a legitimidade democrática única do Estado-nação, e defende a propriedade privada, impostos baixos, moeda sólida, comércio livre, e concorrência aberta. Ao longo dos anos, o ECR Party tem-se desviado para a direita – principalmente para a direita radical – na sequência do endurecimento da posição de um dos seus membros fundadores, o PiS da Polónia, bem como da adesão de novas forças de extrema-direita, como o *Vox* de Espanha, o *Finns Party* da Finlândia, e o partido do primeiro-ministro italiano Geórgia Meloni, *Fratelli d'Italia*¹¹⁵.

Apesar de não obtermos dados relativos aos contactos entre si, os políticos do ECR Party argumentam que faz parte do carácter único do grupo que os partidos membros de diferentes delegações nacionais são essencialmente livres de votar da forma que entenderem, dependendo da questão política (Steven, 2020). Pode ser feita uma observação semelhante no que respeita à diferença entre o que a direção do ECR declara formalmente sobre uma questão política e o que os deputados individuais do grupo ECR podem pensar. Por exemplo, nas reuniões do grupo

¹¹² <https://www.euractiv.com/section/elections/news/left-lost-in-labyrinth-of-alliances-and-splits>. Consultado a 15 de fevereiro de 2025.

¹¹³ Speech by MEP Marie-Christine Vergiat, Thursday, 22 November 2012 – Strasbourg, Motion for a resolution: B7-0520/2012

¹¹⁴ ECR Reykjavik Declaration.

¹¹⁵ <https://www.euractiv.com/section/elections/news/internal-cracks-loom-as-ecr-makes-new-friends/>. Consultado a 15 de fevereiro de 2025.

político do ECR, antes das sessões plenárias no PE, o chefe de bancada do grupo limita-se a pedir que se levante o braço para determinar qual será a posição formal e, mesmo assim, se uma delegação nacional ou um deputado individual quiser discordar, “não há qualquer processo de censura” (Steven & Szczerbiak, 2023, p. 591). Isto justifica-se pelo facto de o Europartido e do seu grupo não acreditar na tomada de decisões centralizada da UE e de respeitar a autonomia dos seus partidos membros (Steven & Szczerbiak, 2023). Eventuais divergências no seio do Europartido em matéria de política é encarada como uma prova de que os países europeus têm, até certo ponto, as suas próprias culturas e valores (Steven, 2020).

A maior preocupação neste momento dentro do ECR, tanto a nível do partido como do grupo, é a possível integração de novos membros que podem desafiar o seu posicionamento ideológico conservador para o extremismo. A título de exemplo, um dos partidos membros com maior proeminência dentro do ECR, o partido polaco Lei e Justiça (PiS), possui uma ideologia mais nacionalista e euroceticista forte, e isto tem vindo a desafiar o carácter geralmente conservador e de euroceticismo mais moderado do ECR Party (Steven & Szczerbiak, 2023). Na diferenciação dos objetivos entre membros conservadores e nacionalistas da ECR, Martin Steven (2020, p. 56) argumenta:

“Alguns eurodeputados da ECR querem uma UE mais fraca porque querem um Estado mais pequeno; outros querem uma UE mais fraca para que o Estado nos seus próprios países possa ser mais forte - estas são contradições intelectuais no coração do grupo ECR que deveriam ser resolvidas para além do argumento de que os partidos individuais podem votar como quiserem.”

Adicionalmente, uma nova preocupação dentro do ECR inseriu-se na adesão de novos membros à sua estrutura. Após a saída de Viktor Órban e do seu partido Fidesz do EPP, Órban demonstrou-se disponível em aderir o seu partido ao ECR após as eleições europeias de 2024. Contudo, certos membros como o Partido Democrático Cívico (ODS) da República Checa e a sua eurodeputada Veronika Vrecionová declararam que “o Fidesz não pertence ao Grupo ECR”, que está “completamente fora de questão para mim e para muitos de nós no grupo”, acrescentando que “Orbán não tem nada em comum com os valores do grupo ECR”¹¹⁶. Ademais, a adesão do Fidesz foi amplamente oposta não só pelo ODS da República Checa, como também pelo partido Democratas da Suécia (SD), ambos tendo ameaçado abandonar a ECR se o Fidesz aderisse devido à sua posição pró-Rússia¹¹⁷.

Em relação ao tópico dos SK, o ECR Party nomeou um candidato líder, o eurodeputado Jan Zahradil, para as eleições europeias de 2019, apesar de se oporem ao sistema em si por não estar estipulado nos tratados da UE. A nomeação de Jan Zahradil foi uma oportunidade para comunicar

¹¹⁶ <https://www.euractiv.com/section/elections/news/internal-cracks-loom-as-ecr-makes-new-friends>. Consultado a 15 de fevereiro de 2025.

¹¹⁷ <https://www.euractiv.com/section/elections/news/le-pen-meloni-must-shepherd-eus-far-right-out-of-divisions-aur-says/>. Consultado a 15 de fevereiro de 2025.

ao público o programa do ECR, e os seus princípios e planos¹¹⁸. Somente um partido membro do ECR Party, o NV-A, foi cauteloso no apoio ao candidato pois opunham-se ao sistema de SK e, simultaneamente, não queriam romper a sua relação com Zahradil¹¹⁹. No fim, o ECR desdenhou o processo dos SK, mas aceitou que representaria uma boa oportunidade de publicidade para o Europartido e para o grupo através dos debates televisivos (Steven, 2020).

Mais recentemente, a ideia de voltar aos SK para as eleições europeias de 2024 levou a uma fricção interna do ECR Party, nomeadamente sobre a possibilidade de nomear um candidato líder para representar o Europartido nestas eleições. Ao contrário dos outros Europartidos e grupos no PE, que realizaram grandes congressos e conferências de imprensa para anunciar o seu candidato líder e o seu manifesto eleitoral, a decisão final da ECR teve lugar à porta fechada e em segredo¹²⁰. A maioria preferiu manter-se afastada do sistema dos SK. No entanto, o presidente do grupo ECR, Nicola Procaccini, viu-se favorável à nomeação de um candidato líder para o ECR Party, na esperança de que assegurasse que o Europartido tenha uma voz coerente durante as campanhas eleitorais¹²¹. Contudo, Procaccini reiterou que a estrutura não considera legítimo o sistema de SK, porque não está previsto nos tratados da UE. O antigo candidato líder e eurodeputado do ECR, Jan Zahradil, sugeriu que ter um candidato líder “não vale a pena”, pois o tempo e a capacidade para lançar uma campanha europeia adequada são limitados “uma vez que os candidatos têm de se concentrar nos debates nacionais”¹²².

Sobre as LT, como referido anteriormente, os membros do ECR Party opuseram-se por completo à sua introdução. De acordo com uma entrevista ao eurodeputado Jacek Saryusz-Wolski, as LT violariam os princípios da subsidiariedade e da proximidade, consagrados no Tratado de Lisboa, “ao obrigarem a centralizar as eleições em torno de entidades políticas europeias”¹²³. Adicionalmente, o eurodeputado considera que os candidatos transnacionais enfraqueceriam a ligação entre os deputados europeus e os seus eleitores, e, com efeito, afastariam os cidadãos da UE e poriam em causa o equilíbrio institucional¹²⁴. Não só o consenso é gerido a nível do Europartido, como também durante o processo de votação das LT, houve uma vasta maioria do grupo do ECR que votou contra¹²⁵, não gerando uma divisão interna sobre o processo.

ID Party

¹¹⁸ <https://www.euractiv.com/section/eu-elections-2019/news/ecr-puts-forward-czech-mep-as-their-spitzenkandidat-nominee>. Consultado a 15 de fevereiro de 2025.

¹¹⁹ Ibid.

¹²⁰ <https://www.euractiv.com/section/politics/news/ecr-adopts-manifesto-but-snubs-lead-candidate-pick-amid-rifts>. Consultado a 15 de fevereiro de 2025.

¹²¹ Ibid.

¹²² Ibid.

¹²³

https://ecrgroup.eu/article/ecr_group_celebrates_that_the_new_distribution_of_seats_in_the_european_par. Consultado a 15 de fevereiro de 2025.

¹²⁴ Ibid.

¹²⁵ Results of roll-call votes: Election of the Members of the European Parliament by direct universal suffrage - A9-0083/2022 - Domènec Ruiz Devesa - Article 1/1. Tuesday, 3 May 2022 – Strasbourg.

Dentro do grupo do ID no PE, e tal como em outros membros de Europartidos nos seus grupos políticos, o contacto é constante. Um dos membros do ID considera que os contactos entre cada um dos eurodeputados no PE é exaustivo:

“Estou sediado em Bruxelas, por isso tenho um contacto muito intenso com todos. Quase não há férias no Parlamento Europeu. Se querem férias, devem ficar no vosso próprio Estado-Membro. É uma piada que estou sempre a fazer. Por isso, estando em Bruxelas, tenho uma visão privilegiada de tudo o que acontece aqui no Parlamento, porque estou cá todos os dias.” (Entrevista #3)

No seio do ID *Party*, o Europartido não tem reuniões entre os membros da cúpula com os seus membros partidários nacionais todas as semanas, nem mesmo todos os meses. Normalmente, o presidente elabora um resumo e de dois em dois meses os membros da cúpula reúnem-se para confirmar as decisões que o líder europartidário teve de tomar (Entrevista #3). No entanto, nem todas as delegações nacionais estão representadas na cúpula do Europartido. De acordo com um membro do ID, o Europartido pretende criar um plano, após as próximas eleições europeias, para ter todas as delegações na cúpula do partido, o que seria “mais adequado e permitiria um controlo mais direto do que as delegações pensam sobre as coisas”, já que estas estão “politicamente ligadas às atividades e relações que o partido mantém” (Entrevista #3).

O elemento mais importante na estrutura da ID *Party* é o respeito pela declaração principal do Europartido – Declaração de Reiquejavique – e das opiniões políticas coincidentes com as que estão presentes na declaração (Entrevista #3). Um dirigente do ID *Party* confirma que o Europartido e as suas decisões internas são democráticas graças a todos requisitos do Parlamento Europeu que fornecem muitas necessidades legais e um nível elevado de regulamentação dos Europartidos para que estes cumprem para, principalmente, obter financiamento (Entrevista #3). O ID *Party*, de acordo com o dirigente, trata-se de um organismo europeu criado para difundir os pontos de vista europeus e os pontos de vista políticos sobre a cooperação europeia e a forma como esta deve evoluir. Portanto, existe um grande consenso interno quanto à necessidade de proporcionar os meios para dar voz a estes pontos de vista. O mesmo dirigente sugere que não existe discussão política, oposição, e opiniões divergentes dentro do Europartido. Quando opiniões diferentes se ouvem sobre a gestão de certas questões, existe diálogo extensivo entre o líder do ID e os membros e o Europartido, e, com efeito, o resultado “sempre conheceu a votação unânime” a todos as propostas discutidas no seio do ID (Entrevista #3).

O dirigente argumenta que dentro da ID *Party* existe um elevado nível de consenso interno, mas que o sistema político da UE é um sistema de elevada burocracia, e esta burocracia cria mais regulamentos em que todos os membros do Europartido devem seguir. Assim, “não se deve imaginar que há muita liberdade neste sistema” (Entrevista #3). Não obstante, rege-se um grau considerável de pragmatismo dentro dos membros da cúpula do Europartido (Entrevista #3). De acordo com o dirigente, a coordenação do ID *Party* e do grupo no PE, de modo que produzem grandes resultados eleitorais e que não sejam considerados a linha mais flácida no PE, justifica a

flexibilidade e o pragmatismo de que necessitam para confrontar os seus planos, os seus pontos de vista com o ponto de vista final da *ID Party* (Entrevista #3).

Contudo, uma área onde se observa uma certa divergência no ID incide-se sobre a dívida relativa à política da zona Euro, nomeadamente posições distintas sobre a economia e as suas dinâmicas entre as delegações do Sul da Europa, da Europa Oriental e da Europa Ocidental. Um dos membros esclarece:

“Se tivermos a AfD e a Lega numa delegação, num grupo, como é o nosso caso, então pode-se adivinhar que, de vez em quando, não encontramos um terreno comum quando discutimos a zona Euro ou a acusação de um Estado-Membro e a possibilidade de transferir dívidas do Sul para o Norte.” (Entrevista #3)

Mais recentemente, relatórios apontavam para uma fratura interna no ID devido a um desentendimento entre a delegação alemã da Alternativa para a Alemanha (AfD)¹²⁶ e a delegação francesa da Frente Nacional (RN), as duas maiores forças tanto no *ID Party* como no seu grupo do PE, sobre a questão de imigração¹²⁷. O programa eleitoral da AfD mencionou a defesa de “remigração”, que implicaria a deportação de estrangeiros e de minorias étnicas que seriam legalmente obrigados a abandonar o país mesmo os que obtiveram cidadania alemã¹²⁸. Marine Le Pen, figura central da RN, opôs-se por completo a esta posição tomada pela AfD, tanto que a relação entre a RN e a AfD foi tão gravemente afetada que a sua cooperação futura é altamente questionável¹²⁹. Apesar do ID não possuir grande dissidência interna, este incidente entre a AfD e a RN mostra que o Europartido pode vir a ter dificuldade em definir posições comuns sobre questões políticas específicas como a imigração.

Não obstante, quanto ao posicionamento interno em torno dos SK e das LT, os membros do ID possuem um consenso unânime quanto à sua oposição a ambos os processos. Um dos membros classificou os SK como uma “comédia” e uma “peça de teatro” (Entrevista #3). O Europartido apresenta a ideia de que a ligação entre o voto popular e a presidência da Comissão é inexistente, porque ninguém vota diretamente num Europartido nem num candidato para presidência da Comissão, pois os cidadãos votam em partidos nacionais (Entrevista #3). Um membro considera que os SK é uma “máquina” que destrói a democracia:

“Este sistema específico de *Spitzenkandidaten* não tem nada a ver com democracia. É uma desculpa que estas instituições burocráticas encontraram para o problema de o Presidente da Comissão não ter sido eleito. A minha opinião é que o peso da cooperação europeia deve ser e permanecer nos Estados-Membros, porque os Estados-Membros não

¹²⁶ A partir de maio de 2024, a AfD foi expulsa da ID, passando a fazer parte dos não-inscritos no PE. Contudo, a AfD fazia parte do *ID Party* e do grupo político durante o desenvolvimento da investigação. Para efeitos de coerência de dados, manteve-se a AfD como membro da ID.

¹²⁷ <https://www.euractiv.com/section/elections/news/far-right-id-party-faces-unity-test-as-it-scrambles-to-get-a-seat-at-the-table>. Consultado a 15 de fevereiro de 2025.

¹²⁸ <https://www.euractiv.com/section/elections/news/future-of-far-right-group-in-eu-parliament-threatened-by-franco-german-rift>. Consultado a 15 de fevereiro de 2025.

¹²⁹ *Ibid.*

podem ter no seu território leis europeias que não votaram. É isso que estão a criar agora com o sistema de maioria [qualificada]. Vão impor na Polónia e na Hungria leis europeias que a Hungria e a Polónia não votaram. Portanto, é um sistema louco, é uma grande máquina que está a destruir a democracia.” (Entrevista #3)

No seio do Europartido, mesmo assim, alguns membros tentaram sugerir a eleição de um candidato líder do ID para a presidência da Comissão e apresentar a oposição do Europartido e do grupo em relação aos SK. No entanto, o ID não pretendeu nomear nenhum candidato pois “poderia dar a impressão de que continuamos a querer jogar este jogo, portanto haveria um paradoxo” (Entrevista #3). Assim, chegou-se à conclusão de que não pretendem nomear qualquer candidato líder para a posição de presidente da Comissão (Entrevista #3). Quanto à possibilidade de implementar LT para futuras eleições europeias, houve um consenso de oposição a tal sistema, visto que os partidos membros do ID *Party* consideram tanto os SK como as LT como invenções “para evitar as verdadeiras culpas que enviamos às instituições europeias”, que não são soluções verdadeiramente democráticas (Entrevista #3). Ultimamente, um dirigente conclui que os Europartidos possuem regulamentos suficientes e que não necessitam de reformas substanciais neste momento, e sugere que o sistema atual de regulamento europartidário deve ser capaz de mostrar que funciona antes de o alterar (Entrevista #3).

6.3.5 Resultados – os diálogos (H3) permitem a dissidência intrapartidária?

Com base nos dados apresentados na Tabela 12 (p. 116), todos os Europartidos partilham um elemento central em comum: os Europartidos permitem posições dinâmicas e flexíveis no interior das suas estruturas. De acordo com o testemunho dos membros sobre o funcionamento interno do seu Europartido afiliado, os regulamentos partidários não limitam as posições intrapartidárias e as posições em torno de muitas políticas da UE. Os membros, quer da cúpula do Europartido, quer dos partidos nacionais, quer dos deputados europeus de várias delegações, são livres de discutir e dialogar entre si sobre as suas posições políticas, e a principal tendência é para a criação de consensos e não para a geração de posições centrípetas.

Tabela 12 - Construção de consensos intrapartidários no seio dos Europartidos.

Europartido	Regulamento interpartidário	Contacto entre membros da cúpula	Contacto entre eurodeputados	Objetivo de consenso	Consenso sobre os SK		Consenso sobre as LT		Probabilidade de dissidência intrapartidária
					Nível do partido	Nível do grupo	Nível do partido	Nível do grupo	
EPP	Flexível	Baixo	Alto	Maioria	Alto	Médio	Médio	Baixo	Fiscalidade; Energia nuclear
PES	Flexível	Baixo	Alto	Unanimidade	Alto	Alto	Médio	Médio	Ideologia social-democrata
ALDE	Flexível	Alto	Alto	Maioria	Médio	Médio	Alto	Alto	Relações com os partidos externos / Energia nuclear
EDP	Flexível	Médio	Alto	Maioria	Alto	Médio	Alto	Alto	Lei eleitoral europeia
EGP	Flexível	Médio	-	Maioria	Alto	-	Alto	-	Conflitos internacionais
EFA	Flexível	Médio	Alto	Maioria	Alto	-	Alto	-	Energia nuclear; extremismo político
ECR Party	Flexível	-	Alto	Maioria	Médio	Médio	Alto	Alto	Adesão de membros mais extremos
PEL	Flexível	Baixo	Alto	Unanimidade	Baixo	Baixo	Médio	Baixo	Estrutura institucional da UE
ID Party	Flexível	Médio	Alto	Unanimidade	Alto	Alto	Alto	Alto	Investimento; Imigração

Regras intrapartidárias: Restrito – O Europartido tem um regulamento que proíbe a criação de posições distintas. Tolerante – O Europartido tem um regulamento que limita a criação de posições distintas. Flexível - O Europartido tem um regulamento muito flexível para a criação de posições distintas.

Nível de consenso em torno dos SK e TL: Alto - quando existe uma decisão unânime de todos os membros. Médio - quando existe um lado maioritário. Baixo - quando um partido/grupo está dividido 50/50.

São frequentes os contactos entre os membros do Europartido que são eurodeputados, ao passo que os contactos entre os membros da cúpula e os deputados do respetivo grupo político são menos frequentes. A única exceção é o ALDE e, em certa medida, o EDP, onde a maioria dos membros da cúpula são também eurodeputados. Em geral, há uma tendência para a criação de consensos. Isto também se aplica aos procedimentos de votação nos congressos do Europartido, onde são efetuados diálogos constantes antes e depois da fase de votação, mesmo com os membros que votaram de forma diferente da linha do partido.

No que se refere à criação de consensos, todos os Europartidos mantêm diálogos internos alargados entre os seus membros. No entanto, a maioria dos Europartidos preferem chegar a um consenso por maioria do que por unanimidade. Neste sentido, o EPP é um exemplo de que a maior parte das decisões são tomadas por maiorias substanciais; o objetivo do EDP é chegar a decisões consensuais por maioria, mesmo que estas tenham um elevado nível de coesão interna; e a ALDE e o EGP tendem a obter votações em larga escala por maiorias devido a certas posições distintas dos seus membros. Ademais, como foi exemplificado no caso da EFA, membros que preferem tomar decisões por maiorias carregam o intuito de atingir uma posição que seja um denominador comum em torno do processo de integração europeia. Todos os outros Europartidos (PES, PEL e ID) pretendem obter decisões consensuais por unanimidade, enquanto a obtenção de consenso por maioria só é utilizada quando não existe outra opção. De todos os Europartidos analisados, o ID *Party* é o que mais deseja alcançar decisões unânimes, seja qual for o caso, uma vez que existem contactos extensos entre os membros da cúpula, nomeadamente o seu líder, com os membros do partido, essencialmente para que todos adotem uma posição comum durante uma sessão de votação na Assembleia Geral.

Há certas questões políticas que podem causar alguma fratura intrapartidária no seio dos Europartidos. No que diz respeito aos processos dos SK e das LT, que fazem parte das políticas constitucionais / institucionais da UE, o EPP, o PEL e a ALDE partilham posições comuns de divisão em torno de ambos os processos. No EPP, embora os SK estejam mais de acordo com os ideais dos membros, ainda existe fricção, tanto a nível do partido como do grupo, no que diz respeito às LT, onde há dois lados opostos quase iguais sobre se devem ou não adotar as LT para as eleições europeias. Para além disso, o apoio ao candidato líder nomeado para as eleições europeias de 2019 e 2024 foi dividido, embora não substancialmente. No PEL, o consenso em relação a ambos os processos, nomeadamente os SK, foi baixo, em que as posições de apoio / oposição continuam a ser fraturantes. No caso da ALDE, a dissidência é mais comum ao nível do grupo do PE, *Renew Europe*, do que ao nível do Europartido. Os membros do ALDE e do EDP partilham posições diferentes em relação aos SK: a ALDE é mais a favor e o EDP é contra. A coesão interna do EDP é forte a nível do partido em ambos os processos, enquanto os seus parceiros da ALDE acordaram numa posição unânime em relação às LT, mas não tanto em relação aos SK.

Os outros Europartidos em análise, o PES, o EGP, a EFA, o ECR Party e o ID *Party*, partilham uma forte formação de consenso a nível partidário. Contudo existem duas exceções de relevo. Em

primeiro lugar, no PES, em relação às LT, uma boa maioria dos membros do PES e dos deputados do S&D são a favor da introdução deste processo, enquanto algumas delegações se opõem a ele, nomeadamente dos Estados-Membros de pequena e média dimensão. E em segundo lugar, dentro do ECR Party houve uma pequena divisão em torno dos SK, nomeadamente se voltariam a nomear um candidato líder como nas eleições para o PE em 2019. Quanto ao EGP, a EFA, e ao ID *Party*, todos os membros partilham a mesma posição aos processos dos SK e LT, onde parece não haver margem para dissidência interna dos membros às reformas democráticas propostas pela UE.

Assim, a hipótese H3A está confirmada, uma vez que a criação de consensos, tanto a nível dos Europartidos como dos seus grupos, exige contactos alargados entre os membros. Embora, em geral, os contactos entre os membros da cúpula do Europartido sejam menos frequentes, os Europartidos recebem um maior feedback durante os diálogos com os eurodeputados a nível dos grupos, havendo, por conseguinte, uma tendência para a celebração de grandes acordos. No entanto, a H3B não se confirma, porque os maiores Europartidos, o EPP e o PES, continuam a possuir algumas fricções relativamente aos SK e às LT, nomeadamente o EPP mais do que o PES. Em vez disso, os Europartidos mais convergentes a nível interno sobre tópicos de democracia na UE são os mais pequenos, como o EDP e o ID *Party*. Isto sugere que a dimensão de um Europartido, tal como o número de partidos membros e de deputados no PE, não reflete a construção de consensos intrapartidários, mas sim o nível de influência das delegações nacionais e os seus resultados de contacto dentro da estrutura transnacional.

6.3.6 Quarta dinâmica – Divergências em termos de ideologia e atitudes

É de um entendimento geral em investigação de que dissidência intrapartidária pode surgir quando diferentes subgrupos de um partido possuem convicções ideológicas ou interpretações divergentes dos valores fundamentais do partido (Boucek, 2012; Ceron, 2019; Penebianco, 1988; Sartori, 2005a). A ideologia continua a ser dominante na criação de facciosismo, pois as suas ambiguidades alimentam a luta entre subgrupos, enquanto as suas certezas unem o partido contra os outros (Budge et al., 2010).

Aplicado aos Europartidos, investigação aponta para a ideologia esquerda-direita ser a componente mais importante em termos de coerência intrapartidária e de competição interpartidária, apesar de tal competição ter vindo a diminuir na década anterior (Bressanelli, 2014). Adiciona-se outro medidor importante de consenso / dissenso intrapartidário nos Europartidos que são as atitudes pró- e anti-UE. Apresenta-se os dados relativos à quarta dinâmica, no contexto da H5A e H5B, sobre a existência de dissidência interna em torno dos SK e das LT com base na existência de diferenças ideológicas e / ou de atitudes sobre a integração

europeia. Separou-se esta dinâmica por duas secções: dados relativos aos Europartidos mais europeístas, e outros relativos aos mais eurocéticos.

Europartidos europeístas: EPP, PES, ALDE, EDP, EGP e ALDE

Para ser membro do EPP, qualquer partido nacional na UE da família democrata-cristã ou semelhante pode receber o status de membro da associação, desde que aceite o programa político do Europartido e concorde com seus estatutos e regulamentos internos¹³⁰. Contudo, a ideologia esquerda-direita não parece ser um predileto para a convergência dentro do EPP. Atingir os limites do que é aceitável no EPP presencia-se no desrespeito pelos valores da UE, pelo Estado de direito, bem como pelo alinhamento pró-europeu e pró-integração (Entrevista #4). Por exemplo, em 2021, o partido húngaro *Fidesz*, do primeiro-ministro Viktor Órban, foi excluído da estrutura do EPP por violar as leis do Estado de Direito na Hungria e pelas leis pró-integracionistas do Europartido¹³¹. Um membro sugere que os Europartidos devem impor ou incentivar os partidos políticos nacionais a desenvolverem posições políticas conjuntas a nível europeu com base no alinhamento da integração europeia (Entrevista #4).

No PES, seguir os valores da social-democracia e do socialismo tanto no Europartido como no grupo S&D no PE é fundamental para integração e comportamento dos membros na estrutura. Um membro sugere que a identidade política e ideológica é mais clara na família do socialismo democrático e da social-democracia do que noutras formações políticas, e isso “ajuda a que, porventura, seja mais fácil construir consensos” (Entrevista #7). Como foi apresentado na H2 sobre o regulamento interno do PES, o Europartido apresenta grande flexibilidade nas posições internas, mas impõe limites correspondentes ao respeito dos princípios fundamentais da família socialista e social-democrata. Também, como se exemplificou na H2, o desrespeito pelos valores do socialismo democrático do PES e S&D levou à expulsão de dois partidos nacionais eslovacos da estrutura. Portanto, para além do alinhamento pró-Europeu e integracionista do Europartido, valoriza-se em grande escala a ideologia social-democrata nas relações internas (Entrevista #7).

Em relação à ALDE, o Europartido possui uma família muito diversificada, que vão desde progressistas até aos partidos liberais clássicos, possuindo “uma espécie de coabitação” (Entrevista #11). Mesmo assim, a adesão ao Europartido corresponde a partidos políticos e cidadãos europeus de ideais liberais, democráticos, reformistas, e que desejem contribuir para o fortalecimento da União Europeia¹³². Todos os seus membros devem cumprir com os objetivos e visões da ALDE presentes na designada “Carta de Valores da ALDE”, nomeadamente a promoção

¹³⁰ EPP Statutes & Internal Regulations. Aprovado pelo Congresso do EPP em 21 de outubro de 2015, em Madrid (Espanha), e pela Assembleia Política do PPE em 2 de junho de 2015, em Oslo (Noruega).

¹³¹ <https://www.dw.com/en/hungary-viktor-orbans-ruling-fidesz-party-quits-european-peoples-party/a-56919987>. Consultado a 15 de fevereiro de 2025.

¹³² Artigos de Associação da Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa adotados pelo Congresso do ALDE em Estocolmo, Suécia, em 28 de maio de 2023.

e reforço dos valores liberais em toda a Europa¹³³. Tanto os valores de liberalismo e europeísmo na ALDE são importantes para atingir posições consensuais na estrutura (Entrevista #1).

Apesar de no seu estatuto incluir uma cláusula sobre a expulsão de membros quando estes atuam de forma contrária aos interesses e valores do Europartido em geral, de acordo com um membro, e ao contrário do que se sucede no PES, a ALDE não castiga de forma severa membros partidários que cooperam e coligam com partidos nacionais mais afastados dos ideais liberais como no caso de alguns membros da Escandinávia (Entrevista #1). O mesmo membro sugere que a “carta de fixação e definição dos princípios do partido devia excluir este tipo de comportamento”. De certa forma, esta afirmação é confirmada quando a saída do partido ANO da ALDE e do grupo político no PE não foi encabeçada pelo ALDE, mas sim foi pedida pelo próprio presidente do partido nacional, Andrej Babiš, devido a divergências no programa do partido com o programa do grupo *Renew Europe*¹³⁴. Ademais, por vezes, quando se trata de aspetos sociais de um projeto importante da UE, pode haver clivagens entre algumas delegações (Entrevista #1). Mesmo assim, o carácter pró-europeu é muito visível em todas as políticas que a ALDE desenvolve (Entrevista #11). Isto pode sugerir que, até chegar ao ponto de expulsão de membros que não coincidem com os valores liberais da estrutura, o predileto mais importante para atingir consenso intrapartidário na ALDE encaixa-se no respeito pelos valores mais pró-europeus do que liberais. A única exceção encontra-se na tomada de posições sobre economia, em que o cariz mais liberal do Europartido é preponderante (Entrevista #11).

No caso do EDP o Europartido procura uma posição comum entre os seus membros sobre todas as questões importantes relativas à União Europeia, ao mesmo tempo informar a opinião pública e envolvê-la na criação de uma Europa unida¹³⁵. Sendo um partido pró-europeu, o EDP está fortemente empenhado em estabelecer uma união política forte e uma democracia à escala supranacional (Entrevista #6). De acordo com um membro, os membros do EDP preocupam-se mais com questões sociais do que, por exemplo, os liberais no *Renew Europe* (Entrevista #6). O Europartido em si rejeita a dicotomia de esquerda-direita, preferindo enfatizar o pluralismo intrapartidário com base em posições pró-europeias e de reforço da democracia em quatro níveis: supranacional, nacional, regional e local¹³⁶. Ademais, um membro sugere que a dicotomia esquerda-direita interpreta-se de maneira diferente em vários países europeus, e qualquer membro pode-se juntar ao EDP desde que não adote posições extremistas (Entrevista #12). De uma forma, o EDP assemelha-se ao seu parceiro liberal ALDE no PE, pois ambos apoiam a formação de consenso interno com base nas suas posições de reforço da democracia europeia.

¹³³ ALDE *Charter of Values*. Adotado no ALDE *Party Extraordinary Congress*, Bruxelas 2024.

¹³⁴ <https://www.politico.eu/article/andrej-babis-quits-renew-group-eu-parliament-election-czech-republic>. Consultado a 15 de fevereiro de 2025.

¹³⁵ Estatuto do Partido Democrático Europeu (PARTI DEMOCRATE EUROPEEN), *Association Internationale Sans But Lucratif*. Adaptação dos estatutos da associação às disposições do Código das Sociedades Comerciais e das Associações.

¹³⁶ <https://www.politico.eu/sponsored-content/democrats-for-europe-a-new-momentum>. Consultado a 15 de fevereiro de 2025.

Em relação ao EGP, tanto a ideologia ecologista como atitude europeísta são elementos que definem os membros do Europartido. De acordo com um membro, os membros do EGP são pró-europeus, pró-integração, a favor da evolução do Europartido para um verdadeiro partido político e também para uma Europa federal (Entrevista #9). Ademais, um membro considera que ser europeísta faz parte da ideologia do Europartido, pois ser pró-europeu é estabelecido nos estatutos, e é tão importante como ser ecologista, feminista ou anti-violência (Entrevista #8). O respeito pela Carta dos Verdes Europeu, onde estão dispostas as posições políticas do EGP, é a componente essencial para a integração no EGP e pela sua unidade intrapartidária. No entanto, de acordo com os dados, a posição tomada pelos membros dos Verdes em relação aos SK e LT vão com base nas suas atitudes de europeização das eleições europeias e de desenvolvimento dos Europartidos (Entrevistas #8 e #9).

Para a EFA, tanto a ideologia esquerda-direita e atitudes sobre a UE são importantes para a estrutura. De acordo com um membro, apesar de haver quem diga que o eixo esquerda-direita está esquecido, este continua a exercer influência (Entrevista #10). Para a EFA, a conotação social é mais importante do que defender uma certa dicotomia de esquerda ou direita. A EFA tem como objetivo a defesa da diversidade, defender as minorias, defender aqueles que têm menos direitos, muito semelhante ao posicionamento de esquerda e centro-esquerda (Entrevista #10). Na sua essência, o Europartido é de cariz regionalista, pois os seus membros são regionalistas e, em menor número, independentistas. O eixo esquerda-direita tem mais a ver com questões sociais e com a defesa das minorias (Entrevista #10). Sobre a integração europeia, esta posição é central para a EFA, porque “todos nós somos partidos pró-europeus” (Entrevista #10). Com foi referido na H2 sobre a EFA, a linha vermelha é que não se pode ser anti-europeu e de extrema-direita (Entrevista #10).

Europartidos eurocéticos: PEL, ECR Party, e ID Party

O respeito pelos valores da esquerda é uma componente essencial para ser membro do PEL. Neste caso, um membro afirma que a esquerda tem de reconhecer que a evolução da sociedade exige uma fortaleza e que, se um partido quiser tornar-se membro do PEL, tem de escrever uma carta a comunicar o seu desejo de adesão à direção (Entrevista #5). Adicionalmente, a filiação no PEL não proíbe a filiação noutras associações, incluindo fora da UE, se a sua atuação não for contrária aos objetivos e princípios da família de esquerda¹³⁷. O maior foco temático de políticas europeias para o PEL incidem sobre o desenvolvimento de uma Europa social sustentável do ponto de vista ambiental. Contudo, nem sempre a família da esquerda europeia encontra-se em sintonia. Um membro exemplifica que a posição da esquerda alemã é diferente da posição da esquerda portuguesa, como o Partido Comunista Português, em certos tópicos, na qual possuem um entendimento diferente (Entrevista #5). Isso reflete a vasta gama de interpretações da esquerda europeia, e os partidos de esquerda têm sempre, desde o início, um objetivo de entendimento interno e de serem inclusivos (Entrevista #5).

¹³⁷ Sétimo congresso da Esquerda Europeia, Viena, dezembro de 2022: estatutos.

Apesar do apoio / contestação dos SK e LT dentro do PEL incidir-se numa dinâmica de europeização dos candidatos para as eleições europeias, existe uma preocupação sobre a identificação das posições ideológicas dos candidatos. Um membro sugere que ambos sistemas seriam apelativos para a esquerda atrair membros para o PEL, como também, e como foi referido igualmente na quarta dinâmica incidida no PEL, pode servir como um instrumento que permite aos cidadãos compreenderem quem vem da esquerda, quem vem dos democratas-cristãos, quem vem dos sociais-democratas e dos verdes (Entrevista #5). Portanto, a adesão de novos partidos para o PEL como o seu funcionamento interno depende, em larga escala, dos valores da esquerda mais do que os valores pró-/anti-UE.

Passando para o espectro da direita eurocética, o ECR é considerado “o grupo mais proeminente que representa o euroceticismo *soft* no Parlamento Europeu” (Steven, 2020, p. 44). A ideologia do ECR Party, e do seu grupo no PE, assenta num conservadorismo classificado como ‘eurorealismo’ mais do que ‘euroceticismo’¹³⁸. A perspetiva ‘eurorealista’ do Europartido conceptualiza-se por um amplo apoio à adesão à UE, em princípio, mas, ao mesmo tempo, demonstra cautela em relação a qualquer ultrapassagem de Bruxelas em detrimento da soberania dos estados-membros. Na sua essência, o ECR defende uma UE gerida pelos governos nacionais e não pelos “burocratas de Bruxelas”, num sistema de imigração que funcione, em gastar o dinheiro dos contribuintes de forma sensata, e na promoção de uma UE que seja “segura, protegida, competitiva e próspera para todos”¹³⁹. Estes objetivos estão também enraizados numa cor conservadora ou de centro-direita, no sentido em que a UE deve ser reformada numa direção mais conservadora, estando estas duas vertentes – eurorealismo e conservadorismo – aparentemente interligadas (Steven, 2020). No entanto, o conservadorismo da ECR é, por vezes, minado pelo nacionalismo de partidos membros como o PiS da Polónia, do Partido Finlandês (Finns Party), do SD da Suécia, e do Partido Popular Dinamarquês (DF) (Steven, 2020). Não obstante, tanto a ideologia conservadora e atitude eurocética do ECR Party funcionam em conjunto para a formulação de posições dentro do Europartido, mas o carácter ‘eurorealista’ é mais proeminente nos discursos e debates dos seus membros (Steven & Szczerbiak, 2023).

Em relação ao ID *Party*, os principais valores defendidos encontram-se no seu estatuto e, principalmente, na designada Declaração de Antuérpia. De forma sumariada, o ID *Party* defende o respeito pela soberania das nações europeias e pela rejeição de qualquer ideia ou política que possa criar um “superestado” europeu¹⁴⁰. De acordo com um membro, o conceito de “identidade” no ID tem a ver com a identidade nacional, portanto a liberdade nacional de votar e a liberdade de ter, enquanto delegação nacional, os seus próprios pontos de vista (Entrevista #3). De um modo geral, o ID pretende unificar as forças patrióticas, as forças que pensam que a UE é um

¹³⁸ <https://ecrgroup.eu/ecr>. Consultado a 20 de fevereiro de 2025.

¹³⁹ Ibid.

¹⁴⁰ Declaração de Antuérpia. Assinada a 23 de junho de 2023. Fonte: <https://id-party.eu/news/f/declaration-of-antwerp-signed-on-june-26-2022>. Consultado a 20 de fevereiro de 2025.

Estado centralizado num ambiente instável, e que a forma como a UE evolui atualmente, “como uma máquina unificadora e gerida por grandes personalidades francesas e alemãs”, não é a Europa que o ID pretende alcançar (Entrevista #3).

Assim, a estrutura interna do ID (adesão de novos partidos e posições dos mesmos) foi gerida com base em atitudes eurocéticas perante a UE, nomeadamente contra políticas e mecanismos europeus de âmbito mais federal, do que numa ideologia esquerda-direita comum, apesar dos seus membros localizarem-se mais no espectro da direita radical / extrema-direita¹⁴¹. Como o euroceticismo não está ligado a uma ideologia específica e pode ser encontrado em todo o espectro político (van Elsas & van der Brug, 2015), pode-se sugerir que as posições defendidas dentro ID *Party*, incluindo as que incidem sobre os SK e as LT, não seguem uma ideologia esquerda-direita em comum, mas sim sobre o carácter mais eurocético da estrutura transnacional.

6.3.7 Resultados: Ideologia (H4A) vs. Atitudes perante a UE (H4B)

Complementou-se os resultados da quarta dinâmica com os que estão presentes na segunda e terceira dinâmica, ou seja, analisou-se as razões que levaram às posições internas em torno dos SK e das LT e qual das componentes de influência intrapartidária, ideologia e / ou atitudes perante a UE, levou a estabelecer posições internas perante os dois processos. Para começar, de acordo com a Tabela 13 (p. 124), no geral, todos os Europartidos valorizam a posição da estrutura perante a integração europeia. Qualquer posição e decisão tomada no seio do Europartido tem em conta as posições europeístas e eurocéticas dos seus membros e estes não são dependentes, na sua íntegra, da família ideológica da estrutura transnacional.

¹⁴¹ Aponto para a investigação conduzida por Erika van Elsas e Wouter van der Brug (2015). Os autores sugerem que a relação entre ideologia esquerda-direita e euroceticismo constantemente altera quanto os partidos integram posições sobre novas questões, como o ambientalismo e a migração, e, com efeito, novos fenómenos políticos mudam de significado. É, portanto, difícil de localizar euroceticismo num lado mais contínuo do espectro esquerda-direita.

Tabela 13 – Influência da ideologia esquerda-direita e atitudes perante a UE nos Europartidos

Europartidos	Componente(s) para adesão à estrutura	Posição: SK e LT	
		Influenciada por ideologia	Influenciada por atitudes
EPP	Ideologia e Atitudes perante a UE	Não	Sim
PES	Ideologia e Atitudes perante a UE	Sim	Sim
ALDE	Ideologia e Atitudes perante a UE	Não	Sim
EDP	Atitudes perante a UE	Não	Sim
EGP	Ideologia e Atitudes perante a UE	Não	Sim
EFA	Ideologia e Atitudes perante a UE	Sim	Sim
PEL	Ideologia	Sim	Sim
ECR Party	Ideologia e Atitudes perante a UE	Não	Sim
ID Party	Atitudes perante a UE	Não	Sim

No entanto, verificou-se que os Europartidos localizados no espectro de esquerda como o PES e o PEL valorizam substancialmente a ideologia social-democrata e socialista para a adesão de partidos nacionais na estrutura, bem como nas suas posições em políticas da UE. Aplicado aos SK e às LT, os dois Europartidos enfatizam a ideologia de esquerda como componente essencial para o seu apoio nos SK. Por exemplo, em relação ao PES, a nomeação de Nicholas Schmidt como candidato líder foi votada por unanimidade devido ao seu papel como defensor dos direitos sociais e da social-democracia (Entrevista #7); e em relação ao PEL, o apoio aos SK e à introdução das LT tem como objetivo os cidadãos europeus reconhecerem os candidatos para os cargos principais na UE e de que família partidária estes são provenientes (Entrevista #5). Em relação aos restantes Europartidos, o posicionamento interno tem em conta, em larga escala, o carácter institucional na aplicação dos processos dos SK e das LT a nível europeu em detrimento de valores ideológicos da estrutura partidária. O acaso da EFA é semelhante, no entanto a ideologia do Europartido não se centra à base da social-democracia, mas sim numa componente regionalista e de defesa das minorias, cuja componente encontra-se em maior escala nos partidos de esquerda / centro-esquerda.

Assim, não se confirma a hipótese H4A, mas, por seu lado, a hipótese H4B está confirmada, pois os Europartidos defendem as suas posições em torno de processos institucionais europeus com base numa visão mais consequente dos processos em questão para o projeto de integração europeia em vez de os Europartidos basearem as suas posições através de conceções ideológicas da estrutura partidária. A grande exceção é o PEL, em que, de acordo com os dados, existe uma referência dominante aos alicerces do socialismo e de toda a ideologia da esquerda na adesão à sua estrutura, bem como a defesa das suas posições políticas.

Conclusões

Os Europartidos oferecem um espaço de representação política em toda a Europa, permitindo aos eleitores ligarem-se a grupos ideológicos mais vastos em vez de se limitarem aos partidos nacionais. Ao fornecer aos eleitores a oportunidade de influenciar as políticas e a governação à escala da UE, os Europartidos podem reforçar o carácter democrático da UE, principalmente com o desenvolvimento institucional e eleitoral destas organizações através dos processos dos SK e das LT.

Estes partidos políticos a nível europeu são normalmente constituídos por uma coligação de partidos nacionais com orientações ideológicas comparáveis. No entanto, dentro destas classificações mais alargadas, podem existir disparidades ideológicas consideráveis. Esta investigação procurou analisar os tipos de facciosismo e qual modelo se adequa aos Europartidos. Por exemplo, como observamos no decorrer desta investigação, um Europartido pode ser constituído por delegações moderadas e mais extremistas, criando a possibilidade de divisões internas. Possíveis desacordos sobre questões políticas específicas podem criar fricção no seio dos Europartidos, uma vez que alguns partidos membros têm frequentemente fortes laços com os seus contextos nacionais, dão prioridade aos interesses nacionais em detrimento dos interesses transnacionais e a cultura política do seu Estado-membro pode interferir na orientação política geral da estrutura.

Com efeito, a análise da política partidária no contexto da União Europeia, especialmente através da perspectiva dos Europartidos, é um tema intrigante e significativo na investigação em Ciência Política. Com a UE a manter uma posição crucial na política internacional, a compreensão das dinâmicas destes partidos pode oferecer conhecimentos valiosos sobre a formação de políticas e as interações dos partidos políticos nacionais num quadro supranacional. Além disso, o reconhecimento oficial e a função dos Europartidos, especialmente após reformas como os tratados europeus e os mecanismos de financiamento europartidário, criam um contexto rico para examinar a sua influência na elaboração das políticas da UE e na cooperação / competição intra e interpartidária.

Ao empregar uma análise aprofundada de democracia intrapartidária ao nível da UE, os resultados sugerem que, até agora, a existência de facciosismo competitivo no seio dos Europartidos não resulta dos incentivos institucionais proporcionados pelos SK e LT. As delegações nacionais cooperam entre si para chegarem a um consenso sobre uma estratégia comum do Europartido para as reformas democráticas da UE. Em primeiro lugar, os líderes dos Europartidos atuam como agentes dos seus principais, as delegações nacionais, para a função importante de coordenador das posições de cada partido membro. Em segundo lugar, os regulamentos dos Europartidos permitem grande flexibilidade quanto às posições políticas que os seus membros possam tomar em torno de várias políticas e decisões internas, desde que não

ultrapassem as linhas vermelhas dispostas nos seus estatutos (por ex., os critérios de suspensão e / ou exclusão de um partido membro). Em terceiro lugar, contactos entre os diversos membros dos Europartidos – quer com membros da cúpula quer com delegações nacionais e com eurodeputados – são necessários para atingir um grau de consenso satisfatório. Ademais, a maior parte dos Europartidos opta por alcançar consensos por maioria em vez de unanimidade, principalmente devido à variedade de membros que, embora coesos em termos ideológicos, podem ter posições distintas em determinados temas em comparação com outros partidos membros. Por fim, todos os Europartidos valorizam o seu posicionamento sobre o processo de integração europeia acima da dicotomia ideológica de esquerda-direita. Somente os Europartidos mais posicionados à esquerda, como o PES e o PEL, valorizam a sua ideologia social-democrata na nomeação de candidatos para os cargos de topo na UE.

Utilizou-se os processos de SK e das LT como casos a analisar sobre a existência de alguma mudança nas dinâmicas internas dos Europartidos em torno de tópicos sobre democracia europeia. Embora existam algumas divergências relativamente a áreas políticas sensíveis específicos que suscitam um maior debate interno, como a economia da UE (para o EPP) e a imigração (para o ID *Party*), tópicos sobre democracia europeia, como as políticas eleitorais / institucionais da UE, não parecem suscitar uma grande fratura no interior dos Europartidos. Talvez a única exceção seja o PEL, que continua a ser o único partido europeu que se encontra muito dividido em termos de apoio / contestação em torno da SK e das LT.

Os resultados da investigação estão em consonância com a visão de Boucek (2009) sobre os Europartidos: as suas dinâmicas internas são uma forma supranacional de cooperação, e não de facciosismo competitivo, em que os deputados europeus pertencentes a muitos partidos nacionais diferentes, mas ideologicamente ligados, concordam em cooperar na política legislativa da UE. Neste sentido, os Europartidos proporcionam liberdade de posições partidárias internas aos seus membros nacionais e os seus líderes funcionam, essencialmente, como coordenadores de união europartidária ao englobar todas as posições dos seus membros. Tal como observámos, os Europartidos permitem esta flexibilidade desde que não seja contrária aos ideais do partido, enquanto alguns Europartidos punem fortemente os seus membros, retirando-os da estrutura, como aconteceu no PES.

Além disso, ao contrastar com implicações teóricas anteriores, os Europartidos que são mais coesos internamente são os mais pequenos, ou seja, os que possuem um número menor de partidos membros e eurodeputados no PE. Parece que estes Europartidos alcançam posições centrípetas com mais facilidade do que os Europartidos maiores. No entanto, a única exceção refere-se ao PEL, que demonstrou ser o Europartido mais fragmentado em questões ligadas à democracia europeia.

É importante destacar que os resultados apresentados correspondem à 9ª legislatura do PE. Portanto, novas alianças que surgiram dentro do PE, assim como a formação de novos grupos

políticos e Europartidos, não estão incluídas na investigação. A emergência e crescente apoio aos partidos políticos nacionais de cariz populista e nacionalista em vários Estados-membros influencia a forma como os partidos se posicionam na UE, podendo levar à formação de novas alianças ou a alterações nas atuais coligações entre grupos políticos na PE, bem como na adesão e / ou suspensão de partidos membros dos Europartidos como foi exemplificado no decorrer da investigação. Sugerem-se novos estudos centrados na atual legislatura do PE (2024-2029), especialmente nos novos Europartidos e grupos desenvolvidos após a nova legislatura, nos fenómenos políticos que, neste momento, integram a agenda supranacional (por ex., migração ilegal, energia nuclear, a nova estratégia europeia de segurança económica, e conflitos internacionais) e como estes podem impactar as dinâmicas internas dos Europartidos em termos da sua organização e posicionamento político-ideológico.

Ademais, apesar de as dinâmicas examinadas terem mostrado resultados significativos em relação às relações intrapartidárias durante decisões relevantes na UE, propõem-se outras dinâmicas intrapartidárias que podem ser incluídas para investigar a competição intrapartidária na UE. Dinâmicas ao abrigo de democracia intrapartidária como a gestão dos recursos financeiros, o nível de participação dos membros associados e / ou observadores nas tomadas de decisão internas, e os procedimentos de nomeação de candidatos para os cargos de topo na UE e para as eleições para o PE, são exemplos de como se pode aprofundar o estudo sobre os Europartidos e o potencial desenvolvimento de estruturas partidárias ao nível supranacional.

Em última análise, os Europartidos são ainda estruturas políticas embrionárias que imitam os partidos políticos nacionais. É inegável que essas federações transnacionais continuam a ser vistas como 'partido de partidos' (*party of parties*) no âmbito da UE, porém, estímulos democráticos como os SK e as LT, com o primeiro novamente implementado nas eleições europeias de 2024, podem impulsionar um progresso eleitoral dos Europartidos. Apenas quando esses partidos conseguirem se desenvolver integralmente como autênticos partidos políticos, assim como seus equivalentes nacionais, com a habilidade de indicar candidatos a eurodeputados por meio de LT, formulando amplos programas eleitorais, promovendo debates políticos e campanhas, e tendo a capacidade de impactar os processos de decisão na UE para além do PE, é que possivelmente as suas dinâmicas internas poderão fomentar uma forma mais competitiva de atuação intrapartidária.

Bibliografia

- Abercrombie, G., & Batista-Navarro, R. (2020). Sentiment and position-taking analysis of parliamentary debates: a systematic literature review. *Journal of Computational Social Science*, 3(1), 245–270. <https://doi.org/10.1007/s42001-019-00060-w>
- Adam, S., & Maier, M. (2011). National parties as politicizers of EU integration? party campaign communication in the run-up to the 2009 European parliament election. *European Union Politics*, 12(3), 431–453. <https://doi.org/10.1177/1465116511410234>
- Adam, S., Maier, M., de Vreese, C. H., Schuck, A. R. T., Stetka, V., Jalali, C., Seeber, G. U. H., Negrine, R., Raycheva, L., Berganza, R., Róka, J., Dobek-Ostrowska, B., Nord, L., Balzer, M., & Baumli, M. (2013). Campaigning Against Europe? The Role of Euroskeptic Fringe and Mainstream Parties in the 2009 European Parliament Election. *Journal of Political Marketing*, 12(1), 77–99. <https://doi.org/10.1080/15377857.2013.752245>
- Adam, S., Maier, M., & Kaid, L. L. (2009). *Between Integration and Demarcation: Strategies and Effects of Party Campaigns in the Context of the 2009 European Parliament Elections. Codebook for analyzing national parties' strategies in the context of the European Parliament (EP) Elections.*
- Attiná, F. (1990). The voting behaviour of the European Parliament members and the problem of the Europarties. *European Journal of Political Research*, 18(5), 557–579. <https://doi.org/10.1111/j.1475-6765.1990.tb00248.x>
- Authority for European Political Parties and European Political Foundations. (2018). *The Authority.* <https://www.appf.eu/appf/en/home/the-authority>
- Bale, T. (2013). *European Politics: A Comparative Introduction* (3rd ed.). Palgrave Macmillan.
- Bara, J., Weale, A., & Biquelet, A. (2007). Analysing parliamentary debate with computer assistance. *Swiss Political Science Review*, 13(4), 577–605. <https://doi.org/10.1002/j.1662-6370.2007.tb00090.x>
- Bardi, L. (1994). Transnational Party Federations, European Parliamentary Party Groups, and the Building of Europarties. In R. S. Katz & P. Mair (Eds.), *How Parties Organize: Change and Adaptation in Party Organizations in Western Democracies* (1st ed., pp. 357–372). Sage. <https://doi.org/10.4135/9781446250570.n14>
- Bardi, L. (1996). Transnational trends in European parties and the 1994 elections of the European parliament. *Party Politics*, 2(1), 99–114. <https://doi.org/10.1177/1354068896002001005>
- Bardi, L., & Calossi, E. (2009). Models of Party Organization and Europarties. In J. DeBardeleben & J. H. Pammett (Eds.), *Activating the Citizen: Dilemmas of Participation in Europe and Canada* (1st ed., pp. 151–172). Palgrave Macmillan.
- Bardi, L., & Mair, P. (2008). The Parameters of Party Systems. *Party Politics*, 14(2), 147–166. <https://doi.org/10.1177/1354068807085887>
- Bartl, M. (2020). Hayek upside-down: On the democratic effects of transnational lists. *German Law Journal*, 21(1), 57–62. <https://doi.org/10.1017/glj.2019.96>
- Bartolini, S. (2005). *Restructuring Europe: Centre Formation, System Building, and Political Structuring Between the Nation State and the European Union* (1st ed.). Oxford University Press.
- Beamer, G. (2002). Elite Interviews and State Politics Research. *State Politics & Policy Quarterly*, 2(1), 86–96. <https://doi.org/10.1177/153244000200200106>
- Becker, G. S. (1958). Competition and Democracy. *The Journal of Law and Economics*, 1, 105–109. <https://doi.org/10.1086/466544>
- Beetz, J. P., & Rossi, E. (2017). The EU's democratic deficit in a realist key: Multilateral governance, popular sovereignty and critical responsiveness. *Transnational Legal Theory*, 8(1), 22–41. <https://doi.org/10.1080/20414005.2017.1307316>
- Bellamy, R. (2006). Still in deficit: Rights, regulation, and democracy in the EU. *European Law Journal*, 12(6), 725–742. <https://doi.org/10.1111/j.1468-0386.2006.00344.x>
- Bellamy, R. (2008). Evaluating Union citizenship: Belonging, rights and participation within the EU. *Citizenship Studies*, 12(6), 597–611. <https://doi.org/10.1080/13621020802450676>
- Bellamy, R. (2010). Democracy without democracy? Can the EU's democratic “outputs” be separated from the democratic “inputs” provided by competitive parties and majority rule? *Journal of European Public Policy*, 17(1), 2–19. <https://doi.org/10.1080/13501760903465256>

- Bettcher, K. E. (2005). Factions of interest in Japan and Italy: The organizational and motivational dimensions of factionalism. *Party Politics*, 11(3), 339–358. <https://doi.org/10.1177/1354068805051781>
- Bevern, S. (2015). *Party Communication in Routine Times of Politics: Issue Dynamics, Party Competition, Agenda-Setting, and Representation in Germany* (1st ed.). Springer.
- Blomgren, M. (2015). Political Parties and the European Union. In K. Lynggaard, I. Manners, & K. Löfgren (Eds.), *Research Methods in European Union Studies* (1st ed., pp. 266–280). Palgrave Macmillan.
- Börzel, T. A. (2002). Pace-setting, foot-dragging and fence-sitting: Member state responses to europeanization. *Journal of Common Market Studies*, 40(2), 192–214. <https://doi.org/10.4324/9781849771221>
- Boucek, F. (2003). The Structure and Dynamics of Intra-Party Politics in Europe. In P. Webb & P. Lewis (Eds.), *Pan-European Perspectives on Party Politics* (1st ed., pp. 453–493). Brill.
- Boucek, F. (2009). Rethinking factionalism: Typologies, intra-party dynamics and three faces of factionalism. In *Party Politics* (Vol. 15, Issue 4). <https://doi.org/10.1177/1354068809334553>
- Boucek, F. (2012). *Factional Politics: How Dominant Parties Implode Or Stabilize* (1st ed.). Palgrave Macmillan.
- Brack, N., & Costa, O. (2018). Transnational pan-European Euroscepticism: a persistent and embedded phenomena. In B. Leruth, N. Startin, & S. M. Usherwood (Eds.), *The Routledge Handbook of Euroscepticism* (1st ed., pp. 371–383).
- Braun, D., & Guston, D. H. (2003). Principal–agent theory and research policy: an introduction. *Science and Public Policy*, 30(5), 302–308.
- Bressanelli, E. (2014). *Europarties after Enlargement: Organization, Ideology and Competition* (1st ed.). Palgrave Macmillan.
- Bressanelli, E. (2015). Mapping the ideological development of the Europarties. In F. Müller-Rommel & F. C. Bértoa (Eds.), *Party Politics and Democracy in Europe: Essays in Honour of Peter Mair* (1st ed., pp. 162–177). Routledge.
- Brok, E. (2014). *Factsheet: The story of the “Spitzenkandidaten.”* Factsheet. https://elmarbrok.de/wp-content/uploads/2014/07/spitzenkandidaten_factsheet.pdf
- Budge, I., Ezrow, L., & McDonald, M. D. (2010). Ideology, party factionalism and policy change: An integrated dynamic theory. *British Journal of Political Science*, 40(4), 781–804. <https://doi.org/10.1017/S0007123409990184>
- Bühlmann, M., & Kriesi, H. (2013). Models for Democracy. In H. Kriesi, S. Lavenex, F. Esser, J. Matthes, M. Bühlmann, & D. Bochsler (Eds.), *Democracy in the Age of Globalization and Mediatization* (1st ed., pp. 44–68). Palgrave Macmillan. https://doi.org/10.1057/9781137299871_3
- Centre virtuel de la connaissance sur l’Europe (CVCE). (2016). *European Political Groups*. <https://www.cvce.eu/En/Recherche/Unit-Content/-/Unit/02bb76df-Do66-4c08-A58a-D4686a3e68ff/A5fa9b56-55e1-4d7a-B191-34739fbb6799>.
- Ceron, A. (2019). *Leaders, Factions and the Game of Intra-Party Politics* (I. van Biezen & F. C. Bértoa, Eds.; 1st ed.). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315147093>
- Charvát, J. (2019). Pan-European Constituency and Transnational Lists: The Third Wave of the EU Politics of Electoral Reform? *Revue Des Sciences Politiques*, 61, 24–33. <https://search-proquest-com.kuleuven.ezproxy.kuleuven.be/docview/2226730801/abstract/3626976780B74357PQ/1?accountid=17215>
- Christiansen, T. (2016). After the Spitzenkandidaten: fundamental change in the EU’s political system? *West European Politics*, 39(5), 992–1010. <https://doi.org/10.1080/01402382.2016.1184414>
- Conferência sobre o Futuro da Europa. (2021). *O que é a Conferência sobre o Futuro da Europa?* <https://futureu.europa.eu/Pt/Pages/About>.
- Costa, B. F. (2019). *Quo Vadis Europa - A encruzilhada europeia: Entre o ideário romântico e o pragmatismo político* (1st ed.). Edições Sílabo.
- Costa, O. (2016). The history of European electoral reform and the Electoral Act 1976: Issues of democratisation and political legitimacy. *European Parliamentary Research Service*, 1–66.
- Crego, M. D. (2021). Transnational electoral lists: Ways to Europeanise elections to the European Parliament. *European Parliament Research Service*, 1–62.
- Cross, W. P., & Katz, R. S. (2013). *The Challenges of Intra-Party Democracy* (1st ed.). Oxford University Press. www.ecprnet.eu

- Crum, B. (2023). Why the European Parliament lost the Spitzenkandidaten-process. *Journal of European Public Policy*, 30(2), 193–213. <https://doi.org/10.1080/13501763.2022.2032285>
- Dahl, R. A. (1972). *Polyarchy: Participation and Opposition* (1st ed.). Yale University Press.
- Dahl, R. A. (1999). Can international organizations be democratic? A skeptic's view. In I. Shapiro & C. Cordón-Hacker (Eds.), *Democracy's Edges* (1st ed., pp. 19–36). Cambridge University Press.
- Day, S. (2005). Developing a Conceptual Understanding of Europe's Transnational Political Parties (With a Specific Focus on the Party of European Socialists). *Journal of Contemporary European Studies*, 13(1), 59–77. <https://doi.org/10.1080/14782800500061112>
- Day, S. (2014). Between “containment” and ‘transnationalization’-Where next for the europarties. *Acta Politica*, 49(1), 5–29. <https://doi.org/10.1057/ap.2013.23>
- Day, S., & Shaw, J. (2006). Transnational Political Parties. In R. Bellamy, D. Castiglione, & J. Shaw (Eds.), *Making European Citizens: Civic Inclusion in a Transnational Context* (1st ed., pp. 99–117). Palgrave Macmillan.
- de Prat, C. R.-A. (2016). *The European Democratic Deficit: The Response of the Parties in the 2014 Elections* (2nd ed.). P.I.E. Peter Lang.
- de Vreese, C. H., & Boomgaarden, H. G. (2006). Media effects on public opinion about the enlargement of the European union. *Journal of Common Market Studies*, 44(2), 419–436. <https://doi.org/10.1111/j.1468-5965.2006.00629.x>
- de Wilde, P. (2020). The fall of the Spitzenkandidaten: Political parties and conflict in the 2019 European elections. In S. Kritzinger, C. Plescia, K. Raube, J. Wilhelm, & J. Wouters (Eds.), *Assessing the 2019 European Parliament Elections* (1st ed., p. 17). Routledge.
- Decker, F., & Sonnicksen, J. (2011). An Alternative Approach to European Union Democratization: Re-Examining the Direct Election of the Commission President. *Government and Opposition*, 46(2), 168–191. <https://doi.org/10.1111/j.1477-7053.2010.01335.x>
- Delreux, T., & Adriaensen, J. (2019). Principal–Agent Analysis and the European Union. In *Oxford Research Encyclopedia of Politics*. Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190228637.013.1048>
- Delwit, P., Kùlahchi, E., & Van de Valle, C. (2004). *The Europarties Organisation and Influence* (1st ed.). Editions de l'Université de Bruxelles.
- Dolezal, M., & Hellström, J. (2016). The radical right as driving force in the electoral arena? In S. Hutter, E. Grande, & H. Kriesi (Eds.), *Politicising Europe: Integration and Mass Politics* (1st ed., pp. 156–180). Cambridge University Press.
- Downs, A. (1957). An Economic Theory of Political Action in a Democracy. *Journal of Political Economy*, 65, 135–150. <https://doi.org/10.1111/j.1467-6435.1986.tb01254.x>
- Dryzek, J. S. (1999). Transnational democracy. *Journal of Political Philosophy*, 7(1), 30–51. <https://doi.org/10.1111/1467-9760.00064>
- Encyclopedia Britannica. (2020). *Democracy or Republic?* Democratic Institutions. <https://www.britannica.com/topic/democracy/Democracy-or-republic>
- Epstein, R. A. (2011). Direct democracy: Government of the people, by the people, and for the people? *Harvard Journal of Law and Public Policy*, 34(3), 819–826.
- Eriksen, E. O., & Fossum, J. E. (2002). *Democracy in the European Union: Integration Through Deliberation?* (1st ed.). Routledge.
- Eriksen, E. O., & Fossum, J. E. (2007). *Europe in Transformation: How to Reconstitute Democracy?* *April*, 34.
- Erne, R. (2008). *European Unions: Labor's Quest for a Transnational Democracy* (1st ed.). Cornell University Press.
- Eur-Lex. (2013). *Recomendação da Comissão, de 12 de março de 2013, sobre o reforço da realização democrática e eficaz das eleições para o Parlamento Europeu*. Access to European Law. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:32013H0142>
- Eur-Lex. (2014). *Regulation (EU, Euratom) No 1141/2014 of the European Parliament and of the Council of 22 October 2014 on the statute and funding of European political parties and European political foundations*. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX%3A02014R1141-20190327>
- Eur-Lex. (2017). *Estatuto dos Partidos Políticos Europeus*. https://eur-lex.europa.eu/summary/glossary/eu_parties_status.html?locale=pt

- Eur-Lex. (2018a). *Regulation (EU, Euratom) 2018/673 of the European Parliament and of the Council amending Regulation (EU, Euratom) No 1141/2014 on the statute and funding of European political parties and European political foundations*. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=celex%3A32018R0673>
- Eur-Lex. (2018b). *Regulation (EU, Euratom) 2018/673 of the European Parliament and of the Council of 3 May 2018 amending Regulation (EU, Euratom) No 1141/2014 on the statute and funding of European political parties and European political foundations*. <https://Eur-Lex.Europa.Eu/Legal-Content/EN/TXT/?Uri=celex%3A32018R0673>.
- Eur-Lex. (2019). *Regulation (EU, Euratom) 2019/493 of the European Parliament and of the Council of 25 March 2019 amending Regulation (EU, Euratom) No 1141/2014 as regards a verification procedure related to infringements of rules on the protection of personal data in the context of elections to the European Parliament*. <https://Eur-Lex.Europa.Eu/Legal-Content/EN/TXT/?Uri=celex%3A32019R0493>.
- European Parliament. (2012). *European Parliament resolution of 22 November 2012 on the elections to the European Parliament in 2014 (2012/2829(RSP))*. Elections to the European Parliament in 2014. https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/TA-7-2012-0462_EN.html?redirect
- European Parliament. (2018). *Political parties and Political foundations at European level*. FAQ - Frequently Asked Questions Put to the Parliament's Spokesperson Unit. <https://www.europarl.europa.eu/news/en/faq/3/political-parties-and-political-foundations-at-the-european-level>
- European Parliament. (2019). *How are the Commission President and Commissioners appointed?* FAQ - Frequently Asked Questions. <https://www.europarl.europa.eu/news/en/faq/8/how-are-the-commission-president-and-commissioners-appointed>
- European Parliament. (2022a). *Legislative Train Schedule - Proposal for a Council Regulation on the election of the members of the European Parliament by direct universal suffrage, repealing Council Decision (76/787/ECSC, EEC, Euratom) and the European Electoral Act*. <https://Www.Europarl.Europa.Eu/Legislative-Train/Theme-Constitutional-Affairs-Afco/File-Reform-of-the-Electoral-Law-of-the-European-Union>.
- European Parliament. (2022b). *Recasting the rules applicable to European political parties and foundations*.
- European Parliament. (2022c, May 3). *Election of the Members of the European Parliament by direct universal suffrage*. https://Www.Europarl.Europa.Eu/Doceo/Document/TA-9-2022-0129_EN.Html.
- Ferreira, J. R. (1989). *Atenas, uma Democracia?*
- Follesdal, A., & Hix, S. (2006). Why there is a democratic deficit in the EU: A response to majone and moravcsik. *Journal of Common Market Studies*, 44(3), 533–562. <https://doi.org/10.1111/j.1468-5965.2006.00650.x>
- Fossum, J. E. (2016). Democracy and Legitimacy in the EU: Challenges and Options. *ARENA Working Paper 1*, 23. <https://doi.org/10.3726/b10699>
- Gábor, J. (2020). Impact of Brexit on voting power in Council of the European Union. *Open Political Science*, 3(1), 192–197. <https://doi.org/10.1515/openps-2020-0016>
- Gagatek, W., & Van Hecke, S. (2011). *Towards Policy-Seeking Europarties? The Development of European Political Foundations*.
- Georgescu, C. M., Olimid, A. P., Olimid, D. A., Georgescu, S. D., & Gherghe, C. L. (2017). Monitoring media scrutiny of eu official information and documentation. A content analysis of the european online news coverage (January–May 2017). *Communications in Computer and Information Science*, 792(May), 109–122. https://doi.org/10.1007/978-3-319-71117-1_8
- Gonçalves, G. (2018). Political Communication. In *The International Encyclopedia of Strategic Communication* (pp. 1–9). Wiley. <https://doi.org/10.1002/9781119010722.iesco129>
- Graziando, P., & Vink, M. (2006). *Europeanization: New Research Agendas* (1st ed.). Springer.
- Greenwood, J. (2011). *Interest Representation in the European Union* (3rd ed.). Palgrave Macmillan.
- Haas, E. B. (2004). *Uniting Of Europe: Political, Social, and Economic Forces, 1950-1957* (1st ed.). University of Notre Dame Press. <https://doi.org/10.2307/j.ctv19m62zk>
- Habermas, J. (1996). *Between Facts and Norms: Contributions to a Discourse Theory of Law and Democracy* (2nd ed.). MIT Press.

- Habermas, J. (2015). Democracy in Europe: Why the Development of the EU into a Transnational Democracy Is Necessary and How It Is Possible. *European Law Journal*, 21(4), 546–557. <https://doi.org/10.1111/eulj.12128>
- Haller, M. (2009). Is the European Union legitimate? To what extent? *International Social Science Journal*, 60(196), 223–234. <https://doi.org/10.1111/j.1468-2451.2010.01716.x>
- Hanley, D. (2008). *Beyond the Nation State: Parties in the Era of European Integration* (1st ed.). Palgrave Macmillan.
- Hecke, S. Van. (2010). Do Transnational Party Federations Matter? (... and Why Should We Care?). *Journal of Contemporary European Research*, 6(3), 395–411.
- Heidbreder, E. G., & Schade, D. (2020). (Un)settling the precedent: Contrasting institutionalisation dynamics in the Spitzenkandidaten procedure of 2014 and 2019. *Research and Politics*, 7(2). <https://doi.org/10.1177/2053168020925975>
- Hertner, I. (2019). United in diversity? Europarties and their individual members' rights. *Journal of European Integration*, 41(4), 487–505. <https://doi.org/10.1080/07036337.2018.1513500>
- Hix, S. (1996). The transnational party federations. In J. Gaffney (Ed.), *Political Parties and the European Union* (1st ed., pp. 308–331). Routledge.
- Hix, S. (2002). Parliamentary Behavior with Two Principals: Preferences, Parties, and Voting in the European Parliament. *American Journal of Political Science*, 46(3), 688–698.
- Hix, S. (2008). *What's Wrong the European Union and How To Fix It* (1st ed.). Polity Press.
- Hix, S., & Høyland, B. (2011). *The Political System of the European Union* (N. Nugent & W. E. Paterson, Eds.; 3rd ed.). Palgrave Macmillan.
- Hix, S., & Høyland, B. (2022). *The Political System of the European Union* (4th ed.). Bloomsbury Academic.
- Hix, S., Kreppel, A., & Noury, A. (2003). The party system in the European parliament: Collusive or competitive? *Journal of Common Market Studies*, 41(2), 309–331. <https://doi.org/10.1111/1468-5965.00424>
- Hix, S., & Lord, C. (1997a). Parties Beyond the Parliament. In S. Hix & C. Lord (Eds.), *Political Parties in the European Union* (1st ed., pp. 167–197). The European Union Series - Macmillan Education.
- Hix, S., & Lord, C. (1997b). *Political Parties in the European Union* (1st ed.). Palgrave Macmillan.
- Hix, S., & Noury, A. (2009). After Enlargement: Voting Behaviour in the Sixth European Parliament. *Legislative Studies Quarterly*, 34(2), 159–174.
- Hix, S., Noury, A. G., & Roland, G. (2007). *Democratic Politics in the European Parliament* (1st ed.). Cambridge University Press.
- Hix, S., Noury, A., & Roland, G. (2005). Power to the parties: Cohesion and competition in the European parliament, 1979–2001. *British Journal of Political Science*, 35(2), 209–234. <https://doi.org/10.1017/S0007123405000128>
- Hobolt, S. B. (2014). A vote for the President? The role of Spitzenkandidaten in the 2014 European Parliament elections. *Journal of European Public Policy*, 21(10), 1528–1540. <https://doi.org/10.1080/13501763.2014.941148>
- Hooghe, L., & Marks, G. (2009). A postfunctionalist theory of European integration: From permissive consensus to constraining dissensus. *British Journal of Political Science*, 39(1), 1–23. <https://doi.org/10.1017/S0007123408000409>
- Huntington, S. P. (1968). *Political Order in Changing Societies* (1st ed.). Yale University Press.
- Hurrelmann, A., & Baglioni, S. (2019). Introduction: multilevel democracy in the European Union and the innovations of the Lisbon Treaty. *Comparative European Politics*, 17(6), 910–918. <https://doi.org/10.1057/s41295-018-0135-0>
- Hutter, S., & Kriesi, H. (2019). Politicizing Europe in times of crisis. *Journal of European Public Policy*, 26(7), 996–1017. <https://doi.org/10.1080/13501763.2019.1619801>
- Iancu, A. A. (2021). The Demise of the Spitzenkandidaten System: Decline of EU Democratization or (Euro)party Process of Adaptation? In R. Carp & C. Matiuța (Eds.), *2019 European Elections: The EU Party Democracy and the Challenge of National Populism* (1st ed., pp. 24–38). Brill.
- Ibenskas, R. (2020). Forging enmities and friendships: Europarties, electoral coalitions and mergers in Central and Eastern Europe. *Party Politics*, 26(1), 69–81. <https://doi.org/10.1177/1354068818754604>
- Jadot, C., & Kelbel, C. (2017). Same, same, but different: Assessing the Politicisation of the European Debate Using a Lexicometric Study of the 2014 Euromanifestos. *Politique Européenne*, 1(55), 60–85.

- Jano, D. (2008). Understanding the EU democratic deficit. *Politikon: The IAPSS Journal of Political Science*, 14(1), 57–70. <https://doi.org/10.22151/politikon.14.1.4>
- Jansen, T. (2001). Pan-European Political Parties. In *The Federal Trust for Education and Research*.
- Jansen, T., & Van Hecke, S. (2011). *At Europe's Service: The Origins and Evolution of the European People's Party* (1st ed.). Springer.
- Johansson, K. M. (2009). Emergence of Political Parties at European Level: Integration Unaccomplished. In S. Gustavsson, L. Oxelheim, & L. Pehrson (Eds.), *How unified is the European Union?: European Integration between visions and popular legitimacy* (pp. 157–178). Springer.
- Johansson, K. M. (2016). Europarty Influence and Its Limits: The Case of the European People's Party and the Amsterdam Treaty. *Journal of European Integration*, 38(1), 79–94. <https://doi.org/10.1080/07036337.2015.1088012>
- Johansson, K. M. (2017). The role of Europarties in EU treaty reform: Theory and practice. *Acta Politica*, 52(3), 286–305. <https://doi.org/10.1057/s41269-016-0024-y>
- Johansson, K. M., & Raunio, T. (2005). Regulating Europarties: Cross-party coalitions capitalizing on incomplete contracts. *Party Politics*, 11(5), 515–534. <https://doi.org/10.1177/1354068805054978>
- Johansson, K. M., & Raunio, T. (2019). Political Parties in the European Union. *Oxford Research Encyclopedia of Politics*, May. <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190228637.013.1153>
- Johansson, K. M., & Raunio, T. (2022). Shaping the EU's Future? Europarties, European Parliament's Political Groups and the Conference on the Future of Europe. In P. Ahrens, A. Elomäki, & J. Kantola (Eds.), *European Parliament's Political Groups in Turbulent Times* (1st ed., pp. 173–197). Palgrave Macmillan.
- Katz, R. S. (2006). Party in Democratic Theory. In R. S. Katz & W. J. Crotty (Eds.), *Handbook of Party Politics* (1st ed., pp. 34–46). Sage Publications.
- Klüver, H., & Rodon, T. (2013). Explaining policy position choice of europarties: The effect of legislative resources. *British Journal of Political Science*, 43(3), 629–650. <https://doi.org/10.1017/S0007123412000543>
- Körösényi, A. (2018). Political Elites and Democracy. In M. Cotta, J.-P. Daloz, U. Hoffmann-Lange, J. Pakulski, & E. Semenova (Eds.), *The Palgrave Handbook of Political Elites* (1st ed., pp. 41–52). Palgrave Macmillan.
- Kosowska-Gąstoł, B. (2017). Are the Europarties Real Political Parties? National Parties' Involvement in Multi-level Structures of European Political Parties. *Historia i Polityka*, 20(27), 9. <https://doi.org/10.12775/hip.2017.009>
- Kostadinova, P., & Giurcanu, M. (2018). Capturing the legislative priorities of transnational Europarties and the European Commission: A pledge approach. *European Union Politics*, 19(2), 363–379. <https://doi.org/10.1177/1465116518760242>
- Kostadinova, P., & Giurcanu, M. (2020). Europarties' election pledges and European Commission legislative priorities: An assessment of their overlap. *Party Politics*, 26(6), 795–806. <https://doi.org/10.1177/1354068818820646>
- Kratochvíl, P., & Sychra, Z. (2019). The end of democracy in the EU? The Eurozone crisis and the EU's democratic deficit. *Journal of European Integration*, 41(2), 169–185. <https://doi.org/10.1080/07036337.2019.1569001>
- Kreppel, A. (2018). Bicameralism and the balance of power in EU legislative politics. *Journal of Legislative Studies*, 24(1), 11–33. <https://doi.org/10.1080/13572334.2018.1444623>
- Kriesi, H., Grande, E., Lachat, R., Dolezal, M., Bornschier, S., & Frey, T. (2006). Globalization and the transformation of the national political space: Six European countries compared. *European Journal of Political Research*, 45(6), 921–956. <https://doi.org/10.1111/j.1475-6765.2006.00644.x>
- Külahci, E. (2010). Europarties: Agenda-setter or agenda-follower? Social democracy and the disincentives for tax harmonization. *Journal of Common Market Studies*, 48(5), 1283–1306. <https://doi.org/10.1111/j.1468-5965.2010.02113.x>
- Laakso, M., & Taagepera, R. (1979). "Effective" Number of Parties: A Measure with Application to West Europe. *Comparative Political Studies*, 12(1), 1–27.
- Ladrech, R. (1999). Political Parties and the Problem of Legitimacy in the European Union. In T. Banchoff & M. P. Smith (Eds.), *Legitimacy and the European Union: The Contested Polity* (1st ed., pp. 94–114). Routledge.
- Ladrech, R. (2002). Europeanization and political parties: Towards a framework for analysis. *Party Politics*, 8(4), 389–403. <https://doi.org/10.1177/1354068802008004002>

- Ladrech, R. (2006). The European Union and political parties. In R. S. Katz & W. J. Crotty (Eds.), *Handbook of Party Politics* (1st ed., pp. 492–498). Sage Publications.
- Laffan, B. (2019). The European Parliament in turbulent political times: concluding reflections. *Journal of European Integration*, 41(3), 405–416. <https://doi.org/10.1080/07036337.2019.1599881>
- Lawson, K., & Lanzaro, J. (2010). *Political Parties and Democracy: Volume 1 - The Americas* (1st ed.). ABC-CLIO.
- Lefkofridi, Z., & Katsanidou, A. (2014). Multilevel representation in the European Parliament. *European Union Politics*, 15(1), 108–131. <https://doi.org/10.1177/1465116513501907>
- Lefkofridi, Z., & Katsanidou, A. (2018). A Step Closer to a Transnational Party System? Competition and Coherence in the 2009 and 2014 European Parliament. *Journal of Common Market Studies*, 56(6), 1462–1482. <https://doi.org/10.1111/jcms.12755>
- Lelieveldt, H., & Princen, S. (2011). *The Politics of the European Union* (1st ed.). Cambridge University Press.
- Lightfoot, S. (2003). The party of European socialists and the treaty of Amsterdam: Really a policy-seeking party? *Perspectives on European Politics and Society*, 4(2), 217–242. <https://doi.org/10.1080/15705850308438861>
- Lightfoot, S. (2006). The consolidation of europarties? The ‘party regulation’ and the development of political parties in the European union. *Representation*, 42(4), 303–314. <https://doi.org/10.1080/00344890600951874>
- Lijphart, A. (1994). *Electoral Systems and Party Systems: A study of 27 democracies, 1945–1990* (1st ed.). Oxford University Press.
- Lindberg, B., Rasmussen, A., & Warntjen, A. (2008). Party politics as usual? The role of political parties in EU legislative decision-making. *Journal of European Public Policy*, 15(8), 1107–1126. <https://doi.org/10.1080/13501760802407623>
- Lindberg, S. I. (2007). Institutionalization of Party Systems? Stability and Fluidity among Legislative Parties in Africa’s Democracies. *Government and Opposition*, 42(2), 215–241. <https://doi.org/10.1111/j.1467-923X.1966.tb00224.x>
- Lipset, S. M., & Rokkan, S. (1967). *Party Systems and Voter Alignments* (1st ed.). Free Press.
- Lisi, M. (2022). *Partidos em Tempos de Crise: Transformações dos Sistemas Partidários em Portugal e na Europa no Século XXI* (1st ed.). Edições Sílabo.
- Lord, C. (2017). An indirect legitimacy argument for a directly elected European Parliament. *European Journal of Political Research*, 56(3), 512–528. <https://doi.org/10.1111/1475-6765.12204>
- Lynggaard, K., Manners, I., & Löfgren, K. (2015). *Research Methods in European Union Studies* (1st ed.). Palgrave Macmillan.
- MacQueen, K. M., McLellan, E., Kay, K., & Milstein, B. (1998). Codebook development for team-based qualitative analysis. *Field Methods*, 10(2), 31–36. <https://doi.org/10.1177/1525822X980100020301>
- Maia, R. C. M., & Choucair, T. (2022). Media analysis. In *Research Methods in Deliberative Democracy* (pp. 370–389). Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/oso/9780192848925.003.0026>
- Mainwaring, S., & Scully, T. R. (1995). *Building Democratic Institutions* (1st ed.). Stanford University Press.
- Mair, P. (1997). *Party System Change: Approaches and Interpretations* (1st ed.). Oxford University Press.
- Mair, P. (2007). Political opposition and the European union. *Government and Opposition*, 42(1), 1–17.
- Mair, P., & Thomassen, J. (2010). Political representation and government in the European Union. *Journal of European Public Policy*, 17(1), 20–35. <https://doi.org/10.1080/13501760903465132>
- Majone, G. (1998). Europe’s ‘democratic deficit’: The question of standards. *European Law Journal*, 4(1), 5–28. <https://doi.org/10.1111/1468-0386.00040>
- Marsh, M. (1998). Testing the second-order election model after four European elections. *British Journal of Political Science*, 28(4), 591–607. <https://doi.org/10.1017/S000712349800026X>
- McCormick, J. (2011). *European Union Politics* (1st ed.). Palgrave Macmillan.
- McCormick, J. (2014). The EU and its Citizens. In *Understanding the European Union: A Concise Introduction* (1st ed., pp. 96–119). Macmillan International Higher Education.
- McElroy, G., & Benoit, K. (2007). Party groups and policy positions in the European Parliament. *Party Politics*, 13(1), 5–28. <https://doi.org/10.1177/1354068806068593>

- Moury, C. (2016). *Democracia na Europa* (1st ed.). Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Nicolaïdis, K. (2013). European Democracy and Its Crisis. *Journal of Common Market Studies*, 51(2), 351–369. <https://doi.org/10.1111/jcms.12006>
- Nordsieck, W. (2023). *Parties and Elections in Europe: Parliamentary Elections and Governments since 1945, European Parliament Elections, Political Orientation and History of Parties* (2023rd ed.). Books on Demand.
- Parlamento Europeu. (1998). *Relatório sobre a elaboração de um projecto de processo eleitoral contendo princípios comuns para a eleição dos deputados ao Parlamento Europeu*. Comissão Dos Assuntos Institucionais. <https://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+REPORT+A4-1998-0212+0+DOC+XML+Vo//PT>
- Parlamento Europeu. (2011). *Relatório sobre a proposta de modificação do Acto relativo à eleição dos representantes ao Parlamento Europeu por sufrágio universal directo, de 20 de Setembro de 1976*.
- Pedersen, M. N. (1996). Euro-parties and European Parties: New Arenas, New Challenges, and New Strategies. In S. S. Andersen & K. A. Eliassen (Eds.), *The European Union: How Democratic Is It?* (1st ed., pp. 15–40). Sage Publications Ltd.
- Penebianco, A. (1988). *Political Parties: Organization and Power* (1st ed.). Cambridge University Press.
- Peshenkov, A., & Zhukovskiy, I. (2016). Supranational party system of the EU. *Baltic Region*, 8(2), 99–111. <https://doi.org/10.5922/2079-8555-2016-2-8>
- Poguntke, T., Aylott, N., Ladrech, R., & Luther, K. R. (2007). The Europeanisation of national party organisations: A conceptual analysis. *European Journal of Political Research*, 46(6), 747–771. <https://doi.org/10.1111/j.1475-6765.2007.00716.x>
- Pond, E. (2000). *The Rebirth of Europe* (1st ed.). Brookings Institution Press.
- Power, T. J., & Rucco Jr, C. (2009). Estimating Ideology of Brazilian Legislative Parties, 1990–2005: A Research Communication. *The Latin American Studies Association*, 44(1), 218–246.
- Pridham, G. (2014). Comparative perspectives on transnational party-building in new democracies: The case of central and eastern Europe. *Acta Politica*, 49(1), 30–50. <https://doi.org/10.1057/ap.2013.24>
- Put, G. J., Van Hecke, S., Cunningham, C., & Wolfs, W. (2016). The choice of Spitzenkandidaten: A comparative analysis of the Europarties' selection procedures. *Politics and Governance*, 4(1), 9–22. <https://doi.org/10.17645/pag.v4i1.469>
- Randall, V., & Svåsand, L. (2002). Party Institutionalization in New Democracies. *Party Politics*, 8(1), 5–29.
- Raunio, T., & Johansson, K. M. (2024). Advocating for further integration: Europarties in the 2024 European Parliament elections. *The Swedish Institute of International Affairs*.
- Regulation (EU, Euratom) No 1141/2014 of the European Parliament and of the Council of 22 October 2014 on the Statute and Funding of European Political Parties and European Political Foundations (2014).
- Reif, K. (1984). National electoral cycles and European elections 1979 and 1984. *Electoral Studies*, 3(3), 244–255. [https://doi.org/10.1016/0261-3794\(84\)90005-2](https://doi.org/10.1016/0261-3794(84)90005-2)
- Rittberger, B. (2012). Institutionalizing representative democracy in the EU: The case of the European Parliament. *Journal of Common Market Studies*, 50, 18–37.
- Sartori, G. (2005a). *Parties and Party Systems* (A. Ware, Ed.). ECPR Press Classics.
- Sartori, G. (2005b). Party types, organisation and functions. *West European Politics*, 28(1), 5–32. <https://doi.org/10.1080/0140238042000334268>
- Scharpf, F. W. (1999). *Governing in Europe: Effective and Democratic?* (1st ed.). Oxford University Press.
- Scharpf, F. W. (2006). Problem Solving Effectiveness and Democratic Accountability in the EU. In *Political Science Series*.
- Schmidt, V. A. (2004). The European Union: Democratic legitimacy in a regional state? *Journal of Common Market Studies*, 42(5), 975–997. <https://doi.org/10.1111/j.0021-9886.2004.00537.x>
- Schmidt, V. A. (2006). *Democracy in Europe: The EU and National Politics* (1st ed.). Oxford University Press.
- Schmitt, H., Hobolt, S., & Popa, S. A. (2015). Does personalization increase turnout? Spitzenkandidaten in the 2014 European Parliament elections. *European Union Politics*, 16(3), 347–368. <https://doi.org/10.1177/1465116515584626>
- Schumpeter, J. A. (1942). *Capitalism, Socialism and Democracy* (1st ed.). Harper & Brothers.

- Segers, M., & Van Hecke, S. (2023). *The Cambridge History of the European Union: Volume 1* (1st ed.). Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/9781108780865>
- Smith, B. C. (2013). Political Parties and Party Systems. In B. C. Smith (Ed.), *Understanding Third World Politics: Theories of Political Change and Development* (4th ed., pp. 103–125). Palgrave Macmillan. <https://doi.org/10.4135/9781446288740.n3>
- Smith, J. (2014). Between ideology and pragmatism: Liberal party politics at the European level. *Acta Politica*, 49(1), 105–121. <https://doi.org/10.1057/ap.2013.28>
- Sozzi, F. (2013). National parties, political processes and the EU democratic deficit: the problem of Europarties Institutionalization. In *EUI Working Papers RSCAS 2013* (Vol. 04). citeulike-article-id:12456327
- Steenbergen, M. R., Edwards, E. E., & de Vries, C. E. (2007). Who's cueing whom?: Mass-Elite linkages and the future of European integration. *European Union Politics*, 8(1), 13–35. <https://doi.org/10.1177/1465116507073284>
- Steven, M. (2020). *The European Conservatives and Reformists (ECR): Politics, parties and policies*. New Perspectives on the Right.
- Steven, M., & Szczerbiak, A. (2023). Conservatism and 'Eurorealism' in the European Parliament: the European Conservatives and Reformists under the leadership of Poland's Law and Justice. *European Politics and Society*, 24(5), 585–602. <https://doi.org/10.1080/23745118.2022.2065725>
- Strom, K. (1990). A Behavioral Theory of Competitive Political Parties. *American Journal of Political Science*, 34(2), 565. <https://doi.org/10.2307/2111461>
- Strom, K. (2000). Delegation and Accountability in Parliamentary Democracies. *European Journal of Political Research*, 37, 261–289.
- Suárez, O. (2021). Requiem for the Spitzenkandidat? *Politica y Sociedad*, 58(1). <https://doi.org/10.5209/POSO.74302>
- Taggart, P., & Szczerbiak, A. (2004). Contemporary Euroscepticism in the party systems of the European Union candidate states of Central and Eastern Europe. *European Journal of Political Research*, 43(1), 1–27. <https://doi.org/10.1111/j.1475-6765.2004.00143.x>
- Tallberg, J., & Johansson, K. M. (2008). Party politics in the European Council. *Journal of European Public Policy*, 15(8), 1222–1242. <https://doi.org/10.1080/13501760802407755>
- Thorlakson, L. (2005). Federalism and the European party system. *Journal of European Public Policy*, 12(3), 468–487. <https://doi.org/10.1080/13501760500091448>
- Urbiniati, N. (2011). Representative democracy and its critics. In S. Alonso, J. Keane, & W. Merkel (Eds.), *The Future of Representative Democracy* (1st ed.). Cambridge University Press.
- Usherwood, S., & Pinder, J. (2018). *The European Union: A Very Short Introduction* (Vol. 1). Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/actrade/9780198808855.001.0001>
- Valério, N. (2010). *História da União Europeia* (1st ed.). Editorial Presença.
- Van der Brug, W., & De Vreese, C. H. (2016). *(Un)intended Consequences for European Parliament Elections* (1st ed.). Oxford University Press.
- Van der Eijk, C., & Franklin, M. N. (2004). Potential for contestation on European matters at national elections in Europe. *European Integration and Political Conflict*, May, 32–50. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511492013.004>
- van Elsas, E., & van der Brug, W. (2015). The changing relationship between left–right ideology and euroscepticism, 1973–2010. *European Union Politics*, 16(2), 194–215. <https://doi.org/10.1177/1465116514562918>
- van Hecke, S., Andrione-Moylan, A., Brack, N., de Coninck, I., Day, S., Gagatsek, W., van Haute, E., Hertner, I., Johansson, K. M., Lavrelashvili, T., Pittoors, G., & Wolfs, W. (2018). Reconnecting European Political Parties with European Union Citizens. In *Reconnecting European Political Parties with European Union Citizens*. <https://doi.org/10.31752/idea.2018.71>
- Verger, C. (2018). *Transnational Lists: a Political Opportunity for Europe With Obstacles To Overcome*. 216, 1–10.
- Vesnic-Alujevic, L., & Nacarino, R. C. (2012). The EU and Its Democratic Deficit: Problems and (Possible) Solutions. *European View*, 11(1), 63–70. <https://doi.org/10.1007/S12290-012-0213-7>
- von dem Berge, B. (2017). Europarty Eastern enlargement: an empirical analysis of Europarty influence on Central and Eastern European parties and party systems*. *East European Politics*, 33(4), 472–495. <https://doi.org/10.1080/21599165.2017.1347562>
- Von Dem Berge, B., Poguntke, T., Obert, P., & Tipei, D. (2013). *Measuring Intra-Party Democracy: A Guide for the Content Analysis of Party Statutes with Examples from*

- Hungary, Slovakia and Romania* (1st ed.). Springer.
<http://www.springer.com/series/8871>
- Ware, A. (1996). *Political Parties and Party Systems* (1st ed.). Oxford University Press.
- Williams, S. (1990). Sovereignty and accountability in the European community. *The Political Quarterly*, 61(3), 299–317. <https://doi.org/10.4324/9780429496189>
- Witkowska, M. (2013). Development of Transnational Participatory Processes in the European Union as a Way to Prevent the Democratic Deficit : The neo-neofunctionalist approach. *Yearbook of Polish European Studies*, 16, 209–233.
http://www.ce.uw.edu.pl/pliki/pw/m_witkowska.pdf
- Wolfs, W. (2022). *European Political Parties and Party Finance Reform: Funding Democracy?* (1st ed.). Palgrave Macmillan.
- Wolfs, W., Put, G. J., & Van Hecke, S. (2021). Explaining the reform of the Europarties' selection procedures for Spitzenkandidaten. *Journal of European Integration*, 00(00), 1–24.
<https://doi.org/10.1080/07036337.2021.1876687>
- Zariski, R. (1960). Party Factions and Comparative Politics: Some Preliminary Observations. *Midwest Journal of Political Science*, 4(1), 372–390.

Entrevistas

Entrevista #1 – Membro do Partido da Aliança dos Liberais e Democratas na Europa (ALDE), Eurodeputado do Grupo Renew Europe (RE).

Entrevista #2 – Membro do Partido dos Socialistas Europeu (PES), Eurodeputado do Grupo Progressivo dos Socialistas e Democratas no Parlamento Europeu (S&D).

Entrevista #3 – Membro da cúpula do Partido da Identidade e Democracia (ID Party), Eurodeputado do Grupo da Identidade e Democracia (ID).

Entrevista #4 – Membro do Partido Popular Europeu (EPP), Assistente Parlamentar do Eurodeputado do Grupo do Partido Popular Europeu.

Entrevista #5 – Membro do Partido da Esquerda Europeia (PEL), Eurodeputado do Grupo da Esquerda no Parlamento Europeu (GUE/NGL).

Entrevista #6 – Membro da cúpula do Partido Democrata Europeu (EDP), Eurodeputado do Grupo Renew Europe (RE).

Entrevista #7 – Membro do Partido dos Socialistas Europeu (PES), Eurodeputado do Grupo dos Socialistas e Democratas no Parlamento Europeu (S&D).

Entrevista #8 – Membro do comité do Partido dos Verdes Europeu (EGP)

Entrevista #9 – Membro do comité do Partido dos Verdes Europeu (EGP)

Entrevista #10 – Membro da direção da Aliança Livre Europeia

Entrevista #11 – Membro do secretariado do Partido da Aliança dos Liberais e Democratas na Europa (ALDE)

Entrevista #12 – Membro do Partido Democrático Europeu (EDP), Assistente Parlamentar do Eurodeputado do Grupo *Renew Europe*.

Anexo I

Codebook: Media content, press releases, and debates

Codificação apresenta a análise de códigos que são os blocos de construção da teoria ou modelo de construção e os alicerces sobre os quais assentam os argumentos do analista. Implicitamente ou explicitamente, eles incorporam os pressupostos subjacentes à análise (MacQueen et al., 1998).

A análise do conteúdo das mensagens produzidas por diferentes agentes políticos e transmitidas pelos meios de comunicação social é um ramo clássico da investigação da comunicação política. As maiores fontes de comunicação política são discursos públicos, publicidade política televisiva, publicidade impressa, cartazes políticos, debates televisivos, e websites, especialmente durante períodos eleitorais (Gonçalves, 2018). Adicionalmente, analisar conteúdo mediático como jornais e comunicados de imprensa proporciona uma visão dos mecanismos que permitem que perspetivas, discursos e reivindicações se tornem disponíveis a um vasto público e circulem na esfera pública, transcendendo o espaço e o tempo (Maia & Choucair, 2022). As plataformas mediáticas focadas especialmente em assuntos da UE são a fonte de notícias mais próximas ao desenvolvimento de questões políticas a nível europeu, pelo que existe uma forte ligação entre o processo político europeu e a sua cobertura e relevância através dos meios de comunicação social (Georgescu et al., 2017).

Os debates proporcionam o acesso a uma riqueza de informação sobre as opiniões e atitudes dos políticos e dos seus partidos em relação aos temas mais importantes com que as sociedades e os seus cidadãos se defrontam, bem como a potenciais perceções sobre os processos democráticos que têm lugar nas assembleias legislativas do mundo (Abercrombie & Batista-Navarro, 2020). Os debates no Parlamento Europeu providenciam informações vitais nas posições e atitudes dos políticos europeus em tópicos relacionados com a União Europeia.

Seleção da amostra e critérios

Plataformas mediáticas europeias: A informação que se pretende obter provém de plataformas online de meios de comunicação europeia sobre questões políticas a nível europeu como o Político.eu, EURACTIV.eu, TheParliamentMagazine.eu, EUObserver.com, e Euronews.com. Estas plataformas mediáticas focadas especialmente em assuntos da UE são a fonte de notícias mais próximas ao desenvolvimento de questões políticas a nível europeu (Georgescu et al., 2017).

Comunicados de imprensa europartidários: Os comunicados de imprensa permitem analisar a perspetiva dos Europartidos através de uma fonte não mediada de comunicação direta entre os partidos e os cidadãos (Bevern, 2015). Os comunicados são retirados dos websites dos Europartidos. Os Europartidos que não possuem uma vertente de comunicados de imprensa no seu website, retirou-se os dados através do website dos seus grupos políticos no Parlamento Europeu.

Debates no Parlamento Europeu: A análise de dados com base nos representantes nos debates parlamentares oferece argumentos em apoio das posições que adotam e enquadram esses argumentos a questões de várias formas (Bara et al., 2007). O site oficial do Parlamento Europeu providencia um separador dedicado a todos os discursos, minutas, e votos em plenário na instituição europeia (<https://www.europarl.europa.eu/plenary/en/debates-video.html>). Analisou-se debates que se focam, principalmente, nos temas das eleições europeias e nas reformas aplicadas ao processo institucional e eleitoral – Spitzenkandidaten, listas transnacionais, reformas nos partidos políticos europeus, reforma na lei eleitoral europeia, etc. O espaço temporal data desde 2011 – ano que Andrew Duff apresentou uma reforma nas eleições com a introdução de listas transnacionais – até 2022 – ano em que se votou a favor da introdução de um sufrágio direto de 28 eurodeputados por via de listas transnacionais.

Variáveis

TYPE – tipo de dados em análise

- News (conteúdo mediático)
- Debates (debates no Parlamento Europeu)
- Press release (comunicados de imprensa)

ACTOR – Tipo/Função do membro em análise. No caso de mais do que um ator no documento em análise, codificar nessa secção o primeiro que discursa. Caso o primeiro ator em questão forneça informação muito vaga / sem relação com o tópico em análise / discurso muito curto, codificar o primeiro que fornece informação mais vital para o tópico em análise.

A função do ator tem de ser codificada com base no artigo em análise. Por ex.: se um documento refere a Manfred Weber como “presidente do Partido Popular Europeu”, então codifica-se 1 (Europarty leader), mas se for classificado somente como “líder do grupo partidário do EPP”, então codifica-se 8 (political group leader). Caso não apareça nenhuma função do ator no documento, então requer-se uma pesquisa online sobre a sua principal função e codifica-se com base na informação prestada. No caso de líderes das instituições europeias (Comissão, Conselho, Parlamento), estes, geralmente, pertencem aos Europartidos, mas codifica-se com base na sua principal função – presidentes das instituições (variáveis 11, 12 e 13).

Líderes e membros de executivos nacionais podem fazer parte dos Europartidos e dos grupos políticos. Contudo, codifica-se com base na sua principal função desempenhada a nível nacional. Por ex.: “Angela Merkel, chanceler da Alemanha, discursou no congresso do EPP...”, codifica-se como 6 (national leader).

Variáveis:

- 1 – Europarty leader
- 2 – Europarty bureau member
- 3 – National Europarty member
- 4 – National individual Europarty member
- 5 – Political foundation member
- 6 – National leader

- 7 – National executive member
- 8 – Political group leader
- 9 – Political group bureau member
- 10 – Political group member
- 11 – Commission president
- 12 – EU Parliament president
- 13 – Council of the EU president
- 14 – EU commissioner
- 99 – Other

NAME – nome do ator em questão. Colocar primeiro o apelido e depois o primeiro nome.

EUPARTY – Europartido afiliado ao ator do documento. Mesmo se o documento em análise não referir o Europartido ao qual o ator pertence, ou se apenas refere ao seu grupo político no EP, escreve-se o nome do Europartido caso o ator pertença a um partido nacional que esteja afiliado a um partido político europeu.

Variáveis

- European People’s Party (EPP)
- Party of European Socialists (PES)
- Alliance of Liberals and Democrats for Europe Party (ALDE)
- European Democratic Party (EDP)
- European Green Party (EGP)
- European Free Alliance (EFA)
- Party of the European Left (PEL)
- European Conservatives and Reformists Party (ERC-P)
- European Christian Political Movement (ECPM)
- Identity and Democracy Party (ID-P)
- Movement for a Europe of Liberties and Democracy (MELD) (extinguido em 2015)
- Volt Europa – Partido pan-europeu, mas não oficialmente reconhecido como um “partido político europeu”
- Non-attached – membros não inscritos/independentes
- Not applied – membros sem filiação europartidária (mas sim de grupo político)

EUGROUP - Grupo político do Parlamento Europeu do ator. Alguns membros do grupo político não possuem afiliação a um Europartido.

Variáveis

- Group of the European People’s Party (EPP)
- Progressive Alliance of Socialists and Democrats (S&D)
- Renew Europe (RE)
- Greens/EFA
- The Left in the European Parliament (GUE/NGL)
- European Conservatives and Reformists Group (ECR)

- Identity and Democracy Group (ID)
- Europe of Freedom and Democracy/Europe of Freedom and Direct Democracy (EFD/EFDD) (extinguido em 2019)
- Non-attached – membros não inscritos/independentes
- Not applied – membros sem filiação do grupo parlamentar

COUNTRY – País de origem do ator em análise

Variáveis

- 1 – Germany
- 2 – France
- 3 – Spain
- 4 – Portugal
- 5 – Italy
- 6 – Austria
- 7 – Belgium
- 8 – Poland
- 9 – Luxembourg
- 10 – Netherlands
- 11 – Czech Republic
- 12 – Ireland
- 13 – Denmark
- 14 – Sweden
- 15 – Finland
- 16 – Latvia
- 17 – Lithuania
- 18 – Estonia
- 19 – Malta
- 20 – Greece
- 21 – Croatia
- 22 – Bulgaria
- 23 – Romania
- 24 – Hungary
- 25 – Slovenia
- 26 – Slovakia
- 27 – United Kingdom
- 28 – Cyprus

YEAR – Ano do documento em análise.

Variáveis únicas (2011, 2012, 2013...)

SPITZKANDIDAT – se o ator em análise é ou foi um candidato para nomeação a presidente da Comissão Europeia durante as eleições europeias

Variáveis

- 1 – Não
- 2 – Sim

EUPOS – Posição do ator em torno da UE/integração europeia

Variáveis

- 1 – Europeanist (pro-EU)
- 2 – Eurosceptic (anti-EU)
- 3 – Ambivalent

EUISSUE – Tema abordado no documento. Caso haja mais do que um tema, adicionar em EUISSUE2.

Variáveis

- 1 – European parliamentary elections
- 2 – European electoral law
- 3 – Spitzenkandidaten system
- 4 – Candidates from the Spitzenkandidaten
- 5 – Commission presidency
- 6 – Transnational Lists / Pan-European constituency
- 7 – Europarty reform
- 8 – EU institutional reform
- 99 – Other

ISSUEYEAR – Ano do tópico em questão. Atores podem referir a um certo tópico que foi discutido anteriormente há anos.

Variáveis únicas: 2011, 2012, 2013...

ISSUEPOS – Posição do ator em torno do tema em questão. Um ator que se posicione nem a favor nem contra codifica-se como 2 (por ex.: “o processo dos Spitzenkandidaten pode ajudar a reformar a democracia europeia, mas não estou seguro da sua eficiência a nível de participação eleitoral”). Adicionalmente, durante a análise de votos em plenário do PE, a posição pode ser codificada como 1 se o voto foi contra, 2 se se abstiveram, ou 3 se votaram a favor.

Variáveis

- 1 – Negative
- 2 – Neither positive nor negative
- 3 – Positive
- 99 – Not established

ISSUEDIMEN – Qual a dimensão do tópico em questão. Dimensão é “nacional” quando o ator demonstra a sua posição ao defender interesses de política nacional e/ou dos cidadãos do seu Estado-Membro (por ex.: “os cidadãos do meu país não irão reconhecer os candidatos das listas transnacionais, daí não aumentará a participação eleitoral”). Dimensão é “europeia” quando o ator defende o tema no âmbito do interesse de todos os cidadãos a nível europeu (por ex. “os

Spitzenkandidaten permite que os cidadãos europeus possuem um voto na eleição do presidente da Comissão.”).

Variáveis

- 1 – National
- 2 – European
- 99 – Other / Not specified

ISSUEJUST - Justificação da escolha de posição. Atores justificam a sua defesa, contestação ou ambivalência do tema abordado com base em certas convicções. Por um lado, argumentos como “as listas transnacionais não irão resolver o problema da elevada abstenção nas eleições europeias” codifica-se como 2 (elections). Por outro lado, se o argumento for “as listas transnacionais não criará lações mais estreitos entre os cidadãos com os representantes europeus” codifica-se como 1 (democracy). As justificações podem ter uma ou várias características que compõem os argumentos, mas codifica-se com base no principal argumento que o ator justifica a sua posição em torno do tema em questão.

Variáveis

- 1 – **Democracy**
- 2 – **Elections**
- 3 – **Federalism / Intergovernmentalism** – por ex. se argumentos têm conta o carácter federal dos processos / se põem em causa o carácter intergovernamental da UE
- 4 – **Institutional / constitutional** – por ex. se argumentos a favor podem constituir uma evolução dos tratados europeus / contra se não estão estipulados nos tratados europeus
- 5 – **Economics** – por ex. argumentos que revelam as causas e/ou consequências económicas do tema abordado
- 6 – **Policymaking** – por ex. Argumentos que defendem / contestam o tema abordado com base na tomada de políticas públicas a nível europeu pelas instituições europeias
- 7 – **Culture / linguistic** – por ex. argumentos que põem em causa a diversidade de diálogo entre os diversos candidatos nas campanhas eleitorais
- 8 – **Geography** – por ex. argumentos que enfatizam o poder geopolítico da UE no tema abordado
- 9 – **Gender balance** – por ex. argumentos que defendem o tema abordado com base na igualdade de género
- 10 – **Military** – por ex. Argumentos com base na segurança e defesa da UE
- 11 – **Climate change / sustainability** – por ex. Argumentos que defendem / contestam o tema abordado com base numa preocupação com as alterações climáticas e defesa de energias mais renováveis
- 12 – **Party finance** – por ex. Argumentos com base na sua posição sobre o financiamento dos Europartidos, apoio ou contestação no aumento/diminuição do seu financiamento
- 99 – **Other / Not specified**

Variáveis extra

OWNSPITZ – se o ator defende o Spitzkandidat do seu próprio Europartido

- 1 – No
- 2 – Yes
- 99 – Not specified

OTHERSPITZ – se o ator defende o Spitzkandidat de outro Europartido

- 1 – No
- 2 – Yes
- 99 – Not specified

EUISSUE2 – codificar somente se houver mais outro tópico importante abordado no documento. Aplicar a mesma codificação que EUISSUE

ISSUEPOS2 – codificar somente se houver mais outro tópico importante abordado no documento. Aplicar a mesma codificação que ISSUEPOS

ISSUEDIMEN2 – codificar somente se houver mais outro tópico importante abordado no documento. Aplicar a mesma codificação que ISSUEDIMEN

A PARTIR DAQUI CODIFICAR SE HOUVER MAIS OUTRO ATOR NO DOCUMENTO. SE NÃO, TERMINAR A CODIFICAÇÃO AQUI.

Variáveis

ACTOR2
NAME2
EUPARTY2
EUGROUP2
EUCOUNTRY2
YEAR2
SPITZKANDIDAT2
EUPOS2
EUISSUE2.1
ISSUEYEAR2.1
ISSUEPOS2.1
ISSUEDIMEN2.1
ISSUEJUST2
OWNSPITZ2
OTHERSPITZ2

Anexo II

Codebook: Manifestos dos partidos políticos europeus (Europartidos)

YEAR – ano do programa eleitoral / manifesto partidário

EUPARTY – Europartido correspondente ao programa eleitoral / manifesto partidário

EUGROUP – Grupo parlamentar correspondente ao Europartido

Variáveis correspondente a temas e posição em relação aos temas em questão

DEMOISSUE – o manifesto faz referência a aspetos democráticos / reformas democráticas na União Europeia / estado da democracia da UE?

NOTA: não é necessária uma menção direta ao conceito “défice democrático”. Argumentos como “é necessário reformar os poderes do Parlamento Europeu” ou “o sistema político da União carece de transparência e contacto com os cidadãos” pode contar como menções indiretas ao défice da democracia europeia.

1 – Não

2 – Sim

NOTA: se codificar como 1, terminar a codificação aqui

DEFICIT – referência ao défice democrático?

1 – Não

2 – Sim

DEFICITPOS – posição em torno do défice (SOMENTE SE O VALOR DE DEFICIT FOR 2)

1 – Positivo: favorável a soluções para atenuar o défice democrático / indica que existe um défice na União

2 – Negativo: contesta a existência de um défice democrático / contra qualquer reforma no estado democrático da UE

3 – Ambivalente: pode indicar a existência do défice democrático, mas não se posiciona concretamente em torno do problema

EUROPARTYISSUE – referência ao desenvolvimento / reestruturação / reforma dos Europartidos ou sistema partidário a nível europeu?

1 – Não

2 – Sim

EUROPARTYPOS – posição em torno da reforma dos Europartidos (SOMENTE SE O VALOR DE EUROPARTYISSUE FOR 2)

1 – Positivo: a favor da reforma e desenvolvimento dos Europartidos a nível institucional e/ou eleitoral / a favor da participação dos Europartidos nas eleições europeias e referendos tanto a nível nacional como europeu;

2 – Negativo: contra a reforma e desenvolvimento dos Europartidos a nível institucional e/ou eleitoral / contesta a participação dos Europartidos nas eleições europeias e referendos tanto a nível nacional como europeu;

3 – Ambivalência: faz referência à reforma dos Europartidos, mas não se posiciona concretamente em torno do assunto

SPITZISSUE – referência ao processo dos Spitzenkandidaten / eleição direta de um presidente para a Comissão Europeia?

1 – Não

2 – Sim

SPITZPOS – posição em torno do processo dos Spitzenkandidaten / eleição direta de um presidente para a Comissão Europeia (SOMENTE SE O VALOR DE SPITZISSUE FOR 2)

1 – Positivo: favorável para a criação de um mecanismo de eleição direta para a presidência da Comissão Europeia / a favor dos Spitzenkandidaten;

2 – Negativo: contrário de Positivo

3 – Ambivalente: faz referência ao mecanismo de eleição direta para a presidência da Comissão, mas não se posiciona concretamente em torno do assunto

LISTSISSUE – referência à criação de listas transnacionais / círculo eleitoral pan-europeu para as eleições parlamentares europeias?

1 – Não

2 – Sim

LISTSPOS – posição para a criação de listas transnacionais / círculo eleitoral pan-europeu para as eleições parlamentares europeias (SOMENTE SE O VALOR DE LISTSPOS FOR 2)

1 – Positivo: a favor da criação de listas transnacionais / listas eleitorais pan-europeias / círculo eleitoral pan-europeu para as eleições europeias

2 – Negativo: contrário de Positivo

3 – Ambivalente: faz menção às listas transnacionais, mas não demonstra uma posição em concreto

OTHER – outros temas relacionados com o tema de ‘democracia’

1 – Direitos humanos

2 – Emprego

3 – Economia

4 – Clima / energia

5 – Cooperação externa / diplomacia

6 – Eleições livres / participação eleitoral sem limites sociais

7 – Migrações / refugiados